

NOVEMBRO DE 2013

*Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento*

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigração](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I.	REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	I
1.1	Basta de comparar o incomparável sobre pobreza	1
1.2	Cerca de 2% da riqueza do país daria para subsídios às crianças e aos idosos	2
1.3	Governo quer sustentabilidade no combate á pobreza	3
1.4	O preço da desigualdade	4
1.5	Pouco dinheiro pode facilitar a saída da pobreza da vulnerabilidade	5
1.6	Angola dos pobres continua ser a grande vaca das sociedades dos ricos do regime com os ricos de Portugal	6
1.7	Angola a crescer (pouco) mais e a distribuir pior	7
1.8	Redução da pobreza centraliza estratégia	8
1.9	construção cria milhares de empregos	9
1.10	Angola atinge objectivos do Milénio	10
2.	MICROFINANÇAS	II
2.1	Desafios do sector bancário Angolano	11
2.2	Inclusão financeira deve ser acelerada	12
2.3	Bancos rejeitam 90% dos pedidos de crédito	13
2.4	Angolanos poupam mais fora do sistema financeiro	14
2.5	BAI-Micro Finanças capta 500 contas de poupança	14
3.	MERCADO INFORMAL	I6
3.1	CIS com movimento imparável	16
3.2	Estudantes e trabalhadores satisfeitos com moto taxistas no Talatona	16
3.3	Regras exigentes	17
3.4	Venda -Ambulante dificulta recolha de lixo	18
3.5	Vergonha sobre a necessidade	18
3.6	Valas entupidas entre Cassequel e Bairro popular	18
3.7	"Nova praça" em Viana transformou-se em ponto alto de prostituição	19
3.8	Vendedoras alimentam desfavorecidos no Zango 1	19
3.9	Cuidado com o que leva a boca	20
3.10	Vendem-se produtos expirados	22
3.11	Venda ambulante põe em risco trânsito no São Paulo	23
3.12	'Aqui, o negócio anda mais'	23
3.13	Biblioteca vira WC dos vendedores	24
3.14	Endiama EP legaliza garimpo de diamantes na Nharea	25
3.15	Fiscais acusados de assassinato	26
3.16	Municípios entre a espada e a parede	26
3.17	Não estranhe se o kupapata lhe cobrar em francês	27
3.18	Um mercado ao redor dum Hospital	28
3.19	Vendedeiras 'invadem' cemitério da Camama	29
3.20	Moto-taxistas são um auxílio imprescindível	31
3.21	Comércio de remédios nas ruas é preocupante	32
3.22	20 Sobreviver na ponte molhada do Benfica	32
3.23	Zungueiros condenados	34
3.24	Baixa de Luanda “assaltada” por taxistas ilegais	34
3.25	Zungo para não roubar	34
3.26	Mercado Ilegal foi desmantelado	35

3.27	Falsos kupapatas assolam Viana	35
3.28	"Lucramos mais que muitos engravatados"	36
3.29	Zungueiras manifestam-se contra Polícia	37
3.30	Desrespeito as autoridades cada vez mais evidente	38

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA 40

4.1	BD defende discussão pública do OGE	40
4.2	Executivo procede entrega ao Parlamento da proposta	40
4.3	Proposta do OGE/2014 já esta no Parlamento	41
4.4	A execução orçamental	41
4.5	Deputados votam relatórios de execução do OGE	42
4.6	Desce	43
4.7	Angola aperta regras de controlo de investimentos públicos	43
4.8	Desenvolvimento pretendido passa por mais investimentos	44
4.9	Executivo reforça disciplina orçamental	45
4.10	Governo apresentou aos Deputados Conta Geral do Estado de faz de conta	45
4.11	Orçamento do equilíbrio	47
4.12	Orçamento proposto reduz verbas para a cidade de Luanda	48
4.13	Parlamento vota na generalidade	48
4.14	Parlamento vota o orçamento na generalidade	49
4.15	Angola a crescer (pouco) mais e a distribuir pior	50
4.16	Menos de 190 mil milhões kz para educação e saúde	51
4.17	Sem petróleo o défice seria seis vezes maior	51
4.18	OGE ente o sim e o não	52
4.19	A sociedade e o OGE	52
4.20	Oposição pode votar contra na aprovação do OGE	53
4.21	Orçamento do Estado agendado para aprovação	56
4.22	Religiosos criticam Oposição por "beliscar" a votação do 00E/2014	57
4.23	OGE 2014 aposta forte no investimento	58
4.24	Sector social centrado nas prioridades do OGE para 2014	59
4.25	Pacote tributário e alteração à Lei do Orçamento	60
4.26	A transparência do Orçamento Geral do Estado	60

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 62

5.1	Kwata-Kanawa proibi descontos nos subsídios dos sobas	62
5.2	Aberto Arquivo Nacional com os dados estatísticos	63
5.3	Inquéritos anuais sobre saúde e emprego	63

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 64

6.1	Empresas erguem casas nas províncias	64
6.2	Habitação cumpra metas	64
6.3	Habitação	65
6.4	Três milhões de pessoas com acesso a moradias	66
6.5	Habitação cumpre metas	66
6.6	Moradores esperam por escolas do Estado.	67
6.7	Bancos rejeitam 90% dos pedidos de crédito	68
6.8	Moradores esperam por escolas do Estado	69
6.9	Centralidade de Cacucaco está às escuras	70
6.10	Chineses anunciam construção de milhares de casas	70
6.11	Outro passou e as promessas não se cumpriram	71
6.12	Residências para trabalhadores	72
6.13	Gestimovel prevê investir 12,6 mil milhões de imoveis ate 2014	72

6.14	Para que pagar taxa de circulação	73
6.15	Administradora de Cacucos priva iniciativas privadas	74
6.16	Estudos indicam que Angola detém cidades do futuro	75
6.17	Favelados: três famílias habitam uma só casa	76
6.18	Habitação social minimiza carência	76
6.19	Inauguradas casas do Plano Nacional	77
6.20	Ordenamento do território resulta em eficácia económica	77
6.21	Casa própria é motivo de alegria frustração	78
6.22	Casas sociais para funcionários prontas em Maio	80
6.23	Centralidade mania	81
6.24	Defendido sector mobiliário forte	82
6.25	Detidos suspeitos de desvio de dinheiro	82
6.26	O mercado não é só compra	83

7. TERRA 86

7.1	SOS Habitat fala em futuro dramático para as famílias que vivem em tendas	86
7.2	Lotes Urbanizados são Distribuídos para Habitações .	86
7.3	Casas em zonas' de risco preocupam autoridades	86
7.4	Administrador do Benfica acusado de arrogante	87
7.5	Advogadeijos à vista	88
7.6	Largo Mutu ya Kevela é um estaleiro abandonado	89
7.7	Retorno às terras	89
7.8	Tala haly recorre à mãos livres para reaver terreno	90
7.9	Área de Terra Cultivável muito superior à lavrada	91
7.10	Posse segura da terra discutida no sumbe	91
7.11	Administração do Ramiro considera associados como invasores	92
7.12	Organizações criminosas invadem terrenos	93
7.13	Sopromil causada de ter esbulhado um vasto terreno a camponeses no município de Viana	93

8. SERVIÇOS BÁSICOS 95

8.1	Degradação das estradas preocupa populares	95
8.2	Saneamento degradação das estradas preocupa população	95
8.3	Lixo. Operadores encaixam 1,9 mil milhões de kwanzas por mês	97
8.4	Aldeia de Caçongo já tem água potável	98
8.5	EPAL faz novas canalizações	99
8.6	Água para no Palanca	99
8.7	Em uma semana cólera fez nove mortes	101
8.8	Roubo de água potável protagonizada por cidadãos Chineses	101
8.9	Uma nota da EPAL	101
8.10	EPAL realiza mais de 13 mil ligações domiciliárias em Luanda	102
8.11	Executivo toma medidas contra estiagem na região	102
8.12	Rua da Brigada precisa de intervenção urgente	103
8.13	População de Caínde consome Água imprópria	104
8.14	Rocha Pinto e Largo das Escolas têm balneários.	105
8.15	A improficiência reside na EPAL	105
8.16	Falta d chuva pode comprometer abastecimento de Água no Lubango	106
8.17	Garimpo de água causa inundações no Quílica	107
8.18	Novos furos de água e represas combatem a seca	107
8.19	Ligações domiciliárias chegam aos bairros	108
8.20	Obras melhoram saneamento na Machado Saldanha	109
8.21	EPAL	109
8.22	Milhares de pessoas beneficiam de água	110

9. GÉNERO E VIOLENCIA

III

9.1	Assaltos à mão armada são frequentes na Sapú	111
9.2	Porte e uso ilegal de armas aumentam crimes na Huíla	112
9.3	Recolhidas mais de 200 mil armas de fogo em todo país	112
9.4	Habitantes aterrorizados com a delinquência	113
9.5	Tudo acontece por baixo da ponte do Zamba II	115
9.6	Aumentam denúncias de violência doméstica Corpo	116
9.7	Violência doméstica	117
9.8	Marginais mais operativos que a Polícia	118
9.9	Falsos “escamadores” semeiam medo e terror	118
9.10	Material bélico foi descoberto	119
9.11	Lei sobre violência doméstica difundida nas zonas afastadas	119
9.12	Prioridade no combate a proliferação de armas de fogo	120
9.13	Nas elites existe violência contra mulher	121
9.14	Prioridade no combate à proliferação de armas de fogo	123
9.15	Polícia recolhe armamento	124
9.16	Criminalidade no Cazenga inspira maior atenção	124
9.17	Mais de um milhão de armas em posse	125
9.18	Municípios esperam por reforço da segurança	127
9.19	Unidades militares “aslixiada” pelos musseques de Luanda	128
9.20	Vandalismo leva à destruição de bens públicos	129

10. AMBIENTE

130

10.1	São Pedro tenha piedade de Luanda	130
10.2	Chuvas desalojam famílias	131
10.3	Chuva destrói moradias	131
10.4	Executivo toma medidas contra estiagem na região	131
10.5	Extensas áreas florestais são devastadas	132
10.6	Chuva cria transtornos a habitantes do Huambo	133
10.7	Sistema de alerta rápido reduz desastres	133
10.8	Mitigação da seca no Sul depende de eficiência e eficácia na implementação de plano de contingência	135
10.9	Exploradores ilegais dos dois Congos roubam madeira da província	135
10.10	Primeiras consequências já se fazem sentir	137
10.11	Vandalismo leva à destruição de bens públicos	138

11. II IMIGRAÇÃO

139

11.1	Estrangeiros ilegais no Soyo enviados para os seus países	139
11.2	Refugiados ganham cidadania	139
11.3	Endiama EP legaliza garimpo de diamantes na Nharea	140
11.4	Imigração clandestina e o direito a dignidade	141
11.5	Licenças exclusivas para angolanos transpassadas a estrangeiros	142
11.6	Roubo de água potável protagonizada por cidadãos Chineses	142
11.7	Estrangeiros detidos na província do Zaire	143
11.8	Detidos cidadãos angolanos por ajuda à imigração ilegal	143
11.9	Diálogo para combater a imigração ilegal	144
11.10	Estrangeiros sem documentos foram expulsos	145

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Basta de comparar o incomparável sobre pobreza

Jornal Expansão

01 De Novembro de 2013

O Governo vem repetindo até à exaustão que a taxa de pobreza em Angola é de 36,6%. Esta taxa corresponderia à percentagem da população angolana que vive abaixo da linha de pobreza absoluta fixada em 4.793 Kz Um valor que corresponde custo monetário mensal para um adulto angolano atingir um mínimo de condições de vida.

Considera-se que, para atingir um mínimo de condições de vida, um adulto equivalente despende mensalmente 2.396 Kz em bens alimentares e 2.397 Kz em bens não alimentares.

Considera-se, que para ser saudável e participar na vida da sociedade, um adulto equivalente necessita de uma dose calórica diária 2.100 quilo calorias que, em Angola, terá um custo monetário mensal de 2.396 Kz.

O custo monetário mensal dos bens não alimentares foi determinado com base na despesa média de consumo não alimentar dos indivíduos situados 1%, 2%, 3%, até 10% acima e abaixo da linha de pobreza alimentar. Considera-se que um indivíduo saudável e apto para participar na vida em sociedade gasta em habitação, vestuário, cuidados de saúde, actividades de lazer, etc., 2.397 Kz mensais.

Resumindo, na definição do Governo, um adulto-equivalente angolano é pobre se o seu custo de vida mensal for inferior a 4.793 Kz, dos quais 2.396 Kz em bens alimentares e 2.397 Kz em bens não alimentares.

Podemos concordar ou não com a metodologia utilizada, mas foi com base nela que o Governo definiu a fronteira para classificar os angolanos em pobres e não pobres. Foi a primeira vez que tal metodologia foi utilizada na definição da linha de pobreza em Angola. Razão pela qual os relatores do IBEP 2008-2009 alertam que a taxa de pobreza daí resultante não pode ser comparada com nenhuma anterior.

Por isso, fico estupefacto quando oiço alguém dizer que a taxa de pobreza em Angola baixou de x% no período tal para 36,6% em 2008-2009. Se, no futuro, for calculada uma taxa de pobreza com base na metodologia utilizada pelo IBEP, então "sim!", vai ser possível efectuar uma comparação.

Até lá, não é intelectualmente honesto dizer que a taxa de pobreza de Angola baixou 'x' ou aumentou 'y'. Nem comparar a taxa de pobreza de Angola com a de outros países que não utilizam a mesma metodologia. Daí a minha estupefação.

As únicas comparações possíveis de fazer em matéria de pobreza em Angola é utilizando os dados do Banco Mundial, que, com uma ou outra nuance, utiliza a mesma metodologia para todos os países ao longo do tempo.

Essa metodologia consiste em definir duas linhas de pobreza. A pobreza absoluta, onde são classificados os indivíduos que vivem com menos de 2 USO por dia, e a pobreza extrema, onde figuram os indivíduos que vivem com menos de 1,25 USO por dia. A conversão das duas linhas de pobreza em dólares para as moedas nacionais é feita utilizando não as taxas de câmbio do mercado, mas taxas de câmbio teóricas com base na paridade do poder de compra entre a moeda nacional e o dólar.

Em termos simples, define-se um cabaz de bens igual para um determinado país e para os Estados Unidos da América num determinado ano. A taxa de câmbio entre a moeda desse país e o dólar é igual ao preço do cabaz na moeda nacional a dividir pelo preço do cabaz em dólares.

No caso de Angola, chegou-se a uma taxa de câmbio de 70,5Kz por dólar com base na paridade de poder de compra kwanza-dólar em 2005.

De acordo com o Banco Mundial, em 2000, a taxa de pobreza absoluta em Angola-pessoas que, vivem com menos de 2 USO por dia, o equivalente a 141 Kz - era de 70,2%, percentagem que baixou para 67,4% em 2009, isto é, em 9 anos, a taxa de pobreza absoluta em Angola reduziu-se em apenas 2,8 pontos percentuais (pp).

Já a pobreza extrema em Angola - pessoas que vivem com menos de 1,25 USO, o equivalente a 88,1 Kz por dia - caiu de 54,3% em 2000 para 43,4% em 2009, isto é, em 9 anos, a taxa de pobreza extrema reduziu-se em 10,9 pp.

Quando se fala da evolução da pobreza em Angola, os números do Banco Mundial são os únicos comparáveis pelo menos que eu conheça. Não é

porque são melhores do que outros. Simplesmente foram obtidos usando a mesma metodologia.

Todas as metodologias são válidas desde que explicadas. O que não podemos fazer é comparar taxas de pobreza que utilizam metodologias diferentes.

1.2 Cerca de 2% da riqueza do país daria para subsídios às crianças e aos idosos

Jornal Expansão

01 De Novembro de 2013

Um nível de financiamento equivalente a cerca de 2% do PIB seria suficiente para implementar um pacote que inclui um subsídio para crianças com menos de 5 anos, uma pensão social de invalidez e uma pensão social para idosos acima de 65 anos, indicam as análises de viabilidade das transferências sociais.

De acordo com a projecção do grupo técnico que trabalha na criação da política nacional de assistência social, as análises evidenciam que as transferências sociais monetárias contribuiriam de maneira substancial para a redução da pobreza.

Estima-se que a profundidade da pobreza diminuiria em cerca 7,5% se fosse implementada uma opção de pensão de velhice ou invalidez. Já os resultados mais animadores para a implementação de subsídios universais para criança menores de 5 anos reduziriam a pobreza em 35%.

De acordo com o responsável pelas políticas sociais da Unicef no País, Stefano Visani, as transferências sociais monetárias estimulam o consumo e activam a capacidade produtiva a nível das comunidades onde os grupos alvos se inserem. Como consequência observa-se o aumento da oferta de bens e serviços o que gera o aumento da renda do comércio e da renda local.

Visani acrescentou ainda que, de acordo com os estudos feitos sobre o impacto das transferências sociais no País, as mesmas terão um efeito multiplicado r na ordem 'de 2,5 Kz nominais por cada kwanza aplicado.

Questionado sobre o risco da utilização indevida do subsídio por parte dos beneficiários, o consultor explicou que esta era uma argumentação típica dos cépticos aos programas de transferência de renda. Entretanto, ao longo do tempo, acumulou-se evidências suficientes que demonstram que a grande maioria do dinheiro é utilizado para melhorar a

alimentação familiar e o acesso a serviços básicos como saúde e educação, para investir em pequenos negócios.

Esclareceu igualmente que os programas de transferências de renda e os de geração de rendimento não são opções mutuamente substitutas e têm alvos diferentes. O segundo tem como alvo as pessoas adultas, em boa saúde e com capacidade de trabalhar.

"O ponto-chave é uma intervenção equilibrada do Estado que vise oferecer oportunidades as pessoas que tem dificuldade para participar na vida económica por diversas razões (pobreza e vulnerabilidade); aqui está o papel específico das transferências de renda", acrescentou.

Transferências sociais enquanto direito do cidadão. Stefano Visani referiu que nos dias de hoje estes programas são vistos como um investimento para o futuro, que ajuda o Estado a garantir as mesmas oportunidades par a todos os cidadãos. Além disso, a assistência social baseia-se nos direitos do cidadão e deveres do Estado. Os cidadãos mais vulneráveis têm o direito de protecção do Estado - no caso de Angola, consagrado na Constituição da República e na Lei de Protecção Social (07/04).

"No caso das crianças, por exemplo, a lógica da transferência é que a infância é uma fase em quem o indivíduo é mais vulnerável. Também é um investimento, pois sabemos que crianças bem nutridas e bem educadas contribuirão melhor para o desenvolvimento do País", defende.

O responsável pelas políticas sociais da Unicef destacou que, actualmente, quase todos os países em desenvolvimento implementam programas de transferência de renda, a maior parte destes programas estão em expansão. Alguns países possuem sistemas mais abrangentes que contemplam pensões universais e transferências para agregados familiares em situação de vulnerabilidade.

"A África de Sul tem um subsídio universal para crianças, pensão universal de velhice, subsídio para pessoas desempregadas. A Etiópia tem um programa baseado em pagamento para trabalho nas obras públicas, e um subsídio para agregados sem mão-de-obra activa. Quénia, Gana e Uganda têm programas dirigidos aos grupos mais vulneráveis, incluindo programas para as famílias com crianças órfãs e vulneráveis, e com idosos", exemplificou.

O especialista acautelou que a nível do continente não há evidências de que os programas de transferência de renda desestimulem os beneficiários

na busca de trabalho. Em parte, está associado ao facto de o valor a ser transferido ser inferior ao salário mínimo no mercado de trabalho. Apenas nos casos de pensões de velhice ou invalidez os países podem contemplar uma transferência equivalente ao salário mínimo - dado que estas pessoas não estão aptas para o mercado laboral.

I.3 Governo quer sustentabilidade no combate á pobreza

Jornal Expansão

01 De Novembro de 2013

O Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) está a desenvolver um Projecto de Política Nacional de Assistência Social para promover a redução da pobreza, o crescimento equitativo e o fortalecimento da coesão social no actual contexto do desenvolvimento socioeconómico do País.

De acordo com o projecto do MINARS que foi analisado em conjunto com os parceiros sociais (Unicef e representantes das Nações Unidas), no mês passado na Conferência Nacional da Assistência Social, as necessidades de assistência humanitária e de reinserção social encontram-se muito reduzidas, relativamente ao período pós-conflito. Mas face ao desenvolvimento económico que o País se propõe a alcançar, incumbe à Assistência Social dar maior atenção do que no passado ao grande desafio da redução da vulnerabilidade das camadas mais pobres da população.

Neste íterim, consta entre os desafios do programa do Ministério, segundo o projecto, a redução da vulnerabilidade estrutural da parte mais pobre da população, assegurar a sua participação efectiva no processo de desenvolvimento e crescimento económico e promover uma maior coesão social.

O oficial de Políticas Sociais da Agência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em Angola, Jorge Trula, defendeu que o sistema de Assistência Social contribui para que os segmentos populacionais mais vulneráveis sejam protegidos de riscos económicos e sociais.

"Trata-se de garantir determinadas seguranças sociais a todos os cidadãos que permitam que os mesmos sobrevivam com dignidade e possam superar a situação de miséria", sublinhou.

De acordo com o ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, o presente momento é de análise e de reflexão sobre as políticas públicas e um conjunto de directrizes e

procedimentos a adoptar nas relações entre o poder público e a sociedade civil.

Segundo disse, é responsabilidade do Estado, e cabe a este Departamento Ministerial, conforme estabelece o Plano Nacional de Desenvolvimento para o quinquénio 2013-2017, a definição de uma política de assistência social, a regulamentação e a aplicação da componente não contributiva da Lei nº07/2004, artº 6º, sobre acção social e transferência social (renda e em espécie).

De acordo com o responsável, "constitui ensejo o desenho e implementação de políticas que promovam a qualidade de vida da sociedade de forma equitativa, exercendo, em forma de lei, a função de planeamento, financiamento, incentivo e fiscalização".

Para cumprir com o proposto, o programa do MINARS inclui a implementação de uma política de transferência social (a ser implementada pela primeira vez no País) que constitui um mecanismo de redistribuição de recursos, regulares e previsíveis, que incluem em alguns casos o fornecimento de meios complementares para pessoas portadoras de deficiências ou assistência para recém-nascidos órfãos.

Tipos de transferência sociais Segundo o projecto, as transferências sociais incluem benefícios a grupos específicos tipicamente categorizados por grupos de idade ou estado físico e sempre que se justifique por critérios económicos. Vão incluir pensões sociais de velhice, pensões sociais de invalidez e subsídios familiares para crianças à semelhança de países como África do Sul, Maurícias, Quénia, Etiópia, Brasil, México e outros.

Os tipos específicos de transferências sociais a serem estabelecidos e os seus mecanismos de selecção de beneficiários serão definidos na base de análises técnicas detalhadas sobre os custos, os impactos, o custo/eficácia, a viabilidade financeira, técnica e administrativa das diferentes opções possíveis.

"O Governo vai assegurar que as transferências a serem estabelecidas sejam as mais eficazes possíveis do ponto de vista dos seus efeitos de redução da pobreza monetária e das privações humanas e relativamente aos custos", refere o dossier.

Por outro lado vai assegurar que o sistema de transferências "seja viável e sustentável em termos financeiros a longo prazo, no quadro do Orçamento Geral do Estado, sem necessidade de recorrer a financiamentos externos nem ao risco de desequilíbrio nas finanças públicas".

As transferências sociais são geralmente pagas em dinheiro e comportam-se como um aumento do rendimento do agregado familiar beneficiário ou do grupo alvo (idosos e pessoas portadoras de deficiência).

Outro mecanismo de reforço do rendimento dos beneficiários é a criação de postos temporários de emprego através de obras públicas utilizando a abordagem da Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra, FAIMO.

1.4 O preço da desigualdade

Expansão

01 De Novembro de 2013

A desigualdade é uma situação em que uma parte substancial dos cidadãos não tem condições de auferir um nível de rendimento compatível com a satisfação das suas necessidades materiais e imateriais mínimas. E parece que o crescimento económico - ainda que condição indispensável - não tem sido o factor suficiente para se reduzirem as assimetrias entre pessoas e mesmo entre países. O título deste meu artigo retirei-o do último livro de Joseph Stiglitz, intitulado *The Price of Inequality* (W. W. Northen Company, 2013) e onde o autor analisa o estado (e o preço) da desigualdade em vários países do mundo com especial incidência nos Estados Unidos e nos países petrolíferos, onde o modelo de acesso à renda do petróleo é a principal fonte de desigualdade entre as pessoas, com não mais de 3% da população a deter mais de 50% do rendimento nacional.

Angola é dos países mais desiguais do mundo, tomando 2012 como referência e as tendências dos mais relevantes indicadores de desigualdade dos últimos 10 anos. Os progressos registados depois de 2002 são manifestamente insuficientes para se perceberem alterações estruturais sustentáveis em direcção a uma maior igualdade da repartição do rendimento nacional. As pessoas ricas são cada vez mais ricas e as pobres e remediadas aumentam a um ritmo superior ao do crescimento do PIB por habitante, numa base real. Mantendo-se este cenário durante muito tempo, as bases da sustentabilidade do crescimento e da diversificação da economia não chegam a ser construídas.

Não se trata apenas de trabalhar para que o país deixe as listas internacionais que o classificam de least developed country, mas principalmente de alterar o vigente modelo de acesso e repartição da renda petrolífera, que tem claramente beneficiado a elite política e empresarial. Os mecanismos de mercado não têm capacidade de só por si próprios alterarem

este modelo. Quanto mais se aprofundar a economia de mercado, maiores serão as diferenças de rendimento entre os cidadãos angolanos e se não houver vontade política de liberalizar o rent-seeking nacional tornando-o mais transparente e inclusivo por intermédio de políticas e medidas de democratização efectiva de oportunidades - então os progressos serão sempre marginais.

Para Stiglitz o rent-seeking é o processo político que ajuda os ricos a sê-lo a expensas do resto da sociedade e pode assumir diversas facetas: transferências e subvenções ocultas e públicas por parte do Estado, leis que tornam os mercados menos competitivos, aplicação negligente de leis da concorrência existentes, acesso privilegiado a informação diversa e ao crédito, etc. Todas estas modalidades existem em Angola, sendo por aqui que a maior parte da renda do petróleo se transfere para a elite política e empresarial.

E evidentemente que na ausência de um Estado Social em Angola, a tendência é para o agravamento da desigualdade nos próximos anos. Esta é a minha grande preocupação para as gerações de jovens que se preparam para entrar na vida activa e aceder à franja a que têm direito do rendimento nacional. A construção dum Estado Social - na designação social-democrata de Bismark e nas concepções mais refinadas que se seguiram e que foram facilitadas pelas políticas e resultados dos 30 Gloriosos Anos - demora bastante tempo e é apelativo duma efectiva e inabalável vontade política em o fazer, que aparentemente inexistente no nosso país. Se assim não fosse, o país tem, por enquanto, recursos financeiros suficientes para tornar os cidadãos mais iguais entre si e nas oportunidades de criar rendimento.

Como se sabe, o Estado Social está em discussão numa Europa afectada por uma crise de crescimento económico que não tem permitido a reprodução alargada das suas principais componentes: educação, saúde e previdência e segurança social. Mas não só. A discussão ideológica entre neoliberalismo e Estado Social tem-se tornado dominante em contextos onde o crescimento económico parece escasso face às necessidades de aumento do emprego e dos impostos, fontes importantes para a reprodução do sistema em bases alargadas. Mesmo nos países nórdicos da velha Europa - Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca - o debate está aceso. E o mais preocupante é que as teses de redução da intervenção social do Estado parece estarem a ganhar adeptos, para quem a competitividade numa economia cada vez mais global é o aspecto mais determinante da sobrevivência dos países.

A Suécia, por exemplo, está a pôr em causa o seu secular modelo social de desenvolvimento. O sintoma do aumento das desigualdades sociais neste país de elevado índice de desenvolvimento humano tem sido as reivindicações e as manifestações populares que desde 2006 têm-se registado em algumas das suas cidades. O mote tem sido a aumento da desigualdade social expressa nos indicadores seguintes: o índice de Gini passou de 0,22 para 0,33 entre 1990 e 2011, a parte do rendimento das famílias mais abastadas aumentou consideravelmente no rendimento nacional, o rendimento disponível das 20% famílias mais pobres tem estagnado ou mesmo baixado nos últimos 20 anos e a taxa de pobreza relativa passou de 6,5% em 1995 para 14% e 2011. Tudo isto apesar do Estado Social. Estas tendências marcam uma profunda ruptura na história do modelo social sueco. A sua força principal foi colocar no centro do seu desenvolvimento o investimento social e o Estado-Providência generoso e universal, desconectando-se o acesso aos serviços públicos de qualidade do poder de compra individual. Também a aplicação duma política voluntarista de redução das desigualdades - de que eu falava mais atrás que aumentou consideravelmente a mobilidade social dos suecos, de um diálogo social vigoroso e de uma política de criação de emprego efectivo.

Angola está muito longe deste modelo, sendo portanto muito incerto que a desigualdade deixa de aumentar no país. Por exemplo, a taxa de desemprego tem-se mantido muito alta nos últimos 10 anos, apesar das elevadas taxas médias anuais de variação do PIB. E este desemprego tem um custo económico e um custo social, que pode ser avaliado de várias maneiras.

Para a economia, uma taxa de desocupação da população economicamente activa de 25% a 30% pode significar a perda de oportunidade de se gerar um diferencial de PIB da ordem de 50 mil milhões USO. Do ponto de vista social, este desemprego equivale a uma perda de poder de compra das famílias pobres e remediadas da ordem dos 6 mil milhões USO. E do ângulo das finanças públicas, uma desutilidade de 900 milhões USO. Por isso é que o aumento do emprego e dos salários médios é um imperativo social e uma necessidade económica.

I.5 Pouco dinheiro pode facilitar a saída da pobreza da vulnerabilidade

Jornal Expansão
01 De Novembro de 2013

Nos últimos anos fala-se muitos dos programas de transferência de renda. O que são estes programas e como é que funcionam?

São umas das ferramentas que os governos de quase todos os países em desenvolvimento estão a utilizar para combater a pobreza e a exclusão social. Em suma, trata-se de transferências periódicas e previsíveis de um pequeno montante de dinheiro as famílias vulneráveis. Estes programas procuram aumentar o orçamento de indivíduos e famílias que por diversas razões, seja a pobreza extrema ou incapacidade para trabalhar, não estão em condições de assegurar os meios de subsistência para uma vida com dignidade. Uma pequena quantia de dinheiro coloca os agregados em condições de trilhar um caminho virtuoso, que pode ao longo do tempo facilitar a saída da armadilha da pobreza e vulnerabilidade.

Que grupos de pessoas vão ter o direito de receber as transferências de renda?

É o Governo que define o alvo para as transferências. Há fundamentalmente três opções: a focalização por categoria que têm como alvo categorias específicas, baseada, por exemplo, na idade (crianças ou idosos), o estado de saúde (doenças crónicas, deficiência), o género (raparigas em idade escolar). Outra opção é a focalização baseada no estado de pobreza onde, por exemplo, 20% das famílias mais pobres recebe a transferência. A terceira opção é uma fusão das duas opções, ou seja uma focalização por categoria com critério de pobreza. Neste caso o alvo é uma ou mais categorias populacionais mas com um sub-critério de pobreza. Por exemplo, um subsídio para crianças dos agregados mais pobres.

Cada forma de focalização tem vantagens e desvantagens. A focalização baseada no estado de pobreza é administrativamente mais complexa e onerosa. Em países como Angola onde não existe um registo completo sobre o nível de renda das famílias, os beneficiários do programa podem ser identificados com outros métodos que determinam uma aproximação do rendimento. Os programas de transferências sociais por categoria têm um menor cargo administrativo, requerendo apenas um registo etário, estado físico ou estrato social, para comprovar a elegibilidade no programa de transferência. Exemplo destes programas inclui a África do Sul.

Entretanto opções menos ambiciosas poderiam ser consideradas com despesas muito abaixo de 1% de PIB nacional.

Como é possível identificar os beneficiários para receber a transferência sem uma base de dados?

A identificação é de facto uma fase delicada da implementação. No entanto, não é preciso construir uma base de dados completa antes de começar o programa. A base de dados pode ser expandida à medida que as pessoas são registadas no programa. É importante que os potenciais beneficiários tenham a informação sobre o programa e de como se pode aceder ao programa; o mesmo beneficiário pode submeter a pedido de inscrição nos programas. Basta ver aquilo que está a acontecer em muitos outros países da região e do continente e escolher o modelo mais adaptado ao contexto angolano.

Como se pode enviar dinheiro para zonas rurais sem a presença de bancos?

A modalidade de envio da renda tem evoluído na última década. Em África a maior parte dos países utiliza "agentes de extensão" para as áreas rurais sem estruturas bancárias. Outros países utilizam o telemóvel ou ainda outros métodos.

Qual é o montante a receber porca da família?

Os montantes transferidos na maior parte dos países variam entre 20% e 60% da linha de pobreza. Estes valores permitem aos agregados beneficiários ultrapassar ou aproximar-se a linha de pobreza. Em Angola este valor seria aproximadamente entre 2.000 e 4.500 Kz por mês. Este é o nível de transferência que emergiu ao longo do tempo como boa prática. Transferir montantes mais elevados também pode em alguns casos diminuir a busca activa de trabalho.

Estes programas são sustentáveis para o Orçamento do Estado? Qual seria o custo destes programas no caso de Angola? As Nações Unidas e a União Africana recomendam para os países em via de desenvolvimento usar 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para a assistência social. Muitos países ultrapassaram este valor. A África de Sul investe em assistência social 2,4% do seu PIB.

Em Angola um pacote abrangente que inclui um subsídio para crianças menores de 5 anos para os 60% mais pobres, uma pensão universal de velhice para idosos a cima de 65 e uma pensão universal de invalidez, custaria 1% do BIP e alcançaria cerca de 5 milhões de pessoas. Este pacote seria similar ao de outros países de rendimento médio na SADC. Entretanto opções menos ambiciosas poderiam ser

consideradas com despesa muito abaixo de 1% de BIP nacional.

Acha que a introdução e expansão de estes tipos de programas seriam desejáveis para Angola? A introdução deste tipo de programas já está nos planos do Governo; o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 inclui no quadro das intervenções para redistribuição da riqueza. O esboço da nova Política de Assistência Social, que foi apresentada pelo Ministério Assistência e Reinserção Social (MINARS) ainda este mês, também inclui a transferência de renda como medida estratégica. Logo depois de a Política ser aprovada pelo Executivo, o Ministério poderá passar a fase operacional. Isso aparece de facto como uma maneira sensata para seguir em frente e esperamos que esta agenda possa avançar rapidamente e sem sobressaltos. A UNICEF tem trabalhado com o MINARS para assegurar o processo de aprendizagem contínua da experiência internacional. Nós vamos continuar a trabalhar com o Governo para apoiar o seu esforço na expansão da assistência social a população mais vulnerável, incluso através das transferências de renda.

1.6 Angola dos pobres continua ser a grande vaca das sociedades dos ricos do regime com os ricos de Portugal

*Jornal Folha 8
02 De Novembro de 2013*

O BPI apresentou um lucro de 72,7 milhões de euros, tendo a actividade deste banco em Angola contribuído com mais de 80%. Não é, por isso, difícil compreender as razões que levam Fernando Ulrich a ser, há muito tempo, um dos principais defensores do regime de Eduardo dos Santos.

De facto, o presidente do BPI, banco presente em Angola desde 1996, diz que não há corrupção em Angola, mau grado as organizações internacionais dizerem que o país dele é o terceiro mais corrupto da Europa e que o nosso é um dos mais corruptos do mundo. Em entrevista ao Diário Económico, em Junho de 2008, Fernando Ulrich considerou que as declarações polémicas então feitas por Bob Geldof "não têm sentido nenhum".

Questionado sobre a polémica à volta das declarações de Bob Geldof, que num evento promovido pelo BES em Lisboa disse que "Angola é um país gerido por criminosos", Fernando Ulrich diz que as

declarações "não têm sentido nenhum". Todos, até ele próprio, gostaríamos de acreditar.

O BPI tem em Angola o

Banco Fomento e Angola, sendo este o seu principal activo internacional.

Fernando Ulrich diz que a experiência do BPI em Angola não mostra um país corrupto.

Aqui tem toda a razão. O país não é corrupto. Corruptos são, pensa-se, os que (des) governam o país. Aliás, Geldof falou de um país gerido por criminosos e não de um país criminoso.

"O BPI nunca pagou nada a ninguém para obter nada em troca como nem nunca ninguém nos pediu nada para fazer o que quer que fosse em troca", disse ao "Diário Económico".

1.7 Angola a crescer (pouco) mais e a distribuir pior

Jornal Expansão

08 De Novembro 2013

Angola a crescer mais e a distribuir melhor, foi o slogan com que o MPLA ganhou as eleições gerais de 2012. O Orçamento Geral do Estado (OGE) é porventura o instrumento mais poderoso para o partido no poder cumprir a promessa. A análise da proposta de OGE para o exercício económico de 2014 dá-nos pistas importantes sobre o que está a ser feito.

Começando pelo crescer mais, o cenário macroeconómico apresentado com o OGE 2014, revela que em 2013, primeiro ano do governo saído das eleições, deveremos crescer menos, ainda que marginalmente, do que em 2012, último ano do governo anterior.

As últimas projecções apontam para uma variação real anual do PIB de 5,1% em 2013, menos uma décima de ponto percentual (pp) do que os 5,2% registados em 2012. Para 2014, o Governo prevê uma aceleração do ritmo de crescimento da economia para 8%. A previsão é mais optimista do que a do FMI, que aponta para um crescimento de "apenas" 6,3% em 2014.

A instituição baixou as perspectivas económicas para Angola, cortando o crescimento de 2012 (de 8,4% para 5,2%), de 2013 (de 6,2% para 5,6%) e de 2014 (de 7,3% para 6,3%), explicando que as revisões refletiam atrasos na execução orçamental. O mesmo motivo levou o Governo a baixar a sua estimativa de

crescimento para 2012, de 7,4% para 5,2%, e a projecção para 2013, de 7,1% para 5,1%. Analistas, incluindo este escriba, esperavam uma revisão em baixa da previsão oficial de crescimento para 2014, mas o governo manteve os 8,0% avançados no PND.

Uma decisão que estará ancorada no facto de o OGE 2014 prever um aumento do investimento público de 49,6%. O tempo dirá

drasticamente, não devemos esperar taxas de crescimento por aí além. A economia angolana vai crescer mais do que nos anos a seguir à crise, mas muito menos do que que cresceu nos anos dourados a seguir à Paz de 2002. Se, tudo o indica, vamos crescer um pouco mais, quanto ao distribuir melhor estou ainda mais pessimista. A proposta de OGE para 2014 é um retrocesso em matéria de gastos sociais. Não sou adepto de uma política assistencialista. Entendo, tal como o Governo, que a melhor forma de combater a pobreza é diversificar a economia para criar emprego. Desse ponto de vista, a aposta no investimento público para a construção de infra-estruturas que alavanquem a diversificação da economia é correta. Isto no pressuposto de que o investimento é bem selecionado, bem projetado, bem construído, bem fiscalizado e bem mantido. Enquanto investimento não dá os frutos desejados, é necessário apoiar as camadas da população mais vulneráveis através de prestações sociais diretas, melhor educação e mais saúde. Comparando a proposta de OGE 2014 com a de 2013 vemos que as transferências para as famílias que incluem apoios as crianças aos idosos, viúvas e doentes, levam um corte global de 31,8%.

A Função educação sofre uma tesourada de 23,6% com destaque para o ensino primário, que vai ter menos 33,3% de dinheiro alocado. Já o ensino superior, ao contrário do que seria recomendável, vê as suas verbas alocadas aumentarem 20,9% para um valor superior ao do ensino secundário que sofre uma quebra de 2,3%. Finalmente, a função saúde vê o seu envelope financeiro encoler 14%. Bem sei que as verbas alocadas a cada função não dizem tudo. Uma boa gestão pode até permitir fazer melhor com menos dinheiro. Mas receio bem que, pelo menos avaliar pela proposta de oge 2014 vamos distribuir pior. Espero que me engane.

I.8 Redução da pobreza centraliza estratégia

Jornal Economia e Finanças
15 De Novembro de 2013

Angola assinalou esta segunda-feira, 11 de Novembro, o 38º aniversário da proclamação da independência, cuja cerimónia oficial decorreu no Estádio de Ombaka, província de Benguela, sob o lema "Comemoremos o 11 de Novembro, promovendo a justiça social e o desenvolvimento humano".

O evento contou com a presença do vice-presidente da República, Manuel Vicente, que no seu discurso, garantiu que a meta imediata do Executivo, segundo o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, é reduzir abaixo dos 35 por cento os níveis de pobreza.

O vice-Presidente disse que em 11 anos de paz Angola deu um salto gigantesco rumo ao progresso e à modernidade, recuperando ou construindo de raiz as infra-estruturas necessárias para sustentar o desenvolvimento económico e social.

O Executivo planeia aumentar o Orçamento Geral do Estado a fim de atender às exigências do povo nos domínios da educação, saúde, energia e água, da produção alimentar e do combate à fome e à pobreza.

Manuel Domingos Vicente reconhece que é muito importante diversificar a economia angolana, ainda muito dependente do petróleo e dos diamantes, para usufruir das grandes potencialidades agrícolas, piscícolas e industriais do país, acreditando igualmente que o apoio ao comércio rural, a reabilitação de vias secundárias e terciárias, a melhoria dos transportes e a passagem do mercado informal para o formal são condições indispensáveis para aumentar o número de emprego e tornar o processo de desenvolvimento económico mais sustentável.

Conquistas

Com efeito, Manuel Vicente enalteceu a liderança de Eduardo dos Santos, sublinhando que todas as grandes conquistas do povo angolano se devem à clarividência e firmeza do líder do MPLA.

O governante sublinhou os progressos alcançados nos últimos 11 anos, desde o fim da guerra civil, em vários domínios, embora tenha considerado que ainda existe muito para fazer.

"Em apenas 11 anos de paz, Angola deu um salto gigantesco rumo ao progresso e à modernidade,

recuperando ou construindo de raiz as infra-estruturas necessárias para sustentar o desenvolvimento económico e social e pondo em funcionamento as instituições necessárias para a: consolidação de um Estado democrático e de direito", afirmou o vice-Presidente.

Metas sociais

De acordo com Manuel Vicente, o Executivo tem vindo a aumentar no Orçamento Geral do Estado as verbas para o sector social, com vista a atender às exigências do povo nos domínios da educação, saúde, energia, água, produção alimentar e combate à fome e à pobreza.

Contudo, Manuel Vicente, afirmou que os 38 anos da independência serviram para os angolanos reforçarem a consciência nacional.

O governante sublinhou que o desenvolvimento do processo de paz, de reconciliação nacional, das vitórias económicas, culturais e desportivas tem sido reconhecido em todo o mundo.

"38 Anos depois da proclamação da independência nacional, os angolanos têm vindo a reforçar a sua consciência nacional e o sentido de que somos um só povo e uma 'só nação", assegurou Manuel Vicente.

No seu discurso, rendeu homenagem aos patriotas que se sacrificaram pela independência nacional e disse que em 11 anos de paz Angola deu um salto gigantesco rumo ao progresso, à modernidade e para a consolidação do Estado democrático e de direito. '

Em Benguela, o vice-Presidente ofereceu meios diversos às autoridades tradicionais, deficientes físicos e também estendeu a outros jovens.

Desafios

Segundo o governador local, Isaac Maria dos Anjos, a província de Benguela "está firme e pronta" para os desafios de desenvolvimento que o país impõe. O governante fez esta afirmação durante a intervenção de boas vindas à província, que dirigiu à delegação do Executivo encabeçada pelo vice-Presidente da República, Manuel Vicente.

Ressaltou a expectativa dos benguelenses quanto ao crescimento económico da província, por via do Porto do Lobito e do Caminho-de-Ferro de Benguela que se estende desde diversas províncias do interior até a países vizinhos da região Austral do continente africano.

"Transmita, senhor vice-Presidente, ao Presidente da República que a província de Benguela está pronta

para os actuais desafios do desenvolvimento", disse o governador, numa breve declaração que ele mesmo se encarregou de traduzir em língua regional umbundo, a predominante nesta região do país.

Inaugurações

O ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás, inaugurou, recentemente, em Kamacupa, província do Bié, a ponte sobre o rio Kwanza, com 148 metros de comprimento e quatro de largura.

O acta enquadrou-se no programa de inaugurações que abrangeu as estações intermédias do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) no troço Kuito/Luena, as estações da sede do Kuemba, do Munhango e um apeadeiro na localidade de Savinguila.

Na ocasião, o governante considerou serem tais bens uma vitória do povo angolano, uma vez que desde o alcance da independência nacional, a 11 de Novembro de 1975, e com a paz efectiva em 2002, a situação tem estado a permitir a reconstrução do país.

A cidade de Mbanza Congo, capital da província do Zaire, ganhou, nesta segunda-feira, a primeira loja dos registos civis a nível da região, no âmbito das comemorações alusivas aos 38º aniversário da independência nacional.

Inaugurado pelo governador provincial, José Ioanes André, o empreendimento afecto à delegação local da Justiça e dos Direitos Humanos vai, entre outros, prestar às populações da região serviços de registo civil, notariado e cartório.

Orçadas em 85 milhões de Kwanzas, as obras de construção desta infra-estrutura, erguida num espaço de 250 metros quadrados, estiveram a cargo de uma empresa de construção civil angolana e duraram oito meses. É a primeira loja dos registos aberta no Zaire.

1.9 construção cria milhares de empregos

Jornal de Angola

18 De Novembro de 2013

o sector da construção civil está a criar todos os anos entre 30 a 32 mil novos empregos, nas empreitadas de Infra-estruturas públicas em todo o país, revelou o director de Intercâmbio e cooperação, Adérito Mohamed.

A perspectiva é de, até 2017, atingir perto de 200 mil novos postos de trabalho, nos contratos celebrados principalmente nas obras da rede fundamental de estradas. O sector é dos que mais está a crescer no

país. Para este ano, a previsão é de um crescimento de 7,6 por cento, depois de 7,5 por cento do ano passado. Em 2011, o sector registou 79.765 empregos.

"Temos contribuído com 30 a 32 mil empregados anualmente. Estamos a falar de 20 13 até 20 17, onde vamos gerar 190 mil novos postos de trabalho no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento", disse em declarações à RNA.

No seu programa de desenvolvimento, o Executivo defende o aumento do nível de empregos como forma de remoção das assimetrias regionais e, acredita, deve ser alcançado através da forte parceria do Estado com o sector privado e com o estímulo às micro, pequenas e médias empresas.

As bases para a intensificação do processo de diversificação estrutural da economia estão a ser lançadas com programas e projectos estruturantes nos domínios da energia, águas, vias de comunicação e telecomunicações, com a conclusão prevista para o próximo ano e pela criação de um ambiente macroeconómico favorável ao investimento privado no sector não petrolífero.

A estratégia de estímulo e de sustentabilidade do crescimento dá prioridade ao alargamento da base do crescimento económico e à correcção dos desequilíbrios no sector real da economia, para reduzir a elevada dependência do sector petrolífero. O Executivo pretende consolidar e aprofundar a

diversificação da estrutura produtiva, valorizar o mercado de trabalho através da criação de novos empregos no sector não-petrolífero e através da melhoria da competitividade da força de trabalho nacional, recorrendo a uma maior promoção das capacidades do capital humano do país, sobretudo no actual contexto de crescente concorrência internacional de trabalho que assola o país e que tem importantes implicações a nível da distribuição primária do rendimento nacional.

O Executivo acredita que, além de dar continuidade a esse esforço, a efectivação do processo de diversificação resulta, também, da aplicação de uma política de apoio ao desenvolvimento dos vários sectores da economia nacional, como a construção, que tem como consequência a criação de empregos.

I.10 Angola atinge objectivos do Milénio

Semanário factual

De 23 á 30 de Novembro 2013

Angola está entre os países que vão alcançar as metas dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (01vID) , em 2015, segundo dados da organização internacional WaterAid.

"Actualmente, Cabo Verde e Angola são os dois únicos países africanos, entre um pequeno grupo, que vão satisfazer este compromisso", afirmou Nelson Gomonda, responsável do programa pan-africano de WaterAid.

Aliás, Angola foi o único país africano que alinhou orçamentos separados para melhorar as instalações sanitárias e o acesso à água potável, de acordo com a fonte. Mesmo assim, em "Angola morrem mais de 16 mil crianças por ano", por causa da falta de instalações sanitárias assinalou. No entanto, os países africanos de língua portuguesa ainda estão longe de concretizar os OM:O definidos pela ONU.

"A Guiné-Bissau vai atingir os objectivos daqui a 30 anos, São Tomé e Príncipe daqui a seis anos e Moçambique daqui a 71 anos", afirmou Nelson Gomonda, reportando-se aos níveis actuais de progresso a nível nacional no acesso à água potável e nas instalações sanitárias.

Reconheceu que os recursos técnicos e financeiros dos governos africanos são limitados para o acesso à água e ao saneamento. Salientou ainda, que nenhum país de África conseguiu cumprir com a promessa feita em 2008, de atribuir 0,5 por cento do Produto Interno Bruto para os serviços de saneamento básico.

Apesar das perspectivas positivas para Angola e Cabo Verde, as consequências da falta de instalações sanitárias e de acesso à água potável são graves. Em termos económicos, por exemplo, o Banco Mundial estima que as carências em saneamento custam cerca de 124 milhões de dólares (91,5 milhões de euros) por ano em Moçambique.

Em termos de vias, as estimativas indicam que mil crianças morrem de diarreia provocada por condições sanitárias e higiénicas inadequadas. "Mais de nove mil em Moçambique e cerca de 900 [crianças] na Guiné-Bissau morrem por causa de carências no acesso a estes serviços básicos", asseverou Nelson Gomonda.

A WaterAid trabalha com organizações parcerias locais e colabora com os governos para melhorar o acesso à água potável e as condições de saneamento.

Desde 1981, a WaterAid ajudou 19.2 milhões de pessoas a terem água potável.

Pessoas que vivem sem instalações sanitárias adequadas são mais vulneráveis. Pessoas que vivem sem instalações sanitárias adequadas são mais vulneráveis a doenças, como o paludismo ou a cólera. Hoje, a saúde de 2,5 mil milhões de crianças e adultos sem casas de banho está em perigo.

A simples instalação de uma casa de banho pode salvar milhões de vidas e levou as ações Unidas a reconhecer, oficialmente, o Dia Mundial das Casas de Banho, a 19 de Novembro.

Esta comemoração internacional pretende sensibilizar o público para os problemas relacionados com a falta de saneamento num tom mais humorístico, como confirma um dos 'slogans': "Happy Toilet day(feliz dia da casa de banho).

2. MICROFINANÇAS

2.1 Desafios do sector bancário Angolano

Jornal O País

01 De Novembro de 2013

O Sector Bancário continua a caracterizar-se por um forte dinamismo e capacidade de inovação, considerando o reforço contínuo da regulamentação aplicável, bem como uma cada vez maior abertura da economia Angolana ao exterior', destaca o estudo 'Análise ao sector bancário angolano', apresentado em Luanda pela consultora KPMG.

Contudo, o estudo indica que 'os clientes e o mercado em geral são cada vez mais exigentes e sofisticados, procurando não só uma maior literacia financeira, como também mais e melhores opções de investimento e de poupança'. 'Neste contexto, as Instituições Financeiras continuarão a ter novos e crescentes desafios pela frente, quer ao nível do seu modelo de negócio global, quer ao nível do seu modelo operativo', refere o estudo, indicando que 'estes desafios irão permitir às Instituições continuar a acrescentar e criar valor nos seus processos de negócio, nos seus produtos e serviços, e consequentemente repassar esse valor para o cliente'. 'Apesar da 'forte' vaga regulamentar apresentada pelo BNA nos últimos meses, as Instituições Financeiras têm cada vez mais a capacidade e a oportunidade de se alinharem com as melhores práticas internacionais, uma vez que as próprias Entidades de Supervisão Angolanas fomentam e procuram em primeira instância, que o Sector garanta esse mesmo alinhamento de forma gradual', sublinha o documento.

Advoga ainda que 'dada a contínua evolução do Sector, tão relevante para o desenvolvimento e modernização da economia Angolana, a KPMG procura, no âmbito deste estudo, partilhar o seu entendimento e suscitar a reflexão sobre alguns desses desafios, demonstrando claramente como poderá estabelecer relações de parceria fortes e consolidadas com as Instituições financeiras, apoiando-as. ao longo dos próximos anos, no seu desenvolvimento e crescimento sustentado'.

Reforço da rentabilidade

Para tal, a KPMG avança como desafios o reforço da rentabilidade na banca angolana, satisfação de cliente bancário, desenvolvimento de modelos de bancassurance, Basileia/modelos de risco, novo

pacote regulamentar: Governação Corporativa e sistema de controlo interno, implementação dos IFRS, FATCA - Desafios e Implicações no Sector Financeiro Angolano, reforma tributária desenvolvimentos recentes, gestão de processos de negócio (BPM), continuidade de negócio; 'anti money laundering' e mercado de capitais.

Victor da Cunha Ribeirinho refere a propósito do branqueamento de capitais que 'ainda há muito por percorrer e é um desafio a manter na agenda dos bancos e não é um tema a ser discutido e no que se refere ao mercado de capitais aponta que 'há sinais mais evidentes para que haja o mercado de capitais. E uma oportunidade muito relevante para alavancar o seu crescimento (corretagem, intermediação e serviços). Em 2014 arranca o mercado secundário de dívida e em 2016, o mercado de acções'.

Angola confirma crescimento 'O ano de 2012 continuou a confirmar Angola como um dos países com maior índice de crescimento do continente africano, contrastando com a crise económica que se mantém desde 2008 um pouco por todo o globo', conclui o estudo.

Para tal, diz o estudo 'milito têm contribuído os esforços envidados pelo Executivo Angolano no sentido de diversificar os pólos de crescimento da economia do País, com o propósito de dirimir os índices de dependência face ao sector petrolífero e diamantífero'. 'Esta diversificação tem sido particularmente evidente no sector financeiro, no qual se nota uma clara evolução nos últimos anos, tornando-o num dos mais robustos da economia de Angola na actualidade', realça o estudo da KPMG.

O documento indica também que 'exemplo da evolução positiva do Sector é o aumento continuado do número de balcões, trabalhadores empregados nas instituições, activos ou mesmo do produto bancário, o que é revelador do esforço que tem vindo a ser desenvolvido pelos responsáveis das Instituições Financeiras Angolanas no sentido de elevar o nível do Sector, aproximando-o dos elevados standards africanos e, num futuro não tão longínquo, das melhores práticas europeias'.

Mais depósitos em moeda nacional

O estudo destaca, entre as principais conclusões, que 'também a nível regulamentar tem sido feito um enorme esforço no sentido de a regulação do Sector acompanhar o seu crescimento'. 'De facto, a aprovação de nova regulamentação em diversas áreas, com o objectivo de melhorar os níveis de monitorização e regulação das instituições financeiras do País, tem contribuído para o seu

desenvolvimento', e indica que 'a 'desdolorização' da economia Angolana, outras das principais preocupações do Executivo (e combatida através de diversas medidas) começa também a fazer-se sentir, na medida em que o ano de 2012 ficou marcado por uma diminuição na percentagem de depósitos constituídos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, um aumento dos depósitos constituídos em moeda nacional'. 'Apesar do Sector apresentar elevado crescimento, importa destacar o ainda baixo nível de bancarização da população Angolana, bem como a elevada concentração (cinco instituições detêm aproximadamente 78% dos seus activos totais) '.

O estudo avança ainda, à guisa de conclusão, que 'em face do exposto, e não obstante o enorme potencial evidenciado, é possível afirmar que o Sector Financeiro Angolano enfrenta ainda importantes desafios nos próximos anos'. ' De facto, a evolução do mesmo irá originar novos desafios ao nível da regulação, da organização das instituições, das opções comerciais a tomar (fruto da maior concorrência e das alterações a nível fiscal que já ocorreram e ainda irão ocorrer) e da estratégia utilizada para enfrentar um sector cada vez mais competitivo', sublinha.

2.2 Inclusão financeira deve ser acelerada

Jornal Economia e Finanças
01 De Novembro de 2013

O fosso existente entre a população e as operadoras bancárias é um dos factores apontados para a exclusão financeira no país. Assim, para combater este distanciamento é necessário promover a proximidade junto dos potenciais clientes, reforçando, a capilaridade dos canais de contacto. Estes dados constam do estudo sobre o observatório da inclusão financeira em Angola, apresentado recentemente pela consultora Deloitte.

O estudo avança que o Banco Nacional de Angola (BNA), em parceria com outras instituições públicas e privadas, tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas que visam acelerar o processo de inclusão financeira.

Para o efeito, estas iniciativas assentam em quatro áreas de actuação nomeadamente em canais de distribuição, oferta de produtos financeiros, educação financeira e de credibilização do sistema financeiro.

Aposta em produtos

O relatório sublinha que o lançamento de novos produtos financeiros direccionados para a população de baixo rendimento, designadamente "bankita" e "bankita a crescer", é um resultado concreto do desenvolvimento destas medidas.

Com um valor mínimo de abertura de 100 kwanzas, à conta "bankita" pode ser aberta com qualquer documento de identificação e sem despesas de manutenção, enquanto o "bankita a crescer" pode abrir-se com um valor mínimo de mil kwanzas e máximo de 250 mil kwanzas. Dados apontam que, até Maio último, se contabilizavam cerca de 200 mil contas "bankita" e 5 mil de "bankita a crescer".

Estratégias

O estudo à temática da inclusão financeira é transversal a vários países, contudo, não existe uma solução padrão. Assim, as estratégias e metodologias a adoptar deverão ter em conta as características económicas, culturais, geográficas e demográficas de cada país.

Neste sentido, é essencial que sejam definidos mecanismos e construídos indicadores que permitam monitorizar e avaliar, de forma rigorosa e regular, a evolução do processo de inclusão. O índice de inclusão financeira (IIF) procura medir o grau de acesso da população a produtos e serviços financeiros.

Contudo, pela sua natureza e complexidade, o IIF pode ser avaliado pela combinação de diferentes indicadores e variáveis. Um dos indicadores frequentemente utilizados é a percentagem de adultos que detêm contas em instituições financeiras formais.

Resultados

O relatório estima que globalmente a percentagem de adultos com uma conta numa instituição financeira formal seja cerca de 50 por cento, ou seja, 2,5 mil milhões de adultos não têm conta bancária. Independentemente das variáveis consideradas na definição do IIF, verifica-se que há grande heterogeneidade dos resultados registados nas diferentes regiões do globo, sendo que a maioria dos adultos financeiramente excluídos vivem em economias em desenvolvimento.

Por outro lado, outros motivos que contribuem para a exclusão financeira são variados, podendo estar relacionados com a acessibilidade dos pontos de venda, com a não adequação dos produtos, quer a nível das suas especificidades quer a nível de preços, e com a falta de conhecimento por parte dos potenciais

clientes, das características e vantagens dos produtos e serviços financeiros.

De acordo com um estudo promovido pelo Banco Mundial, cerca de 20 por cento dos inquiridos indicam a falta de documentação e a distância das agências como uma das razões para não ter em conta numa instituição, financeira.

Sector financeiro constitui peça chave na engrenagem do desenvolvimento da economia e na prosperidade das comunidades. Este sector deve assumir como seu, o propósito de responder às necessidades financeiras das populações, disponibilizando um cabaz diversificado de produtos e serviços.

Crescimento

O acesso de todos a esta oferta é um elemento fundamental para o crescimento e estabilidade económica. Assim, torna-se relevante promover soluções que permitam ultrapassar as barreiras que, de forma natural e sistemática, tendem a excluir parte da população, nomeadamente as camadas populacionais mais pobres - Programas de Inclusão Financeira.

O documento conclui que o processo de inclusão financeira impulsiona ainda a criação de riqueza através da disponibilização de financiamento para as actividades económicas e fomenta a geração de emprego.

Neste contexto, importa referir que a criação de histórico bano cário presta um importante contributo de suporte ao processo de concessão de crédito.

O objectivo primordial do Observatório é o acompanhamento do processo de inclusão financeira, analisando as diferentes iniciativas em curso e os seus resultados, estudar e investigar experiências internacionais, identificando soluções inovadoras que possam ser adaptadas à realidade nacional.

2.3 Bancos rejeitam 90% dos pedidos de crédito

Jornal Folha 08

02 De Novembro de 2013

Noventa por cento dos pedidos de crédito são rejeitados pela banca a operar no nosso país. Razões? Os bancos viram em 2012 o crédito malparado duplicar, explicou em Luanda o governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano.

O governador, que intervinha na conferência promovida pela consultora Deloitte para apresentar a sua análise do desempenho dos bancos comerciais

em Angola, retirou aqueles números de um estudo efectuado pelo BNA sobre a actividade creditícia no país.

O estudo ouviu entidades públicas, empresas financeiras e não-financeiras e pessoas singulares e, segundo José de Lima Massano, entre outras conclusões, destaca a falta de informação sobre a actividade económica de quem pede crédito, designadamente por não terem contabilidade organizada ou inexistência de dados fiáveis ou actualizados sobre a sua actividade empresarial.

O governador do banco central disse que o estudo expôs "fragilidades" nos procedimentos de acompanhamento da utilização dos créditos concedidos e "insuficiências operacionais" dos departamentos responsáveis pela recuperação do crédito malparado.

Por sua vez, o estudo da Deloitte sinaliza que o crédito malparado em Angola duplicou em 2012, confirmando as conclusões de outro estudo analítico sobre a banca angolana, divulgado há dias em Luanda por outra consultora, a KPMG, que fixa em 83,5% o crescimento do malparado em 2012.

O estudo "Análise do Sector Bancário Angolano" da KPMG, elaborado pelo quarto ano consecutivo, destaca que 2012 "foi marcado por um aumento significativo (do crédito malparado) de cerca de 83,5 por cento face a 2011 - ampliando assim para 6,76 por cento o peso do crédito vencido no total de crédito concedido (4,60 por cento em 2011)". Apresentado por Vítor Ribeirinho, responsável do Departamento de Auditoria de Serviços Financeiros da KPMG, o estudo demonstra que mais de dois terços dos activos totais da banca angolana (78 por cento) são detidos por cinco bancos, entre um total de 19 instituições financeiras que colaboraram na elaboração do documento. Apenas cinco bancos não enviaram informações e entre as várias conclusões que adianta, o documento destaca o "baixo nível de bancarização" em Angola, numa taxa que varia entre os 23 e os 25 por cento.

Entre os desafios que a banca angolana vai enfrentar nos próximos anos, o estudo aponta a "deterioração expectável da rentabilidade", e que os dados já conhecidos relativos ao primeiro semestre de 2013 permitem prever.

"O ano de 2013 seguramente vai ser um mau ano. Não será um ano de viragem. 2014 Pode ser um pouco melhor, mas aqui entram outros factores, de natureza política de que não desejo falar", acrescentou Vítor Ribeirinho.

Aquele técnico adiantou que a "melhoria esperada" da execução orçamental nos próximos meses deverá aumentar a capacidade das empresas.

"Algumas delas tiveram dificuldades nos últimos meses também de liquidez e, obviamente tendo problemas de liquidez, há problemas de pagamentos e tendo problemas de pagamentos há aumento de provisões.

Eu diria que a partir de 2014 pode haver alguns sinais de esperança, positivos", afirmou.

Todavia, segundo Vítor Ribeirinho não deve ser somente o sector bancário "a fazer um percurso".

"As empresas também têm elas próprias, cada vez mais, de estar preparadas, porque se querem crédito vão ter que se preparar para demonstrar que podem merecer esse crédito", defendeu.

Por outro lado, Vítor Ribeirinho considerou que o sector bancário angolano evoluiu nos últimos anos, passando a estar mais em linha com as boas práticas internacionais: "A própria banca angolana está mais exigente. No passado recente, o financiamento de determinados projectos era muito baseado na confiança nos accionistas que estavam por detrás dos projectos. Neste momento as instituições financeiras, por reflexo do que se passou em 20 e que continua em 2013 com o aumento das imparidades e do crédito vencido, começam a aprender um bocadinho a lição". Finalmente, o estudo conclui que apenas menos de metade dos bancos que colaboraram na elaboração do estudo têm soluções de recuperação de sistemas de informação. "A Continuidade dos Negócios ainda não faz parte da cultura dos bancos angolanos, sendo que, nas actuais circunstâncias, é muito provável que nem todos estejam preparadas para responder de forma eficaz a um incidente grave, que interrompa as suas operações críticas e as impeça de prestar serviços aos seus clientes", desataca o estudo.

Do lado positivo, o estudo destaca a continuidade do crescimento do sector, quer em número de balcões (mais 10,5 por cento), quer de colaboradores (13,83 por cento).

2.4 Angolanos poupam mais fora do sistema financeiro

Jornal de Angola

08 De Novembro de 2013

O administrador do Banco Nacional de Angola, Manuel António, disse no encerramento da Feira de Poupança, em Luanda, que a população angolana tem

alguma cultura de poupança, mas pouca e fora do sistema bancário.

"A população tem de procurar os bancos e deixar lá as suas poupanças ainda que pequenas".

Os angolanos, acrescentou, têm a cultura de fazer kixikila e outras formas de poupança, mas é preciso trazer essa poupança para o sistema bancário, porque quando se poupa numa kixikila é um grupo restrito. "Muitas vezes o recurso de que dispomos e" não precisamos no momento pode ser útil a quem precisa e desta forma até o dinheiro rende."

Manuel António explicou que a Feira de Poupança foi realizada no âmbito do programa de educação financeira e com ela se pretende incutir nas pessoas, primeiro, que ir ao banco não é um tabu, e segundo, dizer às pessoas que do rendimento se pode poupar sempre alguma quantia. "A informação que passamos é que o banco é para todos e não é discriminatório. No banco encontramos não apenas dinheiro mas também conselhos sobre como administrar as finanças pessoais."

O administrador do Banco Nacional de Angola encorajou os representantes dos bancos comerciais presentes na Feira de Poupança a participarem nas próximas edições do encontro, para que possam atrair mais clientes ao sistema bancário. "Encerramos a feira, mas não o contacto com os bancos comerciais e com os seus clientes.

Precisamos sentir-nos estimulados para este exercício de cidadania, para o bem do nosso sistema e da nossa sociedade", referiu.

Manuel António disse estar satisfeito com a realização da feira. "O sentimento é de satisfação porque conseguimos ter aqui a divulgação dos nossos produtos e satisfazer a dúvida da população no que concerne aos serviços bancários. Louvamos a participação dos bancos e da sociedade que não mediu esforços para participar".

2.5 BAI-Micro Finanças capta 500 contas de poupança

Jornal Economia e Finanças

22 De Novembro de 2013

O banco BAI-Micro Finanças promoveu no último fim-de-semana na cidade do Kuito, província do Bié, uma campanha de abertura de contas bancárias de poupança, denominada meu "Porquinho", em que foram angariados 500 novos clientes.

A informação foi avançada à Angop, pelo director comercial daquela instituição no país, Pedro Eduardo, sublinhando que, o evento visa oferecer mais oportunidades aos cidadãos, realçando que o gesto enquadra-se no projecto de expansão das actividades do banco BAI -Micro Finanças a nível de Angola.

Sem revelar o número de clientes controlados, disse que para abertura da conta o cliente deverá apenas possuir uma quantia equivalente a 500 kwanzas, cópia do Bilhete de Identidade e que a instituição financeira tem as suas acções viradas ao desenvolvimento do empreendedorismo, especialmente para os jovens.

Acções de género disse o responsável, já foram realizadas no município do Gulungo Alto (Kwanza-Norte) e Luanda, salientando que a estratégia teve boa aceitação por parte da população.

Pedro Eduardo assegurou que, nos próximos tempos, actividades similares estender-se-ão à cidade de Ndalatando, capital do Kwanza-Norte, com vista a beneficiar de igual modo as populações, mormente os jovens empreendedores.

Outrossim, o responsável aproveitou a ocasião e exortou a camada juvenil biena no sentido de aderir àquela instituição de modo a permitir o crescimento socioeconómico da região e dos próprios jovens, em particular.

O banco BAI Micro-Finanças está no mercado financeiro na província do Bié, a mais de dois anos. Além de vários serviços: ajuda os empreendedores a desenvolver diversos negócios que impulsionam o crescimento da região.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 CIS com movimento imparável

Jornal O País
01 De Novembro de 2013

Apesar de os mototaxistas rondarem por todo o perímetro do Talatona, sobretudo nas proximidades de instituições escolares, bancos, supermercados e outros estabelecimentos de atendimento ao público, como o SIAC e o 4Q Bairro Fiscal, é no largo do Instituto de Ciências Sociais e Relações Internacionais (CIS), onde eles decidiram montar o seu primeiro terminal.

Aí, a movimentação é constante, principalmente no período da manhã, entre às seis e às oito horas, altura em que trabalhadores e estudantes precisam ganhar tempo para não se atrasarem nas suas jornadas.

Normalmente, as motorizadas que, às vezes, chegam a atingir um número superior a 50, não demoram cinco minutos para sair, ao ponto de ficarem em metade, pois a procura é tanta que os motociclistas chegam a fazer mais de 25 mil Kwanzas por dia, conforme contou Manuel Joaquim, de 18 anos de idade, um dos fundadores da paragem do CIS.

"Nós não temos problema de clientela, aqui há sempre alguém solicitando levá-lo para CASACON, Belas Shopping, Ponte molhada, Lar do patriota ou Cajueiro, para além dos estudantes que vêm a qualquer momento", contou o jovem motoqueiro, apontando esta como a razão que o motivou a ele e a sua equipa a destacarem-se no também conhecido como largo da ZAP.

O Kupapata que estava agasalhado dos pés à cabeça, de modo a evitar que os transtornos da chuva matutina de Terça-feira, 29, o impedissem de trabalhar, mencionou nomes como Mário, Augusto e Tio Paulo, com quem já trabalhou mais de dois anos no bairro Dangereux, como sendo os fundadores do referido posto do Talatona.

Embora atribua o protagonismo ao colectivo, «Pit buli», como Manuel Joaquim é tratado entre amigos, é apontado por colegas como o fundador da paragem, por ser o primeiro a ficar aí a espera de passageiros, numa altura em que os outros só passavam pelo Talatona.

"Criamos uma ideia conjunta e decidimos vir para aqui, fazemos o nosso trabalho e ganhamos um

pouco mais do que no local de onde saímos", assegurou, sublinhando que esta zona urbana requer mais atenção.

3.2 Estudantes e trabalhadores satisfeitos com moto taxistas no Talatona

Jornal O País
01 De Novembro de 2013

Segundo Paulo Fernandes, de 37 anos de idade, que se apresentou como trabalhador de uma empresa localizada perto do edifício da Unitel, antes da chegada dos motoqueiros ao Talatona a sua trajectória para o serviço exigia de si um sacrifício que começava na responsabilidade de se levantar muito cedo e terminava com a caminhada para o serviço, num percurso por si avaliado em mais de três quilómetros.

Este esforço acontecia porque os taxistas habituais da zona, normalmente os de carros de marca Toyota-Corola, Stalet e outros ligeiros, no seu percurso, só contemplavam as ruas da TDA e Universidade Óscar Ribas, no sentido ascendente, para no descendente privilegiarem a avenida do Belas Shopping, Business Park e SIAC (Serviços Integrados de Apoio ao Cliente), tendo como ponto de partida e chegada as imediações do supermercado Mundo Verde (Martal), na avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy.

Importa referir que esta rota normal dos candongueiros não deixava mal os estudantes cujo destino era a Universidade Privada de Angola (UPRA), o Instituto Superior Politécnico e Tecnologia (IPSTEC) e o CIS, (Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais), próximo do qual se encontra, actualmente, montado o primeiro terminal dos kupapatas. "Desde Agosto que já durmo um pouco mais, pois, quando chego ao Mundo Verde, ligo para um deles e traz-me até aqui à porta do local de trabalho", contou o cliente', que acabava de descer da motorizada de Chico Fiel.

Quem testemunhou a satisfação de Paulo Fernandes foi um agente do posto de entrada, destacado na Segunda-feira, 28, que detalhou pormenores ligados à distância e dificuldade diárias.

"Este colega era o que mais sofria aqui, porque vive no bairro Rocha Pinto e o carro do serviço só passa na rua da Samba", informou, o companheiro de Paulo, tendo pedido para não serem mencionados, nesta reportagem, o seu e o nome da empresa.

Poucos momentos depois, Paulo Fernandes tirou do seu bolso 500 Kwanzas, que entregou ao motoqueiro, tendo-lhe este dado o troco de 300, o que denunciava o custo do serviço no valor de 200 Kwanzas.

Abordado, o mototaxista não se dispôs a falar a O PAÍS, alegando que naquele instante tinha de ir à busca de outro freguês, na zona do Lar do Patriota, que só tinha 50 minutos para a entrar na ZAP.

"Ele entra às oito horas, se se atrasar só me paga cento e 50 Kwanzas, a metade daquilo que eu devia ganhar," argumentou Chico Fiel, para justificar a pressa.

Paulo Fernandes tem beneficiado destas prestações de Chico e de outros colegas de ofício do motoqueiro.

Quando o cliente solicita o Kupapata para o ir buscar à casa ou levá-lo do serviço, a operação fica orçada no mesmo valor, uma prestação monetária que, na óptica de Paulo, lhe desconta o grande esforço de andar a pé.

Questionado se, ao fim de uma jornada, esta opção não lhe gastava mais dinheiro, o entrevistado disse que no fim das contas a vantagem não se podia atribuir à prestação da empresa, uma vez que o desconto daquilo que lhe parecia ser o encaminhamento directo do subsídio de transporte, chegava a ser mais caro.

Pós-pago no caminho dos Kupapatas

Daniel, estudante do CIS, reconheceu que a sua classe tem a sorte de ver os automobilistas pararem imediatamente à entrada das instituições, mas ainda assim prefere usar os kupapatas para chegar cedo à escola.

"Os taxistas chegam até à nossa porta, entretanto, colocamos os motoqueiros como prioridade, porque eles não têm de esperar que mais pessoas lotem a motorizada, é só a gente subir e vai ao destino", disse

Daniel, tendo acrescentado que, por essa via, também se estava isento do frequente engarrafamento, registado diariamente em algumas artérias do Talatona.

Outra vantagem que o estudante aproveita dos mototaxistas é o facto de estes admitirem o pagamento semanal ou mensal.

"Depois de conhecerem a nossa casa, eles podem levar-nos todos os dias, esperando que a semana ou o mês termine para receberem o dinheiro", revelou

Daniel, dando a conhecer que no dia 31 de Outubro terá de dar ao seu transportador 12 mil Kwanzas.

A mensalidade não desconta os feriados, muito menos os dias em que Daniel tem uma boleia ou opta por outros meios, soube O PAÍS do próprio, que assegurou haver contrato assinado com testemunhas das duas partes.

Mas nos dias em que o motoqueiro não aparece em sua casa antes das sete horas, ele perde 50 por cento da cifra diária, avaliada em 600 Kwanzas, de acordo com as cláusulas do contrato. O mesmo sucede se o Kupapata não o apoiar à saída das aulas, entre às 12h:30 e 13 horas.

"Com a responsabilidade dividida, os dois lados se esforçam por cumprir com seus deveres para não verem as suas causas prejudicadas, porque ninguém gosta de perder", frisou Daniel, sublinhando que os estudantes do CIS e os trabalhadores da ZAP são os que mais beneficiaram com o surgimento dos motoqueiros no Talatona, pois o terminal está mesmo ao lado de suas instituições.

3.3 Regras exigentes

Jornal O País

01 De Novembro de 2013

Para Nelson, a operação no Talatona está facilitada no que toca à clientela, mas anda dificultada no capítulo da observância dos sinais. "Estávamos habituados a conduzir no bairro onde não há sinais de trânsito, chegamos aqui é no chão, é nos postes, está tudo cheio de regras" disse, referindo-se às marcas rodoviárias e aos sinais verticais.

Outra preocupação do taxista teve a ver com a situação em que se encontram ele e seus colegas, cujas motorizadas não têm documentação, nem estão licenciadas para fazer o trabalho de táxi.

Aliás, segundo pôde constatar este jornal, muitos desses veículos não possuem chapa de matrícula, uma situação que obriga os condutores a estarem atentos aos polícias que passam por aí.

Na paragem do CIS a nossa reportagem não registou nenhum motociclista sem capacete, no entanto, eles queixam-se dos seus clientes por não aceitarem usar este meio de protecção.

"Eles falam que vão apanhar muitas doenças se usarem o nosso capacete", reclamaram os homens da moto, tendo informado que, por estarem a operar numa zona urbana, fazem o esforço de actuarem de forma legal.

Os motoqueiros têm consciência de que as suas motorizadas lhes exigem título de propriedade e livrete, sendo que ao próprio se impõe a licença de condução, no caso de o veículo motorizado possuir menos de 100 em cúbicos, pois, daí para cima há a necessidade de ter carta de condução averbada.

3.4 Venda -Ambulante dificulta recolha de lixo

Jornal Manchete

01 De Novembro de 2013

A situação está a preocupar a Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), que aponta como solução a retirada dos vendedores ambulantes em alguns pontos da cidade, uma vez que tem dificultado às operadoras, o trabalho da recolha de resíduos sólidos aos fim-de-semanas.

De acordo com o membro da Comissão de Gestão da Elisal, Tomás Baptista, a empresa que dirige tem concessões com as operadoras privadas, estando estas distribuídas nas suas áreas de jurisdição, concretamente, nas zonas onde apresentam grandes focos de resíduos sólidos.

A estes locais, disse o responsável, a responsabilidade recai sempre às operadoras. Mas, o problema da venda ambulante, praticamente, acontece 24/24 horas, enquanto os serviços de limpeza têm um período que vai das sete às quinze horas. Tomás Baptista manifestou também a questão de segurança do pessoal que efectua a limpeza. "A área ficando livre as operadoras estarão em condições de fazer o seu trabalho de limpeza", disse. Defendeu ainda a criação de brigadas para o reforço do processo de limpeza na cidade capital do país e acredita na possível resolução desta problemática. "O problema não está nos locais em que são instalados os recipientes de recolha de resíduos sólidos, mas sim, a venda ambulante", insistiu o responsável.

3.5 Vergonha sobre a necessidade

Jornal O País

01 De Novembro de 2013

Por se tratar de uma zona muito falada, como é a do Talatona, muitos são os alunos que, por vergonha, não querem ser vistos a andar de motorizada. Entre estes, destaca-se a classe feminina.

A olhos nus, podia arriscar-se em dizer que nenhuma estudante se serve dos préstimos dos kupapatas, mas estes explicaram a estratégia das raparigas, quando a

equipa desta reportagem perguntou sobre a razão da abstenção feminina.

"Elas dizem que têm vergonha de assumir que andam de moto, por isso preferem dar-nos um toque, para lhes apanhar em posições mais discreta", revelou Sabonete Abreu, um dos motoqueiros que apontou às proximidades do Belas Business Park, como o "ponto estratégico" do embarque das mulheres.

Acrescentou que uma vez na motorizada, elas confidenciam o seu destino, pedindo também para lhes deixar numa área oculta, só que, reforçou, nem sempre as coisas saem a favor delas.

"Um dia levei uma estudante que fugiu dos outros, mas, ao descer, antes do Mundo Verde, uns seus colegas vinham com amigos meus, também de motorizada, e viram-na", relatou Sabonete, tendo adiantando que, depois daí foram só risadas contra ela que, segundo os zombadores, desprezava os alunos que optavam por esta via.

Sobre a falta de coragem, algumas estudantes do CIS, que aceitaram falar à O PAÍS, sob condição de anonimato, alegaram que na universidade existe o hábito de puxar o protagonismo, daí a atitude da camada feminina.

Quanto aos pontos estratégicos criados por esta classe, consideraram como um esconderijo temporário, porque a disputa entre os motoqueiros acabará por descobri-lo. Elas asseguraram que ainda não andaram de motorizada, mas que isso não justifica a falta de necessidade.

"Às vezes há necessidade de irmos pedir aos kupapatas para nos levarem, mas a pressão é tanta que, na hora da decisão, tudo falha", confessaram as mulheres, confiantes de que vêm por aí dias sem preconceitos.

De acordo com elas, alguns rapazes tentam seguir a onda das meninas, mas, quando a aflição é demais, renunciam à vaidade, submetendo-se, na maior parte das vezes, em dívidas prolongadas.

3.6 Valas entupidas entre Cassequel e Bairro popular

Jornal de Angola

04 De Novembro 2013

É cada vez mais frequente ver em Luanda pessoas, que constroem casas Junto às valas de drenagem. Depois cada morador faz o seu depósito de lixo e quando atingem um certo volume, os resíduos sólidos são atirados para dentro das valas. Por Isso

ficam obstruídas. Por mais que os serviços de limpeza façam o seu trabalho, as pessoas continuam a depositar lixo nos canais que devem escoar as águas da chuva. O estado em que se encontra a vala de drenagem que separa o bairro Cassequel do Bairro Popular é péssimo. Para além do lixo que é depositado na .sala pelos moradores, existem também muitos mercados informais instalados ao longo da vala e que invadem os passeios. A rua transformou-se num verdadeiro "centro comercial". Tendas e barracas são construídas ao longo da vala e ocupam os passeios. Os mercados instalados anarquicamente tomaram conta da rua e o "pandemónio" é de arrepiar. As sucatas abandonadas ao longo da vala também contribuem para a lixeira. A venda ambulante está presente e os vendedores fixos geram montes de lixo. A circulação de viaturas e de peões é feita aos apertos e com choques constantes. É quase impossível transitar no local .A lavagem de carros também é um problema . o Saneamento básico desapareceu há muito.

3.7 "Nova praça" em Viana transformou-se em ponto alto de prostituição

Jornal Continente
08 De Novembro 2013

Mais uma praça no município de Viana nasceu, na rua direita da Administração Municipal, depois de terem destruído a estrada, no âmbito do plano de requalificação e aplicação de valas de drenagem. A equipa técnica (Zeca) não conseguiu, até à presente data, concluir as obras no que concerne ao asfalto da via. Isso fez com que se criasse nessa via inacabada uma praça improvisada por parte de vendedoras daquela circunscrição. Em certas zonas deste município e não só, não há estradas alternativas ou vias terciárias.

A nossa equipa de reportagem deslocou-se àquele município para constatar os factos, tendo contacto alguns munícipes que se dispuseram a falar para este Jornal.

Domingas Paulina começou por dizer que enquanto as obras não forem concluídas, aquele local é o preferido por estar ou dar acesso à via principal, sendo rentável. Quando chegam os fiscais, elas correm escondem-se e permanecem nos labirintos entre as casas até no final do dia, escapando-se das autoridades. Às 19 horas vestem-se de colãs para seduzirem os agentes de serviço.

Por outro lado, as vendedoras e moto-taxistas, mostraram as inquietações que os afligem no seu dia-

a-dia, por não encontrarem condições para desenvolver as suas actividades.

A estrada que faz a ligação entre os municípios de Viana e Kilamba Kiaxi passando pelo Projecto Morar/Luanda Sul, ficou totalmente destruída tomando-se num grande perigo para os populares que ali circulam e os automobilistas não encontram outra alternativa. Segundo a fonte, a estrada está degradada e tem provocado consequências graves. A Administração de Viana, em certos casos, tem procurado retirar os populares usando a força da polícia, mas não tem surtido efeito, porque, depois das instituições fecharem, as vendedoras voltam à ribalta. Homens e mulheres são encontrados naquela estrada destruída, tomada praça, a venderem produtos diversos, divididos em parcelas: "praça dos langas", das "Kínguilas" e das chamadas "areou", cada área com o seu negócio, criando um aglomerado de lixo e prejudicando à saúde pública. O Continente soube, também, de fonte segura que os vendedores que ali frequentam, na sua maioria mulheres, quando são autuados pela polícia, partem para a prática da corrupção, pagando aos polícias valores monetários e, muitas das vezes, levam-nos para casas de bebidas, chamadas cinquentenas, incluindo para a prática de prostituição.

Muitas senhoras, donas de casas e meninas dos 16 aos 25 anos vêm nesta prática a forma fácil de fazerem a vida. Correm para aquela praça com o objectivo de se envolverem sexualmente com qualquer homem e serem pagas, acrescentou a fonte.

Segundo alguns frequentadores assíduos que a frequentam dizem que já existem casas onde se dirigem para tal prática e pagam aos proprietários, a fim de praticarem a prostituição, inclusive indivíduos afectos à Polícia Nacional, algumas vezes em serviço, que se dirigem para lá, visto que, no dizer de muitos o negócio sexual está "acessível"

3.8 Vendedoras alimentam desfavorecidos no Zango I

Novo Jornal
08 De Novembro de 2013

UM GRUPO de mulheres vendedoras de Viana tem prestado solidariedade aos mais carenciados, distribuindo bens alimentares diversos, com parte do lucro das suas vendas. Recentemente, o grupo estendeu a mão ao centro de crianças e jovens desfavorecidos El Betel.

O centro, localizado no Zango 1, no município de Viana, enfrenta diversas dificuldades, sendo a

principal, a falta de alimentos, tal como deu a conhecer à reportagem do Novo Jornal responsável do lar, Adérito Nunda.

Solidário com o sofrimento dos 40 acolhidos (na sua maioria com menos de 18 anos de idade), o grupo de Mulheres de Negócios de Viana, designado por LIMNEV, ofereceu àquele centro alguns bens alimentares, como sacos de arroz, açúcar, tuba, feijão, caixas de óleo, além de sabão, roupas e calçados.

Todos os produtos foram adquiridos com o lucro dos seus negócios, segundo afirmou à nossa reportagem Nanga Clarice, presidente do grupo.

"O que mais me motivou foi a carência do centro. Temos um programa filantrópico e, em cada seis meses do ano, realizamos uma acção de beneficência para ajudar os mais desfavorecidos. Desta vez, a nossa obra foi direccionada para este centro, que conheço há mais de dois anos", explicou a presidente das vendedoras de Viana, acrescentando que a feira teve a duração de 45 dias.

"Comercializamos os nossos produtos sem álcool e convertimos os valores arrecadados nestes bens que trouxemos. Foi uma feira solidária, que também designamos como feira da amizade. Esta não é a primeira, nem a segunda vez. A nossa primeira acção deste ano foi direccionada para a província do Cunene", esclareceu Nanga Clarice.

O grupo enviou para o Cunene, através da Cáritas, água e outros bens para acudir as populações da província, que vivem dias difíceis por causa da seca. A feira foi realizada no mês passado, ao longo de 55 dias.

A Liga de Mulheres de Negócios existe há cinco anos e foi legalizada no ano passado.

O projecto, que começou com quatro mulheres em 2008, congrega actualmente mais de oito mil associadas.

A instituição tem-se destacado com a realização de feiras periódicas em diversas zonas do município, onde as vendedoras fazem os seus negócios.

Ajudar a combater a venda ambulante e dar ferramentas às comerciantes para gerirem melhor os seus negócios, são os maiores objectivos da liga, como sublinhou Nanga Clarice.

"A liga está repartida por grupos: existem as mulheres zungueiras, as feirantes e as associadas. Só as feirantes são 200. Os mantimentos que trouxemos para aqui resultam de esforços de 75 mulheres que participaram na feira", explicou a presidente da LIMNEV,

organização que procura colaborar com o governo no combate à venda ambulante.

"O nosso grupo alvo são as zungueiras. Até ao momento, já encaminhámos mais de cinco mil mulheres para os diferentes mercados de Viana. É um trabalho que fazemos com a administração de Viana que nos tem apoiado muito", elogiou a comerciante.

"O nosso grande objectivo é dar mais poder à mulher no ramo dos negócios, tendo em conta que muitas de nós fazemos negócios há "séculos", mas, muitas vezes, acabámos por nos afundar, sem saber como recuperar. Daí estarmos a realizar acções de formação para que as mulheres saibam conduzir melhor os seus negócios", sublinhou, evidenciando que muitas das associadas "cresceram economicamente e hoje geram empregos para outras pessoas.

3.9 Cuidado com o que leva a boca

Jornal A capital

09 De Novembro de 2013

Mesmo com o imparável crescimento do leque de associações de defesa do consumidor, o fosso entre a qualidade e a quantidade dos produtos que se comem permanece grande. Um dos produtos muito solicitado pela população, pelo seu valor nutritivo e, por isso, vendido de qualquer maneira, é a carne.

São poucas as pessoas que hoje têm o cuidado de observar o estado de conservação do que levam à boca. Leonardo Mendonça, 26 anos, taxista, por exemplo, é dos que teve o cuidado de reparar, criticamente, nas condições precárias em que é comercializada muita carne que consumimos.

"No mercado dos Correios a carne é muito mal comercializada. A gente, vê mulheres e jovens a venderem carne transportada em carros de mão ou em bacias, cheia de moscas, exposta à poeiras sem nunca se saber a origem", ilustrou.

Os animais que antes de serem abatidos deveriam ser observados por especialistas, aqui, o processo é feito, cada um ao seu jeito. Compram os animais no conhecido Quintalão do Petro, ao Golf2 e são abatidos, ao leão, na praça.

"Só de assistir ao abate, perde-se a vontade de comprar o produto", reforçou o taxista, que não descarta a possibilidade de muitos dos animais abatidos naquele local serem doentes.

"Meus primos comeram carne mal conservada comprada nos Correios e sofreram com diarreia", revelou.

Quem também mostrou-se preocupado com a situação é Hermenegildo Sebastião Henriques, 24 anos. Ele não critica apenas a falta de cuidados na hora do abate dos animais. Está também preocupado com a ausência dos mesmos cuidados nos locais de venda

As grandes preocupações vão mesmo para a exposição ao sol, ao ar livre com poeiras e às moscas.

"Ainda que as mesmas carnes passem por um veterinário, no acto da revenda no mercado, acabam por contaminá-la toda", desdenhou.

Conceição Vicente uma das mais antigas vendedoras de carne no mercado dos correios, já lá vão 25 anos, disse que, a carne que vende, antes de ir para o mercado passa pelas mãos do veterinário.

"Inspecciona se está boa para o consumo humano ou não", confessou, acrescentando que, normalmente, quando o animal não está de saúde e a carne não serve para comer, é queimada.

A outra vendedora, no caso, Domingas João Morais, comerciante de carne há nove anos, avançou que, em alguns casos, elas acabam, mesmo, por negligenciar, e revender carne imprópria.

A nossa reportagem não parou por aqui. Fomos conhecer o matadouro do Songo ao Benfica onde encontramos o técnico veterinário Domingos Pitra.

Segundo ele, existem dois procedimentos a observar para determinar se a carne do animal em vista serve para o consumo ou não.

"Temos a inspecção anti-morte que avalia o aspecto exterior do animal e, só depois passa para a sala de abate. A seguir ao abate faz-se a inspecção pós morte", que de acordo com o técnico, consiste na separação das vísceras e da pele.

"Faz-se a inspecção dos mesmos e toda a enfermidade detectada é suficiente para rejeitarmos e negarmos o consumo", detalhou, notando que essas duas inspecções é que determinam a possibilidade de o animal estar concretamente em condições para o consumo humano.

"Esses são os dois processos que a gente faz aqui", sustentou, ao acrescentar que, no caso dos animais que são para lá levados só para análise com a finalidade de posteriormente serem vendidos, aqueles que estiverem em perfeitas condições de saúde, são

devolvidos ao proprietário acompanhado de um certificado que lhe autoriza a comercializá-lo em segurança.

O veterinário esclareceu adiante que, quando os animais apresentam problemas de saúde, depois de separada a carcaça, a carne é levada directamente para crematório.

"Temos poucas hipóteses de termos animais doentes aqui. Quando há casos de doenças, supomos que seja uma pré pneumonia, então a carcaça é separada e vai para o crematório", enfatizou, quando admitia a probabilidade da existência de casas de matanças clandestinas que fazem o abate sem a inspecção do veterinário, daí o surgimento de reclamações de alguns consumidores em relação à carne vendida nos mercados.

"São vários os perigos, porque há doenças que, normalmente, surgem e podem afectar o ser humano, caso se consuma carne deteriorada ou com doenças infecciosas", então, prosseguiu, é muito perigoso o consumo de carne não inspeccionada ou não observada por um veterinário.

"Temos vários lugares onde se fazem abates ilegais. E desses locais é que podem surgir esses tipos de carne nessas condições. Mas dada a quantidade de carnes que aparecem, não só nos mercados que a gente abastece, mas em cabrités e noutros sítios, é cada vez evidente que há muitos sítios clandestinos de abate", denunciou, mas ressalva que a falta de condições da carne nem sempre recai a quem abate o animal. A maior probabilidade de culpa recai a quem comercializa o produto.

"Pode-se supor que, por exemplo, tiram daqui carne bem comprovada para uso, contudo, por não possuírem lugar para conservar, começa a apodrecer", considerou, ao reforçar que, mesmo tendo o certificado que lhes garante a venda da carne, se não houver condições sanitárias no local de venda é, nada feito.

"Elas têm que ter um carro que tenha condições higiénicas no lugar; o local onde vendem e onde guardam e conservam a carne que resta para o dia seguinte, também, devem ter condições", aconselhou.

No matadouro do Songo compra-se carne bovina, caprina e suína, Raras vezes a ovina.

3.10 Vendem-se produtos expirados

Jornal Acapital

09 De Novembro de 2013

Alcides Nganga, 22 anos, morador do bairro Grafanil Bar, diz-se uma das vítimas dos alimentos expirados vendidos na zona da BCA, em Luanda. Segundo ele, recentemente, à caminho da escola decidiu comprar um pacote de bolachas para merenda, já que como de costume, os taxistas param lá para carregar e descarregar passageiros.

"Aproveitei comprar um pacote de bolachas de marca Marie, outro de batatas e uma lata de gasosa. Mas cometi um erro. Não reparei no prazo de caducidade dos produtos", influenciado, aparentemente, pelo preço que era chamativo.

"Comprei, também, dois copos de iogurte para os meus irmãos menores", explicou, acrescentando que, no dia seguinte acordou com alergia. Preocupado, recorreu ao posto médico mais próximo de sua casa, e o enfermeiro em serviço diagnosticou-lhe alergia à qualquer coisa ingerida.

Só depois de questionado pelo médico se tinha consumido algo anormal é que recordou de que, na verdade, um dia antes havia comido biscoitos e iogurte comprados na praça da BCA

"Então, voltei para lá no dia seguinte, comprei outra vez os mesmos produtos e, quando consultei a data, verifiquei que estava tudo fora do prazo de consumo", constatou, mas ao tentar abordar as senhoras, as mesmas disseram-lhe que, também, compraram os produtos sem direito à devolução.

Sem querermos ficar por este caso, abordamos outras dezenas de transeuntes que por lá passavam, tendo-nos confirmado que se tratava de uma prática antiga.

"Os consumidores são pouco exigentes", disse um deles, "fruto do desconhecimento das normas e ausência de hábitos de exigir aquilo a que temos direito", conferiu, salientando que este é um dos motivos que faz com que alguns agentes comerciais e zungueiras ludibriem as pessoas, comercializando produtos expirados.

Segredos da BCA

Segundo algumas vendedeiras que comercializam na praça da BCA há mais de 10 anos, a Base nunca vendeu produtos expirados aos comerciantes, por isso é que, actualmente, a praça está dividida em duas partes.

"O local dos produtos da BCA e o dos armazéns", entretanto, acrescentam, "só o distingue quem frequenta o local".

O que elas não revelam é como a ração militar lhes é vendida, contudo, em conversa com um jovem que tem feito carregamentos dos produtos da base para o mercado, ficamos a saber que o esquema começa às 41100.

"A concorrência depende do produto que houver", começou por dizer, adiantando que, "é a carne seca que dá mais dinheiro".

"As senhoras que estão a despachar no mercado, não conseguem falar directamente com os militares", outra revelação do jovem, e, segundo o mesmo, há senhoras indicadas para este trabalho.

"Mas a mãe grande mesmo é a tia Beti. Ela é que controla a mercadoria e distribui para as outras. Daqui nunca saiu mercadoria estragada", assegurou.

Entretanto a nossa reportagem descobriu que, para que os clientes não descubram o prazo de validade, muitas senhoras raspam as vasilhas em caso de expiradas e aplicam outras, já que algumas delas possuem carimbos apropriados para o efeito, embora a ineficácia dos mesmos chama logo a atenção dos mais atentos.

São duas vias de aquisição. Se de um lado são os próprios militares que revendem o que lhes é atribuído como ração normal, do outro, está aquele que movimenta dezenas de caixas, descrito como sendo, de acordo com um interlocutor, "negócio dos kotas".

Vendo bem

Ainda assim, não são todos que se deixam levar pelos preços baixos, em detrimento da caducidade dos produtos. Alguns clientes demonstraram que têm conhecimento dos riscos e sabem como contorná-los.

Dizem eles que boa parte destas vendedeiras de enlatados, lacticínios, guloseimas, sumos e, até, mesmo, caixas de carne ou peixe, não compram os produtos na BCA. Fazem negociatas com os donos de armazéns com produtos caducados, compram-nos pela metade do preço real e, por sua vez, vendem a retalho, barato e as pessoas, ávidas, não desconfiam.

"Se a caixa de um determinado produto era dois mil kwanzas ou dois mil e 500 kwanzas, passa a ser despachada a 800 kwanzas ou, então, mil kwanzas", denunciou um popular.

As senhoras, na sua maioria com bebés ao colo, posicionam-se nas duas bermas da via, frente ao quartel de abastecimento das Forças Armadas, ao longo da Avenida Deolinda Rodrigues. Com sacos carregados de guloseimas, sumos e outros produtos fazendo propostas aos passageiros de táxi, alvos predilectos delas, pelo facto. de tudo se processar às pressas.

"Os preços são aliciantes, basta ver que um pacote de batatas fritas que em bom estado custaria 200 kwanzas, é comercializado a 50 kwanzas; um bidão de sumo de cinco litros de diferentes sabores, que normalmente é vendido a mil e 500 kwanzas, custa a metade", notou outro interlocutor.

No local, compramos vários pacotes de bolachas, iogurte, sumo, todos eles com as datas de validade ultrapassadas, alguns em mais de quatro meses.

3.11 Venda ambulante põe em risco trânsito no São Paulo

Jornal de Angola

13 De Novembro de 2013

As ruas Cónego Manuel das Neves, Ngola Kiluanjl e Soba Mandume, nas proximidades do mercado São Paulo, há muito foram "assaltadas" por vendedores ambulantes. Esta não é a primeira vez que o assunto é abordado, mas nos últimos dias tornou-se desolador o quadro em que se encontra aquela que em tempos foi uma zona nobre da cidade de Luanda.

Ruas e passeios são diariamente ocupados por vendedores, provocando transtornos e riscos para a circulação automóvel e de peões.

Para complicar mais o cenário, os buracos existentes na via obrigam os automobilistas a reduzirem a marcha, tornando pouco pacífica a convivência entre veículos e pessoas que ali circulam. Durante algum tempo, o local passou por um clima de acalmia que o tempo se encarregou de pôr fim. A maior parte das pessoas que fazem ali as suas vendas queixa-se da falta 'de um local digno e de fácil acesso aos vendedores e à clientela.

Mas também há quem atribua culpas aos consumidores por recorrerem à venda ambulante num local onde abunda o lixo.

Apesar de haver uma esquadra móvel no local, fica-se com a impressão de que a Polícia Nacional perdeu a iniciativa que visa tirar os vendedores ambulantes das ruas e passeios do São Paulo. Com os meios disponíveis os agentes da Polícia Nacional fazem o que podem, mas a presença destes já não

intimida os vendedores. Em alguns casos, a intimidade entre ambos não passa despercebida,

O lugar também é popularmente conhecido por ocorrências de práticas criminosas, como roubo por esticção e consumo de drogas, sobretudo na calada da noite, "Para nós que vivemos aqui, a presença dos vendedores é um incómodo." A acusação de uma moradora espelha o sentimento de centenas de vizinhos das proximidades. Ela lamenta o ambiente de confusão e intranquilidade em que vivem.

"Gostava que as autoridades da província de Luanda colocassem fim a essa desordem pública", desabafou ao mesmo tempo que apelava para a necessidade de construção de novos mercados para evitar a situação que de vive no local.

3.12 'Aqui, o negócio anda mais'

Jornal O País

15 De Novembro de 2013

Tanto para a administração do hospital, quanto para a Administração do distrito do Kilamba Kiaxi, a luta tem sido tremenda para tirar aqueles vendedores daquela circunscrição, segundo um funcionário da administração do mercado formal do Avô Kumbi, que falou sob anonimato (por não estar autorizado). Pois ele reforçou que "é difícil mudar a consciência das pessoas".

Muitos daqueles vendedores estão naquele local (defronte ao hospital especializado) por negligência, uma vez que preferiram trocar o lugar que têm dentro do mercado formal para criar informalmente uma praça, de modo a obterem mais lucro na comercialização dos seus produtos.

Com a criação do mercado informal, o pastor Alfredo Semente viu a oportunidade de lucrar mais e não pensou duas vezes em se mudar. Esse vendedor, tal como nos conta, tem um lugar dentro do Avô Kumbi, mas que não lhe tem dado muito dinheiro, pois alega que poucas pessoas se interessam em entrar no mercado.

"Lá dentro não tem muita movimentação, o negócio não anda. Aqui há mais ambiente, muita gente vai à Praça dos Correios fazer compras e aproveitam ver também a minha bancada", disse ele, que vende acessórios de telefone há 4 anos.

Desde que trocou de lugar, o negócio daquele comerciante "anda bem". Segundo ele, o lugar dentro do mercado formal está devidamente assegurado, pois colocou o seu sobrinho a vender na sua bancada. Pastor, como é conhecido naquele meio, tem ouvido

reclamações de algumas pessoas do hospital, pelo barulho. Que ele e os seus colegas Produzem, mas alegou que não pode fazer nada a respeito.

A fiscalização não os tem deixado em paz, evidentemente, mas como "bom pastor", que disse ser, o nosso entrevistado não quer deixar as suas "ovelhas" passarem a fome, só porque não conseguiu vender nada. Por isso, tem arriscado diariamente o seu negócio para ver se tira "alguma coisa" que garante o sustento da família.

Mesmo tendo a oportunidade de ocupar um lugar num mercado como o Avô Kumbi, o nosso interlocutor reclama a inexistência de um "bom sítio para vender". Segundo ele, "o governo deve disponibilizar, aos vendedores, mercados com facilidade de acesso da população, senão não lucram".

Um autêntico "Congo"

Enquanto a nossa equipa de reportagem entrevistava o pastor, ouvia-se música alta proveniente da bancada de um jovem congolês que identificou-se apenas como mestre Júnior, de 28 anos. O jovem concerta telefones, envia músicas, vídeos e vende discos piratas há mais de 2 anos em frente ao hospital.

Aquele cidadão disse que tem pago 100kz aos fiscais (não tem a certeza se estes pertencem à administração) para continuar a venda naquele local e mostrou que não se tem preocupado com o lixo que produz, uma vez que quem o recolhe, muitas vezes, são alguns grupos religiosos e a administração do mercado formal do Avô Kumbi.

Mestre Júnior, que atende diariamente mais de 10 clientes, reconheceu que o barulho da sua aparelhagem de som tem incomodado os pacientes do hospital que está há escassos metros da sua bancada, mas disse também que não pode fazer nada. "As vezes, baixo o som da música, só que os outros (os colegas) sobem para chamar cliente - o que faz com que todos trabalhem com a música no volume alto", disse ele.

Na área em que aquele "mestre" trabalha, encontram-se mais 6 cidadãos a fazer o mesmo serviço. O barulho produzido naquela zona, que é uma junção de músicas, megafones e das vendedoras que tentam saldar os seus produtos, tem perturbado não só o silêncio de quem está no hospital, como também dos alunos da Escola Primária 1203 e dos funcionários das instituições bancárias que se encontram ao lado.

Outro vendedor que mostrou-se preocupado com o barulho é o João Mussapa, que também faz o mesmo serviço que o mestre Júnior, pois algumas vezes tem baixado o som da sua música, como disse, e tem a

certeza de que quem está dentro do hospital não tem ouvido o que sai das suas colunas de som.

Tem noção do que faz, e por que o faz, mas também não tem outra opção, senão estar a comercializar naquele lugar, uma vez que está a juntar um dinheiro para compra dum espaço onde desenvolva o seu negócio, pois "já estou cansado de ser sempre incomodado pelos fiscais", disse.

Aquele indivíduo lamentou o facto de não ter muitos clientes, ultimamente, devido "as corridas" e reclama a falta de espaço no mercado. "Nós já fomos à administração do mercado, nos disseram que já está cheio. Também o hospital está distante, não se ouve nada lá dentro", sublinhou ele que vende naquele lugar desde o ano de 2011.

3.13 Biblioteca vira WC dos vendedores

Jornal O País

15 De Novembro de 2013

Outro estabelecimento que também não tem sido poupado pelos vendedores que se encontram naquela zona é a Biblioteca Municipal do Kilamba Kixi - que praticamente já não funciona, fruto do surgimento daquele mercado informal. Os municípios perderam uma biblioteca e ganharam um balneário a céu aberto.

Além disso, é difícil permanecer no quintal da biblioteca, que outrora era tido como um lugar sereno para ler um livro, porque foi transformado em stelão (local onde é feito o consumo e venda de drogas) e abrigo dos drogados.

"Estes jovens invadiram o quintal, vivem aqui, fumam liamba e quando toca 18 horas não é aconselhável passar do portão principal para sair do outro, corres o risco de ser assaltado", fez saber, apresentando o rosto de quem está muito abarrotado com a situação, António Marcos, o auxiliar administrativo da biblioteca.

Não é só o barulho que incomoda, é também o lixo e, principalmente, o facto de aqueles vendedores terem optado em fazer as suas necessidades fisiológicas nos dois becos e no quintal da biblioteca. Todos os dias, António Marcos é obrigado a fazer uma travessia cuidadosa para não pisar fezes, porque até mesmo a porta da biblioteca não é poupada.

"Se tivessem chegado mais cedo (6 ou 7h) iriam ver como é que esta gente desrespeita a biblioteca. Todos os dias encontramos uma lagoa de chichi no beco de trás e cocó em qualquer canto. Eu não posso falar

nada, porque sou 1 contra dezenas de vendedores que só pensam em agressão", mostrou a sua indignação.

As duas portas que tem a biblioteca, tal como referenciou o nosso entrevistado, foram rompidas pelos bandidos e tudo depende da administração do município para que sejam repostas.

A biblioteca tinha uma equipa de segurança, mas segundo o nosso entrevistado, os guardas estavam, há um ano e seis meses, sem receber o seu ordenado e acabaram por abandonar o serviço. Era uma empresa de segurança contratada pela administração, que quando guardavam aquele estabelecimento, não havia bandidos, lixo, nem vendedores em frente à biblioteca.

"Desde que os seguranças saíram as coisas tomaram este rumo, infelizmente", lamentou ele. A polícia, que colocou uma esquadra móvel em frente à biblioteca, não consegue fazer nada, segundo o nosso entrevistado, aliás, "aquele é o segundo posto móvel, pois o primeiro foi queimado pelos próprios bandidos, há 6 meses atrás, no período da tarde".

Tudo que o nosso entrevistado tem feito é tentar manter o local limpo que tem sido difícil também pelo facto de não ter água nos dois tanques reservatórios da biblioteca e tentar convencer as senhoras da limpeza contratadas pela administração a regressarem no dia seguinte.

A biblioteca está há 2 anos paralisada e, embora tenha aparecido pessoas interessada em fazer uma investigação, não tem cadeiras nem mesas, porque está em "reabilitação", segundo aquele auxiliar administrativo. A sala de internet está sem os computadores, as prateleiras continuam cheias de livros, mas o nosso entrevistado não ouviu, até o momento, nada sobre a possibilidade daquele estabelecimento ser recuperado.

3.14 Endiama EP legaliza garimpo de diamantes na Nharea

Jornal O País

15 De Novembro de 2013

Segundo Carlos Sumbula, os cidadãos que tencionam explorar diamantes de maneira artesanal devem adquirir senhas emitidas pelo Ministério de Geologia e Minas, através da Endiama, embora reconhecendo que os beneficiários das mesmas têm criado alguns constrangimentos no que tange ao enquadramento de cidadãos estrangeiros ilegalmente no país, com o

objectivo de trabalharem para os proprietários desenhos.

A direcção da Endiama trabalhou na província Bié com o objectivo de se informar e avaliar a prática da exploração e comercialização ilegal de diamantes, em várias circunscrições da província.

"A prática de garimpo ilegal tem influenciado bastante no aumento da imigração ilegal de estrangeiros de vários países, que procuram, a todo custo, o enriquecimento fácil, através da exploração e comercialização de diamantes angolanos", disse Carlos Sumbula.

Na província do Bié, segundo apurou O PAÍS, os municípios da Nharea, do Chitembo e do Andulo são as localidades com maior incidência da actividade ilegal de garimpo de diamantes.

O presidente do Conselho de Administração da Endiama explicou detalhadamente aos garimpeiros os procedimentos para trabalharem no mercado artesanal de diamantes do território nacional. O dirigente da diamantífera angolana adiantou que a sua firma atribuirá áreas a um grupo de cinco pessoas, seleccionados pelo Governo da província afim de explorem diamantes de forma legal e autorizada.

As cooperativas ora formadas e seleccionadas pelo Governo provincial receberão as senhas outorgadas pela Endiama através do Ministério da Geologia e Minas. Esta Informação que foi bem recebida pelos garimpeiros, compradores e patrocinadores que operam na zona diamantífera da comuna da Lúbia ao município da Nharea.

Segundo Carlos Sumbula, às pessoas que trabalharão naquela zona, não lhes será permitido estabelecer parcerias com estrangeiros ilegais.

O presidente do Conselho de Administração da Endiama, Carlos Sumbula, garantiu que nunca houve dispersão de diamantes na província do Bié, visto que a maior parte é comprada pelo sistema instalado pelo Executivo angolano.

A voz dos garimpeiros

Os garimpeiros e compradores mostraram-se satisfeitos com a realização da visita do presidente de Conselho da Administração da Endiama.

Joaquim Pedro, que trabalha na zona do garimpo do "Chilubo" há mais de quatro anos, é detentor de uma superfície de terra com probabilidade de haver diamantes industriais disse que "a iniciativa do governo em legalizar a actividade diamantífera na província do Bié é uma mais-valia para as populações

desta zona que depende totalmente do diamante", explicou o comerciante.

Por outro lado, o comprador Same Toledo, de nacionalidade belga, manifestou a sua gratidão à iniciativa do presidente do Conselho de Administração do Endiama e do Governo da província do Bié, por desejar colaborar com cidadãos estrangeiros, mas que estejam em situação migratória regularizada. O belga que exibiu aos jornalistas o seu visto de trabalho, aconselhou aqueles que ainda não o têm a regularizarem o mais rápido possível a sua situação.

Marcelina Catchuingo, natural da província do Huambo, vive maritalmente com um cidadão de nacionalidade guineense. Ambos trabalham e residem na localidade de Seteca, no Chibulo (zona mineira), pretendem casar-se, já que têm três filhos e são sócios de uma área de uma parcela de terra onde exploram ilegalmente.

3.15 Fiscais acusados de assassinato

Jornal O País

15 De Novembro de 2013

As vendedeiras ambulantes que realizam esta actividade defronte ao cemitério da Camama foram unânimes em afirmar que os fiscais da Administração Municipal de Belas que participaram numa operação realizada no último dia do mês de Outubro terão provocado a morte de uma das suas companheiras, identificada apenas por Sambita, 26 anos.

A vítima estava grávida de dois meses, seria o seu primeiro filho, e não resistiu a pancada que terá sofrido por parte dos agentes no momento em que as enxotavam do local. Ao se aperceberem que estavam diante de uma equipa de jornalistas, as colegas da malograda apelavam aos gritos que os supostos causadores da morte da jovem deviam ser responsabilizados.

"Depois de termos terminado as nossas actividades da forma mais triste, cada uma de nós foi para a sua casa e na manhã seguinte, fomos informadas que ela havia sido internada no Hospital dos Correios (no Golfe I) por ter sofrido uma hemorragia algum tempo depois de ter chegado junto da sua família", contou a jovem Maria Manuel que também está grávida de seis meses. A nossa interlocutora disse que os médicos fizeram de tudo para a salvar mas não conseguiram, e ela acabou por morrer no dia 1, tendo sido enterrada no dia 03 de Novembro, no cemitério à porta do qual ela realizava as suas vendas.

Maria Manuel, 26 anos, optou por vender catatos em vez de bebida alcoólica por existir uma enorme quantidade de pessoas que procuraram por este aperitivo, enquanto permanecem na parte exterior do cemitério.

Enquanto ela fica fora de casa das 10 às 17 horas, a sua primogénita de oito anos se encarrega de cuidar dos três irmãos de sete, cinco e três anos de idades. O esposo a trocou-a há quatro meses por uma adolescente do bairro e se recusa a prestar assistência aos filhos.

"Ele me abandonou na casa de renda no segundo mês de gravidez e sempre que nos deparamos e lhe peço para ir visitar as crianças e ajudar a cria-las, sugere que eu vá se prostituir para garantir o sustento dele", frisou.

O director do Cemitério da Camama se recusou a prestar quaisquer declarações acerca deste assunto, alegando que os seus superiores hierárquicos já falaram diversas vezes sobre este fenómeno mas a situação continua na mesma.

"Os fiscais e os agentes da Ordem Pública têm realizado diversas operações para os expulsar daqui só que não tem surtido efeito. Eles são corridos de manhã e regressam tão logo os efectivos abandonam o local", declarou.

3.16 Municípios entre a espada e a parede

Jornal O País

15 De Novembro de 2013

Se o mercado que surgiu ao redor do Hospital Geral Especializado do Kilamba Kiayi deve continuar ou não - eis a grande questão. Alguns municípios contactados pela nossa reportagem mostraram-se, por um lado, a favor da existência dos comerciantes naquela zona, mas, por outro, há quem defenda também que os pacientes internados naquele hospital merecem o devido respeito.

Muitos dos contactados embora não se quisessem identificar, como é o caso de um funcionário da administração do mercado formal do Avô Kumbi, reconhecem a necessidade da população comercializar naquela circunscrição, mas "dada as reclamações que temos vindo a receber, de um tempo a esta parte, da administração do hospital, não é aconselhável eles continuarem a vender ali", disse.

Aquele funcionário disse ainda que a administração na qual trabalha tem feito esforços junto do corpo directivo do hospital e da Administração do distrito

do Kilamba Kiaxi, com vista a acabar de uma vez por todas com o comércio naquela zona. "Os não conseguimos entender algumas pessoas, pois é difícil. Aqui dentro do mercado tem muito espaço, mas preferem abandonar as bancadas para vender perto do hospital e da estrada (que tem sido um perigo)", lamentou o facto.

Infelizmente, segundo o nosso interlocutor, tem-se constatado que a cada dia que passa o número de vendedores naquela zona aumenta e a produção de lixo também. Toda a culpa, evidentemente, tem sido imputada à administração do mercado que mostrou estar a se esforçar com o intuito de arranjar uma solução daquele problema.

Aquela praça cresce diariamente e, nos últimos tempos, o trânsito de automóveis naquela estrada tem estado menos fluido, pois os vendedores decidiram "invadir" todo e qualquer espaço.

O município, Justino Paiva, a princípio mostrou que é a favor da existência do mercado uma vez que são muitas famílias que dependem das vendas ou das transacções comerciais que diariamente acontecem. É preciso que, de facto, segundo ele, o governo compreenda isto e procura adoptar políticas que invertam este quadro positivamente.

"Mas também, a que se ter em conta que o mercado estando ao lado de uma escola, hospital e uma biblioteca, cria uma confusão e o Índice de criminalidade, nos últimos tempos, naqueles arredores tem estado a aumentar.

Então, só sai esta população quando o governo tiver um outro lugar. Mas também é complicado para uma criança, ao invés de estar atento ao que diz o professor, estar a ouvir o barulho que vem da circunscrição", acrescentou.

Justino Paiva reconhece o transtorno que aquele mercado causa e ao mesmo tempo os benefícios, não só para quem vende como também para aqueles que compram. Acredita que deve existir uma solução melhor para este problema, mas é difícil encontrar quando não aparecem indivíduos a assumirem a responsabilidade da praça.

"O responsável do mercado, não se apresenta como tal. Há muita confusão, cada um aparece a fazer a cobrança do espaço e as pessoas mais humildes pagam", disse ele, que classifica a junção dos mercados Avô Kumbi e Correios como o espelho do Kilamba Kiaxi, onde muitos se revêem.

3.17 Não estranhe se o kupapata lhe cobrar em francês

Novo Jornal

15 De Novembro de 2012

O ritmo é frenético. Uns correm para apanhar mais clientes, outros estão encostados às suas motorizadas. O cenário é visível em diversas zonas de Luanda, mas sobretudo em Cacuaco e Viana. Colocam a conversa em dia enquanto aguardam pelos clientes que chegam a conta-gotas naquela manhã de terça-feira.

"É água, é água...", grita um jovem que se mistura entre a multidão à procura de clientes para o seu precioso líquido. Junto à ponte, mesmo à entrada de Viana, estão homens e mulheres que conversam descontraidamente numa língua que rapidamente se percebe ser o lingala, falada na República Democrática do Congo. Estas pessoas comercializam os mais diversos produtos, desde telefones celulares, água, roupa, até frutas.

Tentamos vislumbrar entre aquele amontoado de gente um rosto que nos parecesse menos familiar, se calhar, que não tivesse uma pitada mwangolé. Numa primeira ronda ficámos com a sensação de que a história que nos tinha sido contada não era real. Que não havia, afinal, em Viana, jovens estrangeiros oriundos de países do Oeste africano e até chineses a fazerem serviço de kupapata.

Junto à ponte onde se contam às dezenas os jovens que, na estação de comboio do Kapalanga, em Viana, fazem o serviço de mote-táxi, metemos conversa na tentativa de encontrar um estrangeiro que acesse falar à nossa reportagem. "Não, nunca ouvi falar", dizem-nos os primeiros kupapatas com quem conversamos.

"Eric, Eric...", grita um dos motoqueiros para um jovem que se aproxima do grupo a passos lentos, mas com um sorriso tímido no rosto. Eric, mal se apercebe da presença de estranhos, dá meia volta e zarpa a todo gás com a sua motorizada.

"Este é da Guiné Conacry. Chegou aqui há pouco tempo, não sabemos bem como, até porque o português dele é "arranhado". E só sabe rir quando falamos com ele", conta outro kupapata, que logo tratou de denunciar os colegas estrangeiros.

Voltamos a conversar com os jovens angolanos vindos das várias províncias do país, com destaque para Benguela, sobre os seus colegas do Oeste africano. Sobre os chineses, nem rasto, e nenhum dos jovens com quem conversamos, tanto em Cacuaco

como em Viana, disseram-nos ter visto os asiáticos a praticarem o serviço de moto-táxi.

Pouco tempo depois de Eric chega Djaló. Apesar da dificuldade na língua, o jovem que nos diz ser senegalês está a fazer serviço de kupapata para arranjar mais uns trocos. A cantina onde trabalhava encerrou.

"Não falo bem português", diz timidamente o senegalês sentado na moto, enquanto aguarda por outro cliente que não tarda em chegar. "Tenho de ir", diz o jovem que se recusa a falar mais. Não aceita fazer fotografias.

John é o terceiro estrangeiro que conhecemos. Chega satisfeito à paragem do Kapalanga, próximo de Viana, em Luanda. Também Senegalês de nacionalidade, abre um enorme sorriso quando o abordamos. Diz estar a fazer serviço de moto-táxi porque lhe parece um serviço normal, como qualquer outro, que está ali como qualquer outro kupapata a fazer o seu serviço para ganhar dinheiro.

"As cantinas estão a ser assaltadas e às vezes eles são feridos. Mas também há quem entre eles diga que sempre ganha mais trabalhando durante o dia aqui, como kupapata, enquanto outro mantém a cantina aberta", diz João António.

João António lobitanga em Luanda há mais de dois anos, mostra-se desconfiado com a presença da equipa do Novo Jornal. "Eles agora são muitos, esperem só uns minutos que foram levar clientes e daqui a bocado estão aqui", diz João António, que pede a ajuda dos colegas para mostrar à nossa reportagem quem são os estrangeiros.

Gonçalves é kupapata há mais de sete anos e sempre na zona de Viana. Questionado sobre a existência de estrangeiros a praticarem serviços de kupapata, Gonçalves explica que conhece alguns mas que naquele momento não estavam por lá.

"Estão aqui às dezenas. São malianos, e senegaleses, na sua maioria, mas também tem do Benin e da Guiné-Conacry", esclarece Gonçalves.

Gonçalves e outros kupapatas contam à reportagem do Novo Jornal que a chegada dos estrangeiros à estação do Kapalanga é, segundo o que contam os seus amigos estrangeiros, resultado dos vários roubos em cantinas que têm se registado naquele município de Luanda.

"Eu estou em Angola desde 2010. Já trabalhei em cantinas mas os roubos são quase diários. Não vemos o dinheiro do nosso trabalho. Aqui as coisas são mais facilitadas porque todos nos conhecemos e não estou

sozinho numa loja, onde os gatunos entram, me espancam e levam todo o meu dinheiro", diz John, que recusa-se também a fazer fotografias.

Através de John conseguimos saber que o grupo é grande e tende a aumentar. "Já são muitos os estrangeiros que estão a aderir a este serviço. Eu tenho aqui muitos amigos. Nem todos são senegaleses, há também beninenses e colegas da Guiné Conacry", conta John. Apesar do à vontade com que fala para a nossa reportagem, John mostra-se atento aos possíveis clientes - que não param de chegar.

Na zona de Cacuaco a reportagem do Novo Jornal conversou com vários kupapatas. Não foi possível confirmar a presença de trabalhadores vindos de outros países.

"Aqui não temos estrangeiros a fazerem serviço de táxi embora tenhamos visto, de vez em quando, chineses a transportar outros chineses.

Mas não temos como confirmar se estão a trabalhar, uma vez que eles não ficam nas paragens nem levam os passageiros angolanos. Viajam sempre com chineses ou vietnamitas - já há muitos aqui na zona", conta o mais velho Simão Caxito.

3.18 Um mercado ao redor dum Hospital

Jornal O País

15 De Novembro de 2013

Dezenas de vendedores montam todos os dias as suas bancadas à volta do hospital, desrespeitando tudo e todos. Perturbam o silêncio dos pacientes, enfermeiros, equipa administrativa e produzem enormes quantidades de lixo que atentam contra a saúde pública.

Trata-se de mais um pequeno mercado informal que tem sido a grande dor de cabeça das duas administrações supracitadas. Parte dos vendedores aproveitaram-se da pouca rigorosidade da fiscalização do município e criaram em frente ao também conhecido Hospital da Criança, uma praça, dado o fluxo de pessoas naquela zona.

"50-50 nas minhas Camisolas. Está bom, não está bom? Está muito bom" este é o som que ouvíamos a partir da sala da administradora do hospital, no 1º andar do edifício, proveniente de um megafone de uma das mercadoras que insiste em fazer braço de ferro com a fiscalização do distrito do Kilamba Kiaxi.

Dentro do hospital, por mais que as janelas de vidro estejam fechadas, ouve-se perfeitamente o barulho produzido fora do estabelecimento. Os doentes têm reclamado bastante e a administração do hospital tudo tem feito para combater isto e, principalmente, o lixo que é produzido pelos comerciantes.

O factor mais preocupante para aquela administração é o lixo, que já chegou a ultrapassar a altura do muro da unidade hospitalar, fazendo com que a administradora vedasse com chapas, de modo a criar uma margem de separação entre o mercado e o hospital, para pelo menos minimizar a situação.

Administrações: ninguém quer falar primeiro

O PAÍs procurou ouvir a administradora do referido hospital, Dr^a Ermelinda Ferreira, esta, embora tenha mostrado disposição em falar sobre este assunto, disse que só o faria se ouvíssemos antes a administração local. Aquela dirigente mostrou que a situação do mercado a incomoda e, por isso, tem o dever de se pronunciar, mas "não quer ser ela a dar o pontapé de saída", disse. Tomou esta posição porque prevê que, depois do seu pronunciamento, a administração do Kilamba Kiaxi apareça a responder tudo que disser. Recordou que tem feito muita coisa para que a problemática da existência daquele mercado seja resolvida, inclusive tem colecionado fotos dos estragos que a venda naquele local tem causado.

O nosso jornal fez esforços para ouvir a Administração do Distrito do Kilamba Kiaxi, mas, infelizmente, mesmo depois de já termos endereçado, no dia 24 do mês transacto, uma carta pedindo uma entrevista documento que simplesmente sumiu - não recebemos uma resposta positiva, até ao fecho desta edição.

Deslocamo-nos inúmeras vezes a repartição municipal, demos entrada da cópia da referida carta, de modo que a pessoa que está a coadjuvar o administrador (já que este se encontra "incomodado", segundo a sua secretária) respondesse ao nosso pedido, mas continuamos sem feedback. O nosso esforço chocou com óbito, de uma parte, doença e desaparecimento do documento, de outra.

3.19 Vendedeiras 'invadem' cemitério da Camama

Jornal O País

15 De Novembro de 2013

Sentada no chão, defronte ao Cemitério da Camama, ao lado um pequeno cesto de ferro contendo garrafas

de água mineral pequenas, Antonica Domingos tomava a primeira refeição do dia, enquanto aguardava por mais um funeral.

O relógio assinalava 14h05 e o ambiente na parte frontal do local estava mais calmo depois de ter registado alguns minutos de tensão originada por um desfile de cidadãos de nacionalidade congoleza que foram enterrar um seu ente-querido, entoando canções debaixo de um instrumental de batus e flautas. Sob as lentes das câmaras de um dos integrantes da caravana que estava encarregado de registar todos os momentos como se de um espectáculo se tratasse, em plena tarde de Quarta-feira, 13.

Enquanto desfrutava deste ambiente calmo, ela saboreava o funge com o molho de carne que se encontravam misturados numa panela e o feijão de olho de palma num saco de plástico de riscas azuis e brancas. A sua mão direita segurava o saco ao passo que a esquerda estava encarregada de misturar os alimentos com uma certa mestria antes de serem levados à boca.

A nossa fonte contou que a refeição é estava naqueles recipientes por uma questão de maior facilidade na mobilidade, caso sejam obrigadas a fugir das investidas dos fiscais da Administração Municipal de Belas que tentam a todo o momento expulsa-los daquele recinto e se apropriarem dos seus pertences.

Se para uns os funerais representam o momento do último adeus, para as comerciantes a presença de muita gente naquele campo Santo para se despedirem do seu ente-querido ou acompanharem alguém muito próximo que tenha perdido um parente, representa uma grande oportunidade de assegurarem o sustento de suas famílias.

Os dias em que se regista uma quantidade reduzida de funerais, proporcionando aos coveiros a possibilidade de descansar, as vendedeiras ambulantes, as floristas e os lavadores de viaturas que buscam ali o sustento para as suas famílias ficam com inúmeras dificuldades para garantirem as refeições em casa.

Antonica Domingos perdeu o seu esposo há quatro anos, numa altura em que se encontrava no segundo mês de gestação do seu quarto filho, e desde aquela data que exerce o duplo papel de pai e mãe dentro de sua casa, de modos a assegurar que eles cresçam saudáveis e não enveredem por maus caminhos.

"A situação torna -se muito difícil quando o negócio não anda, numa altura em que está a se aproximar a época em que tenho que pagar a renda do quarto

onde o meu esposo nos deixou a viver" ,frisou. Ela paga dois mil e 500 Kwanzas/mês por este compartimento.

Maltratadas pelos fiscais Coberta de um sentimento de fúria, a" nossa interlocutora levantou os panos até ao joelho para mostrar o ferimento que lhe foi causado pelos fiscais, no decorrer de uma operação realizada no último dia do mês de Outubro, isto é 31, quando tentavam se apoderar dos seus negócios.

Ela contou que eles realizaram uma operação naquele fatídico dia com vista a garantir que as pessoas que fossem visitar os seus ente-queridos no Dia dos Finados, 2 de Novembro, se deparassem apenas com a presença das vendedeiras de flores.

Ao se aperceber da presença dos fiscais, Antonica Domingos e as suas companheiras meteram -se em fuga, atravessando a estrada de forma destemida, correndo o risco de serem atropeladas. Enquanto algumas das suas colegas optaram por se refugiarem no quintal de uma das moradias situadas no outro lado da estrada, defronte ao cemitério, ela optou por se esconder em casa de uma vizinha no interior do bairro, acreditando que os seus perseguidores ficariam pelo caminho.

Mas, para seu azar, os homens que estavam atrás de si procederam de forma contrária, invadindo a propriedade alheia, sem nenhum documento dos órgãos judiciais que os habilitasse a proceder de tal forma e a arrastaram de debaixo da cama do casal amigo que a tinha abrigado, conta. "Eu ainda tentei lutar com um deles, mas não tive força e levaram os meus produtos avaliados em 2000 Kwanzas", lembrou com um certo ar de tristeza.

Apesar desta acção dos fiscais lhe ter causado um certo prejuízo material, físico e desgaste psicológico, como conta, a nossa interlocutora regressou ao seu "ponto" de venda ilegal disposta a correr o mesmo risco e a assegurar a alimentação dos seus filhos.

Os produtos das senhoras que se refugiaram no quintal da moradia situada a beira da estrada tiveram o mesmo destino, como contou à O PAÍS dona Manuela, vendedeira de paracuca (ginguba torrada com açúcar).

Segundo ela, os fiscais irromperam pela propriedade alheia e recorreram aos objectos contundentes que tinham em sua posse para as ameaçarem de espancamento, de forma a conterem os animas e inibir qualquer reacção contrária por parte delas.

"Os senhores da fiscalização agem muito mal. Apesar de sermos analfabetas temos conhecimento que não podem invadir uma propriedade sem o

consentimento de um órgão de justiça, mas não é isso que acontece quase todos os dias" , declarou.

A cidadã que se apresentou apenas como Manuela, mostrou-se ainda incrédula com a reacção dos funcionários do Estado por considerarem que as esposas de muitos deles também exercem esta actividade noutros pontos da cidade.

Manuela tem três filhos e conta com o apoio do seu esposo para os sustentar, embora considere que não tem sido fácil por ele só receber os seus ordenados depois do décimo dia de cada mês. "Todos os meus filhos estão enquadrados no sistema de ensino privado (o mais velho na 9ª classe) e pago todas as despesas com os recursos financeiros provenientes destes produtos a que os fiscais chamam de lixo. Sem isso, não teria condições de pagar as propinas do colégio" , desabafou, batendo a mão no peito como demonstração de um certo orgulho por aquilo que faz.

Questionada se não seria conveniente as vendedeiras desenvolverem a sua actividade num local mais seguro, explicou que não é vontade delas estarem naquele campo Santo e que são obrigadas a assim procederem devido a falta de mercado na zona. Apontando para um quintal vedado com chapas e com algumas barracas no seu interior, descreveu que aquele espaço servia até há pouco tempo de mercado, mas teve que encerrar por ordem da administração municipal. "Como eles proibiram-nos de vender ali, solicitamos que nos indiquem outro local onde podemos desenvolver a nossa actividade dentro dos parâmetros normais, até porque estamos conscientes que não é correcto fazermos isso aqui" , reconheceu. Segundo ela, os fiscais realizaram uma operação que culminou na apreensão de diversos bens materiais um dia depois das comemorações do Dia da Independência Nacional.

Lavadores de viaturas

Para além das comerciantes, existem muitos jovens que também buscam o sustento para suas famílias naquele recinto trabalhando como lavadores de carros, como é o caso de André Tomás, 21 anos.

"Exerço esta actividade aqui desde 2000 e já estou acostumado a fugir dos fiscais. Nos dias em que eles não nos importunam chegamos a facturar em média três mil Kwanzas, e quando há operação acabamos por regressar de mãos vazias" , explicou o jovem que tem dois filhos.

Já o seu colega Ribeiro Pereira, 20 anos, disse que com o dinheiro que arrecada desta actividade que exerce há cinco anos consegue ajudar os seus pais a

sustentarem os seus irmãos mais novos e planificar um futuro melhor.

O jovem, que parou de estudar na 9ª classe por falta de condições financeiras e almeja regressar às aulas no próximo ano, desabafou que os fiscais não se limitam a expulsá-los, nalguns casos os espancam com paus e ferros.

3.20 Moto-taxistas são um auxílio imprescindível

Semanário Factual

De 16 de 23 de Novembro de 2013

Em Luanda, nomeadamente na sua periferia, é notória a presença de centenas, senão de milhares de moto-taxistas, que fazem da sua actividade o seu ganha-pão.

O grosso dos moto-taxistas é produto do ex-conflito e do êxodo do campo, de jovens entre os 18 anos e os 25 anos.

Provenientes, na sua maioria, das províncias do Huambo, do Bié e de Malanje, os jovens moto-taxistas aportaram em Luanda, já no período de paz, no âmbito da circulação de pessoas. Sendo filhos de camponeses, os jovens, honestos, optaram por uma actividade lucrativa, por um lado, e, por outro, ajudar as pessoas nas suas deslocações pela periferia.

Os utilizadores das moto-táxi reconhecem a sua importância na movimentação de transeuntes, mas desconhecem que a maioria pratica a sua actividade à margem da lei, por não contribuírem para o fisco. Isso quer dizer que não estão registados na AMOTRANG (Associação de Moto-táxis de Angola), que documenta os interessados nessa tarefa, tão útil para o cidadão.

Ademais, andam em contravenção por não usarem capacetes de protecção. Por esse motivo, são sempre importunados pelos agentes policiais que, agindo humanamente, permite e os moto-táxis prossigam o seu trabalho, calmamente. Em reconhecimento desta atitude compreensiva, oferecem alguns valores da sua diária.

É a comunhão de interesses que faz com que alguns moto-táxis andem, até indocumentados.

Mas tem de ser a AMOTRANG a apertar os moto-taxistas, para que se legalizem e andem dentro da lei, pois, em caso de um acidente com um passageiro, quem assume os danos, se o moto-táxi não está registado? Pese esse perigo, as pessoas não têm outra alternativa para chegarem a casa, depois da jornada

laboral, uma vez que moram alguns quilómetros do interior dos bairros!

É sabido que tax1S e autocarros não podem penetrar, ainda, nas vias secundárias e terciárias, deterioradas, ao longo do tempo, por falta de cuidado e de manutenção periódica.

E abdicar das moto-táxis é impensável, porque não há outro meio para deslocação. A menos que se acelere a reabilitação das vias dos bairros, as pessoas têm de suportar o serviço de motoqueiros, alguns sem experiência de condução, sem o uso do capacete e susceptível de acidentes.

AMOTRANG tem de ser mais célere na documentação de moto-taxistas

Para se evitar danos maiores e, mesmo mortes, a AMOTRANG tem de ser mais célere na documentação dos seus filiados, inculcar a responsabilidade de transportação de pessoas e colaborar com a polícia na detenção dos prevaricadores. E a atitude adequada para disciplinar os moto-taxistas, que, na periferia da capital, são um "salva vida", com todos os males inerentes!

Porém, tal como os taxistas, também os moto-taxistas têm de ter licença para exercerem a sua actividade, contribuindo, de igual modo, para o fisco, ou seja, para a conta do Estado.

E o número de moto-taxistas vem aumentando, dia após dia, dado que é uma actividade lucrativa.

Depois, eles beneficiam moradores de toda a periferia, onde táxis e autocarros nunca são achados, apesar de circularem nos arredores, quer dizer, nas vias principais.

Mas, tratando-se de moto-táxis, que cobram o mesmo valor dos taxistas (100 Kwanzas), a atenção deve ser redobrada, porque levar vidas por caminhos pedregosos e com charcos de água é tão perigoso quanto andar a pé à noite, quando o crime impera, por becos e ruas estreitas.

Mas, na verdade, se reconhece o papel dos moto-táxis no serviço à população, na periferia, e onde tudo pode acontecer, sendo que alguns motoqueiros, perante a escuridão, mudam a casaca e se tornam, de um momento para o outro, meliantes perigosos. E tal já aconteceu no transporte de pessoas que, sem prévio aviso, foram surpreendidas e vítimas de motoqueiros delinquentes ...

3.21 Comércio de remédios nas ruas é preocupante

Jornal Angola

19 De Novembro de 2013

A venda de medicamentos tradicionais voltou a tomar conta das ruas da capital. Os remédios, que eram vendidos em sacos pretos longe do olhar atento dos fiscais, hoje voltaram a dar sustento a muitas famílias.

A prática, que andava esquecida, é de novo o ganha-pão de muitos que, por nada terem para se sustentar, recorrem à venda de medicamentos em várias artérias de Luanda. Alguns desconhecem a medicina nem sabem ler, como é o caso da zungueira que vende medicamentos na Rua da Alfândega.

A vendedora é incapaz sequer de dizer o nome do medicamento estampado no papel e põe em risco a vida de quem compra esperando curar-se.

Gengibre, cola, gipepe e missainsão os medicamentos conhecidos pela grande maioria dos compradores que, por isso, dificilmente são enganados quando eis compram.

Mas é preciso ser conhecedor de plantas medicinais para vender e comprar os produtos sem correr o risco de ficar doente.

Madó Sebastião vende medicamentos tradicionais e diz ser uma actividade rentável. "Com o que vendo consigo sustentar-me.

Vendo os remédios a homens e a mulheres". A vendedora contou que a fuga aos fiscais é constante mas nada pode fazer porque tem de sustentar a família. Na sua bancada encontramos a pedra para curar dor de dentes, colo aberto e infecção urinária, Ngangi é para febre tifóide.

Mabelé para as grávidas. E há sais para banhos, incensos para afugentar os maus, espíritos e pós que fazem os homens perder a cabeça pelas mulheres e aumentam a potência sexual.

Em frente à Igreja dos Remédios, na Baixa de Luanda, o cenário é igual. O que muda, segundo os vendedores contactados por este jornal, é que os medicamentos são "abençoados" e nada vendem que incite à feitiçaria. Encontramos também incensos, velas, sais para banhos, terços e perfumes.

Os vendedores, que recusaram identificar-se, disseram ao Jornal de Angola que é um trabalho diferente porque o cliente se não sentir melhoras, pode voltar e reclamar, referindo que o facto de

venderem em frente à igreja lhes dá credibilidade. O melhor é comprarmos o que conhecemos ou dirigirmo-nos a um posto médico sempre que estivermos doentes, para evitar complicações.

3.22 20 Sobreviver na ponte molhada do Benfica

Jornal de Angola

20 de Novembro

A Ponte Molhada, construída sobre a vala que separa Talatona e Benfica, em Luanda, apesar de ser um local mais conhecido pelas cheias, tornou-se uma fonte de rendimentos para muitas famílias, com o surgimento de vários negócios e serviços à sua volta. A infraestrutura foi construída para servir de passagem alternativa à via entre o Futungo de Belas e Benfica. Mas o local é desaconselhável em época de chuvas, pois a enxurrada leva tudo que encontra pelo caminho, seja imbondeiros, viaturas, pessoas e casas, como aconteceu com Florinda Chambula, natural do Huambo, que perdeu a residência e todos os seus haveres durante as últimas chuvadas continuando à espera de uma nova habitação no Zango. Além de provocar tantas desgraças, a Ponte Molhada é fonte de rendimentos para muitos jovens que utilizam o local para venda ambulante, comida de rua e lavagem de carros, principal actividade ali exercida e cujo preços variam entre os 1.500,00 e os 3.500,00 kwanzas.

A reportagem do Jornal de Angola foi ver de perto jovens como o Joãozinho que, com uma mangueira, balde de água, esponja, panos e detergentes consegue sustentar dois filhos, a mãe viúva e o irmão menor. Residente no Calemba 2, ele conta que os lavadores de carros repartem os lucros com os proprietários das motobombas, ou seja, em cada valor cobrado ao automobilista para a lavagem da sua viatura, 500,00 kwanzas ficam com o dono da motobomba. "Aqui só lucrarmos quando não chove, porque quando a chuva cai tudo fica inundado e dificilmente os clientes aparecem por estas bandas", diz Joãozinho, olhando para o céu nublado, com receio de ver cair mais uma daquelas chuvadas que deixam várias zonas de Luanda inundadas. Nos dias de semana cada jovem lavador chega a limpar de cinco a dez viaturas, mas este número aumenta aos finais de semana, altura em que muitos automobilistas decidem dar uma limpeza geral às suas viaturas. A vida de lavador de carros é difícil pois, ao contrário do que muita gente pensa, ele exerce o seu trabalho dentro de um horário estabelecido para ganhar dinheiro. "Esta é a nossa única forma de sobrevivência, por isso devemos dar no duro", justifica o lavador Joaquim Alves "Quim do Brilho" para os mais próximos, para

quem o pouco dinheiro que consegue dá para sustentar a família. Quim do Brilho começa a sua jornada de trabalho cerca das 8h00 e termina por volta das 19h00, facturando em média 15 mil kwanzas. Quim quer continuar no seu ofício, pelo menos por agora, na falta de emprego melhor. "A Ponte Molhada tomou-se no nosso meio de sobrevivência, apesar das desgraças que provoca quando chove."

Do Senegal à Ponte Molhada

Há oito anos a residir em Angola, Mohamed Keita deixou o país natal, o Senegal, para vir em busca de melhores condições de vida. Assentou arruiais na Ponte Molhada construindo uma estação de serviço. O seu empreendimento é dos mais concorridos, segundo ele, devido ao "excelente trabalho" dos seus funcionários. "O trabalho é prático e rápido. O funcionário faz a limpeza do carro em meia hora", conta ele, referindo que, ao contrário dos outros lavadores que usam a água da vala para lavarem os carros, a sua estação possui um tanque de 50 mil litros de água limpa. "Aqui o cliente encontra comodidade e bom serviço, pois o carro fica mais limpo", explica Mohamed.

Na estação de serviço de Mohamed, os clientes, enquanto aguardam pelas suas viaturas, podem deliciar-se com um bom "cabrite" ou "franguité", comercializados por um cidadão maliano identificado apenas por Salú Seydou. Ele é uma pessoa de poucas falas, mas disse residir em Luanda há sete anos, quatro dos quais a vender "cabrite" na Ponte Molhada. O espaço tomou-se cada vez mais rentável e é comum ver-se ao longo da via vendedores de peças de carros, bebidas, grelhados, eletrodomésticos, produtos do campo, telemóveis, além das famosas cantinas dos "Mamadus". No trânsito, os vendedores ambulantes passam no meio dos carros na tentativa de vender os produtos. Alguns são insistentes, outros esperam ser chamados pelos clientes interessados. "Como o trânsito é muito lento devido à ponte, aproveitamos para abordar os clientes com facilidade e convencê-los a comprar", afirma o vendedor ambulante Rafael da Cruz, de 35 anos. Tia Fató, sentada atrás do seu fogareiro, é a mais famosa vendedora de "magoga" da Ponte Molhada. Tia Fató já trabalha há seis anos no local, depois de ter deixado o município do Soyo, sua terra natal, e vindo para Luanda em busca de melhor oportunidade de vida. Fato recusou-se de início a falar para a reportagem do Jornal de Angola, por estar aborrecida com a actual situação da ponte. "Falar mais para quê? Estamos cansados desta ponte. Quando ela foi construída, ainda avisamos para não ser muito baixa, mas fomos ignorados por não sermos engenheiros", desabafa Tia Fató. Perante a insistência, Tia Fató fala

do dia-a-dia na ponte, local onde já vende há mais de seis anos. "Tirando as enchentes, conseguimos fazer algum dinheiro, pois este local é muito procurado." Trânsito complicado Com uma movimentação intensa, o tráfego rodoviário na Ponte Molhada, que devia servir de alternativa à estrada principal que liga o Futungo a Benfica, complica-se, com longas filas. Quem habitualmente passa pelo local queixa-se do combustível gasto e do tempo perdido. "Antes era fácil passar por aqui, mas hoje os engarrafamentos não têm hora", lamentou o automobilista Nelson Machado, ao volante da sua viatura de marca Mercedes Benz. A circulação rodoviária no local é reflexo dos problemas de trânsito na cidade de Luanda, onde o número de carros cresce e o caos aumenta diariamente. "Em tempo de chuva é um caso sério porque se toma muito difícil circular", disse Barnil Neto, que recordou os vários acidentes registados e a morte de uma pessoa arrastada pela força das águas. "Aqui já foi arrastado um camião-cisterna, uma carrinha frigorífica, um Rav4, um Range Rover e uma pessoa em estado de embriaguez morreu quando tentava atravessar a ponte inundada." Perante a insistência, Tia Fató fala do dia-a-dia na ponte, local onde já vende há mais de seis anos. "Tirando as enchentes, conseguimos fazer algum dinheiro, pois este local é muito procurado."

Trânsito complicado

Com uma movimentação intensa, o tráfego rodoviário na Ponte Molhada, que devia servir de alternativa à estrada principal que liga o Futungo a Benfica, complica-se, com longas filas. Quem habitualmente passa pelo local queixa-se do combustível gasto e do tempo perdido. "Antes era fácil passar por aqui, mas hoje os engarrafamentos não têm hora", lamentou o automobilista Nelson Machado, ao volante da sua viatura de marca Mercedes Benz. A circulação rodoviária no local é reflexo dos problemas de trânsito na cidade de Luanda, onde o número de carros cresce e o caos aumenta diariamente. "Em tempo de chuva é um caso sério porque se toma muito difícil circular", disse Barnil Neto, que recordou os vários acidentes registados e a morte de uma pessoa arrastada pela força das águas. "Aqui já foi arrastado um camião-cisterna, uma carrinha frigorífica, um Rav4, um Range Rover e uma pessoa em estado de embriaguez morreu quando tentava atravessar a ponte inundada."

3.23 Zungueiros condenados

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2013

O Tribunal Municipal da Ingombota condenou segunda-feira, em Luanda, Ferreira João Neto, de 42 anos, Agostinho Faustino de 33 anos, e Salvador António Lunigi de 35 anos, a penas que variam de 30 a 60 dias de prisão.

Ferreira João Neto foi apanhado a vender medicamentos no Mercado dos Kwanzas. Perante a juíza jurou que nunca vendeu um comprimido: eu só estava a explicar a uma jovem função do bisolvon e aquela banda não é minha". O crime de exercício ilegal de farmacêutico é punido com multa. Ferreira garantiu que nunca vendeu medicamentos mas a juíza foi implacável. E o falso farmacêutico foi condenado a 30 dias e prisão e ao pagamento de uma taxa de justiça. Também pagou ao defensor oficioso que se esforçou por provar que Ferreira apenas era explicador de como se tomam os medicamentos e quais os seus efeitos.

Agostinho Faustino foi condenado a 30 dias de prisão pela prática do crime de contrafacção. Vendia discos piratas na rua. Em multa, taxa de justiça e honorários ao defensor oficioso vai pagar uma fortuna. Vai ter de vender uma discoteca inteira para ajudar tanto dinheiro. O melhor é deixar de vender discos piratas. Agostinho Faustino garantiu ao juiz que se dedica à venda de roupa e acrescentou que compartilha a mesma tenda com outro jovem, que apontou como o dono dos discos piratas. Salvador António Lunigi é reincidente. No passado mês de Outubro foi condenado a 30 dias de prisão. Desta vez levou 60 dias mais a taxa de justiça e os honorários do defensor oficioso. O vendedor chorou amargamente perante a juíza:

"mãe! Eu não estava a vender discos, só ia entregar a mercadoria à pessoa que me manda vender". A juíza perguntou: o que lhe disse na primeira vez que o condenei? Salvador respondeu: para arranjar outra profissão que não seja ilegal nem prejudique os outros. Mas ele não teve tempo. Ajuíza esclareceu aos réus que o não pagamento da multa tem como consequência a cadeia. Segundo o autuante da Polícia Económica, todos foram detidos em flagrante de la.

3.24 Baixa de Luanda "assaltada" por taxistas ilegais

Jornal de Angola

21 De Novembro de 2013

As ruas Rainha Ginga, Amílcar Cabral e Primeiro Congresso do EMPLA estão reservadas aos táxis ilegais. Os taxistas criam longas filas de engarrafamentos e fazem as rotas Ilha do Cabo, Chicala I, Chicala II, Porto de Luanda e São Paulo.

Na Rua do Primeiro Congresso do MPLA, mesmo em frente à Sonangol, o trânsito está constantemente embaraçado devido ao aglomerado de taxistas que querem lotar as viaturas. Na Rua Amílcar Cabral os táxis param nas passadeiras e fecham cruzamentos. Os peões correm o risco de ser atropelados. Os candongueiros avançam sem problemas e para a frente é o caminho. Quem anda a pé corre o risco de ser atropelado. Os agentes reguladores de trânsito fazem vista grossa.

Os taxistas ilegais dizem que precisam de espaço onde possam realizar as suas actividades laborais. João Martins esperava um táxi em frente à Igreja dos Remédios e contou que "não há uma paragem onde possamos apanhar o táxi sem criar embaraços. Faltam autocarros e se queremos chegar a casa depois de um dia de trabalho a solução é apanharmos os candongueiros", disse.

Na Chicala, em frente ao Banco de Poupança e Crédito, os taxistas fazem a festa com manobras que põem em perigo a vida dos passageiros. A nossa reportagem procurou saber porque razão isto acontece mesmo ao lado do Posto de Polícia da Marginal mas não nos foi dada nenhuma informação. Pediram-nos que fizéssemos uma carta para podermos ser esclarecidos sobre o assunto

3.25 Zungo para não roubar

Jornal o País

22 de Novembro 2013

Apesar de os seus amigos o incitarem a enveredar no mundo do crime, Evaristo Mande, de 35 anos, preferiu comprar produtos para revender na "zunga". "O meu pai nunca foi preso, nunca ouvi que ele roubou uma coisa, ninguém da minha família rouba, então não serei eu a roubar", é a resposta que muitas vezes tem dado aos seus amigos. Evaristo exerce, desde 2001, aquela "profissão", "para não ter que roubar e ser morto", voltou a frisar, "com muita coragem e com a ajuda e Deus", como disse. "Já comprei terrenos e tenho 2 casas construídas, do com

o dinheiro que ganho vendendo na rua. Algumas pessoas insultam, mas nós não ligamos isto. Eles só estão a perder tempo Enquanto nos organizamos a nossa vida", disse e que se mostrou vitorioso. O nosso entrevistado disse que por dia leva 10 à 12.000kz para casa. Uma mercadoria que lhe custa 70.000,00kz, revende e tira o dobro do valor. Desde que começou a trabalhar como zungueiro, receberam-lhe o negócio apenas uma vez, em 2005, e diariamente a "batalha" tem sido com os fiscais - que querem acabar com este tipo de venda.

3.26 Mercado Illegal foi desmantelado

Jornal Independente
23 De Novembro de 2013

Citadinos que circulam pela avenida 21 de Janeiro, particularmente no troço da Ex rotunda do Gameka aplaudem a acção da Polícia Nacional e da fiscalização por terem acabado compulsivamente com o mercado informal, que ganhava corpo naquele local.

A acção das autoridades chegou, embora tardia, mas a nossa reportagem constatou, no local que parte dos vendedores continua a exercer a sua atividade nos arredores em becos e ruelas, apesar de ser visível a presença de efetivos da polícia da ordem pública, em toda a extensão do ex-mercado.

Situação idêntica verifica-se em outras ruas e de grande movimento de viaturas e motorizadas, onde os "amigos do alheio" também fazem morada há muito, as saltam compradores e vendedores, no fim do dia. Esta não é a primeira vez que o assunto é abordado, mas nos últimos dias o quadro tornou-se desolador, na medida em que aquele local em tempos foi uma das zonas nobre da cidade de Luanda. Ruas e passeios eram diariamente ocupados por vendedores, provocando transtornos e riscos para a circulação automóvel e de peões.

Para complicar mais o cenário, os buracos em determinadas ruas existentes na via, obrigam os automobilistas a reduzirem a marcha, tornando pouco pacífica a convivência entre veículos e pessoas que ali circulam.

Nestes locais que durante algum tempo, passou por um clima de acalmia merece uma acção firme das autoridades. A maior parte das pessoas que fazem ali as suas vendas queixam-se da falta de um local digno e de fácil acesso para os vendedores.

Mas também há quem atribua culpa aos consumidores por recorrerem à venda ambulante num local onde abunda o lixo. Apesar de haver uma

esquadra móvel no local, ficava-se com a impressão de que a Polícia Nacional contribuía em alguns casos para que os vendedores ambulantes se mantivessem por estes longos anos! passeios ... Com os novos método meios disponíveis, os agente Polícia Nacional, cuja a pre..sl no local tem dissuadido à pI' da venda inapropriada.

3.27 Falsos kupapatas assolam Viana

Novo Jornal
29 De Novembro 2013

MUNÍCIPES DE VIANA reclamam de assaltos frequentes protagonizados por motociclistas que se fazem passar por taxistas, também chamados "kupapatas",

A maioria dos relatos provém do bairro Sanzala. Paulo Miqueias, de 23 anos, denuncia que os assaltantes "parecem kupapatas de verdade", quando, alguns metros depois de arrancarem com o passageiro, "param como se quisessem ver algo na moto e, em segundos, tiram a arma e ordenam que lhes dêem tudo".

Segundo o jovem, os assaltos acontecem em qualquer período do dia, "embora de noite seja pior", alegadamente por ser o momento em que todos têm pressa para chegar a casa que nem desconfiam do motorista.

"Aqui fica muito cheio com pessoas que querem ir à Vila Chinesa e nessa enchente eles aproveitam-se", frisou o jovem.

No Morro da Areia, bairro adjacente à Comarca de Viana, a situação é idêntica. Com AKM's e pistolas, os "falsos kupapatas" não assaltam só os clientes, mas também os verdadeiros kupapatas. "Quando uma moto queira arranca com um passageiro, eles seguem até uma zona isolada e recebem a mata e ainda ficam com as coisas do passageiro. Isto aconteceu ontem mesmo com um colega nosso", conta And'eloy, kupapata há dois anos.

Em alguns assaltos, quando as vítimas resistem em entregar os bens materiais, segundo os entrevistados, os marginais agredem-nos fisicamente e, por vezes, fazem disparas contra os assaltados.

"Há uma pessoa que foi assaltada no mês passado e deram-lhe um tiro na perna porque tentou fugir com a moto", acresceu Andeloy.

Abou, cidadão da Costa do Marfim, encontra-se com a perna engessada, pelo que necessita de muletas para locomover-se.

"Naquele dia eram dois os que me assaltaram. Acredito que ainda eram 17h00 quando pararam-me ao lado do campo onde jogam à bola. Um deles empurrou-me, mas como não caí, então, tentei acelerar. Assustei-me por ver como já estava no chão a sangrar. O outro encostou-me e deu-me um pontapé na cara. Depois levantou a moto e foram", recordou a vítima.

Os kupapatas que efectuam os trabalhos na paragem de táxi do bairro Grafarúl sofrem do mesmo mal, apesar da existência de uma esquadra móvel da Polícia Nacional ao lado.

"Até parece que a polícia não vê isso. Passamos mal aqui. Por vezes, eles assaltam mesmo próximo da esquadra móvel, mas quando é para cobrarem gasosa são rápidos", principiou Bibi.

O local tomou-se favorito dos kupapatas marginais desde que foi construída uma ponte sobre a estrada de Catete, pois o fluxo de transeuntes que necessitam de deslocar-se para os bairros distantes da principal avenida aumentou.

Os mais visados, em todos os pontos citados, ainda conforme estatísticas dos kupapatas, são os senegaleses e malianos que têm aderido a um serviço que antes era realizado apenas por cidadãos nacionais oriundos de Benguela, Bié e Huambo.

Contactada pelo Novo Jornal, Engrácia da Costa, chefe do gabinete de comunicação e imagem do Comando Provincial de Luanda da PN garantiu que têm efectuado detenções a alguns cidadãos que se fazem passar por kupapatas para facilmente efectuarem assaltos.

"Temos recebido algumas queixas, por via das quais procedemos à acções de combate a estes crimes, e tudo isto com base na lei", realçou, para em seguida concluir que "continuamos a apelar aos lesados a informarem às autoridades, porque só assim conseguiremos banir este mal".

3.28 "Lucramos mais que muitos engravatados"

Novo Jornal

29 De Novembro de 2013

NUMA ALTURA EM QUE O salário mínimo nacional varia entre os 10.696 kwanzas, isto para o sector agrícola, enquanto no sector do comércio limita-se aos 14 mil e no sector extractivo, chega aos 16 mil kwanzas, os condutores dos famosos "cangulos" (denominação Nganguela que significa

carro-de-mão), auferem mensalmente um valor que ronda os 25 mil kwanzas.

Decidido em mudar de vida na capital do país, Pedro Kaluassi, de 25 anos, mudou-se para Luanda em Maio deste ano com a segunda mulher e um filho apenas, deixando a primeira com os outros filhos no Huambo. Tão logo desembarcou na Kianda, Pedro Kaluassi arrendou uma casa de um quarto e sala onde paga 3000 kwanzas por mês, sem energia estável, nem água potável corrente.

"O mais importante para mim é que no fim do mês consigo pagar a casa e comer", adiantou o jovem alguns segundos depois de chegar na fila do peixe do mercado Asa Branca, município do Cazenga, local em que iniciamos a nossa reportagem.

Ao aperceberem-se do nosso interesse nos ganhos financeiros dos roboteiros várias vendedoras de peixe ao redor diziam, insistentemente:

"Eles ganham mais do que nós".

Trajado numa calça jeans e camisola preta, um pouco sujas devido à actividade laboral, Tomás Emiliano, de 18 anos, oriundo do Huambo, começou por detalhar os seus gastos diários. "Pela manhã gasto só 100 kwanzas no matabicho. Por vezes vou até aos 150 kwanzas quando compro uma gasosa para acompanhar o pão. Para fazer o jantar, eu e os meus irmãos contribuimos com 500 kwanzas".

Naquele sector da praça, o simples transporte numa caixa de peixe até à paragem dos táxis, situada a menos de 100 metros, custa 50 kwanzas. "Isto quando é uma pessoa conhecida, porque se for uma mamote que não conhece o movimento podemos lhe cobrar mesmo 100 'paus", reforçaram.

Para as maiores distâncias, que podem variar entre um quilómetro ou até mais, o preço pode chegar aos 250 kwanzas.

Barriga, um cidadão intermediário entre as senhoras vendedoras de peixes e alguns restaurantes, também grita por trás da nossa equipa de trabalho. "Estes jovens fazem muito kumbú por dia". Os roboteiros só sorriam ao ouvir tal afirmação. A partir daí começamos a ficar mais curiosos em saber afinal até que ponto "fazem muito kumbú".

Depois de meia volta pelo mercado, Pedro Kaluassi regressou ao local onde nos encontrávamos, depois de já ter levado três malas de peixe numa senhora até à paragem. Em menos de 15 minutos já havia "encaixado" 150 kwanzas.

"Aqui é assim. O bom mesmo é quando aparece alguém que compra 100 ou 200 caixas numa vez. Aí sim cuia bué", asseverou Kaluassi, sempre a sorrir.

Pedro, outro adolescente de 17 anos, natural de Caimbambo, província de Benguela, puxou uma máquina calculadora para mostrar como consegue o dinheiro que levará para a sua terra quando as aulas recomeçarem, provavelmente em Fevereiro de 2014, garantindo que está em Luanda porque estamos em período de férias escolares.

Caso o dia seja de fracasso, Pedro e companheiros confirmam que no mínimo voltarão a casa com 1.500 kwanzas no final do dia. Este valor, multiplicado pelos seis dias de trabalho na semana, totaliza 9.000 kwanzas. "Esse mês todo foi de azar teremos no final 36 mil kwanzas", explicam. "Já é algum dinheirinho", disse outro intermediário que parecia não estar a ouvir os relatos. Talvez seja uma consequência do alto volume da música que ouvia, intitulada Mapolopolo.

Em dias normais estes trabalhadores podem ganharia, no máximo, 3.000 kwanzas, número que determina um montante financeiro no final da semana de 18 mil kwanzas, soma que depois de multiplicada por quatro semanas do mês dará 72 mil kwanzas.

"Fazemos a nossa vida nas calmas. Há uns que já têm mulher e filhos aqui, mas muitos como eu só economizamos mesmo para levar nas nossas províncias porque lá estão à nossa espera", atestou Tomás Emiliano.

A verdadeira festa dos roboteiros acontece nas épocas chuvosas. Assumidamente dizem que é nesta fase que regressam a casa com 8 mil kwanzas. "Quando chove subimos os preços porque não é fácil andar nas águas. Nesses dias os preços começam nos 100 kwanzas mas só até à paragem mesmo. Se for longe a massa já é outra", disse Pedro Kaluassi.

Feita as contas novamente, Pedro, o jovem da calculadora, afirmou que "no tempo de chuva podemos fechar a semana com 48 mil kwanzas". Multiplicado por quatro semanas, os três interlocutores até olharam de lado depois de ouvirem o resultado da conta: 192 mil kwanzas, ou seja, quase 2 mil dólares por mês.

"Não é para nos gabarmos, mas concordo quando uns dizem que lucrámos mais que muitos engratados que trabalham na cidade. O problema é que muitos têm vergonha de fazer esse trabalho", declarou Kaluassi.

Como acontece nas empresas, os roboteiros pagam imposto a administração do mercado Asa Branca, diariamente, pelo serviço praticado no recinto. "Pagamos 100 kwanzas aos fiscais todos os dias, o que equivale a 600 kwanzas por semana", disseram.

3.29 Zungueiras manifestam-se contra Polícia

Novo Jornal

29 De Novembro de 2013

UMA CENTENA DE zungueiras que vende junto aos mercados de São Paulo e Congolezes protestou esta semana (terça-feira) contra o que chamaram "vandalismo dos homens da farda azul".

O protesto aconteceu em frente das esquadras móveis da Polícia Nacional, localizadas junto dos mercados de São Paulo e Congolenses.

De acordo com as zungueiras, a origem do protesto foi a destruição, por parte das autoridades, de produtos habitualmente comercializados por estas mulheres, designadamente frutos e vegetais.

Esclareceram que a destruição dos bens partiu de agentes da Polícia Nacional "vandalismo dos homens da farda azul" -, coadjuvados por agentes dos serviços de fiscalização do Governo Provincial de Luanda (GPL), afectos aos distritos urbanos do Sambizanga e Rangel.

"Eles chegaram aqui com cães e cavalos e, simplesmente começaram a amedrontar-nos, ao mesmo tempo davam pontapés aos produtos do negócio", declararam.

Na sequência desta acção, algumas zungueiras viram os seus bens confiscados pela polícia, que acabou por levá-los para as esquadras móveis.

Susana Lomba, 48 anos, contou ao Novo Jornal que "tudo começou logo ao início da manhã de terça-feira".

"Ao vermos tanta maldade, a qual foi aumentando, ganhámos coragem e fomos manifestar-nos em frente à esquadra móvel que se encontra na paragem principal do São Paulo", explicou.

Como argumento para esta acção, de acordo com o depoimento de Susana Lomba, a polícia lá foi dizendo: "Elas (zungueiras) é que mandam, são as donas de Luanda".

Como resposta e com palavras de ordem escritas em panos, as zungueiras gritavam durante o protesto:

"Luanda é de todos" e "Queremos os nossos negócios".

Para Ana Dias, vendedora no "arreiou-arreiu", dos Congolenses, a situação mudou quando os agentes começaram a levar algumas coisas para a esquadra móvel localizada a escassos metros do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional.

"Afinal eles não querem apenas matar-nos a fome, como também estão a roubar-nos. Como é que eles vão levar o nosso negócio? E os nossos filhos, vão comer o quê? Estamos fartas desta polícia. Agora têm de aguentar o nosso barulho", avisou, enfurecida.

Outra vendedora ambulante, neste caso de roupa, identificada como Minga, disse estar "profundamente cansada da polícia", por isso, disse não temer desafiar as autoridades.

"Hoje, eles é que sabem o que vão fazer-me, porque isto não pode ficar assim. Estão a brincar connosco", lamentou.

Ainda no local, o Novo Jornal (NJ) tentou contactar os oficiais superiores presentes para um comentário às acusações que são dirigidas à actuação da Polícia Nacional, mas aqueles alegaram não poder prestar declarações públicas, invocando "ordens superiores".

A acção da polícia, segundo depoimentos recolhidos no local, terá resultado ainda na destruição de alguns espaços erguidos com chapas e contraplacado, nomeadamente salões de beleza, lojas de cabelo e de venda de roupas.

3.30 Desrespeito as autoridades cada vez mais evidente

Jornal Factual

*30 De Novembro A 7 de Dezembro
2013*

para o administrador do bairro da Terra- Nova, Esteves Manuel Machado, a capital do país sofreu uma extrema versão de valores quanto (comportamento moral) cidadãos, visto que o desrespeito às autoridades cada vez mais evidente.

"Actualmente, os cidadãos nos não vêm os bens públicos como um património que pertence ao estado e que visa atender as necessidades do coletivo.. Muitos cidadãos pensam ao contrário e acabam por destruir as infraestruturas criadas pelo Executivo para benefício da população, em geral", sublinhou o administrador.

Para o administrador ,o bairro da Terra-Nova, é preciso que a população seja responsável na preservação do património público, tendo em conta que construído para o benefício do próprio cidadão e não para o governo da província e as administrações municipais.

Comparada a outras províncias de Angola, a capital do país é o local onde o acta de anarquia aos bens públicos tem maior evidência.

Pedra Simão, morador do distrito do Rangel, falou ao factual que, "Actualmente, o cidadão não respeita as autoridades nem os bens públicos. Os bens públicos proporcionam um bem-estar condigno à população. Logo, não se entende como é que, ao mesmo tempo que se reclama pela falta de espaços de lazer, existam pessoas que os vandalizem".

Para muitos, não se trata de falta de campanhas de sensibilização junto das populações para a necessidade de respeitar e preservar os bens públicos, mas, sim, a falta de valores quanto ao comportamento moral dos cidadãos.

Cidadãos não respeitam as obras feitas pela administração .Em entrevista ao Factual, o administrador do bairro da Terra-Nova, no distrito do Rangel, Esteves Manuel Machado, denunciou a anarquia aos bens públicos, levada a cabo pelos moradores das áreas reabilitadas, no âmbito do programa de reabilitação das vias secundárias e terciárias.

Segundo o administrador, depois de concluídas as obras de reabilitação, os moradores das Bês e Cês, têm vandalizado alguns bens públicos postos à disposição da comunidade, como as ruas, os locais de lazer, os postes de iluminação e os armários dos fusíveis de energia eléctrica.

Para além das campanhas de sensibilização a realizar a nível da sua área . de jurisdição, no sentido de apelar à população à preservação e respeito aos bens públicos, o administrador Esteves Machado fez saber ainda que serão responsabilizados todos os cidadãos, tanto colectivos como individuais, que praticarem vandalismo sobre os bens públicos.

O mesmo aviso abrange as empresas e cidadãos que ocorrem em transgressões administrativas. Esteve Machado considera da que. este. pelas administrações municipais e disse : "Hoje, nos passamos várias informações que não se deve vender nas vias públicas! Mas o que vimos é o contrario separamos com o desacato à autoridades . Neste momento, estamos a desencadear umtrabalho de retirada das zungueiras rua Lino A e os lavadores de viaturas da

zona do antigo Cine Ngola, mas vimos uma certa resistência, ate então uma certa resistência manifestou.

Para o administrador da Terra-Nova, alguns casos de vandalização dos bens públicos são premeditados .Nós temos o" serviço de de fiscalização e quando temos uma situação desta natureza ,temos responsabilizado estes cidadãos por meio de multas. Mas penso que existe a necessidade de se rever estas multas .Mas penso que existe a necessidade de se rever estas multas, visto que muitos por ignorância continuam a praticar estes actos. Vejo que as multas devem ser mais pesadas salientou a fonte.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 BD defende discussão pública do OGE

Jornal O País

01 De Novembro de 2013

A sugestão do BD, que consta de um comunicado de imprensa, a que O PAÍS teve acesso, sustenta que tal medida pode "evitar que o OGE sirva simplesmente para reforçar a acumulação privada primitiva do capital e o reforço da capacidade militar do país, ao invés do reforço organizacional, implementação de infra-estruturas sociais, e melhoria da educação e saúde."

Esta formação política sem assento parlamentar, diz por outro lado que "a Assembleia Nacional incorre em erro de fundo, e demonstra estar à revelia da própria Lei, ao apreciar a Conta de Estado sem o parecer da entidade competente que é o Tribunal de Contas."

A presente legislatura, a Assembleia Nacional não aprovou nenhuma Lei de sua iniciativa, e foi recentemente estimulada pelo Tribunal Constitucional a não exercer o seu papel fiscalizador, facto gravíssimo do ponto de vista do Estado de Direito e Democrático", refere o comunicado as constatações do BD indicadores sociais mantêm-se preocupantes com a fome a grassar em várias zonas do país, "face ao cinismo das entidades nacionais e internacionais sobre o assunto, não se descurando a possibilidade de extinção do povo khoisan."

O partido dirigido por Justino Pinto de Andrade diz que "persiste uma gritante falta de água canalizada e potável mesmo no interior das cidades e a mortalidade infantil e a mortalidade materna se mantêm em níveis elevadíssimos. "

Manifesta a sua indignação no que tange a atitude da Polícia Anti-Motim, considerando que efectivos deste ramo da corporação vão "assumindo o papel de Polícia Pública nas principais cidades de Angola, visando repelir o descontentamento natural dos cidadãos e age de forma irregular e ameaçadora face à crescente instabilidade e insegurança".

Segundo o BD, "persiste a política anárquica de demolições de casas do povo e de não pagamento integral das pensões aos antigos combatentes e a

repressão sobre o movimento social, com prisões políticas arbitrárias, até de menores com realce para o chamado "Caso Nito Alves", o desaparecimento de opositores às más práticas governamentais, "Caso de Kassule e Kamulinde"."

Acusa a imprensa pública de, alegadamente, não dar eco a estas matérias, "confirmando que a comunicação social pública está realmente ao serviço exclusivo do Partido no poder."

"Persiste a tendência da PGR e da DNIC em prosseguirem interesses políticos inconfessos nos inquéritos que realizam, ao mesmo tempo que desprezam o tratamento de investigações de interesse nacional", precisa o BD.

Por fim este partido conclui que o Governo se "mostra cada vez mais incapaz de organizar a economia e dar resposta aos problemas sociais e não está em condições de praticar políticas públicas ajustadas à realidade nacional, preferindo reforçar o marketing político, a demagogia e a repressão".

O BD afirma corroborar com a posição da oposição parlamentar sobre a Conta Geral do Estado "sugerindo que não seja apreciada em nenhuma Comissão Parlamentar e exige que o Tribunal de Contas publique o seu Parecer antes da sua análise a Assembleia Nacional e insta o Parlamento a cumprir o seu dever de fiscalização dos actos da Governação, mas estimula a sociedade a exercer directamente a função fiscalizadora dos actos do Estado em particular a execução orçamental."

4.2 Executivo procede entrega ao Parlamento da proposta

Jornal Continente

01 De Novembro de 2013

O Executivo procedeu nesta quarta-feira a entrega à Assembleia Nacional a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2014.

O documento foi entregue ao Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República, Edeltrudes Costa, o qual prevê despesas avaliadas em 7.2 triliões de Kwanzas.

De acordo com o ministro das Finanças, Armando Manuel, a proposta de OGE para 2014 tem em conta as opções estratégicas definidas no plano nacional de desenvolvimento, com primazia as acções do domínio social (30%) visando assegurar a melhoria das condições de vida das populações. Adiantou ser ainda objectivo desta proposta de orçamento garantir

o incremento da actividade económica, a estabilidade de preços e cambial para o fomento da produção e a inserção de Angola no contexto internacional competitivo. O presidente da comissão da Assembleia Nacional (Economia e Finanças), Manuel Nunes, informou que a proposta vai ser analisada e poderá ser aprovada até 15 de Dezembro próximo. O deputado informou que serão realizadas discussões a nível das comissões especializadas. Manuel Nunes informou que, por se tratar de um documento que toca a vida de todos os angolanos, será levado a consultas com membros da sociedade civil e parceiros sociais para enriquecer a proposta do Orçamento de Estado para 2014.

4.3 Proposta do OGE/2014 já esta no Parlamento

Jornal Manchete

01 De Outubro de 2013

O Executivo procedeu nesta quarta-feira, 30, a entrega à Assembleia Nacional a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2014.

O documento foi entregue ao Presidente da AN, Fernando da Piedade Dias dos Santos, pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República, Edeltrudes Costa, o qual prevê despesas avaliadas em 7.2 triliões de Kwanzas.

De acordo com o ministro das finanças, Armando Manuel, a proposta de OGE para 2014 tem em conta as opções estratégicas definidas no plano nacional de desenvolvimento, com primazia as acções do domínio social (30%) visando assegurar a melhoria das condições de vida das populações.

Adiantou ser ainda objectivo desta proposta de orçamento garantir o incremento da actividade económica, a estabilidade de preços e cambial para o fomento da produção e a inserção de Angola no contexto internacional competitivo. O presidente da 5ª Comissão da AN (Economia e Finanças), Manuel Nunes, informou que a proposta vai ser analisada e poderá ser aprovada até 15 de Dezembro próximo. O deputado informou que serão realizadas discussões a nível das comissões especializadas.

Manuel Nunes informou que, por se tratar de um documento que toca a vida de todos os angolanos, será levado a consultas com membros da sociedade civil e parceiros sociais para enriquecer a proposta de Orçamento de Estado para 2014.

4.4 A execução orçamental

Jornal de Angola

04 De Novembro de 2103

Os números de execução orçamental nos dois primeiros trimestres do ano, ficaram longe do esperado. Em termos de receita mas também de investimentos. Estamos muito melhor do que no passado mas ainda temos muito caminho para andar. A falta de técnicos superiores, quadros intermédios e mão-de obra especializada responde pela actual situação. A boa noticia é que a execução orçamental melhora todos anos e os deputados das comissões especializadas estão de acordo que o trabalho feito é apreciável. Quando existe consenso a volta do gigantesco esforço de reconstrução nacional, tudo se torna mais fácil. Os investimentos públicos no sector social são muito fortes. Mas os resultados estão longe do esperado porque falta eficácia, falta saber, falta produtividade, falta assiduidade. Somos ricos em petróleo e outras matérias primas essenciais mas ainda somos pobres no factor decisivo: Recursos humanos qualificados.

A execução orçamental só atinge níveis elevados quando formos um país com investigação e massa critica. E isso não é para amanhã. Formar investigadores cientistas, gestores, técnicos de elevada competência é trabalho para gerações. Por isso, é importante que a geração actual cumpra com o seu papel e com o seu esforço acrescente um degrau na escala na escala do desenvolvimento. Cada cidadão angolano tem grandes responsabilidades na Angola que temos. E construir uma Angola mais justa, mais democrática e mais prospera depende de cada um de nos.

Porque a assiduidade não se aprende nas escolas medias e nas universidades. E todos os trabalhadores tem o dever de ser assíduos. Quanto mais não seja por uma questão de justiça. Temos em Angola quadros com altas responsabilidades que e limitam a receber os salários e desfrutar das mordomias inerentes aos quadros que ocupam. Mas ninguém os vê nos seus postos de trabalho.

De vez enquanto passam por la para fazerem prova de vida. E quando o exemplo não vem de cima, É O DESCALABRO. Não existem números fiáveis, mas nos serviços públicos e nas empresas privadas a assiduidade é muito baixa. Assim não é possível elevar os níveis da execução orçamental. E se existe essa impossibilidade, também não É fácil criar riqueza para distribuir mais e melhor.

Este problema entronca com a produtividade. Também não existem estudos que revelem números

fiáveis .Mas quem esta nas empresas sabe que existe uma elevadíssima percentagem de trabalhadores que não cumprem os mínimos aceitáveis . Recém salários que a sua produção não justifica , nem de longe ,nem de perto.

O problema é mais grave quando o cidadãos em funções de direcção e chefia ganham mais do que todos os outros mas produzem infinitamente menos. As direcções de recursos humanos podem começar a fazer um exercício simples : quantos funcionários faltam as sextas-feiras e as segundas-feiras, invocando as desculpas mais esfarrapadas . Enquanto sofrem as desculpas do seu absentismo abusivo.

Se isso for feito, ficamos a perceber com clareza porque razão os níveis de produtividade são tao baixos .E também porque razão do cumprimento dos horários é obra de honrosa exceções , que fazem parte das minorias que diariamente poe o pais a avançar .minorias que não querem estar sós nesse combate exaltante e esperam ansiosamente a participação empenhada e patriótica de todos.

Enquanto no existir uma maioria qualificada que tem elevados padrões de assiduidade e produtividade , as taxas de execução orçamental vão e star sempre abaixo do que todos desejamos .E corremos o risco de ficar na Historia como uma geração que perdeu a oportunidade de fazer de Angola um grande pais , justo, fraterno e bom. para viver. Os angolanos que lutaram pela Independência nacional, legaram-nos uma pátria livre. As gerações seguintes deram a liberdade e a vida pela liberdade nacional legaram-nos uma pátria livre. As gerações seguintes deram a liberdade e a vida pela soberania nacional.

4.5 Deputados votam relatórios de execução do OGE

Jornal de Angola
04 De Novembro de 2013

Os deputados à Assembleia Nacional apreciam aprovam hoje os relatório de execução do Orçamento Geral do Estado referentes ao primeiro e segundo trimestres deste ano. os relatórios em análise constam a avaliação das políticas do Executivo definidas no Plano Nacional d Desenvolvimento e li síntese da execução dos projectos estruturantes de prioridade nacional.

O Orçamento Geral do Estado para 20 13 tem uma receita estimada d 6,63 trilhões de kuanzas e despesas em igual montante. De acordo com o relatório que () Jornal de Angola teve acesso, no decorrer no primeiro trimestre foram arrecadadas receita no alor

de 914,99 milhões de kwanza e realizadas despe as no valor de 640,317 milhões de kwanzas, o que resultou num saldo orçamental positivo de 274,678 milhões de kwanzas.

No mesmo período, as receitas de capital registaram uma arrecadação de 670,3 milhões de kwanza , Uma participação no total da receita de o, 1 por cento. Do total da receita arrecadada, destacam-se a petrolífera que atingiu 20,5 por cento e Uma contribuição de 73,5 por cento nas receitas correntes.

De acordo ainda com o relatório, o balanço orçamental na óptica do compromisso revela que dos 6,635.567 trilhões de kwanzas autorizado pela lei orçamental para o .exercício, foram cabimentados 732,268 milhões de kwanzas, evidenciando que foram comprometidos 11,0 por cento da despesa fixada no Orçamento Geral do Estado. As Comissões de Economia e Finanças e do Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional consideram positiva a execução no primeiro trimestre do Orçamento Geral do Estado de 20 13. O relatório de balanço da execução do Orçamento. Geral do Estado do segundo trimestre de 2013 revela ou foram arrecadadas receitas correntes no alor de 1,28 trilhões de kwanzas correspondentes a 26 por cento do valor anual previsto, de 4,8 trilhões de kwanzas. A receita realizada, incluindo a Segurança Social, no segundo trimestre representou 21 por cento contra os 14 por cento do trimestre anterior, segundo os dados do relatório.

Uma análise agregada do primeiro e segundo trimestre que foi arrecadada uma receita de 2,21 trilhões, correspondente a 45 por cento da estimada para o ano. Foram Realizadas despesas no valor de 1,9 trilhões de kwanza , correspondentes a 36 por cento do previsto, gerando um excedente orçamental de 295,193 milhões de kwanzas.

o relatório do segundo trimestre, os deputados das comissões especializada da Assembleia Nacional afirmam que evidencia também uma boa execução do Orçamento Geral do Estado em linha com a tendência inicialmente demonstrada no primeiro trimestre de 2013, mas recomendam que se elevem os níveis de execução financeira.

O projecto de resolução que aprova os relatórios de execução orçamental esclarece que a Assembleia Nacional, no exercício da sua competência de controlo e fiscalização, deve receber e analisar para aprovação o relatório trimestral do Orçamento Geral do Estado de cada exercício económico.

Na Assembleia nacional está já a proposta do OGE para o próximo. ano. O presidente da comissão de

Economia e Finanças, Manuel Nunes Júnior, disse que a "discussão não pode estar confinada a alguma pessoa. Hã todo um processo de discussão do documento na comissões especializadas". A proposta vai à consulta pública, através de reuniões com os parceiros sociais e sociedade civil.

4.6 Desce

Novo Jornal

08 De Novembro de 2013

Orçamento Geral do Estado 2014. Novidade: os sectores da Saúde e Educação enfrentam cortes relativamente ao orçamento de 2013! O EXECUTIVO parece governar noutra país. Qual é o principal problema de Angola no presente e no futuro? A formação, crescimento, desenvolvimento e capacitação dos jovens. Para que no futuro possamos ter uma geração capaz, habilitada, com competência e com idoneidade moral e intelectual para gerir o país. Isto só será possível com cidadãos livres de doenças e maleitas crónicas. Todos sabemos disto. As nossas mães sabem disto. Os nossos mais-velhos também. O Executivo parece que não sabe.

A época futebolística nacional ficou manchada pela intolerância que contraria os princípios de fair-play. Depois do Girabola, as fúrias da intolerância chegaram à Taça de Angola, com um dos juizes da partida Petro Interclube a ser agredido por um integrante da equipa técnica da formação presidida por ALVES SIMÕES, em reacção ao erro da arbitragem. O futebol, e o desporto em geral, dispõem de ferramentas legais para reivindicar alegadas injustiças. O acto protagonizado pelo referido dirigente mancha a imagem de uma agremiação desportiva que, ademais, está ligada a uma instituição que defende a Ordem Pública.

4.7 Angola aperta regras de controlo de investimentos públicos

Novo Jornal

08 De Novembro de 2013

O ORÇAMENTO Geral do Estado (OGE) para 2014 vai apertar as regras de controlo dos investimentos públicos, condicionando a sua execução à apresentação de cronogramas revistos trimestralmente, e obrigando à obtenção de financiamento antes do início das obras.

De acordo com o disposto no relatório de fundamentação do OGE 2014, o Governo quer aprovar "medidas que visam a melhoria da eficiência e eficácia da despesa pública e prevenção e combate

de práticas ilícitas", entre as quais está o "condicionamento da execução dos projectos de investimento públicos à apresentação dos correspondentes cronogramas de execução física e financeira, sujeitos a revisões trimestrais".

Por outro lado, a execução dos novos projectos fica sujeita a "disponerem do financiamento assegurado na fonte orçamentada, terem os projectos executivos elaborados, terem os contratos assinados e homologados nos níveis correspondentes e terem elaborado os cronogramas de execução física e financeira".

. Para além deste 'aperto' nas regras que norteiam os projectos de investimentos públicos, o Executivo quer também proceder à "revisão do sistema de subsidiação das empresas públicas, nomeadamente as prestadoras de serviço de água e electricidade, com vista à sua redução, com a promoção da sua eficiência", e rever o sistema de preços dos combustíveis derivados do petróleo bruto".

O Orçamento de Angola para 2014 prevê uma taxa de crescimento do PIB de 8% em 2014, quase 2 pontos percentuais acima do estimado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) num relatório do mês passado (6,3%).

De acordo com o Relatório de Fundamentação do OGE 2014, a economia nacional deve crescer, em termos reais, 8% no próximo ano, acelerando para os 8,8% em 2015, um cenário mais optimista que o desenhado pelos economistas do FMI, que no World Económico Outlook, divulgado a 8 de Outubro, previam um crescimento de 6,3%, revende em baixa de um ponto percentual a previsão anterior, que data de Abril.

O relatório que vai começar a ser discutido a partir desta sexta-feira, no Parlamento, revela um país com as contas saudáveis, embora largamente dependente do sector petrolífero, que vale quase metade dos impostos directos recebidos pelo Governo, e com a expectativa de superar os dois milhões de barris diários em 2015, depois de uma desaceleração de 1,78 este ano para 1,76 em 2014.

"Nos últimos cinco anos, a economia angolana apresentou uma taxa de crescimento económico de 5,7%, tendo o sector não-petrolífero crescendo em média, em termos reais, a uma taxa de 9% e o sector petrolífero 0,6% ao ano", lê-se no documento, que elege como objectivos principais o controlo da inflação, para "melhorar o nível de vida da população, propiciar um ambiente favorável a níveis elevados de actividade económica e, conseqüentemente, para um aumento do emprego", a sustentabilidade das contas

públicas e a regulação do sector financeiro, com o intuito primordial de "aumentar o crédito disponível para o financiamento do desenvolvimento da economia angolana".

4.8 Desenvolvimento pretendido passa por mais investimentos

Jornal Economia e Finanças
08 De Novembro de 2013

A inserção da juventude na vida económica activa e impulsionar o sector privado são pressupostos básicos necessários para o alcance mais rápido do desenvolvimento pretendido em Angola.

Apesar desta estratégia constar nas linhas mestras do programa do Executivo angolano para 2017, ela deve ser encarada como prioridade nacional, assim como a redução da taxa de juros para promover o empresário nacional, conforme defendem economistas e cidadãos contactados pelo Jornal de Economia & Finanças, a propósito da elaboração da proposta orçamental a ser discutida pelas comissões de especialidade da Assembleia Nacional.

Avanços

Para o economista Victor Hugo, a proposta orçamental para 2014 é comparativamente melhor em relação ao anterior como já se esperava. Por exemplo, uma despesa maior para o sector social no OGE de 2014 quando comparado com o OGE anterior. O também professor universitário acredita que o sector social deve ser e continuará a ser considerado nos próximos orçamentos, como sector prioritário. Victor Hugo discorda com pronunciamentos que manifestam uma redução substancial de despesa no sector de segurança e ordem pública. A manutenção da ordem assim requerer investimentos consideráveis nas agências de ordem pública. "A criminalidade em Angola assim como no mundo inteiro vai ganhando proporções alarmantes. Para conter este fenómeno que por sua vez é importante para a estabilidade económica política e social, o OGE de 2014 deve prestar maior atenção à lei e à ordem", disse.

Quanto à criação de empregos, podem ser criados com políticas realistas e sustentáveis, pois o sector público por si não irá resolver o problema de desemprego em Angola. "Hoje quase em toda parte do mundo, as políticas fiscal e monetária, são instrumentos utilizados pelas autoridades para impulsionar o crescimento económico que por sua vez gera empregos", afirmou. No caso de Angola, assiste-se a uma política fiscal muito expansionista

embora gerindo receitas para o Governo, pois ela acaba de criar estrangulamentos na economia.

Em sua opinião, os impostos altíssimos têm repercussões negativas nos preços que por vez tornam o custo de vida em Angola muito alto no lado social. "No lado económico, os impostos altos têm vindo a reduzir receitas dos agentes económicos impossibilitando estes de criar capital, assim reduzindo-os à capacidade de criar novos investimentos vistos como fonte principal de criação de empregos", atesta.

Aprovação do OGE-2014

O economista José Cerqueira diz que é quase certo que o Governo, com a maioria esmagadora que o suporta no Parlamento, não encontrará neste órgão dificuldade de aprovação do OGE-2014.

Para o também docente universitário, devem merecer de muito mais recursos às áreas da segurança em Luanda, à justiça (os tribunais 'estão praticamente paralisados em muitos domínios), municipalidades, e sobretudo na educação e saúde.

Em relação a empregos, José Cerqueira sugere o lançamento' de um amplo programa de investimento público destinado a dar tratamento ao número de desempregados a nível de todo o país. Além disso, o Governo também poderá tomar as medidas para que a mão-de-obra nacional esteja muito mais presente nos investimentos em infra-estruturas, onde existe demasiada mão-de-obra chinesa.

Opiniões dos cidadãos

A maioria das pessoas entrevistadas considera crucial que se atribua mais recursos à educação, saúde, energia e águas, transporte e habitação, pois estas áreas estão mais ligadas directamente à vida das populações. O cidadão António Fernando Ngongo, que exerce a actividade de fiel de armazém em Luanda, elogiou as acções que o Executivo tem levado a cabo no concerne à criação de condições para habitação aos jovens empregados e melhoria na circulação rodoviária no país. Apelou para que seja incluído no OGE-2014 mais percentagem para a requalificação das diferentes zonas de Luanda, a reabilitação de estradas degradadas no interior, assim como a aposta na agricultura e indústria, no sentido de proporcionar mais empregos à camada jovem.

Por sua vez Nelson Paulo, empregado administrativo, disse que o Executivo promove o desenvolvimento humano e educacional com base numa educação e aprendizagem ao longo da vida para todos e cada um dos angolanos, mas defende uma maior agressividade

nas políticas para o sector social, mormente no reforço das capacidades técnicas dos professores e nas infra-estruturas escolares.

"Os bancos devem criar produtos virados à academia com políticas de juros bastante atractivas como acontece com o Angola Investe", disse, para quem deve haver maior equilíbrio nos investimentos em infra-estruturas e na formação de quadros angolanos. Exemplificou o caso do Japão, onde as famílias são os principais investidores na educação, ao contrário do Estado. Ana Silvestre, professora, corrobora com a ideia avançada por Nelson Paulo. Para ela, o Executivo deve canalizar mais verbas nas áreas da educação, saúde, energia e águas e ambiente, na medida em que os problemas sociais estão cada vez a agudizarem-se no quotidiano, apesar de se assistirem melhorias em alguns sectores económicos.

"Deve haver o reforço no orçamento aos programas mais virados à criação de empregos e o desenvolvimento equilibrado do interior do país", referiu.

4.9 Executivo reforça disciplina orçamental

Jornal Economia e Finanças
08 De Novembro de 2013

A adopção de um orçamento por programa visa reforçar a disciplina orçamental e conferir qualidade norteada em eficiência e eficácia à execução orçamental, dando grande foco aos resultados e, consequentemente, assegurar um desenrolar mais harmonioso do processo orçamental.

Este é o argumento evocado no relatório de fundamentação do Orçamento Geral do Estado para 2014 elaborado pelo Ministério das Finanças (MINFIN), mediante uma prévia auscultação dos departamentos ministeriais, governos provinciais e órgãos de soberania.

De acordo com o documento a que o Jornal de Economia & Finanças teve acesso, no exercício financeiro 2014, excluindo as despesas permanentes de funcionamento do Estado e as decorrentes da dívida, a repartição das despesas pelos programas articula-se em torno da política de desenvolvimento sectorial, conforme está previsto no Programa Nacional de Desenvolvimento (PND). Nesta perspectiva, avança o informe, para o próximo ano financeiro, esta política do PND está avaliada em 2.636,17 mil milhões de kwanzas.

A realização da política de desenvolvimento sectorial conta com uma grande intervenção do Estado no domínio das infra-estruturas ao qual ficou alocado 48 por cento do orçamento alocado aos programas do PND, seguido do sector social com 21 por cento, o sector económico com 6 e, por fim, o sector institucional com 26 por cento. Será igualmente implementado no exercício financeiro um total de 141 programas, prevendo-se a realização de 53 e 37 programas nos sectores social e económico, respectivamente. A nível do sector de infra-estrutura, prevê-se a realização de 25 programas que visam melhorar a qualidade dos serviços das instituições públicas.

Despesas funcionais

A distribuição funcional e programática da despesa prioriza a administração pública (33,97 por cento), seguido do sector social que averba 29,97 por cento dos recursos, sendo 6,17 por cento para a Educação, 4,35 por cento para a Saúde, 9,60 por cento para Protecção

. Social, 7,88 por cento para a Habitação e 1,97 por cento para outras despesas do sector. Os assuntos económicos, incluindo Transportes e Agricultura, entre outros sectores, vão poder consumir 19,61 por cento do OGE 2014 e a Defesa e Ordem Pública aproximadamente 16,45 por cento.

A justificação do Governo ao ter dado uma atenção especial ao sector social resulta da importância da operação e manutenção das instituições prestadoras de serviço público de saúde, de educação e de assistência social a crianças e idosos. As dotações orçamentais para o sector social, em especial nos sectores da saúde, educação e ensino superior visam assegurar a implementação do plano nacional de desenvolvimento 2013-2017.

4.10 Governo apresentou aos Deputados Conta Geral do Estado de faz de conta

Jornal Agora
08 De Novembro de 2013

PONTO PRÉVIO. Durante os 38 anos de existência da República de Angola, o Governo sustentado politicamente pelo MPLA e liderado nos últimos 35 anos, pelo mesmo Presidente da República nunca elaborou nem apresentou publicamente, uma única Conta Geral do Estado, como de resto, é normal fazer-se em qualquer país do mundo. Eis que, pela primeira vez na história de Angola independente, tarde mas em boa hora,

surpreendentemente, a 28 de Agosto do corrente ano, o Governo entregou na Assembleia Nacional, uma conta que diz ser a tal Conta Geral de Estado (CGE), que há várias décadas se aguardava! Porém, veio depois a descobrir-se que aqueles calhamaços todos (5 pastas grandes de arquivo cheias de papeis) que foram distribuídos a cada um dos 220 deputados, continham tudo menos uma verdadeira Conta Geral do Estado, a que um Governo está constitucionalmente obrigado a elaborar e apresentar todos os anos ao seu povo, principalmente em países que se consideram democráticos de direito. E porquê que digo isto? Pelas razões que passarei de seguida a narrar.

1- A CGE representa a síntese de toda a execução do Orçamento durante um determinado período financeiro. Na prática, é o registo sintético e final das operações executadas no âmbito do OGE. Trata-se de um conjunto de demonstrações financeiras e patrimoniais, que abarcam as contas de todos os órgãos de soberania e da administração central e local do Estado, bem como dos serviços, institutos públicos e fundos autónomos e ainda a segurança social. Tendo toda esta composição abrangente é óbvio que este instrumento de gestão e controlo (CGE) torna-se fundamental, incontornável e imprescindível, no que a boa governação da coisa pública e a transparência, diz respeito. É preciso que se tenha a consciência, de que a CGE, não é apenas um documento de registo e de síntese da execução do OGE, mas também um meio de controlar os factos patrimoniais, os activos e passivos resultantes dessa execução orçamental.

2- A sua inexistência provocou descontrolo na gestão do erário público; gerou insegurança na custódia dos bens públicos; motivou roubos, abusos de poder, corrupção e facilitou a impunidade e a promiscuidade entre os bens públicos e privados. Esta Conta Geral do Estado, referente a 2011, está incompleta, porque não inclui os factos patrimoniais anteriores a 2004. É o próprio Governo que o afirma, dando assim mão a palmatória, antes que alguém descubra e denuncie esta situação. Significa dizer que a CGE-2011 apresenta-se "mutilada", sem incluir factos patrimoniais importantes e activos e passivos relevantes, do período entre 1/1/1976 a 31/12/2004, o que quer dizer, 29 anos de actividade governativa, que não foram contabilisticamente registados e por isso não controlados.

3- Esta CGE-2011 não é verdadeira, porque não reflecte a real situação económica e patrimonial do Estado angolano, pois faltam-lhe vários bens, direitos e obrigações de anos anteriores a 2004, por apurar e contabilizar. E nem sei se algum dia todos estes elementos serão mesmo apurados e contabilizados

com o rigor necessário. Ela não é exacta, na medida em que não inclui os valores dos tais bens, direitos e eventualmente obrigações do período já referido anteriormente. E como se não bastasse, é omissa e não dá informações nem regista factos patrimoniais resultantes de transferências financeiras entre Angola e outros países com os quais se mantêm intensas relações comerciais. Não apresenta dados sobre o sector empresarial do Estado, que sabemos ter muitas empresas, várias delas deficitárias e sem contabilidade devidamente organizada. Adicione-se a isso, o facto desta CGE ser muda em relação às parcerias público-privadas, de que muito ouvimos falar e sabemos que existem (muitas já existiam em 2011), mas nada se diz a respeito delas nesta CGE.

4- Como se não bastasse, esta CGE-2011, não é abrangente. Viola o princípio da universalidade. E porquê? Porque são vários os órgãos da administração pública e até órgãos de soberania, que não têm as suas contas sectoriais incluídas nesta CGE. Exemplo: a maior parte das embaixadas e fundos autónomos; várias administrações municipais. Também não consegui enxergar naquele "matagal de papéis", as contas dos Serviços de Apoio ao Presidente da República. As do Vice-Presidente estão lá, mas do Presidente não! E estes órgãos movimentam rios de dinheiro do Estado! Rebusquei os papéis e não consegui encontrar as contas do Ministério da Defesa nem as do Ministério do Interior. Sabendo nós que os sectores castrenses são os que maior percentagem do OGE absorvem todos os anos, é coisa para desconfiar e desacreditar esta CGE.

O que consta nas pastas são apenas relatórios de execução do OGE-2011, de onde se deviam extrair as informações (dados) a serem classificados de acordo com o Plano de Contabilidade pública e registadas depois em contas patrimoniais que, estas sim, constituiriam o essencial da CGE. O que fizeram foi enviar-nos dezenas de resmas de papéis cujo conteúdo são informações sobre execução do OGE e correspondência diversa e fotografias, sem nenhum interesse para uma CGE. Tecnicamente, Nota negativa!

5- CONCLUSÃO -Por tudo o que foi constatado, esta CGE está ferida de falta de credibilidade. Tem várias inconformidades em matéria de princípios e de regras de contabilidade e de transparência, internacionalmente aceites. Não reflecte com verdade e exactidão a real situação económica, financeira e patrimonial do Estado. E por último, mas não menos importante, é extemporânea. Chega muito tarde às mãos dos deputados, dificultando a sua apreciação que no caso vertente (CGE) deve ser objecto de 2 formas principais: jurisdicional, feita pelo Tribunal de

Contas, e política, feita exactamente pela Assembleia Nacional.

O Parecer do Tribunal de Contas deve ser feito antes da fiscalização política, por se tratar de um acto de administração consultiva por parte do Tribunal. E em caso de irregularidades o Tribunal pode ou deve poder, proceder ao apuramento de responsabilidades. É assim que se faz em regimes democráticos e em Estados preocupados com a boa governação e a transparência na gestão pública. Fazer diferente disso, sejam quais forem as razões invocadas, é ludibriar o povo e caricaturar a democracia e gestão pública, com o que há de mais falso e negativo! Apresentar Contas de 2011, em finais de 2013 e ainda por cima com as insuficiências e irregularidades já abordadas anteriormente, não prestigia o Executivo. Quando os deputados já esperam receber a Proposta de OGE de 2014, para estudo, análise e parecer, é no mínimo absurdo e contraproducente, entregarem uma CGE de 2011, cheia de insuficiências e erros técnicos. Todavia, encorajo o Governo a continuar a tentar, pois a apresentação da CGE-2011 apesar de tardia, marca o início de um novo ciclo de prestação de contas públicas em Angola, que se pretende seja mais sério, rigoroso e prestigiante para o País.

A vontade política que desta vez parece estar subjacente a este novo ciclo deve ser encorajada, pois a continuar-se nesta senda, teremos num futuro breve, uma nova mentalidade de maior responsabilidade e racionalidade, por parte dos gestores e funcionários públicos, na abordagem da coisa pública. Que assim seja! Xalenu nhi mahezu ma kidi. Voltarei.

4.11 Orçamento do equilíbrio

Jornal Economia e Finanças
08 De Novembro de 2013

A Assembleia Nacional inicia a partir de hoje uma intensa discussão sobre o documento da proposta orçamental para 2014 submetido pelo Executivo ao Parlamento, que analisa até ao dia 12 Dezembro, data estabelecida para a aprovação do documento final pelas comissões de especialidade da Assembleia. Antes de ter sido entregue ao magno legislativo do país, o documento mereceu um "agreemnt" do órgão de consulta do Presidente da República. O Orçamento Geral do Estado constitui o plano financeiro anual ou plurianual como lidado do Estado, devendo ser consentâneo com o planeamento nacional e obedecer ao princípio da transparência.

O titular da pasta das Finanças justifica precisamente hoje junto dos parlamentares as razões que estiveram na base da atribuição das verbas por cada sector económico. Desta vez, as províncias terão mais recursos para potenciar o desenvolvimento esperado, já que Luanda esteve sempre nas prioridades do Executivo, tendo em conta o fluxo de pessoas que habitam na capital. A ideia do Governo é equacionar a problemática das assimetrias regionais. Todavia, o país está a crescer e é preciso equilibrar o crescimento. A questão de afectação de recursos por regiões ou por sectores nunca, em nenhum Estado do mundo, reuniu consenso. As discussões são sempre intermináveis: Mas, no Ca.110 angolano, teremos um orçamento atípico para 2014, na medida em que está virado para uma nova metodologia que é a do orçamento por programa. Ele surge em função da adopção do programa nacional de desenvolvimento (PNDJ) para o quinquénio 2013-2017, constituindo-se num baluarte rumo ao crescimento equilibrado, na qual entra já na história das finanças públicas de Angola uma nova etapa que inicia em 2014. Aliás; a proposta de OGE para 2014 tem em conta as opções estratégicas definidas no plano nacional de desenvolvimento, com primazia absoluta para as acções do domínio social visando assegurar a melhoria das condições de vida das populações. O orçamento por programa tem por objectivo estruturar as despesas em programas, assegurando o melhor equilíbrio entre custo, qualidade e prazo, melhorar o desempenho na questão da administração pública, tendo como elemento básico a definição de responsabilidade por custos e resultados de cada programa. Visa, igualmente, assegurar o alinhamento dos programas com os objectivos gerais e áreas estratégicas do plano nacional de desenvolvimento 2013-2017, além de proporcionar à melhoria contínua e mensurável da qualidade e produtividade dos bens e serviços públicos. Dar maior transparência à aplicação de recursos públicos e os resultados obtidos e promover o crescimento equilibrado dos vários sectores de actividade económica, centrado no crescimento económico e na expansão das oportunidades de emprego, constam como um dos desafios do Executivo nesta legislatura. O OGE-2014, com despesas de 7,2 triliões de kwanzas foi elaborado mediante uma prévia auscultação dos departamentos ministeriais, governo, 6 Provinciais e órgãos de soberania: Os membros da sociedade civil e parceiros sociais vão também ajudar a enriquecer a proposta de Orçamento de Estado para 2014, através de consultas a serem levadas a cabo pela Comissão de Economia e Finanças do parlamento angolano.

4.12 Orçamento proposto reduz verbas para a cidade de Luanda

Jornal Economia e Finanças

08 De Novembro de 2013

A província de Luanda vai beneficiar de menos recursos no OGE de 2014, segundo consta a proposta orçamental submetida pelo Executivo à Assembleia Nacional. Esta decisão foi tomada em função da assimetria que se assiste entre a capital e as restantes províncias do país.

Actualmente, a despesa por província está centrada maioritariamente em Luanda. De acordo com o documento, observa-se um aumento tendencial de recursos disponíveis aos órgãos locais do Estado.

No quadro do Programa Nacional de Desenvolvimento (PND), as províncias mais a Norte do país, nomeadamente, Cabinda, Zaire, Uíje, Kwanza-Norte e Malanje tendem a afirmar-se como importantes pólos comerciais, industriais e petrolíferos, enquanto nas províncias do Kwanza-Sul, Benguela, Huambo, Huíla e Bié têm-se promovido o desenvolvimento urbano, a agricultura empresarial e o crescimento industrial.

A promoção do desenvolvimento equilibrado do território é uma das metas que o PND 2013-2017 pretende materializar. A nível de arrecadação da receita por província registada nos últimos anos, destacam-se Luanda, Benguela, Cabinda e Zaire como as principais regiões de maior arrecadação de recursos para o Estado: formam-se aos limites fiscais e que são pilares da transparência e responsabilidade fiscal

face à sua clara determinação nos artigos da Lei nº15/10, de 14 de Julho, Lei do OGE.

A despesa total do OGE é de 7,25 triliões de kwanzas, equivalentes a 56,60 por cento do PIB, enquanto as despesas correntes está proposto no valor de 3,6 triliões de kwanzas, e não ultrapassam as receitas correntes, no valor 4,53 triliões de kwanzas.

Despesas concretizam projectos

O Executivo angolano projecta um incremento do stock da dívida total na ordem dos 43,21 mil milhões de dólares (4.16 triliões de kwanzas), equivalente a 32,9 por cento do PIB. Segundo o informe, os fluxos de origens e aplicações dos recursos conformam-se aos limites fiscais e que são pilares da transparência e responsabilidade fiscal face a sua clara determinação nos artigos da lei nº15/10, 14 de Julho, lei do OGE.

A despesa total do OGE é de 7,25 triliões de kwanzas, equivalente a 56,60 por cento do BIP, enquanto as despesas correntes está proposto no valor de 3,6 triliões de kwanzas, e não ultrapassam as receitas correntes no valor 4,53 triliões de kwanzas.

Fontes

As necessidades de financiamento estão a ser atendidas sem o recurso à emissão de moeda. As receitas têm a proveniência pública cuja titularidade é o Estado e os órgãos que deles dependem, inclusive as relativas a serviços e fundos autónomos, doações e operações de crédito, não se incluindo as operações de crédito por antecipação de receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias no activo ou no passivo financeiro. Deste modo, a dívida pública fundada, interna e externa, de curto, médio e longos prazos, não deverá ultrapassar, no final de 2014, o stock estimado do correspondente a 32,9 por cento do PIB situando-se abaixo, do limite legal de 60 por cento. Além desses preceitos legais, estão a ser observados outros limites fiscais implícitos na estratégia macroeconómica definida para o crescimento sustentável da economia. Os juros da dívida pública (127,6 mil milhões de kwanzas) são cobertos folgadoamente pelo superávit primário de receitas correntes (4,53 triliões 9,9 de kwanzas), evitando que se possam constituir num factor de indução do défice nominal nas contas públicas.

Já as despesas com o pessoal (1,28 trilião de kwanzas) limitam-se a 28,4 por cento das receitas correntes, não comprometendo, portanto, a capacidade de investimento dos Recursos Ordinários do Tesouro. A proposta diz que não há aumento de despesas com carácter de continuidade desprovido da cobertura de equivalente aumento de receitas com igual carácter de continuidade, garantindo-se desta forma a pontualidade dos pagamentos do Tesouro e, portanto, a observância de um dos pilares fundamentais da responsabilidade fiscal.

4.13 Parlamento vota na generalidade

Jornal O País

08 De Novembro de 2013

A Assembleia Nacional realiza hoje, em Luanda, a II reunião plenária extraordinária, da II Sessão Legislativa da III legislatura para discussão e votação na generalidade da proposta da lei do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2014.

De acordo com uma nota de imprensa divulgada ontem, os líderes das bancadas parlamentares poderão proferir declarações políticas durante a sessão.

A proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2014 foi entregue no passado dia 30 de Outubro ao presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Edeltrudes Costa.

O documento apresenta despesas avaliadas em 7,2 triliões de Kwanzas e propõe beneficiar o sector social com 30 por cento, dando primazia às acções do Programa Nacional de Desenvolvimento.

Entretanto, a Comissão Económica, reunida ontem, em Luanda, na sua 12ª sessão ordinária, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, apreciou o relatório de balanço da execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) relativo ao 3º trimestre de 2013.

Segundo o comunicado distribuído à imprensa, o relatório inscreve uma receita de Akz 3.747.418 milhões e despesas que se situaram no valor de Akz 3.534.405 milhões, tendo por resultado um superavit orçamental de Akz 213.013 milhões, representando uma diminuição de 47% comparativamente ao período homólogo de 2012.

A Comissão Económica avaliou também o relatório de balanço da execução da programação financeira concernente ao 3º trimestre do corrente ano, cuja execução da receita fiscal atingiu 99% da sua programação, enquanto a despesa do período correspondeu a 76% do programado.

Finalmente, relata a nota, a Comissão Económica examinou ainda o relatório de balanço da execução do plano de endividamento do 3º trimestre deste ano, que evidencia os fluxos financeiros das emissões, do serviço e do stock da dívida pública interna, externa e o seu total.

4.14 Parlamento vota o orçamento na generalidade

Jornal de Angola

08 De Novembro de 2013

Os deputados à Assembleia Nacional votam hoje na generalidade o Orçamento Geral do Estado para o próximo ano numa sessão cujo desfecho deve marcar a tendência das discussões até a aprovação final prevista para 15 de Dezembro.

O presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Manuel Júnior, garantiu que logo que seja aprovado na generalidade "o documento é exaustivamente debatido".

O deputado lembrou que "o Orçamento Geral do Estado é Um documento fundamental para a gestão do país e toca a vida das famílias, das empresas e do Estado" e por isso a sua discussão "não pode estar confinada a algumas pessoas".

Manuel Júnior referiu haver "todo um processo de discussão ao nível das comissões especializadas" e que "até Dezembro os deputados devem estar em condições de fazer apreciação e aprovação do documento".

A proposta do Orçamento Geral do Estado, sublinhou, vai a consulta pública com a realização de reuniões com parceiros sociais, membros da sociedade civil e outras organizações que emitam a opinião e enriqueçam do documento.

Participação dos partidos

O grupo parlamentar do MPLA, após a avaliação do documento e de reuniões entre militantes, concluiu que as principais preocupações da população estão contempladas na proposta do Orçamento Geral de Estado para o próximo ano e respeita as orientações do Plano Nacional de Desenvolvimento referente ao período de 2013 a 2017.

Na última reunião, realizada na quarta-feira, o porta-voz do encontro, Salomão Xirimimbí, disse que os deputados levantaram várias questões sobre as principais preocupações da população e receberam esclarecimentos que lhes permitem defender o documento na sessão de hoje.

UNITA e as verbas

O presidente do grupo parlamentar da UNITA questionou as verbas propostas para a Educação e a Saúde, sectores indispensáveis para o desenvolvimento do país.

Raul Danda afirmou que continuam a ser disponibilizadas poucas verbas orçamentais para os dois sectores.

O deputado disse que Angola mantém uma economia assente no petróleo e que ao sector da Agricultura foi atribuído apenas 0,6 por cento das receitas do Orçamento Geral do Estado.

Mais de 80 por cento das receitas, declarou, estão a ser geridas pelas estruturas centrais, que deixam apenas 15 por cento para os Governos Provinciais e Administrações. "O OGE continua a pecar em vários sentidos e não tem condições para dar resposta aos objectivos nacionais a que o Executivo se propõe, que é a preservação da coesão nacional, garantia dos pressupostos básicos necessários para o

desenvolvimento, a melhoria da qualidade de vida das populações", disse.

CASA-CE é favorável

O segundo vice-presidente da CASA-CE revelou que o seu grupo parlamentar vota a favor do OGE para possibilitar a análise e discussão do documento na especialidade. Manuel Fernandes referiu que o orçamento destinado à Defesa e Segurança tem um pendor forte e que se devia dar maior atenção ao sector social.

O deputado realçou o interesse de haver maior distribuição do rendimento nacional.

Lucas Ngonda, da FNLA, disse que vai continuar a defender maior atenção às questões sociais e que, apesar dos sinais de desenvolvimento, ainda há pessoas a viverem em situações difíceis.

As contas da proposta

O Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, com receitas e despesas avaliadas em 7,2 triliões de kwanzas, foi elaborado com base numa produção petrolífera de 665 milhões de barris por ano.

O preço de referência orçamental do barril é de 90 dólares à taxa de câmbio de 98 kwanzas. O défice na base de compromisso é de 4,9 por cento.

Na entrega do documento na Assembleia Nacional, o ministro das Finanças afirmou que o orçamento representa as opções estratégicas definidas no Plano Nacional de Desenvolvimento e que se procurou dar prioridade às questões do domínio social destinadas a assegurar a melhoria de vida da população.

Armando Manuel garantiu que o Orçamento também assegura o incremento da actividade económica, a estabilidade de preços e a cambial para o fomento da actividade produtiva e a inserção de Angola no mercado internacional competitivo. O ministro realçou que o sector social absorve cerca de 30 por cento do Orçamento Geral do Estado.

4.15 Angola a crescer (pouco) mais e a distribuir pior

Jornal Expansão
08 De Novembro 2013

Angola a crescer mais e a distribuir melhor, foi o slogan com que o MPLA ganhou as eleições gerais de 2012. O Orçamento Geral do Estado (OGE) é porventura o instrumento mais poderoso para o partido no poder cumprir a promessa. A análise da

proposta de OGE para o exercício económico de 2014 dá-nos pistas importantes sobre o que está a ser feito.

Começando pelo crescer mais, o cenário macroeconómico apresentado com o OGE 2014, revela que em 2013, primeiro ano do governo saído das eleições, deveremos crescer menos, ainda que marginalmente, do que em 2012, último ano do governo anterior.

As últimas projecções apontam para uma variação real anual do PIB de 5,1% em 2013, menos uma décima de ponto percentual (pp) do que os 5,2% registados em 2012. Para 2014, o Governo prevê uma aceleração do ritmo de crescimento da economia para 8%. A previsão é mais optimista do que a do FMI, que aponta para um crescimento de "apenas" 6,3% em 2014.

A instituição baixou as perspectiva económicas para Angola, cortando o crescimento de 2012 (de 8,4% para 5,2%), de 2013 (de 6,2% para 5,6%) e de 2014 (de 7,3% para 6,3%), explicando que as revisões refletiam atrasos na execução orçamental. O mesmo motivo levou o Governo a baixar a sua estimativa de crescimento para 2012, de 7,4% para 5,2%, e a projecção para 2013, de 7,1% para 5,1%. Analistas, incluindo este escriba, esperavam uma revisão em baixa da previsão oficial de crescimento para 2014, mas o governo manteve os 8,0% avançados no PND.

Uma decisão que estará ancorada no facto de o OGE 2014 prever um aumento do investimento público de 49,6%O tempo dirá drasticamente, não devemos esperar taxas de crescimento por aí além. A economia angolana vai crescer mais do que nos anos a seguir à crise, mas muito menos do que que cresceu nos anos dourados a seguir à Paz de 2002. Se, tudo o indica, vamos crescer um pouco mais, quanto ao distribuir melhor estou ainda mais pessimista. A proposta de OGE para 2014 é um retrocesso em matéria de gastos sociais. Não sou adepto de uma política assistencialista. Entendo, tal como o Governo, que a melhor forma de combater a pobreza é diversificar a economia para criar emprego. Desse ponto de vista, a aposta no investimento público para a construção de infra-estruturas que alavanquem a diversificação da economia é correta. Isto no pressuposto de que o investimento é bem selecionado, bem projetado, bem construído, bem fiscalizado e bem mantido. Enquanto investimento não dá os frutos desejados, é necessário apoiar as camadas da população mais vulneráveis através de prestações sociais direitas, melhor educação e mais saúde. Comparando a proposta de OGE 2014 com a de 2013 vemos que as transferências para as famílias que incluem apoios as

crianças aos idosos, viúvas e doentes, levam um corte global de 31,8%.

A Função educação sofre uma tesourada de 23,6% com destaque para o ensino primário, que vai ter menos 33,3% de dinheiro alocado. Já o ensino superior, ao contrário do que seria recomendável, vê as suas verbas alocadas aumentarem 20,9% para um valor superior ao do ensino secundário que sofre uma quebra de 2,3%. Finalmente, a função saúde vê o seu envelope financeiro emagrecer 14%. Bem sei que as verbas alocadas a cada função não dizem tudo. Uma boa gestão pode até permitir fazer melhor com menos dinheiro. Mas receio bem que, pelo menos avaliar pela proposta de oge 2014 vamos distribuir pior. Espero que me engane.

4.16 Menos de 190 mil milhões kz para educação e saúde

Jornal Expansão

08 De Novembro 2013

A proposta de OGE 2014 não só corrigidas, pois incluem subsídios a mantém a tradição de gastar mais dinheiro em combustíveis que beneficiam mais dinheiro com "defesa, segurança e dos mais ricos. O OGE 2014 atribui à ordem pública" do que em educação e protecção social 696,9 mil milhões saúde juntas, como agrava o fosso. Kz, dos quais 393,7 mil milhões Kz Em 2013, as despesas com defesa, se são subsídios a preços. A última insegurança e ordem pública representavam 17% formação disponível, representavam 17,7% do OGE, contra 14,4% 2007, revela que quase 90% dos sub da educação e saúde, uma diferenciados subsídios a preços se destinam aos compradores de 3,3 pp. Em 2014, o fosso agrava-se combustíveis para 5 pp, diferença entre os 16,5% Uma análise mais fina da função dos alocados defesa, segurança e ordem social permite ainda um olhar crítica pública e os 10,5% orçamentados sobre as despesas com a sub funciona para a educação e a saúde. O ensino primário sobra para os militares, polícias e tribunais que sofrem um corte de 105,3 mil milhões Kz estando reservado um envelope financeiro ou 33,3%, para 211,4 mil milhões Kz, de 1.194,1 mil milhões Kz em enquanto as verbas para o ensino secundário descem "apenas" 2,3% ou 1,9% do que em 2013. As verbas para a 2,1 mil milhões Kz, para 89,1 mil milhões na educação e na saúde levam um corte de mil milhões Kz. Pelo contrário, o envelope 191,6 mil milhões Kz, 20,1%, de 954,9 financeiro para o ensino superior mil milhões para 763,2 mil milhões. engorda 20,9%, para 99,6 mil milhões

Na educação, a tesourada é Milhões Kz. Com este salto, as verbas 23,6%, ou 139,2 mil milhões Kz, para alocadas ao ensino superior ultrapassam 447,5 mil milhões Kz, enquanto a passam as do ensino secundário, saúde vê as verbas encurtadas em Os recursos por níveis de ensino .

4.17 Sem petróleo o défice seria seis vezes maior

Jornal Expansão

08 De Novembro 2013

Um orçamento fortemente dependente das receitas do petróleo como é o angolano, um exercício inevitável é imaginar as contas públicas sem petróleo. Um exercício que passa por subtrair às receitas sem activos financeiros, de 4.744,8 mil milhões, as receitas petrolíferas, de 313,1 mil milhões. a mesmo levaria ser feito relativamente IS despesas, isto é, deveria retirar-se das despesas totais as despesas relacionadas com o petróleo, como seria o caso, por exemplo 110, do valor que o Estado paga à sonangol a título de comissão de estão dos contratos com as petrolíferas, Como a informação sobre o oGE a que o Expansão teve acesso não distingue despesas petrolíferas e não petrolíferas, esses cálculos não são possíveis.

Descontando os valores das receitas petrolíferas, chegamos oGE 2014 sem petróleo que compreende receitas de 1.431,7 mil milhões Kz e despesas de 5.375,1 mil milhões Kz, iguais às do oGE sem petróleo pôr não ser possível subtrair as despesas petrolíferas por falta de informação. Feitas as contas, OGE sem petróleo do próximo ano apresenta um défice de 3.943,4 mil milhões Kz, um aumento de 525,7 mil milhões Kz face aos 3.417,7 mil milhões previstos para 2013.

Já em percentagem do PIB não petrolífero, o défice desce 2,8 pp, de 46,6% do PIE não petrolífero previsto para 2014, que é de 8.460,9,6 mil milhões Kz, para 49,4% do PIB não petrolífero de 2013, estimado em 6.913,3 mil milhões Kz. A contradição entre o aumento do défice não petrolífero em Kz e a redução em % do Piano não petrolífero explica-se pelo facto de o défice aumentar menos do que o PIE não petrolífero: 14,8% e 22,4%, respectivamente. A melhoria do défice não petrolífero em % do PIB deve-se ao bom desempenho dos impostos não petrolíferos, que sobem 1,3 pp do PIE não petrolífero de 13,3% em 2013 para 14,5% em 2014. Em valor, os impostos não petrolíferos dão um pulo de 33,9% passando de 916,5 mil milhões Kz para 1.226,9 mil milhões Kz, ultrapassando, pela primeira vez, a fasquia de 1 bilião Kz, mais de 10 mil milhões USD. Uma boa notícia à qual não deverá ser

estranha a reforma fiscal em curso, bem como a diversificação da economia. Contudo, as receitas petrolíferas ainda continuam a ser indispensáveis para alavancar o orçamento. Em 2014, o peso das receitas petrolíferas nas receitas totais deverá rondar os 70%.

4.18 OGE ente o sim e o não

Jornal Acapita

09 De Novembro de 2013

A Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) foi apresentada, aos deputados, que a discutiram e a aprovaram como exercício que reflecte a escolha do Executivo na resolução dos problemas cuja resolução é prioritária para o desenvolvimento equilibrado do país.

Segundo a mensagem do titular do poder Executivo, lida pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, os recursos do OGE 2014 não atendem todas as necessidades actuais e não podem resolver cabalmente todos os problemas actualmente enfrentados.

Estabeleceram-se, por isso, prioridades, que permitiram fazer uma distribuição funcional e programática dos recursos disponibilizados, dando primazia ao sector social com 30 por cento, sendo 6,2 para a educação, 4,3 por cento para a saúde, 9,6 para a protecção social, 7,9 para a habitação e 2 por cento para outras despesas sociais.

Os Serviços Gerais da Administração Pública ficaram com 34 por cento e o Sector económico, incluindo transporte e agricultura com cerca de 19,6; enquanto a defesa e ordem pública mereceram 16, 5 por cento.

Tendo em atenção o desenvolvimento equilibrado do território, o OGE 2014, de acordo com o titular do poder executivo, demonstra uma descentralização dos recursos; observando-se um aumento tendencial aos órgãos locais do Estado.

O Chefe de Estado reconheceu alguns riscos decorrentes da crise mundial que ainda se vive nos países mais ricos e emergentes; daí que se justifica o rigor na gestão dos fundos públicos.

Os deputados do MPLA, apesar de levantarem, de início, várias questões sobre as principais preocupações das populações, não tiveram dificuldades em aprovar a Proposta do Orçamento Geral do Estado, que, segundo fez saber Salomão Xirimambi, respeita as orientações do Plano Nacional do Desenvolvimento referente ao período de 2013/2017.

Na sua declaração política, o presidente do Grupo Parlamentar do partido no poder badalou nas vantagens deste orçamento ao afirmar que espelha a estabilidade macroeconómica do país. Aproveitou a oportunidade para condenar o vandalismo de que foi vítima a Mamã Muxima.

Como era de esperar, a UNITA, a CASA-CE e o PRS não responderam favoravelmente ao OGE, afirmando que não trouxe nada de novo, porque continua a privilegiar mais algumas províncias em detrimento de outras.

O PRS, por exemplo, diz que o "Orçamento para 2014 não atende as preocupações dos cidadãos, porque está virado para a apresentação de pressupostos económicos e demográficos, em vez de resolver, acima de tudo, as assimetrias regionais.

4.19 A sociedade e o OGE

Jornal de Angola

15 De Novembro de 2013

O Crescimento e o desenvolvimento económico e social do país passam pela participação dos cidadãos no debate dos problemas relevantes para toda a comunidade. Os poderes públicos traçam políticas destinadas a melhorar as condições de vida das populações, mas estas, por via de seus representantes, podem fornecer subsídios que ajudem os governantes a introduzir alterações, quando seja caso disso, a eventuais programas que tenham concebido.

Ouvir a sociedade civil é uma opção acertada. Há na sociedade civil quadros de grande valia que podem sugerir caminhos que conduzem a uma boa execução dos programas do governo.

Os quadros angolanos com elevadas competências devem ser tidos em conta para a resolução dos nossos complexos problemas. Muitos desses quadros estão disponíveis a dar o seu contributo para que o país melhore e existem de Cabinda ao Cunene. Tem de haver a preocupação de colocar os quadros com elevado saber ao serviço da reconstrução nacional.

Um país constrói-se com os seus melhores quadros. Atinge-se a qualidade de vida num país com a alta qualificação dos quadros. E por isso que o Executivo se preocupa em disseminar por todas as regiões universidades e escolas de ensino médio com um serviço de ensino de elevada qualidade e eficácia.

Com quadros de qualidade em diferentes áreas do saber colocados nos lugares certos há garantias de termos instituições a funcionar com excelência. Que as instituições competentes do Estado criem os

mecanismos necessários para os' quadros serem encaminhados para as áreas para as quais estão verdadeiramente vocacionados. Se os quadros estiverem a trabalhar nos lugares certos, há maior eficiência e melhores resultados.

Quando a Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional toma a iniciativa de auscultar parceiros sociais para enriquecer o Orçamento Geral do Estado para 2014 tem consciência de que no seio da sociedade civil há cidadãos que, pela sua formação, podem ajudar o Parlamento a melhorar o OGE.

Está o Parlamento consciente de que no seio da sociedade civil há competências que devem ser aproveitadas para ajudar o país a resolver muitos dos seus problemas. Disse o presidente da Comissão de Economia e Finanças, Manuel Nunes Júnior, que o Orçamento Geral do Estado "afecta a vida das famílias, das empresas e do Estado. Por isso, achamos importante haver esta discussão com os parceiros para ouvir as preocupações e as apresentarmos ao Executivo".

O Orçamento Geral do Estado é um importante instrumento que, nos termos da Constituição de Angola, calcula o nível de receitas a obter e fixa os limites de despesas autorizadas em cada ano fiscal, para todos os serviços, institutos públicos, fundos autónomos e segurança social, bem como para as autarquias locais.

Acredita-se que depois das contribuições da sociedade civil para o melhoramento do Orçamento Geral do Estado, em termos de distribuição de verbas pelos mais diversos sectores, vai haver mudanças para que a vontade da comunidade se venha a reflectir no OGE.

Ao decidir ouvir a sociedade civil, o Parlamento, órgão de soberania, criou um ambiente propício ao debate de questões cruciais para o país. Fica a ganhar o país com a participação abrangente de angolanos inseridos em organizações da sociedade civil e com capacidades para dar o contributo que venha enriquecer o Orçamento Geral do Estado.

Com a sua participação, a sociedade civil vai dar, na discussão do OGE, sinais do que pretende, devendo os poderes públicos estar atentos a esses sinais para actuar de modo a irem ao encontro dos anseios da comunidade.

E de louvar a iniciativa do Parlamento de levar à discussão com a sociedade civil o projecto de OGE para 2014. O diálogo com a sociedade civil é gerador

de bons projectos. Ninguém é dono de toda a verdade e de todo o conhecimento.

É importante que se ouçam sempre as entidades que, sem estarem no poder, têm grandes contribuições a dar ao desenvolvimento do país. E preciso cultivar o hábito de se consultar académicos que se dedicam ao estudo aprofundado de muitas matérias.

As nossas universidades devem ser regularmente consultadas para darem subsídios no que respeita à concepção de políticas públicas. Os centros do saber têm de ajudar o Estado a concretizar os seus programas destinados a promover o bem-estar das populações.

Os académicos têm uma importante palavra a dizer na formação dos quadros de que necessitamos mas também na análise dos problemas e a apresentação de soluções. A universidade é o espaço por excelência da investigação e é nos bancos das escolas superiores que se cria a massa crítica de que Angola necessita.

4.20 Oposição pode votar contra na aprovação do OGE

Jornal O País

15 De Novembro de 2013

O líder parlamentar da UNITA, Raul Danda, disse ao OPAÍS não acreditar que a proposta do OGE, que entrou para a discussão na especialidade, venha a cumprir os objectivos para os quais se propõe, por alegadamente descurar o sector social.

"Não é possível fazer desenvolver país e dar melhor qualidade de vida aos angolanos quando o sector social está tratado da forma como está na proposta do OGE", afirmou deputado da UNITA.

Segundo Raul Danda, os argumentos apresentados pela UNITA durante a discussão do OGE na generalidade, há uma semana, concluem que "a verba para a educação é fraca e que há mesmo "um virar de costas" para este sector e também a saúde.

"Na educação há mais prioridade para o ensino superior ao invés do de base, que é onde estão os problemas", disse.

O deputado da UNITA precisou que os 30 por cento das verbas destinadas ao sector social referem-se basicamente a subsídios a preços de combustíveis, com cerca de 52 por cento e que "perto de 90 por cento disto são subvenções para os combustíveis, que beneficiam os mais ricos que têm os barcos".

"Basta olhar para as receitas alocadas a esse importante sector, que passam de 1 % do OGE, em 2013, para os inexpressivos 0,66 %", frisou.

Segundo o líder parlamentar da UNITA, o sector social sofre, em 2014, uma redução de 2,3%, comparado com a verba alocada no OGE de 2013.

"Este sector continua a ter uma roupagem enganosa, se tivermos em conta o facto de que nele estão incorporados os subsídios que aumentam em 52%, a maior parte dos quais representam subsídios a preços, com uma grande fatia a destinar-se a subsidiar os combustíveis que se presume andar pelos 90%. E esses subsídios a combustíveis, conforme tem sido sobejamente mostrado e demonstrado, não beneficiam os pobres mas antes os mais ricos. Entretanto, as prestações sociais, nomeadamente as pensões de reforma, o abono de família, as bolsas de estudo, despesas que verosimilmente devem beneficiar os angolanos mais pobres, registam um corte - pasme-se - de cerca de 41%", disse.

No que tange ao sector da Saúde, Raul Danda disse que o mesmo sofreu uma redução em cerca de 53,5 mil milhões de Kwanzas.

Raul Danda deu a conhecer também que, na proposta de OGE do Executivo não há diversificação da economia e que esta continua a estar simplesmente posta sobre o petróleo "ignorando outros sectores como a agricultura que devia proporcionar o desenvolvimento".

"Fala-se em diversificação da economia, mas continuamos a verificar que, num país assente nas receitas petrolíferas, o exercício económico de 2014 anda à volta dos 70 por cento o que representa a excessiva dependência desse bem. Sobre a agricultura, o Executivo que previa um crescimento do PIB na ordem dos 7%, para 2013, assumido com todo o optimismo que lhe conhecemos, viu essa taxa baixar para 5,12", afirmou.

O deputado do principal partido da oposição disse haver também da parte do Governo, um excessivo optimismo em relação à inscrição de despesas e consequentes receitas mesmo sabendo que não há capacidade de execução.

"A mesma despesa prevista para 2012 está agora em 2013, volta a estar em 2014, porque não há capacidade executória. Finge-se que vão fazer muitas despesas, mas isso é mesmo só para puderem enganar os angolanos", acusou Raul Danda.

O parlamentar da UNITA disse que o seu partido tem aconselhado e mostrado ao Executivo para as alterações necessárias, "inclusive sobre a forma de

concepção deste orçamento' que devia primeiro haver um diálogo com os parceiros sociais para se fazer um orçamento mais equilibrado. Mas o Executivo continua a fazer sempre a mesma coisa", disse.

Ele manifestou-se céptico em relação à discussão do OGE na especialidade, sob o argumento de que os seus resultados não terão peso algum na alteração que se impõe sobre os assuntos que mais inquietam a população.

"O MPLA vai levar o orçamento aos seus parceiros sociais e estes vão apenas emitir opiniões. Mas isso vai adiantar o quê? Nada! Nas discussões de especialidade o que vai sair são recomendações ao Executivo. Não há grandes possibilidades que este orçamento venha a ser alterado de forma significativa", afirmou.

Raul Danda disse também que o cepticismo do seu partido assenta basicamente no facto de os deputados não terem a capacidade de fiscalizar a execução do OGE "agora com o beneplácito do Tribunal Constitucional".

Por esta razão, o dirigente da UNITA defendeu que "se não se pode fiscalizar a execução do OGE, como vamos votar num orçamento desses em que os angolanos não sabem como será fiscalizado por nós os deputados, os seus representantes?".

No entender do deputado da UNITA, a Assembleia Nacional está a ficar cada vez mais um órgão auxiliar do poder executivo.

CASA-CE

O porta-voz da CASA-CE, lindo Bernardo Tito, revelou a O PAÍS que a sua organização política se absteve da aprovação do projecto do OGE por manter a esperança de que o Executivo possa considerar as inquietações e observações feitas pela Oposição parlamentar.

Bernardo Tito disse esperar, por esta razão, que nas discussões ao nível das comissões de especialidade a maioria parlamentar venha aceitar "as nossas propostas o que à partida é difícil".

Para ele, este OGE tem questões muito graves do ponto de vista dos equilíbrios orçamentais "e tem questões muito graves relativamente à falta de clareza de várias despesas, e tem fundamentalmente uma coisa que é aberrante".

O deputado da CASA-CE disse ainda que os fundos públicos, sejam eles autónomos ou, não vêm as suas despesas inscritas no OGE o que no seu entender "é contra a lei 15110, para além das incongruências que têm a ver com a diminuição das despesas da área

social e a manutenção das despesas da Defesa e outras incongruências".

Ainda assim, o deputado da Oposição afirmou que a sua bancada preferiu abster-se na aprovação do documento na generalidade, mas que se as inquietações apresentadas não forem aceites na especialidade "o voto da sua bancada parlamentar será, naturalmente, contra.

Bernardo Títo observou, por outro lado, que a verba orçamental desceu comparativamente a de 2013 havendo uma descida das verbas sociais "muito drástica" o que, no seu entender, "prova que da parte do Governo não há uma visão clara relativamente à área social".

Para o também vice-presidente da CASA-CE, há um desprezo por esta área, dando como exemplo o facto de na educação o Governo ter colocado 0,018 por cento do orçamento para o ensino pré-escolar "quando a nossa Constituição diz que as crianças merecem protecção do Estado.

Ora se o Estado não está a proteger as crianças nesta faixa etária como é que irá protegê-las posteriormente?

Se o Estado não está a dar verbas suficientes para o pré-escolar, que é a fase da moldura do ser humano, vai ser difícil mais tarde", declarou.

A fonte disse que o Governo tem um programa virado para a melhoria da qualidade de vida da população jovem, mas para esta rubrica deu apenas 0,16 por cento. "Que qualidade de vida vai melhorar com esta verba?", questionou o deputado angolano' para quem o Governo está a apresentar um orçamento do ponto de vista social muito dramático".

O parlamentar considera que constitui "outro exemplo da manipulação do OGE quando o Governo diz que está equilibrado do ponto de vista de receitas e despesas correntes. À olho nu qualquer um chega à conclusão de que há esse equilíbrio mas o diferencial das receitas correntes que pode ser aplicado nas despesas de capital, há uma sobra. Este diferencial equivale mais ou menos a 50 biliões de Kwanzas é o que eles colocam como reserva orçamental e esta reserva pode ser utilizada aleatoriamente, o que vai aumentar as despesas correntes.

Então não há superavit e no final do OGE será desequilibrado e as despesas correntes irão subir e superar as receitas correntes".

Para o jurista angolano, esta é apenas uma manobra que o governo encontrou para dizer que o OGE está

equilibrado para não ter que cair na situação de ilegalidade.

"Mesmo do ponto de vista do deficit orçamental, que eles dizem ser de 4 por cento do OGE, ele na verdade, se tivermos que fazer as contas com calma, chegaremos à conclusão de que poderá chegar a 6 por cento", alertou.

Sobre a dívida pública, Bernardo Títo disse que não há, na proposta do OGE, medidas para que nos orçamentos posteriores se possa reduzir a dívida do Estado.

" Colocar nas despesas subsídios ao desemprego sem explicar quantos desempregados irão beneficiar dele é no mínimo mentira pública, porque a sua aplicação será feita de forma aleatória", defendeu.

Tito denuncia que a maior parte do bolo orçamental será aplicado em despesas correntes o que, para ele, tem a ver com os salários "e com as mordomias. Só em despesas correntes cerca de 53 por cento são despesas que irão criar um furo enorme no nosso orçamento e que no final não serão 53, mas 60 ou 70 por cento das despesas correntes".

O deputado da Oposição revelou que o Governo não está a fazer investimentos a longo prazo, estando a endividar-se para depois injectar essa dívida nas despesas correntes.

Por tudo isso, Títo acusa o Governo de ser consumista e de contrariar o princípio de "produzir mais e distribuir melhor".

Por seu turno, o secretário-geral e líder parlamentar do PRS, Benedito Daniel, disse a O PAÍS que o seu partido se absteve da aprovação na generalidade da proposta orçamental, porque não houve nenhuma diferença entre o OGE para o exercício económico de 2013 e a proposta para 2014.

"No OGE de 2013 nós havíamos recomendado ao Governo que corrigisse alguns factores na elaboração do actual OGE. Neste, nós não vimos respeitadas as recomendações dadas na altura" , observou.

O deputado do PRS disse que das recomendações feitas pelo seu partido destaca -se a necessidade da afectação de mais verbas aos municípios e zonas que mais sofrem com as consequências da guerra.

"Nós pensamos que há municípios, particularmente os que mais foram afectados pela guerra, que deviam ser priorizados em termos de investimentos. Isto podia fazer com que os seus habitantes, que se tinham fixado noutras regiões, se sentissem estimulados a regressar.

Se não termos investimentos nestes municípios o seu despovoamento vai permanecer por muito tempo", sustentou.

O que acontece, segundo afirmou, é que tradicionalmente existem zonas administrativas do país que gozam de privilégios em detrimento de outras o que acentua as assimetrias actuais.

Benedito Daniel disse que não colhe a opinião do Governo segundo a qual muitas zonas são privilegiadas por terem maior densidade populacional e tendência para haver pólos industriais.

"Mas, para isso, é bom ter em conta que outros municípios também precisam de se desenvolver e, a ser assim, o país continuará a ter algumas regiões mais desenvolvidas e outras permanentemente subdesenvolvidas", advertiu.

O secretário-geral do PRS considera que as assimetrias regionais estão, deste modo, a ser cultivadas e alimentadas pelo próprio Governo.

"O Governo não deve desenvolver aquilo que já está desenvolvido, deixando outras zonas do país no subdesenvolvimento", defendeu.

O deputado da Oposição diz estar convicto de que nem todas as sugestões do seu partido serão atendidas, mas pediu que "pelo menos as mais importantes devem ser consideradas, principalmente as que vão contribuir para o desenvolvimento do país".

Benedito Daniel garantiu o voto favorável na aprovação definitiva do documento se forem tidas em conta as propostas apresentadas.

"Demos o benefício da dúvida e abstivemo-nos na aprovação na generalidade da proposta orçamental, mas poderemos votar contra a aprovação do OGE de 2014.

O responsável partidário manifestou-se também contra o facto de, alegadamente, os orçamentos provinciais serem definidos pelo Governo central.

"É um erro porque as prioridades de cada província alteram -se consoante as necessidades de cada província, pelo que devem ser definidas pelos respectivos executivos", disse.

Para ele, os orçamentos não podem ser uniformizados de forma propositada a partir do Executivo Central.

"Se a prioridade para o kwanza-Sul é construir escolas, para a província do Uíje pode ser a construção de pontes", exemplificou. Segundo afirmou, os governos provinciais estabelecem o orçamento mas nem sempre chega à metade daquilo que é dado pelo Governo central. O Orçamento Geral do Estado para 2014 volta ao hemiciclo a 15 de Dezembro para a sua aprovação definitiva.

4.21 Orçamento do Estado agendado para aprovação

Jornal de Angola

15 De Novembro de 2013

A Conta Geral do Estado do exercício económico de 2011 e o Orçamento Geral do Estado para o próximo ano vão à aprovação final em Dezembro próximo, de acordo com a agenda da sessão plenária aprovada ontem, em Luanda, pelos presidentes dos grupos parlamentares do MPLA, UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA.

No final da reunião, a porta-voz da Assembleia Nacional, Emília Carlota Dias, disse que os líderes parlamentares aprovaram agenda de três sessões plenárias para os dias 28 de Novembro, 6 e 12 de Dezembro.

Durante o encontro, dirigido pelo presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, os líderes agendaram também a aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano. O OGE para o exercício económico de 2014 comporta receitas e despesas avaliadas em 7,2 triliões de kwanzas.

Os líderes aprovaram igualmente para debate a proposta de Lei que aprova o Código Geral Tributário, aprovação do Código das Execuções Fiscais, o Código do Imposto sobre Rendimentos do Trabalho, a Revisão do Código do Imposto Industrial. Emília Carlota Dias disse ainda que os deputados agendaram para aprovação resoluções que aprovam a adesão de Angola à Convenção de Argel sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais em África e o Projecto de Resolução que aprova para ratificação o Acordo Quadro para a

Paz, Segurança e Cooperação para a República Democrática do Congo e a Região dos Grandes Lagos.

Aprovaram ainda o projecto de resolução que aprova, para a Ratificação de Angola, o Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares. Foi também agendada para discussão, o projecto que aprova a

substituição de membros indicados pelo MPLA na Comissão Provincial Eleitoral da Lunda-Sul. No final da reunião, o vice-presidente do grupo parlamentar do MPLA, João Pinto, garantiu que a Assembleia Nacional pediu o parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado. "A Conta Geral do Estado deve ser aprovada, por ser a primeira onde vão ser feitas recomendações ao parecer do Tribunal de Contas.

A Assembleia Nacional é um órgão que delibera e recomenda e não anula", esclareceu o deputado. A presidente do grupo parlamentar da UNITA, Raul Danda, disse que além da Conta Geral do Estado e do OGE '2014, os líderes agendaram também o debate sobre a criminalidade no país. O deputado lembrou que para a apreciação e votação da Conta Geral do Estado, a Assembleia Nacional deve solicitar o relatório parecer do Tribunal Contas. André Mendes de Carvalho, líder da bancada parlamentar da CASA-CE, afirmou que a Assembleia Nacional "continua a não respeitar o regimento aprovado e a CASA-CE vai fazer recursos aos Tribunal Constitucional para que se cumpra a Lei". O deputado da CASA-CE afirmou que "a Conta Geral do Estado está a ser apreciada a nível das comissões de trabalho, sem que o Tribunal de Contas tivesse dado o parecer".

"Fomos informados que o Tribunal de Conta esclareceu que precisa no mínimo de três meses para emitir o seu parecer e a Conta Geral continua a ser analisada na especialidade", disse. André Mendes de Carvalho disse que, relativamente à discussão do Orçamento Geral do Estado, "a Assembleia Nacional viola o que está estabelecido no regimento.

O presidente do grupo parlamentar do PRS, Benedito Daniel, entende igualmente que não é possível aprovar a Conta Geral do Estado sem o relatório do Tribunal de Contas. "A Conta Geral do Estado já está a ser discutida nas comissões de especialidade sem o parecer do Tribunal de Contas", salientou o deputado.

O deputado Lucas Ngonda, da FNLA, disse que o Parlamento deve cumprir a Lei, por isso, defendeu que para aprovação da Conta Geral do Estado, a Assembleia Nacional deve solicitar o parecer do Tribunal de Contas.

4.22 Religiosos criticam Oposição por "beliscar" a votação do 00E/2014

Semanário Factual

De 16 a 23 de Novembro de 2013

Líderes religiosos manifestaram-se preocupados com a atitude da oposição, que não votou a favor do Orçamento do Estado (OGE) para 2014.

A oposição dividiu-se entre o voto contra (UNITA e FNLA) e a abstenção (CASA-CE e PRS).

"A nossa oposição tem que ter maior responsabilidade quando se tomam decisões para o bem dos angolanos", afirmou ao Factual Manuel Simunada, líder da Igreja Mundo de Deus.

Para esse religioso, "o momento é de unidade e de reconciliação nacional".

Um outro líder da igreja Ressurreição da Vida, António Kiamoku, afirmou que se "a oposição não votou não adianta participarem nos debates na especialidade".

"A unidade é fundamental na resolução dos problemas do país. Essas divisões não ajudam", acrescentou.

A maioria absoluta de deputados que o MPLA, partido no poder em Angola, tem no parlamento aprovou, sem surpresa, na generalidade, a proposta de Orçamento do Estado para 2014, que prevê um crescimento do PIB de 8,8 por cento.

A previsão inscrita na proposta apresentada pelo Executivo contém um valor de quase dois pontos percentuais acima do estimado pelo Fundo Monetário Internacional, num relatório do mês passado (6,3 por cento).

De acordo com o ministro das Finanças, Armando Manuel, que apresentou a proposta do Orçamento Geral do Estado/2014, Angola continua fortemente dependente do sector petrolífero, que tem um peso significativo nas receitas do Estado, e com a expectativa de superar os dois milhões de barris diários, em 2015, depois de uma desaceleração para 1,78 milhões este ano e 1,76 milhões, em 2014.

As receitas e despesas da proposta de lei para o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2014 estão estimadas em 7,2 biliões de Kwanzas (53,8 mil milhões de euros).

Armando Manuel reafirmou que as prioridades vão para o sector social (30 por cento das despesas),

corresponde a cerca de 54 por cento do PIB angolano.

Quanto à taxa de inflação prevista para 2014, Armando Manuel afirmou esperar que se situe entre os sete por cento e os nove por cento.

A proposta de Orçamento vai, agora, ser debatida a nível das comissões do Parlamento, subindo, de novo, à plenária para votação final e global, em sessão marcada para o próximo dia 28 de Novembro.

4.23 OGE 2014 aposta forte no investimento

Jornal O País

22 De Novembro de 2013

A proposta de OGE 2014, já aprovada na generalidade pela Assembleia Nacional, faz uma aposta declarada 110 investimento, que passa de Kz .137 mil milhões este ano (programado) para Kz 1.701,2 mil milhões, ou seja, o investimento público reta um aumento que se acerca dos 50% (mais precisamente 49,6%). D Programa de Investimentos Públicos (PIP) absorverá a maior fatia a verba total (Kz 1.270,8 mil milhões), mas a rubrica 'Outras' capta Kz 430,4 mil milhões. Também o financiamento externo líquido dá um salto deste para o próximo ano, passando de Kz 324,7 mil milhões para Kz 733,2 mil milhões no valor que corresponde a de crédito representam Kz 1.035,9 mil milhões e as amortizações a realizar Kz 302,7 mil milhões.

O financiamento interno previsto atingirá os Kz 1.361,28 mil milhões, dos quais Kz 670 mil milhões assentarão na emissão de títulos. As operações passivas brutas consideradas são a amortização da dívida interna (Kz 1.254 mil milhões ou USD 12.827,4 milhões), a amortização da dívida externa, que representará Kz 302,7 mil milhões (USD 3.096,4 milhões) e outras aplicações financeiras (Kz 326,5 mil milhões ou USD 3.339,1 milhões).

Com a efectivação destas operações decorrerá o aumento da dívida total do Executivo, que se situará na ordem dos USD 43,21 mil milhões, o correspondente a 32,9% do PIE, uma expressão que fica ainda bem abaixo do limite legal de 60%.

Em 2012 o nível do stock de endividamento público, ou seja, a dívida total, interna e externa, cifrou-se no valor equivalente a 30,14% do PIE.

'A estimativa para o total do stock a evolução dos atrasados que em 2013 se prevê que venha aumentar na ordem dos AKZ 18,3 mil milhões, equivalendo a 0,2% do PIE, estima-se uma queda do Saldo de

Caixa, passando de AKZ 1.013,6 mil milhões, em 2012, para AKZ 12,1 mil milhões, isto é, 0,1% do PIE contra os 9,3% do PIE verificados em 2012'. Para 2014 é o investimento público que está na origem do défice previsto. Com efeito, se excluirmos o investimento público do lado da despesa o Orçamento passa a ser excedentário. E se excluirmos apenas o acréscimo de investimento em relação a 2013, mais KZ,564,2 mil milhões, o défice previsto reduz-se significativamente.

O valor das despesas correntes (Kz 3.673,9 mil milhões) não ultrapassa o das receitas correntes (Kz 4.744,8 mil milhões). O peso das receitas petrolíferas nas receitas totais dos impostos a cobrar reduz-se sensivelmente, passando dos 29,3 % previstos para o corrente ano para 25,8% do PIE. Já os impostos cobrados ao sector não petrolífero passam de 7,8% do PIE este ano para 9,6% do PIE no próximo, uma prova de que as autoridades confiam no desenvolvimento da economia não petrolífera. Aliás, o OGE 2014 aloca a maior fatia dos seus recursos (48 %) aos programas da subvenção, mitigando o seu efeito sobre as classes vulneráveis'. Defende-se ainda a 'redução da afectação de recursos aos Fundos Públicos para níveis da efectiva capacidade de absorção pela economia'.

Menos folga

O quadro em que assenta a proposta de Orçamento Geral do Estado aponta para uma ligeira redução da produção petrolífera, que passa dos 648,3 milhões de barris programados para este ano para 641,7 milhões de barris. Mesmo assim a taxa de crescimento real do sector petrolífero é estimada em 4,5%, bem acima da deste ano (2,6%). Já a taxa de crescimento real do sector não petrolífero é estimada em 9,7%. O saldo primário (isto é, não contando os encargos financeiros) do sector não petrolífero continuará a diminuir. O crescimento real da economia atingirá, de acordo com as projecções orçamentais, 8%, um valor que se situa acima das estimativas formuladas por organismos internacionais, como o FMI.

A inflação prosseguirá o ser curso descendente, admitindo-se que se fixe, no final do ano, entre os 7% e 9% em termos homólogos uma estimativa consentânea com a evolução a nível de preços, que continua a ser fundamentalmente afectado pela classe de alimentação e bebidas.

As autoridades são mais timoratas quanto ao preço medio actual do petróleo bruto subjacente ao orçamento, subindo a para dados em relação ao ultimo ano, assumindo que o preço do barril se situara em media nos USD 98, tendo em conta aas

mais recentes previsões para o andamento da economia mundial e as estimativas existentes quanto a evolução do preço do crude no próximo ano. Em todo caso estreita-se cada vez mais o diferencial entre o valor assumido fiscalmente para o petróleo e o valor que realmente se vem a verificar, o que retira a folga à receita orçamental.

O stock das reservas internacionais líquidas continuara aumentar, estimando-se que atinja USD 33.736,6 milhões. O kwanza desvalorizara ligeiramente face ao dólar, passando a sua taxa oficial de kz 96,3 por dólar este ano para kz 97,8 por dólar em 2014.

4.24 Sector social centrado nas prioridades do OGE para 2014

Semanário Factual

De 26 de Outubro a 02 de Novembro de 2013

O Ministro das Finanças, Armando Manuel, fez saber que o Executivo angolano espera manter, nos próximos tempos, a estabilidade no domínio cambial, noticiou a RNA.

Armando Manuel falava quarta-feira, 23, em Luanda, e indicou as prioridades no OGE de 2014, com o sector social a pontificar.

o OGE de 2014, as prioridades estão centradas no domínio social, absorvendo trinta por cento da despesa, e no domínio das infra-estruturas esperamos ter um défice orçamental moderado de um dígito, uma cifra abaixo dos cinco por cento. Esperamos ter um saldo não petrolífero na ordem de 45 por cento do PIB", sustentou.

O Ministro afirmou que se espera, certamente, "ter um stock de endividamento que não fique além de um terço do Produto Interno Bruto".

Proposta de lei do OGE prevê despesas e receitas na ordem dos 7,2 triliões de Kwanzas

A proposta de lei que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2014 prevê receitas e despesas na ordem dos 7,2 triliões de kwanzas, equivalente a cerca de 54 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB).

Essa informação foi prestada quarta-feira, 23, à imprensa, em Luanda, pelo ministro das Finanças, Armando Manuel, no final da Tª sessão ordinária do Conselho de Ministros.

É uma proposta preparada no quadro das melhores práticas internacionais no domínio da boa gestão macroeconómica, das finanças públicas e da responsabilidade fiscal, assegurou.

Introduzimos, prosseguiu, esse ano uma nova metodologia na elaboração do Orçamento, que permitiu uma participação mais activa dos departamentos ministeriais, de modo a melhorar o alinhamento com os objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Indicou tratar-se de um alinhamento que procura, entre outros aspectos, responder às questões da coesão nacional, da melhoria das condições de vida das famílias e da criação de bases para o desenvolvimento da economia,

"Esta proposta de Orçamento procura olhar para as novas opções estratégicas de governação e assegurar o controlo da inflação. Esperamos que, em 2014, a inflação varie de sete a nove por cento", augurou.

Armando Manuel informou estar perspectivado que o PIB cresça em 8.8 por cento, com um aumento acentuado da produção não petrolífera.

O domínio cambial, ressaltou que a previsão é continuar a observar alguma estabilidade e perspectiva-se uma taxa de câmbio média na ordem de 98 kwanzas em relação ao dólar americano.

Quanto ao preço de referência orçamental por barril de petróleo, previsto para 2014, o ministro das Finanças informou que a perspectiva é que se posicione em 98 dólares norte-americanos.

Referiu que as prioridades do OGE de 2014 estão centradas no domínio social (30 por cento das despesas) e das infra-estruturas. O deficit orçamental esperado é de um dígito, enquanto o saldo não petrolífero é na ordem dos 45 por cento do PIB.

O Orçamento Geral do Estado em execução (2013), aprovado pela Assembleia Nacional a 14 de Fevereiro último, prevê receitas avaliadas em 6.635.567 milhões de Kwanzas e fixou a despesa em igual montante.

Essa informação foi prestada quarta-feira, 23, à imprensa, em Luanda, pelo ministro das Finanças, Armando Manuel, no final da Tª sessão ordinária do Conselho de Ministros.

4.25 Pacote tributário e alteração à Lei do Orçamento

Jornal de Angola
28 De Novembro de 2013

A AS88mblela Nacional vota hoje, entre outros diplomas, o pacote tributário e a alteração de dois artigos da Lei do Orçamento Geral do Estado. O artigo 33 diz respeito à definição de facturas em atraso, em termos das obrigações financeiras do Estado, e o 15 propõe a autorização do titular do poder Executivo de inscrever projectos estratégicos, durante o exercício e execução do OGE.

O grupo parlamentar do MPLA reuniu ontem para preparar a agenda da sessão de hoje que vai avaliar o projecto de ratificação do Acordo-Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação na República Democrática do Congo (RDC) e Região dos Grandes Lagos. A porta-voz do encontro, Ruth Mendes, afirmou que a "O MPLA considera positivo, desde que não se altere os valores do Orçamento Geral do Estado aprovado", disse.

Ruth Mendes falou também das perspectivas do debate em tomo do pacote tributário. A porta-voz do grupo parlamentar do MPLA diz que as propostas estão inseridas no programa do Executivo para a Reforma Tributária em curso no país e tem como objectivo dotar o sistema fiscal de meios necessários para garantir o efectivo cumprimento das normas. "Há toda a necessidade de conformar a legislação à Constituição da República", disse.

O Acordo-Quadro para Paz, Segurança e Cooperação na República Democrática do Congo (RDC) e Região dos Grandes Lagos é resultado do esforço desenvolvido ao nível das Nações Unidas, da União Africana, Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos e da Comunidade Económica de Desenvolvimento da África Austral (SADC) para a estabilização da República Democrática do Congo. O director para África, Médio Oriente e Organizações Regionais do Ministério das Relações Exteriores disse que a aprovação do documento vai incentivar outros países que ainda não o ratificaram a fazê-lo. "Angola é um país forte e respeitado em África, vai incentivar outros países que ainda não ratificaram este importante documento a fazê-lo o mais rapidamente possível", disse Joaquim do Espírito Santo. O Acordo-Quadro foi assinado no dia 24 de Fevereiro de 2013, em Addis Abeba, por Angola, República Democrática do Congo, Etiópia, República do Congo, África do Sul, República Centro-Africana, Burundi, Ruanda, Sudão do Sul, Uganda, Tanzânia e Zâmbia, e por quatro organizações: ONU, União Africana, Conferência Internacional para a Região

dos Grandes Lagos e a Comunidade Económica de Desenvolvimento da África Austral.

Na óptica de Joaquim do Espírito Santo, o cumprimento do acordo é a perspectiva mais adequada para a solução pacífica da crise e o conflito naquela região do continente, salvaguardando a sua soberania e integridade territorial como condição imprescindível para o desenvolvimento económico e social da República Democrática do Congo. A agenda da sessão de hoje reserva ainda a votação do Projecto de Lei de resolução que aprova a ratificação por Angola do Tratado de Interdição Completa de Ensaio Nucleares. Sobre este assunto, Joaquim do Espírito Santo esclareceu que os Estados membros comprometem-se a não realizar qualquer teste nuclear ou qualquer explosão nuclear em qualquer território sob a sua jurisdição ou controlo.

Na sua política externa, disse, Angola defende uma conduta respeitadora dos princípios fundamentais da solução pacífica dos diferendos, da igualdade jurídica dos Estados, da cooperação internacional, visando o desenvolvimento das sociedades, da prevenção das ameaças do uso da força e de acções conducentes à paz e à segurança internacionais. "A importância da ratificação do Tratado de Interdição Completa de Ensaio Nucleares não é simbólica, pelo facto da sua entrada em vigor precisar de um determinado número de ratificações de vários países", garantiu.

Guarda costeira

Na sessão de hoje, os deputados votam também o projecto de resolução que aprova a adesão de Angola ao Memorando de Entendimento sobre a guarda costeira da Organização Marítima da África do Oeste e do Centro. Joaquim do Espírito Santo destaca a importância do documento, referindo que a segurança marítima é essencial para manutenção do fluxo de receitas do petróleo e gás, que contribuem para o desenvolvimento na região.

O director considera necessária a adesão de Angola, por ser um actor importante na SADC, na Comissão do Golfo da Guiné e na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC).

4.26 A transparência do Orçamento Geral do Estado

Novo Jornal
29 De Novembro de 2013

OS MONTANTES financeiros aprovados para o Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2014 chegarão realmente à escola ou ao posto de saúde do

meu município? Os programas de investimento previstos para a minha província terão algum efeito na vida da minha família? Perguntas como estas deveriam fazer parte do quotidiano de todos nós.

Quer você seja uma mãe à espera de um bebé no Mungo que precisa de aceder a cuidados pré-natais, ou um agricultor no Muconda preocupado com os apoios à campanha agrícola, ou membro de uma organização da sociedade civil em Cabinda que pretenda garantir que os fundos da extracção do petróleo sejam usados para aumentar os gastos com saúde e educação, seguir a forma como são aplicadas as verbas dos orçamentos gerais do estado são a melhor maneira de aferir como estão a ser cumpridas as promessas eleitorais.

Saber como se gasta o OGE do país é um direito e também um dever de todos e cada um dos cidadãos, então a lei que aprova o OGE para 2014 deveria conter uma disposição que estimule e facilite a participação dos cidadãos no processo de monitoria da sua execução.

Se isto fosse possível, não tenho dúvidas de que os Orçamentos Gerais do Estado seriam geridos com um certo cuidado e de acordo com as necessidades da sociedade. Entre nós todo o mundo sabe que no interior do aparelho do estado o nível de supervisão e controlo da execução do OGE é geralmente escasso.

Uma disposição legal que obrigue as administrações municipais e governos provinciais a colocarem à disposição dos cidadãos interessados informações relevantes sobre os valores do orçamento e o grau de execução do mesmo seria, sem dúvida, um avanço significativo em direcção à transparência.

Porque não basta dizer que o orçamento aumenta de ano para ano. É importante introduzir mecanismos apropriados de supervisão e controlo, que incluam a participação dos cidadãos como forma de assegurar que os investimentos tenham qualidade e produzam algum impacto.

Reconheço que se registaram progressos na melhoria do acesso a informações relativas ao OGE. Mas transparência mesmo? Só mediante o compromisso e a vontade política de quem tem a responsabilidade de gerir os orçamentos aliado ao interesse e participação de quem dele beneficia.

Nos dias que correm já não faz sentido que dados sobre a execução do OGE sejam considera os como informações internas e, como tal, não sejam acessíveis aos cidadãos que pretendam saber como os recursos estão a ser aplicados.

A que pode impedir que as administrações municipais e os governos provinciais coloquem à disposição dos cidadãos informações sobre os orçamentos aprovados para cada município ou província? Quem estaria contra a publicação e divulgação dos relatórios de execução dos programas de investimento público?

Estou convencido que as informações sobre a maneira como são aplicadas as verbas do OGE interessam não somente às comunidades e à sociedade civil. Elas podem igualmente interessar a muitos funcionários públicos inclusive aqueles que têm poder de decisão, já que muitas das vezes estes sentem-se tão frustrados como o resto da sociedade pelo facto de que são muitas as ocasiões em que também ficam sem saber o que acontece com as verbas previstas no OGE.

Tal como estamos habituados a ver, é quase impossível que a proposta de OGE para 2014 venha a sofrer significativas alterações em relação ao que está proposto pelo executivo. De certeza que o parlamento vai aprovar a proposta tal como foi apresentada. Mas se no mínimo conseguíssemos um dispositivo que facilitasse a fiscalização dos gastos orçamentais pela sociedade civil já seria um grande avanço.

Não seria tão difícil para muitas organizações da sociedade civil -desenvolver metodologias que ajudassem os cidadãos a avaliar a eficácia dos programas financiados pelo OGE. A questão que se coloca é a seguinte: será eventualmente do interesse da classe política que os cidadãos possam avaliar claramente o que realmente obtêm.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Kwata-Kanawa proíbi descontos nos subsídios dos sobas

Novo Jornal

15 De Novembro de 2013

O GOVERNADOR de Malanje proibiu os administradores municipais da província de continuarem a proceder a descontos nos subsídios das autoridades tradicionais a favor da Associação das Autoridades Tradicionais (ASSAT), por considerar essa prática como "ilegal".

Segundo Norberto Fernandes dos Santos «Kwata-Kanawa», a justificação que a organização [criada fora da linhagem dos ancestrais] usa para proceder aos descontos não tem qualquer fundamento.

"O dinheiro que descontam às autoridades tradicionais é para resolver o problema do caixão quando o soba morre ou ao seu parente. Mas isso é mentira", já que essa obrigação cabe ao governo, clarificou o responsável provincial.

O governador utilizou argumentos semelhantes relativamente a outra agremiação da província - a Associação 4 de Janeiro.

Aparentemente, em diversos bairros da capital da província, indivíduos identificados como pertencendo a esta associação têm estado a cobrar ilegalmente uma taxa - sob a ameaça de retirada do cartão de cidadão ou bilhete de identidade - às pessoas que recebem 16 mil kz, por velhice.

"Kwata Kanawá' deixou um aviso: "Que a partir de hoje ninguém peça dinheiro aos cidadãos em nome de qualquer organização".

Se o fizerem, concluiu, a população está alertada. Aconselhou ainda as pessoas a comunicar este tipo de situações às autoridades competentes, designadamente a polícia.

ESFORÇO "AINDA É INSUFICIENTE"

O governador fez estas declarações no âmbito das comemorações provinciais que assinalaram o 38.º aniversário da independência de Angola, as quais decorreram na sede municipal de Calandula, 85 quilómetros a norte da capital da província.

Para Norberto dos Santos, "muito foi feito desde a assinatura do protocolo da paz, mas ainda é insuficiente".

«Kwata-Kanawa» aproveitou ainda para exigir aos representantes do governo que, em vez de se preocuparem com outras questões, devem estar concentrados "em resolver os problemas dos habitantes".

"Os senhores administradores não se devem preocupar com os negócios, não devem preocupar-se em comprar isto e aquilo", precisou o chefe do executivo da terra da palanca negra gigante.

"Ou somos governantes, ou somos negociantes, as duas coisas não", disse.

Depois de um ano e três meses como governador de Malanje, Norberto dos Santos revelou que foram identificadas as fragilidades que emperram o desenvolvimento da província e, doravante, todos os erros serão apontados e os seus autores responsabilizados.

QUEM NÃO TRABALHAR É EXONERADO

Norberto dos Santos insistiu que governantes e governados não devem cruzar os braços. As poucas acções materializadas até ao momento deverão servir como referência para futuras empreitadas e para as "batalhas que estão pela frente" e que "precisam do apoio de todos.

O relançamento da produção agrícola em larga escala na região é um dos desafios da província, que "tem de ser pioneira" no "domínio dos cereais e das oleaginosas", para que possa, não só servir Malanje, mas também "o resto do país e quem sabe daqui a alguns anos poder exportar", desafiou, lamentando que, com a riqueza dos solos, Angola continue a importar produtos que podem ser produzidos localmente. É preciso "um país independente, mas do ponto de vista económico e social" também.

A construção de escolas para todas as crianças, do ensino médio e faculdades constitui a meta a atingir pelo programa de governação do MPLA para o quinquénio 2013/2017, justificou, garantindo que é para cumprir.

Norberto Fernandes dos Santos convidou os responsáveis das diferentes instituições, as administrações municipais e comunais.

5.2 Aberto Arquivo Nacional com os dados estatísticos

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2013

O Instituto Nacional de Estatística (INE) lançou ontem em Luanda o Arquivo Nacional de Dados Estatísticos (ANDE) e duas grandes publicações com o perfil nacional da pobreza e os resultados sobre o Inquérito ao Bem-Estar da População realizado em 2011. O director do INE, Camilo Ceita, informou que qualquer pessoa pode ter acesso à base de dados sobre os inquéritos de 1990 a 2011, que já são de domínio público, através do portal do Instituto Nacional de Estatística. O lançamento foi feito na abertura das comemorações do Dia Africano da Estatística, que decorrem sob o lema "Dados Estatísticos de Qualidade para Apoiarem o Progresso Africano".

O acto foi presidido por Flávio Couto, director do Ministério do Planeamento.

5.3 Inquéritos anuais sobre saúde e emprego

Jornal de Angola

20 De Novembro 2013

O Instituto Nacional de Estatística (INE) começa no próximo ano a realizar Inquéritos anuais sobre questões como a saúde, emprego, educação e pobreza de forma a manter o Executivo Informado para melhor elaborar os seus programas. O Instituto Nacional de Estatística lançou ontem, em Luanda, o Arquivo Nacional de Dados Estatísticos (ANDE) e duas publicações sobre o perfil da pobreza e resultados sobre o Inquérito sobre o Bem-Estar da População 2011.

A apresentação foi feita na abertura das actividades do Dia Africano de Estatística, que decorreu ontem, em Luanda, subordinado ao tema "Dados Estatísticos de Qualidade para Apoiar o Progresso Africano".

O director do Instituto Nacional de Estatística declarou que o objectivo é fazer com que qualquer estudante, professor ou interessado tenha acesso à base de dados sobre os inquéritos efectuados desde 1990 através do portal do Instituto.

Camilo Ceita reconheceu faltarem ainda indicadores, mas prometeu trabalhar em coordenação com outros sectores para haver mais dados disponíveis. O papel do Instituto Nacional de Estatística, referiu, é coordenar e supervisionar a produção estatística do

país. O director do Instituto Nacional de Estatística, que elogiou a criação, pelo Presidente da República, da Comissão Interministerial de apoio ao Censo, prometeu que a equipa vai garantir maior dinamismo ao processo e contribuir para ultrapassar alguns o investimento do Estado. O Gabinete Central do Censo começou ontem a primeira fase da seleção de candidatura dos assistentes técnicos provinciais, que posteriormente formam as equipas municipais e comunais.

Informações de qualidade Flávio Couto, do Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, referiu que as actividades estatísticas em Angola têm registado progressos e que a realização do Censo Geral da População e Habitação coloca à dispor na produção e difusão de estatísticas oficiais nos sectores económicos, demográfico, social e ambiental e, com a realização do censo, Angola passa a dispor de um retrato fiel da sua população e do seu parque habitacional, além de uma base para melhorar a actividade estatística oficial.

Recursos para o censo

A produção de estatísticas oficiais de qualidade em África, disse constitui um grande desafio que muitas vezes esbarra na escassez de recursos a actividade estatística oficial, disponibilizando "importantes recursos do Orçamento Geral do Estado" para melhorar as estruturas físicas e técnicas.

"Comparado aos outros países do continente africano, Angola ao fudo das Nações Unidas para a população ,koutom Nacro, disse que o instituto Nacional de Estatística esta a trabalhar de forma afinada para facilitar a utilização da base dados para população . A diplomata sublinhou a importância dos dados.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Empresas erguem casas nas províncias

Jornal Economia e Finanças
01 De Novembro de 2013

A participação das empresas, no programa nacional de urbanismo e habitação está a contribuir para que as metas traçadas sejam alcançadas. A Angola, Kora-Angola, MCA, Odebrecht, CITIC, Ok investimentos e Omatapalo estão a desenvolver projectos habitacionais em várias províncias.

Kora-Angola

Enquadrado no programa nacional de habitação, o projecto "Meu Sonho, Minha Casa" está a ser executado pela empresa Kora-Angola, num total de 4^o.000 fogos habitacionais, distribuídos pelas províncias do Bié (7.000), Huambo (12.000), Moxico (3.000) Kwanza-Sul (5.000), Uíje (7.000) e Luanda (6.000).

A empresa em parceria com a firma Obras Públicas e Particulares está a desenvolver um projecto que visa a construção de 4.000 casas, na Caála (Huambo), numa área de 120 hectares. No Bié, a Kora-Angola está a erguer as centralidades do Andulo (1.000) e do Kuito (6.000).

Angolaca

A construtora Angolaca está a implementar um projecto habitacional que prevê erguer 2.600 casas sociais e apartamentos, com a tipologia T2, T3, e T4 nas províncias do Uíje e Huambo. Na província do Huambo, a empresa está a construir, na localidade do Lusambo, 1.300 residências, sendo que o projecto está também bastante avançado, com previsão de entrega no período previsto.

MCA Angola

A empresa MCA Angola, com actuação no mercado há mais de oito anos, apostou também no segmento habitacional, com um projecto que visa a construção de 35.000 casas sociais. Deste número, 2.000 são de renda média, erguidas na Centralidade do Sumbe (Kwanza-Sul). No município do Bailundo (Huambo), a empresa está a construir 3.500 habitações, com a tipologia T3 e T4.

Odebrecht

A Odebrecht está também engajada no 'processo de construção de residências, principalmente na vertente "social" na localidade do Zango (Luanda), onde foram erguidas mais de 35 mil moradias. As casas estão a ser construídas em lotes de 160 metros quadrados.

OK Investimentos

Na província do Huambo, a OK Investimentos está a desenvolver um projecto de construção de casas económicas, com a tipologia T1 e T3, além de comercializar kits de material de construção civil. '

Omatapalo

A empresa Omatapalo está a construir habitações sociais nas províncias da Huíla e Namibe, num total de 20 mil novas moradias, projecto que contempla vários serviços.

6.2 Habitação cumpra metas

Jornal Economia e Finanças
01 De Novembro de 2013

A estratégia de desenvolvimento do sector habitacional, projecto encabeçado pelo Executivo angolano, enquadra-se numa política que visa organizar e criar um ambiente de mercado imobiliário concorrencial. Lançado oficialmente em 2008, o programa nacional do urbanismo e habitação está a dinamizar o sector, numa altura em que os cidadãos passaram a disponibilizar de residências condignas e a preços competitivos. O Estado está a ocupar-se das funções reguladoras, principalmente no segmento da habitação social, que está a ser obtida preferencialmente de duas formas: através do arrendamento ou por renda resolúvel.

Fomento habitacional

As estimativas apontam para um défice habitacional de 1,7 milhões de habitações, num país com aproximadamente 15 milhões de habitantes. Com vista a dar solução aos grandes problemas habitacionais, para o período 2012-2014, estão a ser desenvolvidas várias acções que, além da construção" envolvem também a sua comercialização, sob responsabilidade da Sonangol imobiliária e Propriedades (SONIP). No total serão construídas 14 centralidades. Até ao final do próximo ano, a Sonip prevê lançar no mercado imobiliário 15 mil habitações.

Segundo destaca a Sonip em comunicado, até ao I trimestre de 2013, foram construídas 44.724, iniciadas pelo extinto Gabinete de Reconstrução Nacional. Deste número, foram concluídas 36.022, estando em execução as restantes 8.700. Das concluídas, a Centralidade do Kilamba conta com 20.002 residências; Cacucaco (10.002); Zango (2.464); Km 4 (2.248) e Capari/Sequele (4.002) e Dundo (5.000).

Construção

O programa prevê ainda a construção de nove centralidades, em seis províncias, nomeadamente Bié (Andulo e Kuito), Kwanza-Sul (Sumbe), Huambo (Bailundo, Caála e Lossambo), Moxico (Luena) e Uíje (Quilo moço). Serão igualmente construídas 120 mil residências, das quais 80 mil, sob a responsabilidade da Sonip e 40 mil da Kora Angola. Estão em curso também obras de infra-estruturas dos oito primeiros lotes para habitações sociais no programa de reconversão dos municípios do Sambizanga e Cazenga (Luanda).

A Sonip está a erguer 77.000 habitações em todo o país, sendo em Luanda 18.000, Cabinda (4.000), Lunda-Norte (1.000), Benguela (10.000), Huíla (10.000), Namibe (4.000), Bengo (2.000), Malanje (6.000), Zaire (7.000), Kuando-Kubango (4.000), Lunda-Sul (2.000), Kwanza-Norte (4.000) e Cunene (4.000). Por outro lado, estão a ser edificadas em Luanda 4.000 mil imóveis; 12.000, no Huambo, 7.000 no Bié, 5.000 mil no Kwanza-Sul, 3.000 no Moxico e 7.000 no Uíje, empreitadas a cargo da empreiteira Kora Angola.

Parceria público-privada

O ambicioso projecto envolve também parceria público-privada, que consiste na celebração de parcerias entre o Estado e o sector empresarial privado, assegurando a construção de 170 mil habitações.

No quadro do subprograma de auto-construção dirigida, a fonte revela que foram distribuídos cerca de 34.175 lotes de terreno em 15 das 18 províncias, excepto no Kuando-Kubango, Luanda e Zaire. No quadro do subprograma dos aldeamentos rurais auto-sustentáveis nas províncias de Cabinda e Uíje os projectos estão concluídos.

Quanto à construção de 200 fogos habitacionais em cada um dos 126 municípios, ficam de fora deste subprograma os municípios abrangidos pelo programa das parcerias público-privadas. Este programa assegura a construção de 25 mil habitações sociais, beneficiando 150 mil habitantes.

Comunidades urbanas

No âmbito do projecto das comunidades urbanas, está em curso a construção de 25.500 fogos habitacionais bem como trabalhos de infra-estruturas nas localidades do Andulo, Kuito (Bié), Sumbe (Kwanza-Sul), Bailundo, Caála, Lossambo (Huambo), Luena (Moxico), e Quilo moço (Uíje). A meta geral do programa, contando com a auto-construção e com as parcerias público-privadas, é assegurar a habitação social para 564.000 famílias, o que corresponde a cerca de 3.3 milhões de pessoas.

6.3 Habitação

Jornal Agora

01 De Novembro de 2013

Dentro do programa da construção de 1 milhão de casas, lançado em 2008 pelo Presidente da República, estão a ser erguidos, na província, cerca de 13 mil fogos habitacionais, que acomodarão os quadros da administração pública e demais população.

Questionado a propósito deste programa, o director do Gabinete de Planeamento e Estudos do Governo da Província do Huambo, Victor Chissingui, adianta que existem municípios em que as obras já têm um grau de execução na ordem dos 60%. "A nossa grande prioridade é fazer com que os 200 fogos que estão a ser erguidos a nível dos municípios silvam, primeiramente, os técnicos que assegurarão os serviços públicos. Posteriormente, serão distribuídas as residências aos outros habitantes. Estamos à espera da venda dos imóveis, porque as casas não são grátis, mas serão vendidas no âmbito da renda resolúvel. a partir do salário de cada beneficiário, num período de 20 anos".

Só para se ter um exemplo, as 100 casas erguidas para a juventude já foram entregues aos respectivos beneficiários. "Não há dificuldades na entrega de residências, embora tenhamos o registo de atrasos nas obras de construção de infra-estruturas de apoio nas centralidades da Caála e Bailundo, onde estão a ser construídos 3 mil e 2 mil fogos habitacionais respectivamente", afirmou o economista.

Segundo o nosso interlocutor, dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, e no quadro do programa de investimentos públicos, nos últimos anos o Huambo gere um orçamento médio de cerca de 8 mil milhões de Kwanzas, ou seja, mais de 800 milhões de dólares... "Não é o suficiente, mas satisfaz as necessidades da província", nota o responsável, acrescentando: "Só teremos mais orçamento se tivermos mais produtividade".

Victor Chissingui considera que os investimentos têm sido aplicados de forma eficaz e conveniente. "Isto reflecte-se na realidade em que, ano após ano, surgem infra-estruturas novas e mais projectos sociais. A província está a atingir um nível considerável de desenvolvimento e temos de seleccionar projectos estruturantes para o rápido crescimento económico da região", explicou o gestor, defendendo que, embora as necessidades sejam muitas, "dias melhores virão".

6.4 Três milhões de pessoas com acesso a moradias

Jornal Economia e Finanças
01 De Novembro de 2013

Os avanços no sector do urbanismo e habitação são visíveis em todo o território nacional. A dinâmica alcançada foi graças ao programa nacional de habitação, desenvolvido de forma multifacetada, apesar de ter sido conformado em função da realidade das famílias que carecem ainda de uma moradia condigna.

A meta geral do programa, incluindo a auto-construção com parcerias público-privadas, é assegurar o alojamento e a promoção da habitação social para uma cifra de 564.000 famílias, o que corresponde a cerca de 3.3 milhões de pessoas.

O Executivo pretende concluir até ao ano de 2014 o programa nacional de urbanismo e habitação e dar continuidade ao desenvolvimento de novas centralidades, requalificação das cidades, assim como o repovoamento das localidades com o desenvolvimento de aldeias rurais.

As necessidades reais de habitação em Angola estão dependentes da actualização da política de população, com vista a assegurar que a de habitação incorpore os resultados do primeiro recenseamento geral da população e habitação, que se realiza em 2014.

OGE

O Orçamento Geral do Estado (OGE) constitui neste momento, o principal instrumento de gestão, que contém a previsão das receitas e despesas públicas. Nesta base, o sector do urbanismo e habitação mobiliza a participação da sociedade civil na solução dos problemas habitacionais, além de garantir a articulação entre a política de habitação e outras, como a social e de desenvolvimento económico. O Executivo pretende garantir a oferta de habitações em condições especiais de preços e financiamento para as camadas de menor poder

aquisitivo. O relatório de fundamentação do OGE a que o Jornal de Economia & Finanças teve acesso refere que, nos últimos cinco anos, a economia angolana apresentou uma taxa de crescimento económico de 5,7 por cento, tendo o sector não petrolífero crescido em média, em termos reais, a uma taxa de 9 por cento e o petrolífero 0,6 ao ano.

O informe salienta ainda que o Orçamento Geral do Estado para 2014 assume os grandes objectivos nacionais fixados no plano nacional de desenvolvimento de médio prazo (2013-2017), nomeadamente, a preservação da unidade e coesão nacional e garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das populações, assim como o desenvolvimento do sector privado e inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

Segundo o documento oficial; a composição da despesa por natureza económica reflecte o apoio prioritário à ampliação das infra-estruturas económicas e sociais necessárias ao aumento da produção, do emprego e do bem-estar da população, com predominância dos dispêndios para fins de investimentos (23,44 por cento); amortização da dívida (21,45); pessoal (18,87); aquisição de bens e serviços (19,71); subsídios (10,28) em contraposição às despesas de menor expressão como outras despesas (4,5%) e pagamento de juros (1,76).

6.5 Habitação cumpre metas

Jornal Economia e Finanças
01 De Novembro de 2013

A estratégia de desenvolvimento do sector habitacional, projecto encabeçado pelo Executivo angolano, enquadra-se numa política que visa organizar e criar um ambiente de mercado imobiliário concorrencial. Lançado oficialmente em 2008, o programa nacional do urbanismo e habitação está a dinamizar o sector, numa altura em que os cidadãos passaram a disponibilizar de residências condignas e a preços competitivos. O Estado está a ocupar-se das funções reguladoras, principalmente no segmento da habitação social, que está a ser obtida preferencialmente de duas formas: através do arrendamento ou por renda resolúvel.

Fomento habitacional

As estimativas apontam para um défice habitacional de 1,7 milhões de habitações, num país com aproximadamente 15 milhões de habitantes. Com vista a dar solução aos grandes problemas habitacionais, para o período 2012:2014, estão a ser desenvolvidas várias ações que, além da construção,

envolvem também a sua comercialização sob responsabilidade da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP). No total serão construídas 14 centralidades. Até ao final do próximo ano, a Sonip prevê lançar no mercado imobiliário 15 mil habitações.

Segundo destaca a Sonip em comunicado, até ao I trimestre de 2013, foram construídas 44.724, iniciadas pelei extinto Gabinete de Reconstrução Nacional. Deste número, foram concluídas 36.022, estando em execução as restantes 8.700. Das concluídas, a Centralidade do Kilamba conta com 20.002 residências; Cacucaco (10.002); Zango (2.464); Km 4 (2.248) e (4.002) , e Dundo (5.000).

Construção

O programa prevê ainda a construção de nove centralidades, em seis províncias, nomeadamente Bié (Andulo e Kuito), Kwanza-Sul (Sumbe), Huambo (Bailundo, Caála e Lossambo), Moxico (Luena) e Uíje (Quilo -moço). Serão igualmente construídas 120 mil residências, das quais 80 mil, sob a responsabilidade da Sonip e 40 mil da kora Angola. Estão em curso também obras de infra-estruturas dos oito primeiros lotes para habitações sociais no programa de reconversão dos municípios do Sambizanga e Cazenga (Luanda).

A Sonip está a erguer 77.000 habitações em todo o país, sendo que em luanda 18.000, cabinda(4.000), lunda-norte(1.000), Benguela (10.000), Huíla(11.000), Namibe(4.000), bengo(4.000) e Cunene(4.000. Por outro lado, estão a ser edificados em luanda 4.000 imoveis, 12.000 no huambo, 7.000 no Uíje e os projectos estão concluídos.

Parceria público-privada

O ambicioso projecto envolve também parceria público-privada, que consiste na celebração de parcerias entre o Estado e o sector empresarial privado, assegurando a construção de 170 mil habitações.

No quadro do sub programa de autoconstrução dirigida, a fonte 'revela que foram distribuídos cerca de 34.175 lotes de terreno em 15 das 18 províncias, excepto no Kuando- Kubango, Luanda e Zaire. No quadro do...subprograma dos aldeamentos rurais auto-sustentáveis nas províncias de Cabinda e Uíje os projectos estão concluídos.

Quanto à construção de 200 fogos habitacionais em cada um dos 126 municípios, ficam de fora deste subprograma os municípios abrangidos pelo programa das parcerias público-privadas. Este

programa assegura a construção de 25 mil habitações sociais, beneficiando 150 mil habitantes.

Comunidades urbanas

No âmbito' do projecto das comunidades urbanas, está em curso a construção de 25.500 fogos habitacionais bem como trabalhos de infra- estruturas nas localidades do Andulo, Kuito (Bié), Sumbe (Kwanza-Sul), Bailundo, Caála, Lossambo (Huambo), Luena (Moxico), e Quilomoço (Uíje). A meta geral do programa, contando com a auto-construção e com as parcerias público-privadas, é assegurar a habitação social para 564.000 famílias, o que corresponde a cerca de 3.3 milhões de pessoas.

6.6 Moradores esperam por escolas do Estado.

Semanário Factual

De 26 de Outubro a 02 de Novembro

Quando as autoridades executivas de Luanda decidiram criar os Zangas I, II III e IV, há mais de quatro anos, não levaram em conta o sector da Educação. Isso quer dizer que os moradores transferidos de zonas de risco para os Zangas pensavam que iriam encontrar escolas de vários níveis onde os seus filhos pudessem dar continuidade aos estudos.

É que, enquanto viviam em Zonas de risco em Luanda, os filhos dos actuais moradores dos Zangas frequentavam diversas instituições de ensino, sem qualquer incómodo ou preocupação.

Mas a transferência, quase forçada, dos moradores constituiu um choque, quando se aperceberam da inexistência de escolas estatais. E, por essa falha, centenas de colégios, quais cogumelos, foram surgindo, a maioria sem quaisquer condições de conforto.

É que a ânsia de lucro fácil teve a primazia, pondo os habitantes zangados por não puderem assumir os encargos com os estudos dos filhos, dado o facto de ser gente de baixa renda.

Daí, ser notável que alunos têm de sair dos Zangas para irem estudar nas escolas que já frequentavam antes da transferência para essas localidades.

E vê-se os transtornos que passam os alunos, que têm de percorrer mais de 40 quilómetros para chegarem à cidade de Luanda, onde estudam.

Por esse facto e por falta de meios financeiros dos progenitores, muitos alunos desistem das aulas, interrompendo, assim, os estudos.

Quer dizer que a batata quente está nas mãos do Ministério da Educação, que deveria ser chamado na altura da criação dos Zangas.

Corre-se o risco das crianças dos Zangas crescerem analfabetas, por não puderem estudar, por falta de escolas, pois os colégios privados estão longe da capacidade financeira dos progenitores.

Criação de qualquer edilidade obedece a diversos pressupostos

Se recuarmos no tempo, ver-se-à que a criação de qualquer edilidade obedece a diversos pressupostos, ou melhor dizendo, devem ser criadas as condições educativas, sanitárias e de lazer, para que as crianças cresçam harmoniosas, sabendo que estarão seguras quanto ao futuro.

Mas, na ausência de escolas do Estado, os moradores desesperam-se por não puderem facilitar o estudo dos filhos, embora sabendo que diversos espaços, onde deveriam ser criadas escolas, estão ocupados por todo o tipo de armazéns e lojas.

Assim, torna-se urgente dotar os Zangas, com escolas de vários níveis, incluindo núcleos da Universidade Agostinho Neto (UAN) e do Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED) , para que os estudantes e futuros alunos possam, também, elevar o seu nível académico, numa altura em que se exigem níveis superiores para diversas funções na sociedade.

É sabido que um país se faz com homens e livros, ou seja, a educação deve abranger todos os cidadãos, independentemente da sua localização geográfica.

E também preciso dizer que os Zangas, em Viana, têm uma população de mais de meio milhão de habitantes, sendo, por isso, o mais habitado, dada à transferência dos moradores de várias zonas de risco da capital.

Daí, a necessidade da criação de instituições escolares para fazer face à demanda. Está em perspectiva a criação do Zango V, o que vai aumentar o índice demográfico, o que implica mais escolas, para suprirem a necessidade dos presentes moradores e das futuras gerações.

Claro que, com uma fatia de 8,1 por cento do Orçamento Geral do Estado (OGE), o sector da Educação não pode dar passos de gigante, criando escolas em todas as localidades, mas deverá pensar que, onde há grandes comunidades, como os Zangas,

a criação de instituições de ensino é uma obrigação, ainda por cima quando se diz que é preciso erradicar o analfabetismo até 2015, de acordo com dados das Nações Unidas e inseridos nos objectivos do Milénio.

6.7 Bancos rejeitam 90% dos pedidos de crédito

Jornal Folha 8

02 De Novembro de 2013

Noventa por cento dos pedidos de crédito são rejeitados pela banca a operar no nosso país. Razões? Os bancos viram em 2012 o crédito malparado duplicar, explicou em Luanda o governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano.

O governador, que intervinha na conferência promovida pela consultora Deloitte para apresentar a sua análise do desempenho dos bancos comerciais em Angola, retirou aqueles números de um estudo efectuado pelo BNA sobre a actividade creditícia no país.

O estudo ouviu entidades públicas, empresas financeiras e não-financeiras e pessoas singulares e, segundo José de Lima Massano, entre outras conclusões, destaca a falta de informação sobre a actividade económica de quem pede crédito, designadamente por não terem contabilidade organizada ou inexistência de dados fiáveis ou actualizados sobre a sua actividade empresarial.

O governador do banco central disse que o estudo expôs "fragilidades" nos procedimentos de acompanhamento da utilização dos créditos concedidos e "insuficiências operacionais" dos departamentos responsáveis pela recuperação do crédito malparado.

Por sua vez, o estudo da Deloitte sinaliza que o crédito malparado em Angola duplicou em 2012, confirmando as conclusões de outro estudo analítico sobre a banca angolana, divulgado há dias em Luanda por outra consultora, a KPMG, que fixa em 83,5% o crescimento do malparado em 2012.

O estudo "Análise do Sector Bancário Angolano" da KPMG, elaborado pelo quarto ano consecutivo, destaca que 2012 "foi marcado por um aumento significativo (do crédito malparado) de cerca de 83,5 por cento face a 2011 - ampliando assim para 6,76 por cento o peso do crédito vencido no total de crédito concedido (4,60 por cento em 2011) ". Apresentado por Vítor Ribeirinho, responsável do Departamento de Auditoria de Serviços Financeiros da KPMG, o estudo demonstra que mais de dois

terços dos activos totais da banca angolana (78 por cento) são detidos por cinco bancos, entre um total de 19 instituições financeiras que colaboraram na elaboração do documento. Apenas cinco bancos não enviaram informações e entre as várias conclusões que adianta, o documento destaca o "baixo nível de bancarização" em Angola, numa taxa que varia entre os 23 e os 25 por cento. Entre os desafios que a banca angolana vai enfrentar nos próximos anos, o estudo aponta a "deterioração expectável da rentabilidade", e que os dados já conhecidos relativos ao primeiro semestre de 2013 permitem prever.

"O ano de 2013 seguramente vai ser um mau ano. Não será um ano de viragem. 2014 Pode ser um pouco melhor, mas aqui entram outros factores, de natureza política de que não desejo falar", acrescentou Vítor Ribeirinho.

Aquele técnico adiantou que a "melhoria esperada" da execução orçamental nos próximos meses deverá aumentar a capacidade das empresas.

"Algumas delas tiveram dificuldades nos últimos meses também de liquidez e, obviamente tendo problemas de liquidez, há problemas de pagamentos e tendo problemas de pagamentos há aumento de provisões. Eu diria que a partir de 2014 pode haver alguns sinais de esperança, positivos", afirmou.

Todavia, segundo Vítor Ribeirinho não deve ser somente o sector bancário "a fazer um percurso".

"As empresas também têm elas próprias, cada vez mais, de estar preparadas, porque se querem crédito vão ter que se preparar para demonstrar que podem merecer esse crédito", defendeu. Por outro lado, Vítor Ribeirinho considerou que o sector bancário angolano evoluiu nos últimos anos, passando a estar mais em linha com as boas práticas internacionais: "A própria banca angolana está mais exigente. No passado recente, o financiamento de determinados projectos era muito baseado na confiança nos accionistas que estavam por detrás dos projectos. Neste momento as instituições financeiras, por reflexo do que se passou em 20~ e que continua em 2013 com o aumento das imparidades e do crédito vencido, começam a aprender um bocadinho a lição". Finalmente, o estudo conclui que apenas menos de metade dos bancos que colaboraram na elaboração do estudo têm soluções de recuperação de sistemas de informação. "A Continuidade dos Negócios ainda não faz parte da cultura dos bancos angolanos, sendo que, nas actuais circunstâncias, é muito provável que nem todos estejam preparadas para responder de forma eficaz a um incidente grave, que interrompa as suas operações críticas e as impeça de prestar serviços aos seus clientes", desataca o estudo.

Do lado positivo, o estudo destaca a continuidade do crescimento do sector, quer em número de balcões (mais 10,5 por cento), quer de colaboradores (13,83 por cento).

6.8 Moradores esperam por escolas do Estado

Jornal Semanário
02 De Novembro de 2013

Quando as autoridades executivas de Luanda decidiram criar os Zangas I, II III e IV, há mais de quatro anos, não levaram em conta o sector da Educação. Isso quer dizer que os moradores transferidos de zonas de risco para os Zangas pensavam que iriam encontrar escolas de vários níveis onde os seus filhos pudessem dar continuidade aos estudos.

É que, enquanto viviam em Zonas de risco em Luanda, os filhos dos atuais moradores dos Zangas frequentavam diversas instituições de ensino, sem qualquer incómodo ou preocupação.

Mas a transferência, quase forçada, dos moradores constituiu um choque, quando se aperceberam da inexistência de 9s- colas estatais. E, por essa falha, centenas de colégios, quais cogumelos, foram surgindo, a maioria sem quaisquer condições de conforto.

É que a ânsia de lucro fácil teve a primazia, pondo os habitantes zangados. Por não puderem assumir os encargos com os estudos dos filhos, dado o facto de ser gente de baixa renda.

Daí, ser notável que alunos têm de sair dos Zangas para irem estudar nas escolas que já frequentavam antes da transferência para essas localidades.

E vê-se os transtornos que passam os alunos, que têm de percorrer mais de 40 quilómetros para chegarem à cidade de Luanda, onde estudam.

Por esse facto e por falta de meios financeiros dos progenitores, muitos alunos desistem das aulas, interrompendo, assim, os estudos.

Quer dizer que a batata quente está nas mãos do Ministério da Educação, que deveria ser chamado na altura da criação dos Zangas.

Corre-se o risco das crianças dos Zangas crescerem analfabetas, por não puderem estudar, por falta de escolas, pois os colégios privados estão longe da capacidade financeira dos progenitores.

Criação de qualquer edibilidade obedece a diversos pressupostos. Se recuarmos no tempo, ver-se-á que a criação de qualquer edibilidade obedece a diversos pressupostos, ou melhor dizendo, devem ser criadas as condições educativas, sanitárias e de lazer, para que as crianças cresçam harmoniosas, sabendo que estarão seguras quanto ao futuro.

Mas, na ausência de escolas do Estado, os moradores desesperam-se por não puderem facilitar o estudo dos filhos, embora sabendo que diversos espaços, onde deveriam ser criadas escolas, estão ocupados por todo o tipo de armazéns e lojas. Assim, torna-se urgente dotar os Zangas, com escolas de vários níveis, incluindo núcleos da Universidade Agostinho Neto (UAN) e do Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED), para que os estudantes e futuros alunos possam, também, elevar o seu nível académico, numa altura em que se exigem níveis superiores para diversas funções na sociedade.

É sabido que um país se faz com homens e livros, ou seja, a educação deve abranger todos os cidadãos, independentemente da sua localização geográfica. E também preciso dizer que os Zangas, em Viana, têm uma população de mais de meio milhão de habitantes, sendo, por isso, o mais habitado, dada à transferência dos moradores de várias zonas de risco da capital. Daí, a necessidade de criação de instituições escolares para fazer face à demanda. Está em perspectiva a criação do Zango V, o que vai aumentar o índice demográfico, o que implica mais escolas, para suprirem a necessidade dos presentes moradores das futuras gerações.

Claro que, com uma fatia de 8,1 por cento do Orçamento Geral do Estado (OGE), o sector da Educação não pode dar passos de gigante, criando escolas em todas as localidades, mas deverá pensar que, onde há grandes comunidades, como os Zangas, a criação de instituições de ensino é obrigação, ainda por circular quando se diz que é preciso erradicar o analfabetismo até 2015, de acordo com dados das Nações Unidas e inseridos nos objetivos do Milénio...

6.9 Centralidade de Cacuo está às escuras

Jornal de Angola

05 De Novembro de 2013

A Centralidade de Cacuo está sem energia eléctrica há mais de uma semana. Os moradores não foram informados das causas pela Empresa de Distribuição de Energia Eléctrica (EDEL), nem pela Sonangol Imobiliária e Propriedade (SONIP), que é a responsável pela venda dos apartamentos.

"Eu ouvi dos meus vizinhos que roubaram os cabos, mas não sei se é verdade, porque aqui não existe uma administração ou posto de atendimento da EDEL, onde os moradores possam obter informações", disse a este jornal a moradora Júlia Menezes.

O fornecimento de água é feito no período da manhã, das 6h30 até às 06h30 e, no período da tarde, das 15h00 às 18h.

Num comunicado afixado à entrada dos edifícios, a empresa de manutenção da Centralidade de Cacuo informa que a restrição no abastecimento de água potável é temporária.

Na Centralidade de Cacuo nem todos os prédios têm espaços reservados para estacionamento ou devidamente demarcados. Os moradores estacionam ao longo das vias e nas áreas relvadas. Estão a destruir as zonas verdes.

O lixo está a ser amontoado pelos cantos, porque não existe um serviço de recolha na centralidade. Júlia Menezes leva o lixo para um depósito fora da centralidade. Mas poucos lhe seguem o exemplo.

"Enquanto não tivermos uma administração; cada um vai fazer o que quiser", disse a moradora.

A EDEL repõe o fornecimento de energia eléctrica na centralidade de Cacuo mal seja substituído um cabo de alta tensão pela Empresa Nacional de Electricidade (ENE). O director-geral adjunto para a área técnica da Empresa Distribuidora de Electricidade, Sérgio Dindanda, disse que substituição se deve à danificação do cabo devido a uma tentativa de roubo para aproveitamento do cobre. A tentativa de roubo, por desconhecidos, que se verifica pela segunda vez, provocou uma explosão e o corte da energia na Centralidade de Cacuo centralidade de Cacuo. Espera-se que seja repostado o fornecimento de energia na centralidade de Cacuo esta semana, do cobre.

6.10 Chineses anunciam construção de milhares de casas

Jornal de Angola

08 De Novembro de 2013

Empresários chineses do grupo CITIC anunciaram, em Luanda, a sua participação no programa de construção de cerca de 100 mil novas casas em dez províncias do país.

Numa primeira fase, está prevista a construção de quase 49 mil casas, cujas obras estão já em curso em localidades de algumas províncias abrangidas pelo

projecto, de acordo com o presidente do Conselho de Administração do colectivo, Chang Zhenming.

O empresário chinês, que falava no final de uma visita de dois dias a Angola, garantiu que as restantes estão a ser projectadas, assim como a consolidação do seu financiamento.

Para a região Norte, foram seleccionadas as cidades de Cabinda, Soyo e Mbanza Congo (Zaire), no Sul, as de Benguela, Namibe e do Lubango (Huila), no Zango e no município de Belas (Luanda), estando ainda previstas obras no Kuando-Kubango, Lunda-Norte, Lunda-Sul e outras áreas a definir.

Chang Zhenming terminou ontem a visita de dois dias ao país para participar na cerimónia de conclusão das obras da Cidade do Kilamba em Luanda.

Angola e a China, país que financia parte das obras de construção de habitações sociais no país, mantém relações de cooperação em vários domínios, entre os quais o da política e diplomacia, construção civil, defesa e segurança, agricultura, economia e finanças, petróleo, cultura e educação. As províncias de Malange e do Uíge vão ter centros de estudo e de investigação agrícola para apoiar o desenvolvimento da agricultura, no quadro de uma parceria entre o Executivo e o grupo CITIC. Zhenming explicou que a intervenção dos técnicos chineses no processo de criação dos referidos centros de investigação foi abordada na terça-feira, em Luanda, num encontro com o ministro da Agricultura e Pescas, Pedro Canga. Para Malange, o projecto está em fase avançada, tendo sido já construído um centro moderno de investigação científica agrária e acessórios para a agricultura, para tratar do exame de sementes para o fomento de culturas locais.

Actualmente, o funcionamento do referido centro está a ser garantido por chineses e, nos próximos dias, 28 técnicos nacionais seleccionados deslocam-se à China para concluírem a formação superior especializada, durante dois anos.

Estes especialistas angolanos vão assegurar o funcionamento do centro científico agrário no futuro, assim como potenciar outras instituições do ramo, incluindo da província do Uíge.

O grupo CITIC, integrado por mais de 60 empresas chinesas de vários ramos, ocupa actualmente a posição 190º, numa avaliação de 500 instituições do género a nível mundial. Actua em mais de 50 áreas, entre as quais a financeira, agricultura, imobiliária, telecomunicações, indústria (fabrico de máquinas e equipamentos), entre outros ramos.

Com a China, Angola tem uma parceria estratégica desde 2010, que simbolizou uma nova etapa nas relações entre os dois países, estabelecidas em 1983.

Além do sector da construção civil, a China está igualmente virada para as áreas de tecnologia, economia, energia, mineração, agricultura e finanças.

Numa visita a Luanda em Novembro de 2010, o então Vice-Presidente, e actual Presidente chinês, Xi Jinping, anunciou a decisão "por unanimidade" do estabelecimento da parceria estratégica com Angola "para assegurar em conjunto as oportunidades e enfrentar os desafios no novo contexto internacional".

6.11 Outro passou e as promessas não se cumpriram

Jornal Manchete

08 De Novembro de 2013

Os jovens beneficiados do projecto habitacional juvenil, mostram-se inconformados pelo comportamento da empresa Acasa Imobiliario E decorações, por até a data presente, não mobilar as residências, mesmo depois da realização de uma reunião no dia 9 de Outubro último, nas instalações da Direcção Provincial da Juventude e Desportos, em que esta se comprometera em resolver o problema até 31 de Outubro.

"Depois de não cumprir com o que tinha prometido, o senhor Silva, da empresa ACASA IMOBILÁRIO E DECORAÇÕES, apareceu aqui (no bairro social da juventude, na Nossa Senhora das Graças) no outro dia e deu-nos garantia de que seria no dia seguinte e até aqui (dia 4 de Novembro) nada. São cinco dias de promessa e até aqui nada" declarou um dos jovens beneficiados.

Segundo uma nota de declaração de compromisso, saída da referida reunião, a que o Manchete teve acesso, assinada pelo director nacional de infra-estruturas do MINJUD, director provincial da juventude e desporto e outros técnicos do ministério, os participantes auguraram para que se encontrasse uma solução urgente e responsabilizar o fornecedor (ACASA), atendendo que os apetrechos foram pagos na totalidade, pelo Estado.

Na ocasião, o proprietário da empresa, que supostamente terá recebido dinheiro do Estado para mobilar as casas, Joaquim Silva, assumiu todas as responsabilidades, pelo que justificou-se que o atraso deveu-se à questões de gestão por parte da sua empresa devido ao processo burocrático de

desalfandegamento de dois contentores. Essa justificação do proprietário, sustenta claramente que já há (ou havia) mobílias para as residências do projecto habitacional juvenil, entretanto, a pergunta que os jovens colocam no ar, é o porque até agora não foram contemplados com as mobílias, uma vez que o projecto reza essas benesses? Alguns acham que os "supostos" contentores de mobílias de que o senhor Silva fez referência na reunião, terão sido

"desviados e só nos estão a dar justificações esfarrapadas. Penso que deve haver muita gente envolvida neste caso, penso, obviamente, ninguém quer incriminar o outro. Se os contentores já estão cá como o proprietário da empresa afirma, porquê que desde que se comprometeu até a hoje não cumpriu?" questionou-se um jovem a quem ainda falta o acabamento cabal da sua residência, desde pintura à colocação de tectos falsos, quando, segundo o projecto concebido pelo Estado, teria recebido a casa já pronta. A maior parte dos jovens, os quais esse semanário contactou, afirmou que se as suas casas estão mobiladas e acabadas, foi fruto de muitos esforços, porquanto lhes tinham sido entregues inacabadas. Assim sendo, o que eles esperam é que se resolva o mais rapidamente possível esse desiderato por constituir um direito que se lhes assiste.

Ainda pôde ler-se na nota, que quanto a questão da conclusão das casas, o empreiteiro justificou a não conclusão de 27 casas com tectos falsos por colocar, 14 por aplicação de louça sanitária, duas moradias sem rede eléctrica, assim como 58 casas por pintar as partes interna e externa, assumindo a conclusão das obras até 15 de Dezembro de 2013.

Relativamente à pretensão manifestada, recentemente, pelos jovens beneficiados, segundo a qual saíam à rua para reivindicarem os seus direitos, a comissão de moradores, garantiu, na reunião, que nunca pensou-se em fazer manifestações, mas sim abordar as questões que os afligem como água, luz, mobiliário, bem como a conclusão das casas por parte do empreiteiro.

A empresa visada, ACASA IMOBILIÁRIO E DECORAÇÕES, continua calada sem se pronunciar das acusações de que está sendo vítima pelos jovens e agora também pelo Estado, tal como reza o documento a que tivemos acesso.

Os esforços desse jornal no sentido de ouvir o proprietário da empresa redundaram em fracasso. Dada a gravidade do caso, há duas semanas que vemos procurando estabelecer um encontro com ele, a fim de que nos pudesse avançar a sua versão, sem contudo sermos bem sucedido.

6.12 Residências para trabalhadores

Jornal Continente

08 De Novembro de 2013

A informação foi avançada segunda-feira, 4 de Novembro, no município da Matala, província da Huíla, pelo presidente do Conselho da Administração daquela empresa pública, Daniel Quipaxe, sublinhando que a distribuição destas residências será feita a funcionários com mais de 25 anos de trabalho dedicado.

"O CFM está a construir 800 residências do tipo T2 e T3 ao longo do traçado Namibe-Huíla e Kuando Kubango que serão distribuídos aos funcionários mais "antigos destacados nas distintas áreas", revelou o gestor. Sem avançar os investimentos feitos nesta acção, o responsável disse que as obras estão a cargo de uma empresa chinesa e, nesta altura, encontram-se a quase 50 por cento da sua execução total. Esclareceu que no âmbito da sua acção social, a empresa construiu um refeitório aberto todo dia, no âmbito da melhoria de serviços aos trabalhadores em termos de alimentação, estando em curso esforços para colocar operacional a clínica do CFM. Actualmente, o Caminho-de-Ferro de Moçâmedes conta com mil e 703 trabalhadores em distintas especialidades.

6.13 Gestimovel prevê investir 12,6 mil milhões de imoveis ate 2014

Jornal Expansão

08 De Novembro 2013

O valor do volume de empreitadas da Gestimóvel, empresa especializada na edificação de projectos imobiliários, poderá atingir os 12,6 mil milhões Kz (cerca de 130 milhões USD), até 2014, segundo revelou o seu director-geral, Nuno Gaspar. O gestor explicou que a empresa começou por aplicar perto de 20 milhões USD, na construção do já concluído edifício KN10, em Luanda. Um valor relativamente igual foi gasto na edificação do Lubango Center, na província da Huíla, em 2011.

Entretanto, a empresa tem em curso a edificação da primeira de quatro torres que constituem o projecto Zenith Towers, localizado em Talatona, Luanda. O projecto total está orçado, segundo Nuno Gaspar, em mais de 90 milhões USD, sendo que 60 milhões USD deste valor serão gastos na construção, enquanto os restantes 30 milhões USD foram empregados na compra do espaço, pagamento de projectista, entre outros.

Prevê-se que o empreendimento, constituído por duas torres para escritórios e outras duas para habitação plurifamiliar, esteja concluído em quatro anos e meio, sendo que a primeira torre de escritórios, que comportará 12 pisos e uma cave para o estacionamento de 300 viaturas, está em fase adiantada de execução. Os espaços da torre em referência estão já a ser comercializados a 5.200 USD por cada metro quadrado. tanto, que as vendas estejam a correr a passos mais lentos do que há alguns anos, ao mesmo tempo que se manifesta satisfeito por ter já consumado algumas vendas nesta fase das obras, em que, conforme avançou, se conseguiu já fechar na totalidade um dos 12 pisos previstos, sendo que, neste momento, estão em negociações mais quatro pisos e duas fracções individuais.

"Estamos a praticar preços por metro quadrado abaixo. praticado actualmente nesta zona nobre da cidade de Luanda, além de o dobro do rácio de estacionamento, elevador de áreas exteriores para passear livremente", indicou. Em cada piso haverá quatro unidades com 97 m cada, ao passo que os escritórios, do rés-do-chão, os mais pequenos, ocupam uma área total de 73 m e os maiores 193 m", Este edifício é destinado a empresas que procuram um lugar sossegado para realizar negócios e desenvolver projectos, afirma o director-geral da A torre em questão estão a ser edificadas pela construtora Casais e deverá ser com no mês de Novembro de Quanto às restantes para a habitação, Nunca afirma que as vendas deverão ter início sem concluam as duas primeiras

Nuno Gaspar referiu diferentes projectos em rios possuem dimensões características e tempo de execução diferentes, o que disse, "torna difícil e um volume anual de investimentos e de vendas". Refira-se que as Towers foram projecto pelo arquitecto Costa autor do Projecto de rectificação da Baía de Luanda .Desde 2004 a contri buir para modernizar para A Gestimóvel foi criada Angola, em 2004, por estrutura accionista de meio século de experiencia no desenvolvimento de variados projectos em rios em diversas para o mundo.

Com o conhecimento colorido ao nível da gestão imobiliária, das necessidades produtos mais adequadas para o mercado angolano Gestimóvel especializados na edificação de projectos imobiliários e reabilitação de espaços urbanos. Com a motora imobiliária, a e potencia a sua equipamentos de prestação de serviços estão de projectos de empresa tem um cante presença nas cidades de Luanda e Lubango, se pretende construir e ver projectos imobiliários províncias do Uíge, Sul e Lunda Norte e sul, nos próximos anos.

6.14 Para que pagar taxa de circulação

Jornal Acapital

09 De Novembro de 2013

Jorge Amadeu espera que o Estado não se furte de uma responsabilidade básica, a de assegurar a manutenção regular das estradas do país, da mesma forma que exige dos auto-mobilistas o pagamento de uma taxa anual pelo uso do sistema de circulação rodoviária.

O automobilista fazia tal desabafo, instantes após ter cumprido com mais uma obrigação fiscal, ou seja, o pagamento da taxa de circulação referente a 2013, cuja cobrança se estende até 31 de Dezembro em todo país, onde proprietários de viaturas ainda parecem longe de ter isso como uma cultura.

Amadeu pagou mais cedo a sua taxa de circulação para evitar a pressão e as enchentes dos últimos dias e que o levou a que no ano passado ficasse sem o fazer, com todos os riscos disso decorrentes.

Foi pelas mesmas razões que Pedro da Costa, um outro automobilista, solicitou um dia de licença no serviço, para que tivesse espaço de manobras para pagar a taxa para a sua viatura.

Ainda assim há quem, como o automobilista Cristóvão Ernesto, acha cedo demais para cumprir com essa imposição fiscal. "Nos resta muito tempo e o pagamento da taxa de circulação não é para mim uma prioridade neste momento", considerou.

Se para alguns homens do volante ainda é cedo, há, entretanto, quem nem sequer sabe se paga ou não a tal taxa de circulação. "Vou pagar a taxa de circulação porquê e para quê?", questiona-se Armindo dos Santos.

Uma questão que deriva dos constrangimentos que vive todos os dias quando faz o vai e vem casa/serviço, pela via dos Congolezes.

A não manutenção das estradas, na óptica de alguns automobilistas só pode ter uma explicação. "Parece que as autoridades máximas do país não circulam pelas estradas com buracos", considerou o taxista Emanuel Gaspar, que diz não ter pago ainda a taxa de circulação, por não reconhecer melhorias nas condições de circulação em Luanda.

Em função disso, o seu colega de estrada António Fernando vai mais longe: "Acho que as autoridades ligadas ao processo deviam anular estes pagamentos da taxa e só voltarmos a pagar quando as estradas conhecerem melhorias".

Seja como for, a taxa continua em pagamento até 31 de Dezembro próximo e quem já pagou fê-lo à contra gosto. "Devia-se antes melhorar o estado das estradas", assim considerou Pedro da Costa, depois de cumprir com todo o expediente.

O homem do volante considera ser uma clara injustiça a cobrança da taxa de circulação, quando, em contrapartida, o Estado não garante estradas em condições normais de circulação, o que, para ele, "é um verdadeiro paradoxo".

Mas Jorge Amadeu já não vê a coisa da mesma forma, por razões que têm a ver com o facto de estar a assistir-se, por toda a parte, a um gigantesco esforço do Governo no sentido de oferecer aos usuários um sistema rodoviário com melhores condições de transitabilidade. E isso, segundo ele, é visível pelo volume de obras de reabilitação e, até mesmo, de construção de novas rodovias em todo o país.

Na verdade, o estado em que se apresentam as estradas do país tem estado na origem de uma onda de descontentamento, na hora em que o Estado parte em cobrança da taxa de circulação. E tal sucede mais quando automobilistas olham para os estragos em suas viaturas, decorrente do mau estado das rodovias.

É, aliás, por esse facto que Pedro da Costa é da opinião que a taxa de circulação devia ser uma obrigação a pagar depois que o Estado melhorasse as condições das vias de circulação. O taxista Adão dos Santos também partilha a mesma ideia, por entender "ser apenas neste país onde, por cima dos danos de que são vítimas pelo mau estado das vias, o automobilista ainda é obrigado a pagar uma taxa de circulação",

Taxa versus manutenção

Um funcionário sénior ligado à Direcção Nacional de Impostos disse, quanto a isso, "não existir nenhuma relação directa entre a taxa de circulação e a reparação de estradas", sublinhando, por outro lado, que as receitas resultantes da cobrança da taxa de circulação são, de algum modo, insignificantes para cobrir encargos como é a reparação das rodovias.

Numa das entrevistas a este jornal, Francisco de Assis, da Direcção de Impostos revelou que para tal empreitada, o Governo se tem socorrido de outras fontes de receitas, "que não apenas os valores arrecadados com a cobrança da taxa de circulação de trânsito"

Seja como for, o pagamento dessa taxa corre o seu ritmo normal, prevendo-se, em função disso, uma arrecadação importante de receitas, a julgar pela

quantidade de carros que entram mensalmente em Angola.

Dados da Direcção Nacional de Viação e Trânsito situam em cerca de 1 milhão o número de viaturas registadas no país, onde, segundo estatísticas das Alfandegas, entram mensalmente cerca de 3 mil carros.

Estes números, entretanto, dão à direcção dos Impostos garantias de urna boa arrecadação, caso se consiga controlar o fenómeno chamado fuga ao fisco.

6.15 Administradora de Cacuoaco priva iniciativas privadas

Jornal Manchete

15 De Novembro de 2013

Segundo os municípios, que foram unânimes em afirmar, casos idênticos têm sido notórios devido à falta de boa vontade do próprio executivo municipal, liderada por Rosa Cruz.

O Continente foi até ao município de Cacuoaco, no bairro da Pedreira e apurou os factos, quanto aos preços altíssimos praticados por aquele órgão local deste bem precioso. Segundo a secretária da comissão de moradores a instituição só tem a ver com os contratos entre consumidores e distribuidores.

A responsabilidade do material pertence ao consumidor, cabendo somente à comissão estender os cabos e a respectiva ligação cobrando dois mil Kwanzas por cada residência.

Segundo a fonte, não basta gastar os noventa mil Kwanzas, o pacato cidadão tem que fazer muita ginástica para obter os materiais necessários da iluminação para chegar até à sua casa. Adriano Mendes, morador do bairro da Pedreira, exprimiu o seu descontentamento sobre a situação que envolve o problema da escuridão e do fornecimento de água potável, dizendo que existem fontenários, mas tudo se revê nos custos; o bidão de vinte e cinco litros de água não potável, custa cinquenta Kwanzas.

Segundo a fonte é inadmissível acreditar, num país com muitos rios e o povo encontrar-se na carência de meios básicos. Adriano salientou também, por outro lado, sobre a via direita da cerâmica de Cacuoaco, que dá acesso à nova estrada da Ricolix, que se encontra completamente degradada, havendo um empresário que ali colocou as suas máquinas para realizar obras de terraplanagem; por força maior alguns empresários solidarizaram-se com aquele, mas, infelizmente, as autoridades do município contrariaram aquela atitude

dos empresários em Cacuaco. Isso obrigou a que um dos empresários que era o responsável pela actividade respondesse em 'tribunal municipal, questões concernentes às obras que estavam a efectuar, sem consentimento da Administração. A população pergunta a razão e concretamente o que está a se passar entre o executivo de Rosa Janota, e o sector privado. Será que o executivo de Rosa Janota não percebe o papel dos empresários ou do sector privado? Adriano Mendes, afirma que já escreveram às autoridades competentes, mas não obtiveram resultados positivos, chegando à conclusão de que ela pretende fazer um negócio milionário com a reparação das estradas, uma vez que não devia rejeitar uma oferta de melhorias por parte dos empresários privados.

6.16 Estudos indicam que Angola detém cidades do futuro

Jornal Economia e Finanças
15 De Novembro de 2013

O tiro de largada há muito foi dado e a meta está à vista de todos. Construir habitações condignas e devolver aos angolanos padrões aceitáveis de habitabilidade são os caminhos que o Executivo definiu e persegue tenazmente dentro de um amplo plano nacional de desenvolvimento 2013-2017.

Este compromisso ficou ainda subjacente nas declarações do vice-presidente da República, Manuel Domingos Vicente que, aquando do acto central das festividades do 11 de Novembro, em Benguela, lembrou que o Orçamento Geral do Estado (OGE) aprovado para 2014 dá primazia, à construção de habitações em todo o território nacional.

Aquando da realização, em Outubro, da primeira feira das cidades e municípios de Angola, que a cidade de Luanda acolheu, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, apontou a intenção de o país levar ao fórum africano das 'cidades "africities", que, provavelmente, decorrerá em Durban, África do Sul, em 2014, uma amostra das centralidades que têm sido construídas pelo país.

Cidades em abordagem

A cimeira "africities" é uma plataforma de abordagem temática da governação e descentralização local com o objectivo de partilha e troca de experiências sobre as melhores práticas de governação, inclusão social, desenvolvimento sustentável das cidades e municipalidades dos diferentes países africanos.

As centralidades, sobretudo as já concluídas do Kilamba, Cacuaco e Dundo, deverão ser apresentadas, uma vez responderem a este apelo que a África tem vindo a fazer de melhorar-se à urbanização das cidades. A perspectiva é concluir nos próximos 'anos as demais centralidades em construção neste momento pelas distintas províncias. Todavia, Cabinda, Benguela, Kwanza-Sul e Uíje, só para citar estas, apresentam também um estado avançado das obras, que deverão acelerar a oferta de habitações com qualidade, diminuir a procura e controlar a especulação dos preços imobiliários.

Em todos os 163 municípios, estão a ser construídas 200 casas, fora as centralidades, que devem devolver a dignidade do conceito de habitação urbana e social. Outras, de iniciativa privada se não poucas de parceria público-privada, avançam, num cenário que se prevê de auto-suficiência, mesmo se reconhecendo a dinâmica das sociedades.

Na visão das autoridades angolanas, mais do que simples aglomerados habitacionais, as centralidades enquadram-se já num modelo de habitação que procura combinar a arquitectura e a urbanização moderna com as exigências internacionais sobre novos assentamentos, promoção imobiliária e sustentabilidade ambiental.

Situação em África

Os últimos indicadores apontam para o facto de África, que é a parte menos urbanizada do globo com apenas 40 por cento, poder atingir até 2030 os 5P por cento, sendo a taxa de urbanização estimada em quatro mais de metade do que se prevê para a Ásia e a América latina.

Num estudo de consultores independentes, publicado em 2011, ficou realçado o facto de no novo mapa dos 600 maiores, centros urbanos do mundo, as chamadas "cidades do futuro", constarem 25 africanas, sendo seis da África do Sul, três da Argélia e da Nigéria, duas de Angola, Marrocos, Líbia e Egipto, uma do Quênia, Ghana, Congo, Sudão e Tunísia.

Segundo o critério do número total de habitantes, o Cairo, capital do Egipto, é o mais populoso do continente, mas em 2025 vai ser destronado por Kinshasa (República Democrática do Congo) e Lagos (Nigéria). Luanda, a capital angolana, passa da sétima para a quinta posição. Sobre o crescimento da população, o estudo indica que a província do Huambo, terceira, e Luanda, em quarto, irão mais do que duplicar o seu actual número de habitantes.

No critério do valor absoluto do PIB actualmente, Ioanes burgo (África do Sul), é a líder e assim permanecerá em 2025. Luanda salta do terceiro lugar (a par de Trípoli - Líbia) para o segundo. Estima-se que o Huambo (Angola) seja, porém, a que mais crescerá, seguida de Accra (Ghana) e de Luanda (Angola). No critério do PIB per capita, as mudanças serão mais profundas. Trípoli (Líbia) perde o primeiro lugar para Benghasi (outra cidade Líbia) e Luanda entrará para o quarto lugar (a par de Ioanes burgo). No contexto actual, todas estas previsões podem inverter as diferentes posições, atendendo às mudanças sociopolíticas que vão acontecendo, sobretudo no Norte de África. -

No ranking do crescimento, Huambo e Luanda, conforme estudo também citado em "O País e Exame" edição Angola, fazem a "dobradinha" sendo as estrelas do continente.

Face a este quadro bastante promissor, o estudo indica que Angola não é tão-somente um "país do futuro", mas detém também "cidades do futuro".

6.17 Favelados: trás famílias habitam uma só casa

Jornal Manchete

15 De Novembro de 2013

Domingas Chilepa de São Tenreiro, moradora, revelou que foram postos naquela localidade no dia 19 de Novembro de 2011, numa conjuntura de três famílias numa só casa, tendo direito a um quarto cada e uma sala comum.

"Em cada residência vivemos três famílias, independentemente do número de filhos que cada uma tem. Estamos cansados de viver desta forma. Se pudessem, nos dariam só parcelas de terrenos e chapas para cada um construir segundo o seu gosto e dimensão da sua casa", lamentou a senhora.

Segundo a mesma fonte, quando foram levados àquela localidade, o Sr. Bento Soito e D. Susana, administradora da Ingombota, garantiram que ficariam só por quinze dias, para depois serem separados. Todavia, desde que tal promessa foi deixada pela aludida administradora, até à presente data nem água vai nem água vem. "Sujeitamo-nos a outros sectores mais distantes onde conseguimos água. E quando não há, compramos o bidão num valor de 50 Kwanzas, às vezes alugamos motoqueiros quando há possibilidades para tal", lamentou. Desde que chegaram ali, disse ainda a nossa interlocutora, o sector foi canalizado, tendo jorrado

água só por um mês, já no segundo foram cortados esse direito pela EPAL, alegando nunca terem pago.

Outra fonte, que preferiu falar sob anonimato, referiu que a energia eléctrica é consumida a partir das 23h00 e deslig-a-se durante o dia.

A fonte lamenta o facto, afirmando que as casas são de paredes descartáveis. Por esta razão, frisaram, acontecem constantemente incêndios provocados na maior parte das vezes pelo aquecimento de fios eléctricos que dão lugar a incêndios de várias casas. Já no dia 10 do passado mês, revelou o interlocutor, uma comitiva liderada pelo governador do Bengo, chegou para marcar a primeira pedra para ver se resgatam as pessoas daquele cativo de três famílias numa só casa, prometendo que durante oito meses irão construir 1350 casa para corresponder às 2700 famílias segundo a fonte, estão aguardando por esta promessa.

Por seu turno Manuel António, coordenador do sector, frisou que a semana passada reuniram-se com o administrador do Bengo, garantindo aos presentes que até Dezembro do ano em curso, aquela população iria beneficiar de energia eléctrica.

Em relação à delinquência a fonte relatou que no passado, a zona do Teto Vermelho viveu momentos difíceis uma vez que em pleno dia os meliantes assaltavam motorizadas, mas, agora, a situação tem sido controlada, mercê do empenho da Polícia do Bengo que controla a área.

O Continente apurou no local que o sector em causa ainda carece de muita atenção, uma vez que as suas ruelas são excessivamente baixas estando a carecer de mais entulho de terra para se elevar o nível do terreno, fazendo com que até os autocarros públicos não cheguem ao local. Para se deslocarem ao mercado ou à paragem de autocarros, fazem-no pelas kupapapatas, havendo também a falta de um hospital ou centro médio.

6.18 Habitação social minimiza carência

Jornal Economia e Finanças

15 De Novembro de 2013

Os municípios de Ondjiva, Cahama, Curoca, Namacunde e Cuvelai foram inaugurados, em cada um, 100 casas sociais com a tipologia T3. Em Ondjiva, as moradias foram erguidas por 10 construtoras nacionais, num período de 20 meses e orçaram em mais de 537 milhões de kwanzas. No acto inaugural, o governador da província,

António Didalelwa disse que é aposta do governo local a melhor ia habitacional da população, com a construção de moradias condignas. Acrescentou que O governo tudo está a fazer para propiciar aos cidadãos moradias condignas, daí o lançamento, em 2012, do programa de fomento habitacional, consubstanciado na construção de 100 casas sociais para cada município, a nível da província do Cunene.

Auto-construção

Ainda em Ondjiva, a administração local preparou uma área com mais de 100 hectares para autoconstrução dirigida e os interessados podem solicitar as parcelas.

Por outro lado, o administrador municipal de Cuanhama, Gonçalves Namweya desencorajou recentemente, a construção de moradias em zonas de risco. O responsável informou que cada dia que passa cresce o número de pessoas a construir em áreas de risco.

A inauguração do projecto enquadrou-se nos festejos do 38º aniversário da Independência Nacional.

6.19 Inauguradas casas do Plano Nacional

Jornal de Angola
15 De Novembro de 2013

Um total de 100 casas sociais do tipo T3, construí das no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, foram inaugurados no município de Xangongo, a cerca de 100 quilómetros de Ondjiva.

As moradias têm três quartos, uma cozinha, quarto de banho e sala comum. A empreitada durou cinco meses e as obras estiveram a cargo de oito empresas nacionais.

O governador do Cunene, António Didalelwa, que procedeu ao corte da fita, salientou que estas acções do Executivo se destinam a promover actos que conduzam à melhoria das condições de vida dos cidadãos, nos domínios da educação, saúde, água e habitação.

Para a distribuição das residências foi criada uma comissão, que vai tratar de todo o expediente, uma vez que elas são ainda insuficientes para dar resposta às necessidades.

"O Governo vai continuar a construir moradias. Os que não forem abrangidos nesta fase vão sê-lo na segunda. Portanto, o processo é longo e o objectivo das autoridades da província é a de satisfazer as

populações para que possam viver condignamente, vamos manter a calma, porque vai ser extensivo a todos", garantiu.

6.20 Ordenamento do território resulta em eficácia económica

Jornal Economia e Finanças
15 De Novembro de 2013

Os arquitectos presentes no fórum Internacional do Sumbe, província do Kwanza-Sul, que decorreu de 8 a 10 deste mês, reconhecem que esforços, da parte das autoridades angolanas, estão a ser feitos no sentido de garantir que os novos aglomerados habitacionais em construção respondam aos padrões modernos da arquitectura internacional.

O terna "Cidades, vilas e património", que centrou-as discussões dos arquitectos provenientes de Angola (que albergou), Brasil, Portugal, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Moçambique. São Tomé e Príncipe e Macau serviu para abordar acerca da cidade que se pretende e a que se tem, neste momento. Outro fundamento da realização do encontro é avaliar-se "a tendência de crescimento versus atropelamento do existente e a ênfase que se está a dar ao património", visão que tem orientado a actividade dos profissionais de arquitectura em Angola, segundo o bastonário da ordem, Victor Leonel.

Origem histórica

Uma voz autorizada, presente no Sumbe, para esta reflexão é a do arquitecto António Gameiro, consultor do ministro do Urbanismo, para quem as cidades actuais são produtos de muitos anos de história, com uma enorme carga cultural e arquitectónica, resultantes de iniciativas da época colonial e um pouco da era pós-independência.

O arquitecto António Gameiro disse ser importante a definição de uma política urbanística nacional e o aproveitamento da capacidade de auto-construção das famílias angolanas para uma maior orientação do que se pretende como urbanização das cidades, vilas e bairros. Para ele, as centralidades não devem ser edificadas longe dos actuais aglomerados populacionais' para se permitir que a mobilidade urbana se faça de forma dinâmica e com maior celeridade.

O projecto de requalificação da Baía do Mindelo, em Cabo Verde, no contexto de desenvolvimento da ilha de São Vicente foi uma excelente amostra de como iniciativas privadas podem interagir com os poderes públicos na procura de melhores soluções para

problemas comuns, uma vez que a questão da arquitectura e da urbanização afecta a todos sem excepção. Apresentadas pelo bastonário da Ordem dos Arquitectos desse país do Arquipélago africano, César Freitas, as experiências cabo-verdianas valem para a realidade angolana, porquanto o turismo tem aprovado, também, ser uma fonte de geração de emprego e de recursos financeiros, o que passa pela concepção de projectos atractivos, dinâmicos e bastantes modernos.

Reacções

O jovem arquitecto Agilson Gustavo disse que a centralidade do Kilamba é uma verdadeira amostra de como o Executivo tem procurado respeitar as normas internacionais, uma vez que nela se ressalta um cumprimento em mais de 90 por cento dos parâmetros do urbanismo, no caso a previsão de estacionamento, para os moradores, espaçamento entre vias com dimensão aceitável, além dos espaços verdes que abundam e as quadras desportivas que estão em cada bloco de edifícios que constituem a cidade.

"Os asmáticos devem estar muito contentes quando vão para o Kilamba, pois é, neste momento, dos poucos, se não o único, lugar da cidade em que se observou ao rigor o princípio de gestão do microclima e defesa contra o aquecimento global", disse.

Desconhecendo a organização de uma grande parte das cidades africanas, o arquitecto Agilson Gustavo disse que, dependendo da organização urbana, a Centralidade do Kilamba pode competir com muitas outras do continente, tendo ainda enaltecido o facto de neste assentamento as escolas estarem fixadas .também nos respectivos blocos, permitindo assim, quando em funcionamento efectivo, que as crianças, sobretudo, deixem de percorrer longos quilómetros ao encontro destas instituições. "Isso diminui a fuga escolar e motiva o aumento dos níveis de aprendizagem dos meninos, que não sentem a pressão de atravessar longas avenidas", lembra.

Por sua vez, a arquitecta Fábria Lubaque disse que Angola precisa tão-somente de seguir os caminhos definidos pela arquitectura internacional e, uma vez terminado o conflito que levou à pressão demográfica na capital Luanda, há necessidade de voltar-se aos programas originais para ela, a requalificação ou renovação assume-se em muitos casos como o melhor caminho. Contudo, lembra que a arquitectura apesar de buscar o belo tem de priorizar o funcional. Nisso, ela enaltece o facto de as centralidades estarem já ajustadas à realidade nacional.

"Como sabe, as nossas famílias são numerosas em grande medida, Vale o facto de as tipologias serem em T3, o mínimo, e T5, o máximo, o que permite que as famílias coabitem harmoniosamente, evitando que o interior das habitações respeitem os padrões de divisão de espaço para evitar-se que outros compartimentos sejam alterados para fins de dormitórios", disse.

O também arquitecto Leandro Sicato disse que as nossas cidades, hoje por hoje, perderam parte da sua essência antropológica. Os modelos africanos foram sendo substituídos por estilos europeus, medida que tem forçado as famílias a uma adaptação agressiva.

Leandro Sicato é de opinião que as centralidades precisamente melhorar a acessibilidade, pois os actuais modelos não são inclusivos, sendo a dificuldade de lá residirem portadores de eficiência uma clara referência desse pormenor.

"Há muito pouco enquadramento entre o tipo de habitação disponível com os modelos de comportamento das famílias que vão lá habitar", afirma.

6.21 Casa própria é motivo de alegria frustração

Jornal de Angola

16 De Novembro de 2013

Aos poucos a incredulidade dá lugar à certeza de que é possível ter a tão sonhada casa própria. A emoção de ter nas mãos as chaves de uma casa nova, onde se pode constituir a melhor família, aos poucos dá lugar a uma espécie de frustração, pois nem todas as condições de habitabilidade estão disponíveis. Afinal a casa é mais do que paredes. Quando falta luz, água e serviços básicos, a alegria desaparece e começam as preocupações para encontrar as melhores soluções. A centralidade de Cacuo é um misto de alegria e tristeza, porque falta muita coisa, até uma administração.

Muitos moradores estão desesperados. Temem que só apareça uma administração da centralidade, quando a cidade estiver cheia. O presidente da Comissão de moradores, Nelson Santos, afirma que os habitantes já deviam encontrar uma organização que garantisse um mínimo de condições básicas.

Ao contrário do que gente de má índole diz, a cidade de Cacuo é espectacular e tem tudo para dar certo.

Mas há um cenário que só uma administração pode evitar: o fim da harmonia e de respeito pelo projecto

inicial. E essa administração que a cidade não tem e ninguém ouve falar dela.

Ninguém cuida da relva. Os jardins estão abandonados. Aparecem por todo o lado focos de lixo. Isto numa nova cidade, é muito mau sinal.

Na centralidade não existem contentores de lixo, nem há carros de recolha. A venda ambulante nos passeios, embora tímida, começa a marcar presença, a contra gosto de quem por lá mora. "Isto começa mal. Foi assim em S. Paulo e nalgumas artérias de Luanda. Era bom que aqui, uma cidade muito bem construída e que até tem lojas, não acontecesse esse fenómeno dos mercados informais. Era bom travar isto', enquanto é tempo", diz João Paulo Nunes, membro da comissão de moradores.

As vendedoras têm as "kitandas" instaladas nos relvados moribundos. Os "kupapatas" não perdem oportunidade. O negócio já corre à feição e os bolsos "riem", pois nem "candongueiros", nem autocarros lá chegam.

Falta energia

A subestação de energia é móvel, mas está a ser criada uma estação fixa. A actual estação tem apenas 60 Mw, quando o necessário para a cidade é 120 Mw. A centralidade tem 12 blocos, deste número, apenas o bloco cinco, seis, oito e dez beneficiam de energia. As ruas de todos os blocos estão iluminadas. Mas, à entrada da centralidade não existe iluminação. Fica escuro como breu.

"Estamos à espera que a energia e água sejam fornecidos sem interrupções aos blocos de toda a centralidade", disse à nossa reportagem o presidente da comissão de moradores, Nelson Santos.

Durante semanas houve uma avaria no sistema de energia eléctrica. Mas já está reparada.

Todo o bloco 12 não tem água nem energia. Dizem que estão a trabalhar para melhorar a situação, mas os trabalhos decorrem com grande lentidão. Para quem lá vive, é uma eternidade. Os outros blocos têm água em alguns prédios mas é de baixa pressão.

"Quem não tem cão, caça com gato. Sei das dificuldades que vamos encontrar quando nos mudarmos para aqui em Dezembro. Mas já não espero mais. Venho para cá, mesmo assim, com ou sem luz, com ou sem água", disse Paiva Estêvão.

Paiva Estêvão diz que o problema principal é conservar a alimentação, enquanto não houver energia. Temos de comprar tudo fora da cidade. Sem luz, fica difícil e a gente apenas chega do trabalho ao

anoitecer. Temos um hipermercado que nos vai ajudar bastante mas ainda não está aberto.

Se Paiva Estêvão quer mudar-se sem água e luz, Marcela pensa adiar a mudança para casa nova. "Pedi rés-do-chão, puseram-me no quinto andar. Eu sou hipertensa e ir pelas escadas é difícil, pois fico ofegante e o coração palpita. Depois, sem luz e água, piora tudo. Só mudo para aqui quando tudo isso estiver bem regularizado", diz a futura moradora do bloco 11.

Estacionamento

Dinis Balanga partilha o mesmo sentimento. Só muda para a centralidade de Cacuo com todas as condições regularizadas. Mas está preocupado com os lugares de estacionamento. "Como vê, as ruas são estreitas e os espaços que definiram como estacionamento não vão responder ao número de carros por prédio. Daí a razão de muita gente estacionar nos jardins. Enquanto é tempo, deviam velar por isso", alerta. "O estacionamento é deficitário", diz outro morador.

A reportagem do Jornal de Angola constatou não se tratar de mero capricho estacionar no jardim. E apenas uma alternativa. Deixar os carros em cima da relva, é "normal". Mas nas ruas vêm-se sinais de parqueamento.

Contentamento

Entre a alegria e frustração, há uma linha fina. Uma família recebe a chave e explode de emoção e de alegria. Tentam abrir a porta mas a chave não funciona. A fechadura teimosa nega-se a dar alegria a esta família com cinco membros. Não conseguem entrar e toda expectativa cai por terra.

Pedem a intervenção dos técnicos. Eles tentam, sem sucesso. Sugerem que a família contacte a Sonip. A alegria resiste, suportada pela esperança. "Uma pessoa vem com a família para visitar a futura casa e o resultado é este. Vamos esperar. Mas estou desapontada. Para uma centralidade desta grandeza, não esperava isso", refere à reportagem do Jornal de Angola uma moradora. Além da avaria na fechadura, o bloco não tem luz, água, nem contentores de lixo.

Mas também não existe uma administração a quem recorrer. "Ninguém nos orienta. Estamos entregues à nossa sorte", diz o morador Domingos João. A centralidade tem um mercado grande. Tem escolas, centros médicos, esquadra policial e serviços de bombeiros. O que os moradores não sabem, é se estes serviços vão estar disponíveis tão cedo. Faltam lombas nas ruas para que os condutores andem numa velocidade reduzida, mas a sinalização está bem. Na

centralidade existem bons espaços de lazer mas falta um pavilhão desportivo.

O ano lectivo está prestes a terminar. As aulas das crianças foram - o grande factor que retardou a ida de muitas famílias para a cidade. Agora muitos moradores preparam-se para mudar para a centralidade, em definitivo, Umas relevam o problema da falta de energia e água, outras nem tanto, afirmam que estão acostumadas com situações desse tipo. Esperam que seja uma situação temporária. "Quando tudo se resolver, esta cidade vai comparar-se com a Cidade do Cabo", diz umas moradoras que pretende mudar no próximo sábado.

Já há moradores que deixam sucata nas estreitas ruas da cidade, como também há gente a construir "gaiolas" nos espaços públicos para colocar geradores. O prédio 30, do bloco 5, tem uma gaiola com um gerador amarelo de médio porte. As práticas da velha cidade e dos bairros já estão de malas feitas para a nova-cidade, que um engenheiro de construção civil considera uma das melhores, até agora concebida.

"Já dá para viver. Ainda não temos serviço algum. Há luz e água em alguns blocos dos 12 que compõem a grande central idade de Cacucaco. Daqui a pouco está tudo bem e a frustração vai dar lugar à alegria. Não tenham pressa, tudo se resolve", aconselha um morador aos recém-chegados. Há vizinhos, refere, que mesmo sabendo que não temos serviços, deixam o lixo à porta durante dias. "Nós não podemos continuar assim. Por isso, usamos a nossa carrinha e outros meios para eliminar focos de lixo", diz.

Comissão de moradores

Dada a necessidade de mitigar algumas dificuldades de quem vai morar na centralidade, sem administração, um punhado de residentes constituiu a comissão de moradores, que trabalha mais na perspectiva da sensibilização.

O objectivo é evitar que os proprietários deixem lâmpadas acesas, torneiras abertas e lixo em áreas comuns. "Ajudamos quem se muda para cidade a conseguir orientar-se no meio das dificuldades que ainda vivemos", disse o presidente da comissão de moradores, Nelson Santos. Para a questão do lixo, a comissão de moradores solicitou à Elisal a disponibilização de um carro de recolha de lixo. Conseguiu pela primeira vez no sábado passado, mas o carro amarelo fica estacionada na rua principal. É esse o destino do lixo recolhido nas várias ruas.

"Receio que muita gente se desiluda com o que encontrar aqui. Se não forem resolvidos os problemas

que temos, isso pode acontecer. Agora que o ano lectivo terminou, muitas famílias vão mudar para a central idade. A cidade fica mais habitada em Dezembro e era bom que encontrassem todas as ' condições", diz Nelson Santos.

A comissão de moradores quer incutir a cultura da ordem, do respeito, da cordialidade e da higiene. "Não queremos transportar as velhas práticas dos bairros de que saímos para a nova cidade. Queremos honrar o esforço do Executivo em concretizar o sonho da casa própria para muitas famílias angolanas", realça. Já perto de 300 famílias vivem na cidade.

6.22 Casas sociais para funcionários prontas em Maio

Jornal de Angola

18 De Novembro de 2013

As obras das 240 casas para funcionários do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes (CFM), no Lubango ,iniciadas em Junho deste ano, ficam concluídas em Maio de 20 14.

Em declarações à imprensa na sexta-feira, após uma visita que 16 vice-governadores provinciais para o sector político e social realizaram ao local, o engenheiro de obras da empresa China Highway, Huang Hai, disse estarem erguidas 120.

As obras estão a 60 por cento da sua execução e até Dezembro próximo os técnicos vão iniciar a colocação da cobertura e instalação eléctrica, assim como o revesti- mento. Huang Hai informou que o projecto está contido no pacote do contrato de modernização das e truturas do CFM, avaliado em mais de cem milhões de kwanzas.

Apontou, igualmente, a construção de postos médicos, escolas, estruturas de lazer, por formas proporcionar melhores condições de habitabilidade aos técnicos da empresa e suas famílias. O projecto contempla a construção 580 residências ao longo dos 700 quilómetros da linha férrea do CFM, que liga as províncias da Huila, Namibe e Kuando-Kubango.

O processo de reabilitação do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes, iniciado em 2005, viveu um interregno devido à crise financeira mundial e retomou em 2009. A circulação definitiva entre Namibe-Lubango e Menongue teve início a 3 de Setembro de 2012.

6.23 Centralidade mania

Jornal Independente
22 De Novembro de 2013

Viver numa das centralidades de Luan- da é um sonho para muitos cidadãos. Jovens, senhores, velhos e até mesmo Crianças, sonham em poder ter a oportunidades de ter uma casa, num Kilamba, Cacuo e também nas outras centralidades, como a do Capari e KM 44, procurando antes mesmo de um *modus vivendi* mais moderno, uma habitação condigna, um tecto para se abrigar do frio, da chuva e até mesmo do sol e da lua quando assim é necessário.

Por isso é que quando começaram as inscrições para adesão a tais casas, vimos a romaria ao Kilamba, porque afinal é um sonho para qualquer cidadão, e não tinha como ser diferente, afinal de contas trata-se de poder ter uma casa e pagá-la a dormir, que é o que inicialmente se previa.

A romaria começara e as coisas começaram a tomar rumos nada bons, fruto de uma gestão (não sei se podemos chamar isto de gestão), por parte de quem tinha a responsabilidade de fazer a venda das mesmas. Uma autêntica confusão, levando com que muitos passassem a noite no Kilamba, antes mesmo de poderem ter uma casa, e quando tudo ia ao seu jeito, mesmo nada bom para muitos, uma ordem veio e tudo parou. Quem recebeu ficha, recebeu, quem depositou, depositou e quem não conseguiu nem uma nem outra coisa, que conseguisse.

Aí muitos começaram na verdade a pôr as mãos na cabeça, a preocupação tomou-se maior, porque muitos não sabiam que destino teriam os seus assuntos, porque ninguém dizia nada.

A gestão é uma ciência fácil e complexa ao mesmo tempo, mas para tal é preciso saber dar-se com os desafios dela, e foi aí onde começou a demonstração de que algo não ia bem por parte de quem tem a responsabilidade de gerir as vendas e entrega das casas. Recuando ainda um bocado no tempo, antes mesmo das rendas resolúveis, era a pronto pagamento, o resultado foi nefasto, e a cidade do Kilamba ganhou o nome de cidade fantasma. Veio então a renda resolúvel e muito bem aplaudida, mas que também teve e ainda se está a sentir os efeitos da sua má gestão.

Muito simples de entender. Com tantas imobiliárias que já actuam no nosso mercado há muitos anos, antes mesmo, talvez, de se pensar construir as centralidades, não seria mais fácil colocar estas também no processo com linhas bem definidas, para que o cidadão não tivesse que sofrer tanto assim?

Se havia um número definido de residências para serem comercializadas, não se pode admitir que até ao momento muitos não receberam as casas que têm direito. Diz-se que faltam cerca de 12 mil pessoas por receber, e que ainda se está a construir, e tão logo termine a próxima fase estas receberão as suas casas. Terão estas pessoas sido informadas de que seria assim? Se assim fosse teriam elas aceitado esta condição? Terão ideia de quantas destas pessoas estão em casa de renda e poderão não ter capacidade para nelas se aguentarem por mais tempo, pelo facto de terem juntado a sua economia para uma casa em uma das centralidades?

O sistema de pagamento pela renda resolúvel inicialmente estava definido para ser anual, agora já se diz que deverá ser mensal. Mudam-se as regras, mudam-se os procedimentos sem nunca terem em conta o cliente, que é o pacato cidadão. Nada contra a forma ou as suas mudanças, mas deve haver respeito aos clientes, porque são eles que dão vida ao negócio, mas infelizmente como a necessidade de se ter uma casa é maior que a moral de exigir respeito à SONIP as pessoas têm apenas de aceitar as constantes mudanças nos procedi- mentos.

O pior ainda é a falta de apartamentos de uma tipologia, e muitos a serem obrigados a aderirem uma tipologia diferente daquela a que concorreram e para tal serem obrigados a pagarem as diferenças. Também ainda persiste a doença de troca de residências e entrega de residências já entregues antes a outras pessoas. Ok. Agora já estamos nas centralidades, e não obstante as gafes da empresa gestora das vendas, estamos nós também proponentes compradores a dar as nossas bandeiras. A mania de querer morar numa centralidade, principalmente Kilamba e Cacuo é tão grande, que tão logo fomos para lá, enquanto outros não conseguiram ainda, como também carregamos alguns dos nossos hábitos que não se enquadram naquele *modus vivendi*.

A forma de deposição dos resíduos, as mudanças em estruturas da casa, o de- vido cuidado da área pessoal (casa) e das áreas comuns estão já a se tomar uma dor de cabeça. Já é visível alguma sujeira em certas zonas de edifícios tanto no Kilamba como em Cacuo Já há quem, com coragem e sei lá como, encontrou um local impróprio para urinar, já há quem atira ou permite que seus filhos atirem coisas pela janela.

A velocidade também já constitui uma dor de cabeça, pois há quem não entendeu que não está numa autoestrada ou numa via expressa e pensa que pode andar a qualquer velocidade no interior das centralidades, constituindo assim um perigo ao trânsito no interior, saídas e entradas das mesmas.

Não, meus caros irmãos, assim não. É dever de cada morador e não só, cuidar e muito bem destes patrimónios, porque afinal de contas quem viverá lá e terá de conviver com a desordem são mesmo os que as criam. Realmente alguns hábitos são para nós comuns, mas, às vezes, as circunstâncias da vida imperam com que tenhamos que limitá-los e principalmente em função do meio em que vivemos.

Se muito queremos nelas estar, temos de saber que a realidade nestes locais deverá mudar, porque senão, muitos poderão mesmo perder o direito de continuar a pagar as casas e serem despejados delas, por estarem a ferir as regras de convivência, pois as transgressões vão somando e seguindo nas centralidades. Aí não funciona o dito de que "as pessoas saem do mato, mas o mato não sai das pessoas" ...

6.24 Defendido sector mobiliário forte

Jornal de Angola
23 De Novembro de 2013

O mercado 'mobiliário é um elemento fundamental entre a poupança e o investimento, constituindo um canal eficaz para financiar o desenvolvimento económico e social de Angola, disse ontem, em Luanda, o presidente do conselho de administração da Comissão do Mercado de Capitais (CMC), Archer Mangureira.

Archer Mangureira falava na abertura do seminário para jornalistas sobre "Mercado de Valores Mobiliários em Angola" organizado pela Comissão do Mercado de Capitais (CMC) com o apoio ao Banco de Comércio e Indústria (BCI).

O presidente do conselho de administração da Comissão do Mercado de Capitais (CMC) acrescentou que o sistema financeiro deve ser organizado de forma a garantir a formação, captação, capitalização, segurança, poupança, mobilização e aplicação dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento económico e social.

Archer Mangureira explicou que esse objectivo só pode ser alcançado com instituições sólidas.

O assessor do presidente do conselho de administração da Comissão do Mercado de Capital, Márcio Daniel, apresentou o tema "Regulação económica em Angola", explicando que a regulação é um sistema de normas que visa orientar, acompanhar e controlar os processos económicos e sociais.

Márcio Daniel referiu que existem vários modelos de regulação, como os "reguladores dos serviços de infra-estrutura" e o "sector financeiro". Fazem parte dos serviços reguladores de infra-estrutura o Instituto Nacional de Aviação Civil, Marítimo e Portuário de Angola e o regulador do sector eléctrico.

O assessor do presidente do conselho de administração da Comissão do Mercado de Capitais salientou que o Banco Nacional de Angola (BNA) é o regulador do sector financeiro e tem como objectivo regular e supervisionar a actividade dos bancos. "O Banco Nacional de Angola (BNA) é o responsável pela condução política do mercado monetário", concluiu Márcio Daniel.

6.25 Detidos suspeitos de desvio de dinheiro

Jornal de Angola
23 De Novembro de 2013

A Polícia Nacional deteve dois Indivíduos implicados no desvio de 1,3 mil milhões de kwanzas (o equivalente a 13 milhões de dólares) do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga (GTRUCS) e leva a cabo Investigações para encontrar outros Implicados no caso.

Um comunicado do GTRUCS informa que a pronta intervenção da Polícia Económica, da Procuradoria-Geral da República e do Banco de Poupança e Crédito (BPC), levaram à recuperação de cerca de 75 por cento do valor subtraído, estando a proceder ao rastreio das movimentações bancárias para recuperar a totalidade do montante desviado e levar toda a rede de implicados à justiça.

O Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga disse que o valor em causa é parte da verba disponibilizada para o Programa de Investimentos Públicos (PIP) do terceiro trimestre do corrente ano.

"A verba, não tendo sido utilizada pelo facto de estarem a decorrer os preparativos para a realização dos cadernos de encargos dos concursos públicos das obras previstas para o terceiro e quarto trimestres de 2013, após a sua superiora aprovação em Setembro de 2013, devia reverter para a Conta Única do Estado", esclarece o comunicado.

O documento diz que "o acto foi alegadamente perpetrado por funcionários da área de finanças do GTRUCS, que falsificaram a assinatura do director da instituição para procederem ao desvio da quantia no passado mês de Outubro".

A direcção do GTRUCS termina comunicado com uma nota de incentivo e agradecimento à "pronta intervenção do BPC, da Procuradoria-Geral da República e da Polícia Económica, que permitiu reaver parte considerável do valor e a sua reposição nos cofres do Estado".

O Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga foi criado por Despacho Presidencial, e tem por missão a execução, coordenação, acompanhamento, controlo e fiscalização do processo de execução dos projectos de reconversão do município do Cazenga e distrito urbano do Sambizanga.

A reconversão urbana visa apetrechar aquelas áreas de infra-estruturas técnicas, de circulação rodoviária e pedonal adequadas, espaços verdes, áreas de comércio, lazer, equipamentos sociais e habitações sociais condignas.

Está previsto para o primeiro semestre do próximo ano a conclusão de 152 habitações unifamiliares no município do Cazenga, no quadro da requalificação urbana da circunscrição, para alojar famílias que viram as suas casas destruídas pelas chuvas.

Estão também concluídos no Cazenga vários edifícios de três andares erguidos no âmbito do projecto de requalificação do município, em execução desde 2010.

6.26 O mercado não é só compra

Novo Jornal

29 De Novembro de 2013

Em que situação está a segunda fase da urbanização Nova Vida?

Estamos a dois terços da execução da segunda fase do projecto Nova Vida. Entre 2010 a 2013 foram construídas cerca de 1600 habitações de um universo de 2500. Foram feitas infra-estruturas e está prevista para o próximo ano a ampliação de algumas destas infra-estruturas, tais como as subestações de energia eléctrica e de água, para permitir a conclusão final da urbanização no próximo ano ou, no máximo, no primeiro trimestre de 2015

Haverá uma terceira fase?

Não. A área onde está a ser implantada o projecto Nova Vida é de 408 hectares. Nessa área foram delimitadas duas fases para permitir a coabitação ou existência de 4500 fogos. Se considerarmos que cada casa tem em média sete pessoas por família, teremos

cerca de 35 a 40 mil pessoas a viver na urbanização Nova Vida.

Estão criadas infra-estruturas para esse número de pessoas?

O projecto e o plano director prevêem essas infra-estruturas e a ampliação das que existem. Estou a falar das subestações de electricidade, água, bem como de saneamento.

Esperemos que haja recursos para infra-estruturas do orçamento geral do Estado. O Nova Vida tem como particularidade ser uma combinação de fundos públicos e privados. Isto é, o custo das construções deve ser suportado integralmente pelas vendas das habitações.

E posso dizer que, até o presente momento da segunda fase, o Estado só despendeu cerca de 20 milhões de dólares, num total de mais de 200 milhões que foram gastos já no Nova Vida.

Porquê?

Porque a maior parte dos fundos foi proveniente das receitas que se fizeram com as vendas e não de fundos públicos. Foi esta a orientação traçada para a segunda fase.

É, no fundo, um princípio de sustentabilidade do projecto, em que a exposição financeira do Estado é reduzida para que o mercado possa cobrir as despesas ou os custos inerentes à construção das habitações.

Com esta parceria o Nova Vida passou ao domínio privado ou mantém-se público?

Continua a ser um projecto habitacional do governo. O que tem é uma gestão privada que se impôs determinados objectivos. A principal orientação superior que foi dada era de que o projecto tinha de ter auto-sustentabilidade financeira.

Não podia continuar a depender completamente, como até Outubro de 2010, do Orçamento Geral do Estado, que hoje disponibiliza menos de 30% do custo total da obra.

Qual é o custo total da obra?

Andará à volta dos 500 milhões de dólares (a segunda fase).

Em 2010 falava de infra-estruturas como posto de saúde, mercado municipal... Estão construídos?

Efectivamente está previsto e vai ser executado. O que acontece é que os recursos do Orçamento Geral do Estado para essas infra-estruturas sociais

atrasaram um pouco. Mas está previsto para o próximo ano.

Essa componente atrasou, mas vai ser implementada em 2014. A Comissão Económica do Conselho de Ministros, ainda em Maio deste ano, reforçou esta orientação, a necessidade de se ampliar e de se concluir as infra-estruturas sociais que anteriormente estavam integradas no Ministério das Obras Públicas e agora passaram a estar no âmbito do próprio projecto.

O aparecimento de infra-estruturas privadas na Urbanização é para rentabilizar o projecto?

Foi delineado que esta urbanização devia não ser só um dormitório ou uma área de lazer. E daí que nesta segunda fase esteja prevista também uma área de escritórios, o que deveria acontecer este ano, mas devido a alguns constrangimentos só vai acontecer em 2014.

Nos espaços comerciais foi delineado que o Estado não constrói mas vende aos operadores privados para eles, por sua vez, executarem e oferecerem aos moradores da Urbanização. Hoje o Nova Vida tem mais oferta e vai aumentar não só na área comercial, mas também nas áreas cultural, científica, lazer e ambiente.

Nesta segunda fase a renda resolúvel está prevista?

Não. Houve uma decisão, e acho absolutamente justa, da Comissão Económica no sentido de continuar a considerar o Nova Vida como um projecto que o mercado aderiu e aceitava. Portanto, a exposição financeira do Estado deveria ser reduzida e não ter a figura da renda resolúvel.

Tivemos a renda resolúvel em parte da primeira fase. Mas depois foi decidido não aplicar nesta segunda fase. Porque estamos a falar de um segmento de habitação que não é habitação social, é de renda média alta, embora mais média. E o Estado optou por criar factores que conduzissem à redução dos preços das habitações para permitir que essas pessoas da classe média pudessem aceder ao Nova Vida.

Por exemplo, em 2012 a Comissão Económica aprovou uma redução dos preços dos apartamentos T3 que eram 186 mil dólares e passaram para 140 mil ou 14 milhões de kwanzas. Isso para tornar mais fácil o acesso a essas habitações.

As entregas estão de acordo com programa?

Dos apartamentos sim. Das vendas atrasou um pouco este ano. Houve da parte de um empreitei,

alguns factores de derrapagem e programação de importação de materiais de construção.

A orientação é terminar o projecto no próximo ano e estamos a fazer tudo para terminar neste período. Quer a nível de infra-estruturas habitacionais, onde estamos com grau de execução entre 65 e 70%.

O maior drama que hoje vivem no Nova Vida é alguma ineficácia da parte dos organismos da administração local, com a sua autoridade para resolver o desrespeito de algumas normas urbanísticas e arquitectónicas.

Assiste-se muito frequentemente pessoas a fazerem quase prédios a partir de vivendas. Na primeira fase isso não aconteceu. De algum tempo a esta parte começaram também a surgir privatizações dos rés-de-chão de prédio, que é uma transgressão administrativa muito forte. Pensamos que as administrações locais têm instrumentos para sancionar e responsabilizar os infractores, para desencorajar estas práticas.

Quanto é que custam as vivendas?

Os apartamentos baixaram os preços para os 140 mil dólares, as vivendas não. E mantiveram os preços aprovados em 2010. 307 mil dólares, ou o equivalente em kwanzas.

São pagos numa única prestação?

O Estado definiu uma regra que era quem quiser um imóvel aqui no Nova Vida tem de fazer o pagamento de uma entrada de 40% do valor total, com capitais próprios ou crédito bancário. E depois deve propor uma forma de pagamento até receber a casa.

A única exigência é de que, quando o cliente receber a chave, tem de ter já concluído o pagamento na totalidade. Porque este dinheiro é que vai pagar: o empreiteiro, o fiscal, o projectista. Todos os prestadores de serviço na área da construção das casas.

Qual é tempo de espera entre a sinalização e a entrega das chaves?

Hoje estamos a falar em três a quatro meses. Temos alguns atrasados que estamos a recuperar. Já construímos mais de 100 prédios na segunda fase, na primeira foram 102.

As vivendas T3 tiveram um condicionamento a meio deste e ainda temos casos de um ano de atraso. Nos apartamentos não, pagã hoje e em Janeiro tem o apartamento.

Que avaliação faz do sector imobiliário neste momento?

O sector imobiliário está numa fase de correcção. Viveu-se um período de 'boom' que conduziu a fenómenos especulativos. Havia um grande desequilíbrio entre a oferta e a procura e isso reflectia-se nos preços.

Mas nos últimos tempos a oferta aumentou e a procura diminuiu porque o sector financeiro ressentiu-se dos efeitos da contracção economia mundial. É natural que hoje haja uma reserva, alguma contenção a nível dos bancos para a exposição do sector imobiliário.

Diria que essa fase correctiva é normal. Agora é necessário que o Estado crie incentivos, como está a ser feito agora, para a habitação jovem, o crédito à habitação, para permitir que construtores e promotores imobiliários possam, não só pensar no mercado de luxo, mas no mercado de habitação social.

O mercado não é só de compra, tem de haver o mercado de arrendamento. Todos nós esquecemos que o mercado de arrendamento deve existir. E, para um casal jovem, deve ser mais fácil pagar uma renda do que fazer um empréstimo e ficar trinta anos a pagar 3 ou 4 mil dólares por mês.

É importante fazer reformas, a começar pela lei do arrendamento. A actual lei do arrendamento está desactualizada. A lei diz uma coisa, a realidade é outra. Já está na forja há dois anos uma lei de arrendamento urbano, mas ainda não está aprovada.

Acho que é urgente a sua legislação e regulamentação, para que o mercado de arrendamento se estabeleça...

7. TERRA

7.1 SOS Habitat fala em futuro dramático para as famílias que vivem em tendas

Jornal Manchete

01 De Novembro de 2013

As quedas fluviométricas que caíram sobre a capital do país, apesar de não terem provocado grandes danos materiais e humanos, deixaram recados aos cidadãos de Luanda.

A SOS HABITAT- Associação Cívica que defende e promove os direitos habitacionais em Angola, encara com preocupação o regresso das chuvas, visto que existe no seu campo de acção muitas famílias vítimas das demolições e desalojamentos forçados a viverem em tendas e ao relento.

Os municípios de Viana, mais concretamente no Zango onde estão concentradas em tendas as famílias oriundas da ilha de Luanda e não só, e Cacucão são as zonas de Luanda onde os núcleos sociais podem sentir os efeitos da chuva caso o quadro não seja invertido nos próximos tempos.

O coordenador da SOS HABITAT prevê uma situação dramática para as famílias que vivem em tendas e ao relento.

Para Rafael Morais, nas citadas zonas da capital, existem mais de três famílias que partilham a mesma residência e as cubatas não oferecem condições de habitabilidade. "O Governo Provincial deve trabalhar, se não o futuro das pessoas que vivem naquelas condições será dramática", avisou.

Até ao fecho desta edição, a referida organização efectuava a recolha de dados nalgumas circunscrições da capital do país para se determinar os danos que terão sido causados pela primeira chuva que assustou a população de Luanda nas primeiras horas da noite da passada terça-feira.

E, o presidente do PDP-ANA tecendo breves considerações sobre as chuvas, apelou ao Governo Central e provincial para a criação de políticas com vista a precaver que aquilo que chamou de violação de direitos fundamentais do homem não aconteça. "Essa é altura de o Governo Central e Provincial fazerem alguma coisa para se evitar que coisas piores aconteçam", disse.

"Se na campanha eleitoral de 2012, o MPLA falou em crescer mais e distribuir melhor, então esta é altura de

colocar isto em prática", aconselhou Sediangani Mbibi, fazendo alusão ao slogan usado pelos "camaradas" nas eleições gerais de 31 de Agosto.

Sideangani Mbimbi recordou que o direito a habitação é um dos direitos fundamentais consagrados na Constituição da República de Angola. "O Direito a habitação está na Constituição"

O líder do PDP-ANA entende que o Estado deve prosseguir os seus fins e deve garantir os direitos sociais e económicos para os cidadãos Angolanos. "Tirar as pessoas das tendas e lhes dar casas, não é um favor", desabafou.

7.2 Lotes Urbanizados são Distribuídos para Habitações .

Jornal de Angola

04 De Novembro 2013

Um total de 2.700 lotes de terra, , com mil metros quadrados cada, foi distribuído à população da sede 'rnicipal do Chongoro.i.pelo governador de Benguela, Isaac dos Anjos, no âmbito de uma visita efectuada à localidade.

Durante a cerimónia de entrega de títulos de concessão e licença de construção, o governador disse que os lote devem ser aproveitado de forma racional para que futuramente possam ser construídos edifícios de dois a quatro pisos.

O director-geral da empresa Consterra, Mário Cantilo, afirmou que Ô processo de abertura de arruamentos e criação de lote está na Ordem dos 60 por cento.

Para a legalização do processo, a administração municipal do Chongoro i vai cobrar a cada beneficiário 27 mil kwanzas, sendo que os primeiros beneficiários são professores, funcionários da administração pública e cidadãos em geral.

Os beneficiários foram unânimes em afirmar que vão cumprir o projecto pré-estabelecido, no âmbito da auto-construção dirigida.

7.3 Casas em zonas' de risco preocupam autoridades

Jornal de Angola

08 De Novembro de 2013

A construção de casas em locais considerados de risco nos arredores de Ondjiva está preocupar a administração municipal do Cuanhama.

O administrador Gonçalves Namweya considerou, durante uma visita ao local, um acto de vandalismo a construção de habitações em áreas demarcadas pelo Governo como de risco o que, referiu, no futuro pode vir a acarretar sérios problemas.

Para já, salientou a necessidade de realojar, em áreas seguras, as famílias que vivem nesses locais, dada a época chuvosa que se avizinha. Para tal, a administração já preparou uma 'área superior a 100 hectares, na localidade de Omuhongo, onde vão ser realojadas as pessoas que vivem nestas zonas.

Para desencorajar as pessoas a construírem em locais de risco, conforme as famílias forem realojadas em áreas seguras, as casas que lá se encontram vão ser demolidas.

O administrador salientou que, devido ao oportunismo de muitas famílias que pretendem instalar-se em centros de acolhimento sem a eles terem direito, o Governo Provincial decidiu atribuir terrenos à população em áreas seguras e os interessados devem, para o efeito, dirigir-se à administração mais próxima.

Há cinco anos, explicou Gonçalves Namweya, foi feito um levantamento através" do qual se apurou a existência de mais de cinco mil famílias a viverem em zonas de risco, mas, pelo que consta, houve um aumento considerável em relação a essa altura.

Ana Maria Cabinda é uma das pessoas que se encontrava alojada numa tenda, no local onde o Governo concentrou a população sinistrada, mas passado algum tempo resolveu abandonar o espaço para ocupar um terreno. Depois de ter construído a sua casa feita de chapa, acabou por não beneficiar de uma moradia dada pelo Governo, por ter abandonado as tendas. Hoje está arrependida por ter procedido dessa forma.

"Estou arrependida. Espero que outras pessoas tenham outra mentalidade, não devem agir como eu, pois as pessoas que souberam esperar nas tendas hoje têm casa própria. Não sei o que futuro me espera", lamentou.

7.4 Administrador do Benfica acusado de arrogante

Jornal Folha 8

09 De Novembro de 2013

Lomato é um antigo povoado nas periferias da cidade do Huambo. Falando ao Folha 8, populares entrevistados disseram que, é a única riqueza que os espera. Nos últimos dias, passou a ser objecto de

litígio entre nativos e um forasteiro administrador. Teimosa e inexplicavelmente, André Milo tem apontado o Executivo da província do Huambo de estar em frente do fingido e macabro plano de desapropriação de terras de populares nativos das referidas "Mulembas". Com efeito, sem consenso, o responsável da administração comunal André Milo, devastou culturas do povo e alegou projectos de governo da província. Entretanto, José Luís de Melo Marcelino, Administrador do Huambo contactado pela nossa reportagem, negou as acusações. Com cara de poucos amigos, o acusado negou pronunciar-se a respeito. Mas em off ao Folha 8 garantiu que dará sequência com as ocupações já iniciadas na Aldeia de Lomato. Entretanto, a Constituição da República estabelece no seu Artigo 201º nº 2, citamos: "O governador provincial é o representante da administração central na respectiva província, a quem incumbe, em geral, conduzir a governação da província, e assegurar o normal funcionamento da administração local do Estado". Desta feita, sobre o governo pesa a responsabilidade de auditar tais acusações e repor a legalidade, atendendo ao facto que, a Constituição diz no nº4 do mesmo Artigo:

"A organização e funcionamento dos órgãos da administração local do Estado são regulados por lei". Para ouvir e ver o outro lado, questionamos via Telemóvel, José Luís de Melo Marcelino. Este em retomo contrariando as convictas afirmações de André Milo recusou que sua instituição tenha em carteira qualquer intenção sobre ocupações da aldeia de Lomato. O responsável dizia em conversa telefónica que estava disponível a conceder qualquer entrevista ao jornal, para acabar com os equívocos incutidos nos populares.

Sem hesitar, este jornal deslocou-se até a cidade do Huambo no dia 28-10 do corrente ano. Postos lá, procuramos por sua instituição. No local, responsáveis da secretaria terão afirmado que seu chefe estava de férias no estrangeiro. Neste dia, apostamos na procura das autoridades provinciais, já que General Fernando Fau o Muteka, é um governador ausente. Refira-se, a jornada começou pelo gabinete do vice-governador para o sector Político e Social, Guilherme Tuluka, que se encontrava de malas arrumadas para a República Popular de Cuba, por motivos de saúde. Outros responsáveis esfumaram-se.

"A situação é preocupante e muito grave", disse Pedro Miguel um dos populares lesados com o caso aldeia de Lomato, em vias de ser golpeada. Entrevistado pela reportagem deste jornal, o popular Pedro Miguel lamentou a decisão unilateral de André Milo, por estar a incitar divisão entre o povo de Lomato.

O nosso interlocutor assegurou que, outros proprietários por razões do conflito armado foram para as províncias de Benguela e Luanda, mas com a aldeia em lume têm vindo constatar tal realidade. Abatido e furioso, mas impotente, desabafou: "A causa do povo um dia triunfará". Segundo Miguel, as máquinas devastadoras de André Milo destruíram produtos agrícolas como: milho e mandioca. Com os estragos, os proprietários da referida aldeia pedem reposição da legalidade.

Outras vozes indígenas disseram ainda que, os aderentes do suposto cadastramento fizeram-no porque não queriam perder a totalidade de seus pedaços de terras. Repetidamente e em língua nacional umbundu, garantiram que, o povo cedeu ao registo orquestrado pelo rosto da devastação "André Milo", por pânico e temor de perder suas riquezas. "Os cidadãos têm direito de ser ouvidos pela administração pública, nos processos administrativos susceptíveis de afectarem os seus direitos e interesses legalmente protegidos", cita o Artigo 200º, no seu nº1, sobre os (direitos e garantias dos administrados). Neste cenário todo, o administrador parece estar a ferir grandemente a Constituição da República de Angola.

Elias Fernando, soba do povoado (Lomato), contactado por este jornal, durante a conversa reafirmou as ameaças sofridas por jovens desconhecidos que o exigiram apoiar a deliberação do administrador comunal e mover seu povo a besteiros. Aquela autoridade, igualmente 1º Secretário, por sinal também anda descontente e desanimado, por tanta humilhação.

7.5 Advogadeijos à vista

Jornal O País

15 De Novembro de 2013

A secretária da associação revelou que não tomou a decisão de dispensar o advogado de forma isolada, pois, os associados pediram insistentemente para se colocar no jogo a Associação Mãos Livres, porque não sentiam o esforço do referido jurista a favor de suas causas. Aliás, os camponeses acusaram -no mesmo de estar envolvido na cedência ou venda dos referidos espaços à pessoas que classificaram como sendo de nível médio. Bezerra podia até imaginar que os associados estivessem agastados com a sua postura num caso em que as vítimas se consideravam apressadas, mas, ao que tudo indicava, o defensor não fazia ideia que o seu cargo já estava em outras mãos. É justamente isso o que aconteceu quando ele chegou.

Foi escutado para um ponto mais alto, onde começou a ser fustigado com perguntas comprometedoras, entre as quais as que tinham a ver com suposta cumplicidade na ocupação das terras por terceiros e com o seu silêncio tido como propositado. "Eu recebi um documento da Mãos Livres, notificaram-me para um encontro de concertação no dia 12 de Novembro e eu comuniquei-os de que ainda tivemos uma sentada com os agregados, na Segunda-feira, 4, bem como teríamos um encontro hoje", sacudiu a pressão, questionando ao colega de profissão qual era o conselho que lhe dava, ao que este respondeu dizendo que tudo se podia tratar aí mesmo, se quisesse evitar o encontro de Terça-feira.

Ainda se ouviu o advogado a prontificar-se para com os profissionais da Mãos Livres se dirigirem ao local para identificarem a empresa ou entidade encarregada a cercar o espaço e envolvidos e, consequentemente, notificarem-nos. Entretanto, não tardou, a população se atirou novamente contra o homem, que não hesitou em desabafar que já sabia da existência de uma desconfiança que punha a sua cabeça entre os envolvidos na ocupação dos terrenos, o que ele próprio considerou de absurdo. "Então, se o senhor já encontrou pessoas a construir no local e a limparem o espaço, porquê que não recorreu à Polícia para os deter?", questionou uma entre as senhoras presentes, tendo acrescentado a despreocupação deste em relação aos membros da direcção da associação presos em Novembro de 2012. Sobre esta última, o mediador negou qualquer responsabilidade, alegando que não tinha sido contratado para tal, o que resultou numa insatisfação colectiva, que, mais tarde, viria ditar o anúncio do seu afastamento, em definitivo, do caso dos camponeses.

Mesmo dispensado do processo, o advogado foi obrigado a ir ao local, para fazer o trabalho de reconhecimento de funcionários e empresa, a fim de se indiciar contra os operadores que se encontrassem a trabalhar na área para a colocação de pilares um processo-crime.

Constatação "in loco"

Quando, no princípio da tarde de Sábado, 9, chegou ao terreno em litígio, a comitiva de associados acompanhada com os dois advogados tomou de surpresa, ao verificar que a área estava desprotegida. "É difícil haver um dia em que aqui não haja polícias do Ramiro e fiscais a controlar o cerco", atirou uma camponesa, que pediu anonimato, tendo adiantado que, noutras ocasiões não são permitidos aproximar-se do referido espaço. A surpresa animou os lesados que decidiram avançar terreno adentro, para ver se encontravam trabalhadores à beira da

estrada a colocar pilares. O cenário não foi diferente, entretanto, uma máquina niveladora, normalmente usada para desbravar, estava aí abandonada, o que fez os associados concluírem que os funcionários tinham fugido.

Na zona, apenas um segurança que, depois de ser confundido como, protector da empresa de construção, disse que estava destacado para assegurar a antena da telefonia móvel Unitel.

Enquanto se esperava que os operadores de serviço de obras destacados no local aparecessem, dois automobilistas desviaram para o caminho que corta o terreno, tendo sido confundidos como donos da obra.

A população correu para o sítio onde estavam parados, a fim de lhes pedirem satisfação e os confusos negaram qualquer identidade do género, justificando a sua opção com a procura de um desvio que desse para o Quenguela ou Tombo.

Por fim, os inscritos da Associação dos Camponeses para o Desenvolvimento Agro-pecuário e Pesca – Tala Haly não resistiram à fila de pilares erguidos para delimitar os mais de 10 mil hectares, ao ponto de começarem a mandá-los para baixo, segundo eles, para se verem livres de invasão de propriedade. A acção chamava a atenção dos automobilistas que passavam pela estrada, no entanto, não apareceu nenhuma entidade para pôr fim a tal reacção.

7.6 Largo Mutu ya Kevela é um estaleiro abandonado

Jornal De Angola

15 De Novembro de 2013

O Largo Mutu ya Kevela, na Avenida Lenine, foi tomado de assalto por montes de pedras, árvores e capim seco. O verde desapareceu mas sobrevivem alguns arbustos. Noutros tempos era conhecido como "Rampa do Liceu", dada a proximidade com Liceu Salvador Correia.

Além do jardim bem cuidado, ó largo tinha um busto do poeta Tomás Vieira da Cruz, pai de outro 'poeta, que foi dos maiores a cantar Luanda: Tomás Jorge. Ali se estudava e namorava nas horas livres. Hoje está abandonado e é uma ferida aberta de Luanda.

Depois de anunciadas obras de revitalização do largo e a construção de um parque de estacionamento, o espaço, agora abandonado. A construção do parque nunca começou.

Há quase dois anos o espaço foi vedado com chapas azuis. O que fazia do Largo Mutu ya Kevela uma zona verde, com os jardins, árvores e bancos, foi deitado abaixo.

O espaço foi totalmente destruído.

Agora é um lugar disforme. Restam memórias dos dias de namoro nos bancos do parque ou de uma conversa entre amigos. Os bons momentos de lazer ficaram apenas na memória daqueles que frequentaram o lugar e dos recém-casados que tiveram a oportunidade de usufruir do jardim para fotografias para mais tarde recordar. Os moradores estão indignados com a decisão de transformar o Largo Mutu ya Kevela, num parque de estacionamento e acabar com a zona verde, quando a prioridade do Governo Provincial, de Luanda (GPL) devia ser primar por uma cidade arborizada.

Um arquitecto defendeu que Luanda precisa de ser arborizada, para encontrar o equilíbrio da sustentabilidade entre a dimensão económica, a natureza e aquilo que se edifica. A "Rampa do Liceu" era um jardim de referência. O Largo Mutu ya Kevela de hoje é um estaleiro abandonado. Mesmo assim, Luanda ainda resiste!

7.7 Regresso às terras

Jornal O País

15 De Novembro de 2013

Perante a um quadro de muita insatisfação, os presentes não deixaram de apelar sobre a legalidade da situação, como foi o caso de António João Brandão de 62 anos de idade, que considerou como passo prioritário a identificação e responsabilização dos novos ocupantes.

"O primeiro passo que se deve dar é saber quem são os responsáveis pela vedação e chamar a policia para os deter", opinou António Brandão, reforçando que essa posição se devia efectivar já nesse mesmo dia.

Por sua vez, Rosalina de S3 anos de idade, que se identificou como associada e camponesa, lamentou a falta de respeito com que os policia entraram na área, invocando o nome do Presidente da República e da primeira-dama, para afugentar violentamente os campesinos.

"Fomos surpreendidos pelos policia que cercaram logo na entrada dos terrenos, dizendo que nenhum camponês mais podia entrar, por se tratar de uma associação de burladores, que quer tomar as terras do Presidente e da Ana Paula", informou ..., tendo recordado que a ela e seus familiares os militares

apontaram a arma, ameaçando mesmo matá-los, se não deixassem de ir ver as terras.

Explicou que os agentes da ordem pública ficavam à entrada e os militares controlavam no interior do espaço.

Por causa disso, recomendou que os dirigentes da nação se pronunciassem a favor dos camponeses, já que o Governo está engajado na redução da fome e da pobreza.

Dona Eva começou por lembrar que período das chuvas está às portas, para depois pedir ao actual advogado que não se demore a resolver as coisas como o primeiro.

Ela reprovou a atitude dos que consideram os membros da associação como ilegais ou burladores, esclarecendo que a ACDAPTH é uma organização legal, porque possui documentos que provam esta verdade.

"Quando a vedação começou a ser feita, a Samba e alguns membros dirigiram-se à administração municipal de Belas para pedir alguma satisfação, tendo obtido como resposta, o desconhecimento total da repartição. A posição da administração remeteu nos fazermos uma carta ao Ministério do Urbanismo e Construção, de onde esperamos ver as nossas inquietações atendidas", contou Dona Eva, mostrando que os agregados jamais descansaram na busca da legalidade.

Silvina e NGueve, camponesas que saíam de mais uma jornada, reclamaram pelo facto de suas lavras terem sido retardadas para o terreno dos antigos combatentes do Ramiro.

"Mas as nossas lavras agora estão aqui no lado dos militares, se não nos derem outro, vamos perder tudo" , desabafaram, apelando aos homens da associação que as contemplem no novo registo.

Embora reconheçam tranquilidade de momento, estão consciente que, mais tarde, serão encostadas para fora do cerco. A equipa de reportagem envidou esforço no sentido de ouvir comissão de gestão da administração comunal do Ramiro, não foi bem sucedida, mas uma fonte ligada a essa repartição local informou que a administração não responde a favor da associação, porque, na altura em que estes tomaram as terras, não se lembraram desse organismo.

"Agora que as coisas estão mal é que eles estão a remeter cartas a nossa secção" observou, sublinhando que a posição da sua equipa não vai mudar.

7.8 Tala haly recorre à mãos livres para reaver terreno

Jornal O País

15 De Novembro de 2013

Os responsáveis da Associação dos Camponeses para o Desenvolvimento Agro-pecuário e Pesca - Tala Haly, identificada com a sigla ACDAPTH, temporariamente sediada no bairro Quilómetro 30, comuna do Ramiro, município de Belas, em Luanda, convocaram, Sábado, 9, os seus associados, a fim de lhes informar sobre o plano de acção para a reconquista de espaços de terra, que alegaram ser de sua responsabilidade, na zona Sul da capital, já sob a égide de um novo advogado

A ACDAPTH é uma Organização Não Governamental (ONG) fundada em 2010 com objectivo de defender os camponeses que se queixavam de expropriação de terras, no Ramiro, e incentivar a prática da actividade agro-pecuária, tendo passado rapidamente para a distribuição de terras, conforme informou a O PAÍS a actual secretária, Samba Domingos Moisés.

Nesta senda, entre os finais de 2011 e o primeiro semestre de 2012, os dirigentes da referida ONG estiveram engajados na cedência de espaços inicialmente de 100 por 100 metros, tendo passado depois para metade dessa dimensão, numa área de 13 mil hectares, entre a Escola de Professores do Futuro da ADPP e o bairro Destaque, ao lado esquerdo da Estrada Nacional número 100, no sentido Luanda - Benguela, de acordo com a secretária, que considerou a associação e as actividades desta como sendo legais, socorrendo-se de documentos como o Diário da República' Certificado Notarial, Pedido de legalização ao Ministério da Agricultura, Certidão da Repartição Fiscal e Certificado de admissibilidade do Gabinete Jurídico do Ministério da Justiça, que exibiu no momento da entrevista.

Adiantou que as actividades da associação duraram pouco tempo, pois a Polícia local tomou a peito muitas operações de repressão aos responsáveis e associados da ACDAPTH, alegando tratar-se de um espaço concebido como reserva fundiária, uma tarefa que disse ter sido reforçada com algumas presenças da Polícia de Intervenção Rápida (PIR), no local, onde até viria a avistar um helicóptero da polícia.

"Estas represálias que resultaram na prisão do presidente e seu adjunto, no final do ano passado, obrigou alguns dirigentes e a maior parte dos coligados, senão todos, a terem medo e retirarem-se dos terrenos", disse Samba Moisés, revelando que se viu forçada a abandonar a condição de associada para

não deixar o projecto Tala Haly ir abaixo, ao ponto de pedir a intervenção de um advogado.

O facto de ela e os seus associados estarem a ver erguidos, na área, alguns pilares de ferro avermelhados e de betão acinzentado aparentemente identificados como propriedade privada, sob o olhar apático do advogado, conforme fizeram questão de referir, motivou a solicitação de uma intervenção da parte dos juristas da Associação Mãos Livres, que responderam prontamente com uma notificação, que convocava o então advogado da causa dos camponeses.

Em nome da organização Mão Livres' Sebastião Assurreira, disse que marcava presença aí para responder ao apelo de pessoas com um problema que já fazia mais de três anos, ao mesmo tempo que chamava a atenção das pessoas para o facto de ter sido a Mãos Livres que começou os primeiros passos jurídicos da ACDAPTH.

Referiu sob o objecto social da associação dos camponeses cujo objectivo se cingia em ajudar as pessoas a desenvolverem actividades que concorrem para a sustentabilidade, tendo classificado o espaço de trabalho como terreno baldio ou abandonado.

"Só que as pessoas entenderam mal as coisas e denunciaram-nos como burladores e ocupantes ilegais, o que resultou na detenção do presidente e seu vice, que já estão na prisão há um ano, sem serem julgados", referiu Sebastião Assurreira.

Quanto ao desafio que se impõe à Associação Mãos Livres, o jurista considerou normal a atitude dos associados em solicitar outros préstimos, no que à defesa de seus interesses diz respeito, devido ao alegado descontentamento resultante do curso da situação.

"Por isso, a minha instituição indicou-me a mim para vir apurar o que realmente se passa", declarou o causídico, admitindo que o seu colega estava a arrastar muito o caso, o que tornava o processo em desfavor dos camponeses.

Por aquilo que pôde constatar de alguns associados que ouviu, momentos antes de ser entrevistado, a tarefa que lhes espera não será fácil' porquanto, até à data, os documentos originais se encontravam em posse do antigo advogado e não se tinha identificado a empresa que estava a cercar o terreno.

Preocupa-lhe ainda o facto de ter ouvido de muitos lesados informações que dão conta da venda de partes do mesmo terreno, na ordem 4 milhões e 200 mil kwanzas cada parcela de 100 por 100 metros.

"Então, isso é injusto, se os que cobraram uma taxa anual de 30 mil Kwanzas para a exploração agropecuária estão presos e os implicados na venda actual estão livres", confrontou o advogado, esperançado de que se reponha a legalidade dos factos.

7.9 Área de Terra Cultivável muito superior à lavrada

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2013

Angola tem uma superfície cultivável de quase 35 milhões hectares, mas apenas cinco milhões estão ser utilizados, afirmou na segunda-feira o secretário de Estado da Agricultura.

Amaro Tati fez esta afirmação no fórum virtual Webinar, entre Angola e a Itália, onde realçou que para obter uma aproximação produtiva da terra disponível deve ser feito um esforço baseado no programa de longo prazo adoptado pelo Executivo, que vai até 2025, parte do qual está a ser aplicado a médio prazo, entre 2012 e 2017.

As grandes atenções deste programa vão para a redução do défice elevado de alguns produtos, como a cobertura de sete por cento das necessidades domésticas em frangos (uma ave de rápido crescimento e colocação no mercado), assim como cobrir 50 por cento das necessidades em caprinos e bovinos.

O programa serve ainda para a redução em 15 por cento da importação de leite e para expandir o seu consumo, com recurso à produção interna. Inclui, além disso, um esforço para cobrir as necessidades domésticas em açúcar.

7.10 Posse segura da terra discutida no sumbe

Jornal de Angola

21 De Novembro 2013

A Associação Cristã da Mocidade (ACM) do Kwanza-Sul realizou, no Sumbe, uma conferência interprovincial sobre a posse segura da terra com o objectivo de os diferentes segmentos da população partilharem conhecimentos e experiências.

Uma das conclusões saídas do encontro prende-se com o facto de estar a ocorrer um aumento de conflitos devido à posse de terra, o que tem provocado uma "insegurança fundiária aos mais pobres", resultante, também, do baixo nível de

conhecimento das populações em relação aos direitos e deveres legais quanto ao uso e posse de terra .

Ausência da titularidade legal sobre ela. Os conferencistas concluíram que as grandes aquisições de terra representam uma grande linha de força quanto à necessidade de diversificação da economia angolana e do aumento de postos de trabalho.

A reunião concluiu, ainda, que o fenómeno global de aquisição de grandes parcelas de terra por parte das elites locais e investidores nacionais e estrangeiros já se faz sentir em Angola.

Os participantes alertaram que pode estar em risco o maior património económico (terra) das famílias, além de que a expropriação pode contribuir para a insegurança alimentar se os projectos que forem desenvolvidos nessas áreas se restringirem à produção de biocombustíveis.

Muitas das aquisições são feitas sem o princípio do consentimento livre e prévio das comunidades afectadas, além de serem ignorados os impactos sociais, económicos, ambientais e regras democráticas.

No decurso da conferência, foram discutidos temas como as implicações socioeconómicas e políticas das grandes aquisições de terras em Angola, conflitos de terra, os resultados do estudo sobre a caracterização dos diferendos de terra e mecanismos para a sua resolução, a interdependência entre a segurança da posse de terras e o desenvolvimento socioeconómico e o enquadramento social e jurídico-legal à luz da realidade angolana.

O director da Associação Cristã da Mocidade do Kwanza-Sul (ACM), Ernesto Cassinda, salientou que o fórum reuniu 13 organizações da sociedade civil, que lutam pelo garante da posse segura da terra destinada à agricultura e a outras formas de exploração que a lei vigente permite. A realização desta conferência resultou de vários factores, explicou, entre os quais a nova Lei de Terra, um estudo sobre o acesso à terra e meios de vida realizado em 2005 e que apontava para a existência de um elevado grau de insegurança na posse das terras comunitárias.

Ernesto Cassinda, que é também coordenador do Fórum Terra do Kwanza-Sul, sublinhou que, para se alterar a situação dos conflitos de terra e com vista a salvaguardar os interesses dos grupos vulneráveis, está a ser incrementado um conjunto de actividades

7.11 Administração do Ramiro considera associados como invasores

Jornal o País

22 De Novembro 2013

O coordenador da comissão de gestão da comuna o Ramiro, município de Belas, província de Luanda, Francisco kandala, classificou, Quarta-feira, 20, os responsáveis da Associação dos Camponeses para o Desenvolvimento Agro-pecuário e Pesca - Tala Haly (ACADPTH) e seus associados como "invasores" de terreno. Estes cidadãos, que vieram aqui no Ramiro para distribuir partes de terra que não lhes pertence, são invasores e até mesmo burladores, porque receberam o dinheiro do povo e agora não conseguem justificar seus actos", disse, tendo lembrado que ele e a sua equipa sempre tiveram esta postura em relação àqueles que já consideram como sabotadores de sua liderança.

Importa referir que os pronunciamentos do coordenador do Ramiro acontecem numa altura em que os membros da ACDPTH desenvolvem uma série de tentativas para reaver os alegados 13 mil hectares de terra sob sua autoridade, uma pretensão que já levou estes a contratarem um novo advogado da associação Mãos Livres, conforme publicou O PAÍS na edição anterior a esta, onde faz menção sobre o afastamento do primeiro jurista que defendia os camponeses.

Francisco Kandala explicou que o referido espaço, localizado entre as imediações da escola e professores do futuro da ADPP e a s proximidades do bairro Destaque, sempre serviu de pasto para os animais pertencentes a variados organismos do Estado.

Por isso, não entendo como é que hoje em dia, vem aqui um grupo de pessoas clandestinas põe-se a mentir a população, oferecendo terras, realçou o coordenador supondo que os líderes da associação ao quererem adquirir parcelas á força, teriam visto nesta modalidade um factor de provocar maior envolvimento para colocar contra as autoridades. Desafiou quem quer que fosse a identificar entre os associados moradores do Ramiro, tendo adiantado que os residentes receberam vários apelos de sensibilização e mobilização para se integrarem a lista dos beneficiados a fim de evitarem consequências gravíssimas, uma recomendação o líder do Ramiro ponderou não se ter tratado de ameaça ou repressão.

Manifestou-se um tanto duvidoso em relação a certas pessoas que disse ter visto no meio dos associados, os quais, de acordo com ele, demonstravam-se mais como cobiçadores de

terrenos para a construção de residência e outros empreendimentos do que para exploração agropecuária. Quando eles se dirigem para as terras que querem como lavras, você pode ver uma grande fila de carros, aludiu o administrador em exercício, acrescentando que não acreditava que não acreditava que se tratavam de homens dispostos a cultivarem a terra ou a criar animais.

7.12 Organizações criminosas invadem terrenos

Jornal de Angola

De 23 a 30 de Novembro de 2013

NOS últimos cinco anos, a capital do país tem registado um aumento vertiginoso de bandos organizados de criminosos que se dedicam a invadir moradias e terrenos do Estado e de cidadãos comuns.

Os mesmos operam em grupos de dez a 15 malfeitores que se deslocam através de viaturas ligeiras, carrinhas e de motorizadas de três rodas. Para além de alguns instrumentos de trabalho (picaretas, enxadas e pás), os mesmos são possuidores de armas de fogo do tipo AK-47 e pistolas.

As zonas preferidas pelos marginais são os municípios de Viana, de Belas, de Cacuaco, da Samba e do bairro Ramiros. Nestas localidades, os invasores destroem os muros e vedações originais e, posteriormente, ameaçam de morte os legítimos proprietários das parcelas.

Quando os donos das casas ou de terrenos insistem em reaver o que lhes pertence, os bandidos espancam e, em muitos casos, tiram a vida dos pacatos cidadãos.

Nos casos mais difíceis, os meliantes fazem-se acompanhar de indivíduos trajados com o fardamento da Polícia Nacional, como forma de intimidar e de afugentar o proprietário do terreno ou até de residência já concluída.

Numa recente tentativa de pôr cobro a este desafio contra as autoridades locais e as forças da ordem, no dia 11 de Março de 2013, o Executivo angolano denunciou a ocupação maciça de terrenos reservados à urbanização, particularmente em Luanda, e prometeu tomar medidas para desencorajar tais práticas.

O posicionamento foi manifestado numa conferência de imprensa conjunta dos ministros da Administração do Território (MA1), Bornito de Sousa, e do Interior (Minint), Ângelo Tavares.

Na ocasião, o titular do MAT concordou que, nos últimos tempos, se tem constatado a ocupação ilegal de terrenos, especialmente na área de Cacuaco, adjacente à via expresso Cacuaco/Cabolombo (Benfica).

Bornito de Sousa denunciou o oportunismo de cidadãos que ocupam terrenos para fins comerciais e outros para beneficiarem de casas ou outro tipo de indemnizações, quando o Estado se propõe instalar infra-estruturas.

O titular do MAT acusou a UNITA, na pessoa do seu líder, Isaías Samakuva, de interferir no trabalho para pôr cobro a tais práticas, incentivando ao desacato e à desordem.

Na mesma data, o ministro do Interior, Ângelo Tavares, anunciou estar em estudo o agravamento de penas para os casos e ocupação ilegal de Terrenos.

Entretanto, de Março a esta parte, esses casos quintuplicaram e as forças policiais demonstram incompetência, em alguns casos, em outros, uma certa conivência camuflada, segundo relatos de cidadãos lesados, difundidos diariamente pelas diversas estações radiofónicas.

Sendo assim, a solução é apelar para a participação de efectivos das Forças Armadas Angolanas na luta contra esses criminosos que resistem ao modus operando da Polícia Nacional.

7.13 Sopromil causada de ter esbulhado um vasto terreno a camponeses no município de Viana

Semanário Angolense

30 De Novembro de 2013

A Sopromil, uma empresa que fontes convergentes atribuem a sua titularidade ao também presidente da Fundação Eduardo dos Santos (FESA). Ismael Diogo da Silva, é acusada de ter se apoderado do referido espaço, com uma dimensão de 1.700.000 M². Localizado no km 14 CAOP Sul, no município de Viana,

António Neto, 74 anos, revela que a vasta parcela de terra lhe fora cedida a si e à sua esposa em 1988 pela Direcção Provincial da Agricultura de Luanda, com o objectivo de desenvolverem no espaço actividades de natureza agro-pecuária.

Afirma que o casal sempre cumpriu com todos os requisitos legais e honrou com os seus compromissos fiscais junto das instituições afins.

«Desde de 1984 que nos tornamos legítimos proprietários e ocupantes desta parcela de terra, tendo para o efeito obtido as devidas licenças de exploração e pago todas as contribuições fiscais». Sublinha -António Neto, à conversa com o Semanário Angolense.

Refere que volvidos alguns anos, mais concretamente em 2002 procurou implementar no espaço dois projectos. um de cariz social e outro habitacional: o «programa de educação comunitária e o projecto de construção de um condomínio com 74 moradias de um piso», tendo para o efeito solicitado o direito de superfície junto à Administração Municipal de Viana, a fim de dar início às obras.

Indignado, diz que não recebeu até à data nenhuma resposta daquele organismo do Estado, apesar de, segundo ele, ter juntado todos os documentos para que lhe fosse concedido o solicitado direito de superfície. Acusa o director do Programa de Habitação Social de Viana, arquitecto Pedro Neto de ser o responsável pelos transtornos causados aos seus projectos.

A minha mulher pretendia realizar um projecto de apoio à juventude, tendo inclusive recebido a luz verde da Direcção Provincial de Assistência e Reinserção para implementá-lo neste espaço», queixa-se ao mesmo tempo que o seu olhar parece fixar a linha do horizonte.

Invasão de terrenos

Revela ser um «antigo combatente e guerrilheiro pela independência da pátria», para depois afirmar que a partir de 2005. O espaço começou a ser alvo de cobiça alheia. «Homens armados começaram a ocupar à força os terrenos alegando que cumpriam ordens do Governo, mas em nenhuma ocasião fizeram-se acompanhar de qualquer documento que justificasse as suas acções», descreve.

António Neto sublinha que depois de algum tempo. o espaço fora vedado com a construção de um muro de betão, por operários chineses, supostamente a mando dos novos ocupantes.

«Sem darem cavaco, eles deram início à construção de 40 casas no terreno, sem que tivesse sido informado acerca desse projecto habitacional. Até a residência do guarda e sua família foi vedada, sem nenhuma justificação», acusa.

O septuagenário diz que, apesar de ter feito várias denúncias junto à Administração Municipal de Viana. este órgão nada fez para suster «a invasão do terreno». Desconfia que os «invasores» tenham agido mancomunados com alguns responsáveis daquele órgão do Estado. «Pois. só assim se justifica o silêncio desse órgão do Estado».

«Em função do sucedido. a minha mulher viria a sofrer de um derrame cerebral tendo acabado por falecer algum tempo depois», lembra, com alguma tristeza estampada no rosto.

António Neto acusa Ismael Diogo de ter se aproveitado da sua posição na FESA, para lhe «usurpar os terrenos». «Ele ergueu, sem o meu conhecimento. um condomínio no espaço que antes pertencia a minha falecida mulher», queixa-se.

Revelou que Ismael Diogo FESA prometeu dar-lhe oito casas no Zango, de forma a compensar o terreno que ele ocupou à força», reforça. «Peço que se faça justiça e seja reposta a legalidade dos direitos adquiridos por mim e a minha malograda esposa», reafirma.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Degradação das estradas preocupa populares

Jornal Agora

01 De Novembro de 2013

Várias estradas estão a ser recuperadas na capital do país no quadro do Programa de Construção, Reabilitação e Manutenção das Vias de Luanda, no entanto, o processo em algumas artérias segue 'tímido' com buracos e águas estagnadas à mistura o que provoca a degradação das estradas em Luanda? Quem responde pela sua reabilitação? Que impacto tem o estado das vias na vida das pessoas? O lixo e as águas estagnadas constituem perigo à saúde pública?

Este semanário saiu em reportagem, para constatar o que se passa em algumas vias da capital do país, na medida em que, cerca de metade das estradas principais, secundárias e terciárias "estão afetadas pela deficitária rede de esgotos devido a sobrelotação da cidade" revelou a este semanário, Torres Bunga, diretor provincial das Obras Públicas de Luanda

O problema das vias radica em questões de infraestruturas; de coordenação multisectorial entre as instituições como o Governo Provincial e o Ministério da Construção; na sensibilização aos populares no sentido de não deitarem água nas vias e também na vontade política, alegou o cidadão Tito Santos, morador do município do Cazenga.

Aquele ex-militar das Forças Armadas Angolanas (FAA) está insatisfeito com a Companhia União de Cervejas de Angola (CUCA). "O problema está na origem, lá dentro. A empresa cervejeira tem produzido muita água em virtude dos seus serviços. Penso que deviam criar um sistema de drenagem com manilha para que os excedentes possam desembocar na vala do Suroca".

A situação nesta parcela da avenida Ngola Quiluanje, vulgo estrada da Cuca, "não vai melhorar nem que chamem a melhor empresa de construção e reabilitem cinco, 10, 15, 100 vezes", alegou.

Apela por isso às entidades competentes no sentido de proceder a manutenção do esgoto que foi construído de baixo do passeio entre as duas faixas de rodagem daquele troço. "Ali escorre água para a estrada dia e noite", advertiu.

Os populares daquela zona queixam-se da recolha de lixo ineficiente, do trânsito caótico, mas alguns populares ouvidos pelo Agora entendem que a

situação tem vindo a melhorar. "Já corre água nas torneiras, por outra, o engarrafamento está aqui mesmo ao pé da linha férrea", salientou o indivíduo que reside há três anos naquelas imediações.

Recorde-se que esta tem via uma extensão de mais de 10 quilómetros contados a partir do Cine São Paulo, no distrito do Sambizanga até as imediações da moagem do Kicolo, no município de Cacucaco.

A RONDA CONTINUA. A nossa equipa reportagem não se confinou a radiografar a avenida Ngola Quiluanje, apesar de ser uma zona que abarca três localidades distintas. Para quem sai do Cine São Paulo sentido Luanda - Cacucaco, antes da linha férrea está à esquerda o distrito do Sambizanga, à direita o distrito do Rangel!, sendo que a linha férrea é a fronteira, local em que começa o munido do Cazenga e se alastra avenida adentro. Passamos pelo Bairro Popular onde o contrário não é dos melhores. Há na zona limite entre a localidade em alusão e o bairro que l um mercado em que os populares de lixo dentro da vala do Senado.

Miguel António, morador da Rua das letas, alega que "a água vem das imediações do campo Cubaze, em princípio são as residuais que fazem com que o asfalto não demore. Antigamente tínhamos mais eucaliptos", informou.

Para além do abate das árvores que a água, o sexagenário, oriundo de Mal residente no 'Popular' há 40 anos aponta problemas de rotura na rede de abastecimento.

8.2 Saneamento degradação das estradas preocupa população

Jornal Agora

01 De Novembro de 2013

O que provoca a degradação das estradas em Luanda? Quem responde pela sua reabilitação? Que impacto tem o estado das vias na vida das pessoas? O lixo e as águas estagnadas constituem perigo à saúde pública?

Este semanário saiu em reportagem, para constatar o que se passa em algumas vias da capital do país, na medida em que, cerca de metade das estradas principais, secundárias e terciárias "estão afectadas pela deficitária rede de esgotos devido a sobre lotação da cidade" revelou a este semanário, Torres Bunga, director provincial das Obras Públicas de Luanda

O problema das vias radica em questões de infraestruturas; de coordenação multisectorial entre as instituições como o Governo Provincial e o

Ministério da Construção; na sensibilização aos populares no sentido de não deitarem água nas vias e também na vontade política, alegou o cidadão Tito Santos, morador do município do Cazenga.

Aquele ex-militar das Forças Armadas Angolanas (FAA) está insatisfeito com a Companhia União de Cervejas de Angola (CUCA). "O problema está na origem, lá dentro. A empresa cervejeira tem produzido muita água em virtude dos seus serviços. Penso que deviam criar um sistema de drenagem com manilha para que os excedentes possam desembocar na vala do Suroca".

A situação nesta parcela da avenida Ngola Kiluange, vulgo estrada da Cuca, "não vai melhorar nem que chamem a melhor empresa de construção e reabilitem cinco, 10, 15, 100 vezes", alegou.

Apela por isso às entidades competentes no sentido de proceder a manutenção do esgoto que foi construído debaixo do passeio entre as duas faixas de rodagem daquele troço. Ali escorre água para a estrada dia e noite", advertiu.

Os populares daquela zona queixam-se da recolha de lixo ineficiente, do trânsito caótico, mas alguns populares ouvidos pelo Agora entendem que a situação tem vindo a melhorar. "Já corre água nas torneiras, por outra, o engarrafamento está aqui mesmo ao pé da linha férrea", salientou o indivíduo que reside há três anos naquelas imediações.

Recorde-se que esta tem via uma extensão de mais de 10 quilómetros contados a partir do Cine São Paulo, no distrito do Sambizanga até as imediações da moagem do Kicolo, no município de Cacuaco.

A RONDA CONTINUA. A nossa equipa reportagem não se confinou a radiografar a avenida Ngola Kiluange, apesar de ser uma zona que abarca três localidades distintas. Para quem sai do Cine São Paulo sentido Luanda-Cacuaco, antes da linha férrea está à esquerda o distrito do Sambizanga, à direita o distrito do Rangel, sendo que a linha férrea é a fronteira, local em que começa o município do Cazenga e se alastra avenida adentro.

Passamos pelo Bairro Popular onde o cenário não é dos melhores. Há na zona limítrofe entre a localidade em alusão e o bairro Cassequel um mercado em que os populares deitam lixo dentro da vala do Senado da Câmara.

Miguel António, morador da Rua das Violetas, alega que "a água vem das imediações do campo Cubaze, em princípio são as águas residuais que fazem com que o asfalto aqui não demore. Antigamente tínhamos muitos eucaliptos", informou.

Para além do abate das árvores que extraíam a água, o sexagenário, oriundo de Malange, residente no 'Popula' há 40 anos aponta problemas de rotura na rede de abastecimento local, uma vez que remonta da era colonial.

"Penso que a canalização aqui foi feita em 1954. Por isso as ruas e estradas ficam alagadas porque há lençóis de água e os tubos galvanizados com o passar do tempo apodrecem. Vejamos, o 'líquido preciso' chega às nossas casas e outra parte infiltra-se no solo. Estamos nesse impasse desde o ano de 2005", revelou.

Como que a temer a chuva, (que se abateu sobre Luanda nesta terça-feira) Miguel António disse que "estamos a passar mal. Não temos casas de banho, porque as águas residuais nas fossas sépticas provocam retorno dos dejectos, por isso apelamos uma rede de esgotos nova" ao mesmo tempo que aponta soluções "temos aqui a vala da Senado da Câmara, não custa nada construir uma rede esgoto nova.

A munícipe Delicia Bonifácio, disse ao Agora que "Isto está assim desde Maio de 2012. Os técnicos vieram cá, fizeram o trabalho de reabilitação da estrada mas não superaram a rotura de água que já é antiga. Antes pelo contrário ignoraram as nossas directrizes. Ultimamente vimo-nos obrigados a colocar entulhos para que os carros e as pessoas possam circular".

A mesma alega que deviam remover a canalização de água antiga e trocá-la, ao invés de colocar a nova rede de distribuição de água em paralelo, um posicionamento comungado pela maioria dos populares daquela zona.

Mas se no Bairro 'Popular' o cenário é de alguma aflição, visto que as águas estagnadas afectam as estradas secundárias e terciárias, no município do Cazenga o figurino não é diferente. O motivo porém, é a manifesta negligência dos moradores.

"Alguns deles têm tanques (reservatórios de água subterrâneos), na maior parte das vezes esquecem-se de fechar as torneiras, ou colocar uma bóia ou outro dispositivo que feche a torneira para que a água não transborde", afiançou o responsável do Centro de Documentação e Informação do município do Cazenga, Aníbal Ngola.

Salientar que, a maior parte dos bairros de Luanda e a maioria das províncias de Angola foram 'alvo' do Programa de Água para Todos (PAT), um projecto do Governo angolano que arrancou em 2007. A iniciativa, na sua génese prévia até 2012 distribuir o

'precioso líquido' a cerca de 7,5 milhões e 500 mil pessoas nas zonas rurais, segundo dados do ano transacto disponibilizados pelo Ministério da Energia e Águas.

'PENSAR EM CIRCULAÇÃO NÃO RESOLVE OS PROBLEMAS DE LUANDA'. Para Gottier Henriques Mbeya, engenheiro civil, "a água não é propriamente inimiga do pavimento desde que a tratemos como deve ser". O que requer que se construam estradas com um sistema de drenagem eficiente "para que elas tenham no mínimo um tempo de vida útil de 20 anos e tenham colectores e sarjetas de modo a que não fiquem assoreadas (entupidas), assinalou aquele técnico.

Na ronda efectuada no início desta semana o Agora constatou várias estradas sem sistemas de drenagem, mas o responsável do Governo Provincial de Luanda refuta tais obras. "Estes trabalhos deixaram de existir com as críticas que nos foram endereçadas", disse Torres Bunga.

"As estradas devem ter um perfil transversal para permitir o escoamento das águas que não podem atingir as camadas de fundação da base, caso contrário as estradas têm tempo de vida reduzido e avança com outra informação técnica: "o betão betuminoso - camada superficial de um pavimento flexível joga com as acções do ambiente. Quando há calor dilata, quando há frio retrai-se".

No entender de Gottier Mbeya, também professor universitário' das cadeiras de Gestão de Projectos. Engenharia de Tráfego e Mecânica de Fluidos em três universidades na capital do país, é fundamental que se tenha em consideração a categoria de estrada a construir. "Porque não se pode criar uma via expressa no interior de um bairro, ou mesmo uma auto-estrada".

A mesma fonte revelou que há "estradas que estão a passar nos bairros que são autênticos atentados aos utilizadores", por haver carros e pessoas a circular sem a existência de passeios. "Não se consegue compatibilizar as duas utilizações".

Mbeya recomenda que se cumpram os requisitos mínimos para a construção de estradas, como o estudo dos solos, a pesquisa da região, a qualidade dos materiais a utilizar e se defina o tipo de tráfego para as vias a construir.

Neste sentido defende que "quando se cria uma nova estrada deve se ter em conta que vai nascer mais tráfego". No entanto, entende que o problema de Luanda não se resolve apenas com a construção de

estradas, "esta medida resolve a circulação rodoviária".

O engenheiro civil reprova a construção da via alternativa a partir do desvio entre a rua Pedro de Castro Van-Dúnern Loy (Kimbango) até o município de Viana, nas imediações da empresa Suave, devido ao "S" a meio do trajecto e outras regularidades que subentendem ter sido uma obra feita sem projecto.

Uma fórmula que deixa é fazer reabilitações periódicas às estradas, a construção de redes de drenagem de esgotos domésticas e às redes de drenagem de água pluviais. Quando se coloca uma estrada no meio de um bairro é importante que se crie condições para que os populares deitem as águas brancas (loição, lavagem de roupa) recomenda, "porque o problema da cidade de Luanda está na reintegração e não na circulação".

8.3 Lixo. Operadores encaixam 1,9 mil milhões de kwanzas por mês

Jornal Agora

08 De Novembro de 2013

A recolha e tratamento do lixo é um problema em Luanda. A cidade cresceu em termos de densidade populacional e com isso, também aumentou em flecha a produção de resíduos sólidos.

Concebida para um universo de SOO mil habitantes, a urbe alberga hoje pouco mais de cinco milhões, daí os enormes amontoados de lixo a que é necessário dar destino adequado para conferir aos cidadãos uma melhor qualidade de vida.

O coordenador da comissão de gestão da Empresa de Limpeza de Luanda disse em entrevista ao Agora que diariamente as empresas de lixo recolhem no casco urbano e na periferia sete mil toneladas de resíduos que são depositados no Aterro Sanitário dos Munlevos.

Manuel Loth diz que nos dias festivos aumentam as quantidades dos resíduos a recolher, sendo nesta altura em que também aumenta a pressão sobre os equipamentos, colocando à prova a capacidade de manobra tanto da própria EU-SAL como das 16 operadoras de lixo licenciadas pelo Governo Provincial de Luanda.

De um modo geral, suja-se à grande na cidade capital, elevando o grau de toxidade e insalubridade do meio.

A putrefacção em combinação com ar atmosférico leva-nos perigosamente a inalar o amónio, o ácido clorídrico, o ácido sulfúrico e Outros gases muito

prejudiciais ao ser humano. A estes junta-se outro elemento pernicioso só a criação dos líquidos lixiviados de nome científico 'xorum' que podem também contaminar os lençóis freáticos e lentamente atingem a população.

O coordenador da comissão de gestão da EUSAL é um homem visivelmente preocupado com a problemática do lixo, tendo avançado que o nosso país pode "abraçar" o exemplo de países como a Singapura e Malásia que pela importância da preservação do meio ambiente deixaram de lidar com meras transgressões administrativas, passando a entender a 'maka' de quem suja como um crime.

Na óptica de Manuel Loth se a agressão ao ambiente passar para a componente crime isso levará a uma maior responsabilização do cidadão que não vai querer ficar na cadeia Enquanto tarda a aplicação das medidas, visando tomar Luanda numa cidade limpa e agradável para viver, o GPL continuará a pagar mensalmente 1.9 mil milhões de kwanzas às 16 empresas contratadas para a recolha do lixo.

REESTRUTURAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Manuel Loh e o seu grupo de trabalho não querem perder tempo. Vai daí a elaboração de um memorando síntese às acções de reestruturação ao actual modelo de limpeza pública de Luanda que introduz, entre outros, o conceito de 'área limpa'. Isto significa que as operadoras já não serão ressarcidas pela quantidade de lixo recolhido, mas sim pela área limpa

Com a nova 'táctica' de limpeza, as administrações municipais terão o papel de avançar com campanhas de sensibilização e educação ambiental, cooperação com as comissões de moradores e criar mecanismos próprios de acompanhamento diário e permanente das operadoras.

A edilidade municipal terá ainda a incumbência de dirigir o trabalho de recolha no interior dos bairros, através da mobilização de brigadas de limpeza e micro-empresa, cuja contratação deverá ser feita por estes, cabendo o pagamento a EUSAL.

A viragem na acção da EUSAL proposta pela comissão de gestão prevê ainda a diversificação das fontes de receita e reduzir os encargos com a limpeza da cidade ao Estado. A esse respeito a empresa, por orientação do GPL concebeu um plano tarifário, cujos fundamentos se encontram em discussão.

Nesta luta pela mudança na operatividade da empresa entra a consultora Leardship, que tem o papel de lidar com a capacitação dos recursos humanos.

Entretanto, a educação ambiental já iniciou a meio do ano. O que se pretende com as campanhas de sensibilização, diz o coordenador da ELISAL, é educar as pessoas para suarem menos. "Nós entendemos que gente educada traduz cidade menos suja", defendeu.

As sessões de discussão técnica sobre os sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos estão enquadradas na designada 'Academia ELISAL' que se propõe também, além da apresentação dos documentos estratégicos da empresa e os impactos dos diversos agentes na cadeia de valor do sistema de gestão do lixo, melhorar a componente logística, e operativa das empresas envolvidas na recolha dos resíduos sólidos de Luanda.

RECOLIX E PONTOS DE TRANSFERÊNCIA. Entre as 16 operadoras de limpeza de Luanda uma, a RECOLIX, tem a missão específica de recolher o lixo hospitalar. De acordo com a nossa fonte, trata-se de uma empresa que está a trabalhar à meio gás, precisando por isso de investimentos permanentes. "Os seus equipamentos são obsoletos e não permitem uma actuação melhor".

As inovações na recolha e tratamento do lixo na maior cidade do país passam ainda pela instalação dos Pontos de Transferência, vulgo PT a serem instalados em locais de maior concentração populacional e não só.

O projecto dos PT decorre sob alçada do GPL, envolvendo a ELISAL e de um lote de 54 nove já estão montados. Quem for de o sitar lixo nos PT será automaticamente ressarcido com um valor em função do peso da 'mercadoria' depositada.

No mundo o lixo além de ser uma fonte de receitas é também utilizado para a produção de energia eléctrica Em França, o biogás produzido pela decomposição dos resíduos orgânicos no aterro sanitário é aproveitado para produzir 1,4 mw suficientes para iluminar simultaneamente 1000 casas. Quando é que chegaremos lá?

8.4 Aldeia de Cacongo já tem água potável

Jornal de Angola

13 De Novembro de 2013

O abastecimento de água potável às aldeias de Chiela, Tando Pala e Chinfuca, município de Cacongo, a norte da cidade de Cabinda, foi reforçado com a abertura de sete chafarizes, inaugurados pela administradora municipal, Margarida Issaco Barros,

no âmbito das festividades do 38º aniversário da Independência Nacional.

"Sabemos muito bem que os problemas no sector das águas ainda não estão resolvidos, porque existe muita gente que sofre por falta dela. Mas assinalámos aqui um passo marcante na diminuição da distância da nossa população na procura de água tratada para consumo e garantimos que o programa vai continuar noutras localidades", assegurou a administradora.

Por sua vez, o regedor Tibúrcio Ramasset, que falou em nome das comunidades beneficiadas, agradeceu o gesto do Governo da província de Cabinda e pediu mais intervenções na solução de outros problemas que preocupam as pessoas no meio rural.

"Estamos satisfeitos e agradecemos ao Executivo do nosso país pelos esforços empreendidos na resolução deste problema. Finalmente, agora, temos água potável próximo de nós", acrescentou o regedor. Os chafarizes vão beneficiar mais de 600 famílias das aldeias de Chiela, Tando Pala e Chinfuca.

8.5 EPAL faz novas canalizações

Jornal de Angola
13 De Novembro de 2013

A Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) efectuou no sábado mais de seis mil ligações domiciliárias, nos Bairros da Comissão do Cazenga e do Tunga Ngô, em Luanda.

A cerimónia de entrada em funcionamento das novas ligações domiciliárias foi presidida pelo administrador da EPAL, Rui Tito, que salientou tratar-se de um acto enquadrado no programa das 600 mil ligações que estão a ser feitas na província de Luanda. Rui Tito sublinhou, na ocasião, o facto de a entrega das novas ligações acontecer numa altura em que o país celebra os 38 anos da Independência Nacional. "Para nós, é uma actividade que consideramos da maior importância, exactamente porque coincide com o período do 38º aniversário da nossa Independência Nacional e, também, porque é a realização de um dos mais importantes programas que o Executivo tem estado a desenvolver", disse.

O programa, que está a ser incrementado de forma faseada em vários municípios e distritos de Luanda, já permitiu a ligação da rede pública de mais de 14 mil moradias no município de Viana. Júlia Lisete Pascoal, administradora da EPAL, garantiu que a intenção é chegar às 97 mil ligações domiciliárias, previstas para o município de Viana.

"O Mulenvos de Cima nunca teve água canalizada. Agora tem.

"Portanto, é um processo que vai continuar. Os municípios que ainda não têm água que fiquem calmos, porque o processo vai prosseguir e abranger todos os habitantes", salientou Júlia Lisete. Até agora, a empresa pública de distribuição de água já fez ligações domiciliárias em vários bairros de Luanda.

8.6 Água para no Palanca

Jornal Acapital
16 De Novembro de 2013

Estão nesta situação os moradores das ruas A, E, F e G, que, como alternativa, recorrem à compra de água em bidões e através de camiões cisternas, a preços, não raras vezes, especulativos.

Mas a principal causa da situação, de acordo com os moradores, são as obras que tiveram início nos finais de 2011, mais concretamente, no mês de Outubro, parte de um projecto enquadrado no âmbito do programa estratégico do Executivo, para a reabilitação e manutenção das vias secundárias e terciárias de Luanda, cujo objectivo é diminuir as longas filas de trânsito que se registam nas estradas da capital do país.

Hoje, volvidos cerca de 25 meses desde que as obras tiveram início, e com uma data de término ainda incerta, os moradores daquela parcela do distrito do Kilamba Kiaxi, mostram-se inquietos com a situação, uma vez que a água deixou de jorrar nas suas torneiras, até dos chafarizes.

Suzana Marcos, que vive no Palanca há 15 anos, nunca passou por situação semelhante. Para ela, o Palanca, tal como qualquer outro bairro, já teve carência de água, mas a situação actual é muito mais grave.

Interrogada sobre se já tinha participado a ocorrência à EPAL, respondeu que o fez, mas que, até ao momento, a situação se mantinha e sem solução à vista.

"Um ano sem água é muito tempo e isso é revoltante", reclamou a cidadã, Suzana Marcos.

Aos olhos da nossa reportagem deu para ver que a necessidade do líquido é tanta que, alguns moradores aventam a possibilidade de começarem a cavar cacimbas nos quintais para conseguirem o mínimo de água possível, por mais salobra que seja.

Embora já tenha um tanque de 10 mil litros no quintal, Antónia Nhangá, uma das moradoras mais inconformadas, garantiu ao A Capital que, se a situação prevalecer até ao fim do mês de Janeiro de 2014, vai cavar um poço no quintal para ter água.

"Não sabemos exactamente o que se passa, porque ninguém diz nada, apesar das reclamações feitas", reagiu, Antónia.

"Não precisam se preocupar". Um dos responsáveis das obras que decorrem na rua F, ouvido pela nossa reportagem na condição de anonimato, garantiu que as ruas em causa serão asfaltadas ao mesmo tempo que reinstaladas condutas de água e rede doméstica.

Seja como for a verdade é que as torneiras, até ao momento continuam a ser objectos de adorno das residências, sem previsão do retorno da função para a qual existem.

"Para nós é uma miragem ver jorrar água nas torneiras. Por isso, a solução é comprar aos camiões cisternas a preços, nem sempre baixos", desabafou Antónia Nhangá, que considera a situação difícil. Para cada bidão de 25 litros os moradores pagam um total de 50 kwanzas.

Antes do corte no fornecimento, dona Gertrudes gastava, por dia, 200 kwanzas. A mulher contou que à falta do precioso líquido tem criado transtornos a muitas famílias, porque a procura é maior que a oferta, daí a alta dos preços.

"Quem está a ganhar com a nossa carência são os jovens que vendem água com motos de três rodas.

Transportam bidões de 25 litros e cobram 100 kwanzas por cada bidão, que, antes, custava cinco kwanzas, nos fontenários", desabafou.

Segundo ela, os cerca de um ano e meio a lidar com a falta de água naquelas ruas, traz-lhe à memória, a busca desenfreada do precioso líquido no tempo de guerra.

"Agora, que são passados pouco mais de 10 anos de paz, isto não se justificaria. Se antes tínhamos que percorrer longos quilómetros para ter água, isso era por causa do período menos bom que o país viveu. Hoje, isso é incompreensível", contestou.

Por seu turno, Arnaldo Costa, 53 anos, morador do Palanca há mais de 20 anos, referiu que a paralisação do fornecimento de água trouxe imensos constrangimentos, pois que, os munícipes são obrigados a percorrer longas distâncias para conseguir o líquido.

"Não sei até quando continuaremos nesta situação. É, realmente, um sacrifício enorme que enfrentamos todos os dias", lamentou o cidadão, para quem a reabilitação das ruas é sempre bem-vinda, mas, desde que não cause transtornos à rotina diária dos cidadãos.

Ganhar com pena

Com a escassez de água que a zona vive, quem ganha é Mariano Chitato. Proprietário de uma moto, em cuja carroçaria atrelou um reservatório de mil litros, ele é a salvação para muitas famílias. "Todos os dias acordo às 5hoo.

Vou à procura de um fontenário, encho o meu tanque e venho revender aqui", contou o jovem, que cobra entre 100 e 150 kwanzas, dependendo da capacidade do recipiente que vai abastecer.

"Às vezes, também, cobro um pouco mais, principalmente nos dias em que há um corte geral. Há momentos em' que tenho de ir até ao Futungo para conseguir água", explicou, acrescentando que, embora faça dinheiro, vê com muita pena a aflição dos moradores, visto que nem todos têm o valor que cobra para cada bidão.

Desculpas da EPAL

Contactado à propósito, o porta-voz da Empresa Pública de Águas de Luanda, (EPAL), Domingos Paciência disse que não só têm conhecimento das obras que estão a ser feitas naquelas ruas, mas, também, consciência dos constrangimentos que a falta de água traz àqueles munícipes.

Contudo, frisou, "infelizmente não nos podemos opor aos trabalhos da empreitada que está ali a ser feita".

Aliás, continuou, estas obras, à semelhança das obras de requalificação que sofreu o bairro Mártires do Kifangondo, também contemplam a reinstalação das condutas de água.

No que diz respeito à morosidade que se regista na conclusão das obras, Domingos Paciência, adiantou que a responsabilidade é do Governo da província de Luanda, pelo que cabe à Comissão de Moradores da zona em causa, reunir-se com a Administração local para obterem as respostas certas quanto ao fim dos trabalhos.

"A nossa responsabilidade é simplesmente deixar que o empreiteiro termine as obras e, fazermos aquilo que nos compete", rematou o porta-voz da EPAL.

8.7 Em uma semana cólera fez nove mortes

Jornal Acapital

16 De Novembro de 2013

Quatrocentos (400) casos de cólera e nove mortes registaram-se na última semana, a contar de 12 de Novembro, estando a doença a afectar algumas províncias do país desde Dezembro de 2012, com um total de quatro mil 182 casos e 144 óbitos.

Os dados referentes ao boletim epidemiológico da Direcção Nacional de Saúde Pública do Ministério da Saúde de Angola, adiantam que os casos e óbitos da semana que vai de 04 a 10 do mês corrente, correspondem às províncias do Cunene e da Huíla.

Os casos e óbitos foram notificados nos municípios de Cahama (284 casos e oito óbitos), Curoca (29 casos) e Ombandja (26 casos) na província do Cunene, e do Lubango, (36 casos) e Chibia (18 casos e um óbito), na província da Huíla, em conformidade com a Lusa.

8.8 Roubo de água potável protagonizada por cidadãos Chineses

Semanário O Independente

16 De Novembro de 2013

Numa altura em que o presidente do Conselho de Administração da Empresa Provincial de águas de Luanda (EPAL) manifestou o seu desagrado pelo facto de muitos "garimpeiros de água" na capital angolana não sofrerem nenhuma penalização, por esta prática ser abrangente aos cidadãos chineses que vivendo ao lado de uma conduta mesmo sem o consentimento da EPAL, "eles fazem das suas".

Por exemplo, no bairro do Futungo de Belas pelas nove horas da manhã do dia 11 de Novembro último, a nossa reportagem constatou in-loco, a perfuração de uma das condutas da EPAL para beneficiar um restaurante chinês na, denominado "Chá do Leste, localizado a 200 metros da Unidade de Guarda Presidencial (UGP).

"Trata-se de uma conduta de 1000 milímetros, cuja caixa contém um dispositivo hidráulico que foi vandalizado por cidadãos chineses devidamente identificados, e como consequência, assiste-se à inundações na principal travessa do bairro, como consequência da perfuração da tubagem feita à revelia da EPAL.

Os moradores dos arredores do restaurante estão totalmente agastados com tal situação, aguardando há bastante tempo que a EPAL faça as ligações domiciliare.

"Nós desconhecemos as razões que levaram a esta acção mas, já temos verificado algumas pessoas que têm feito isto mesmo aqui no bairro", disse Pedro Francisco Albano, um dos moradores.

"Não dá para viver assim porque os técnicos da EPAL mesmo sabendo do ilícito, não tomam medidas, demonstrando deste modo a sua imparcialidade e ou conivência de funcionários da empresa.

Penso que a Administração da Samba deveria tomar conta desta situação, porque esta ja não é a primeira vez que tal acontece", desabafou o estudante universitário Jorge de Abreu.

As perfurações das condutas, segundo um dos técnicos da EPAL, tornam a água "quase imprópria para o consumo, porque as mesmas fazem com que o valor determinado de cloro existente na conduta evapore, por ser um produto muito volátil, constituindo um perigo para a saúde das pessoas".

8.9 Uma nota da EPAL

Semanário O Independente

16 De Novembro de 2013

Uma nota chegada a nossa redacção, refere que sete mil e duzentas (7.200) ligações domiciliare de água potável foram realizadas no município de Viana, zona dos Mulenvos de cima, sector três e quatro. O projecto consta da implementação de redes de distribuição e ligações domiciliare e novas redes de canalização que o executivo desenvolve na cidade de Luanda.

O administrador da EPAL para a área de produção, Rui Kito, disse que o projecto com duração de dois anos, iniciou em 2012, por isso continuara a realizar actos semelhantes a este em vários pontos de Luanda. "a maior preocupação da empresa é servir o consumidor, garantir que ele possa ter uma ligação a porta de casa, sendo assim, as pessoas devem pagar o consumo para que o serviço seja de qualidade e fique por muito tempo"indica o documento. Para se garantir água potável, segundo a nota, é necessário realizar-se investimentos a nível do sistema de captação, tratamento e redistribuição até chegar as habitações, para tal, contam com as receitas vindas das cobranças. Sublinhou que para manter as instalações preservadas é preciso colaboração,

evitando as ligações clandestinas e furtos de água em diferentes pontos por garimpeiros de água.

De acordo com a nota, o orçamento global do projecto esta acima dos 200 milhões de dólares, contemplando as 700 mil ligações previstas para a província de Luanda. No Cazenga estão previstas 216 mil ligações domiciliare, já foram executadas 74 mil 775 ligações e neste momento estão a jorrar água 48 mil 373.

8.10 EPAL realiza mais de 13 mil ligações domiciliare em Luanda

Semanário Factual

De 16 a 23 de Novembro de 2013

Os bairros da comissão do Cazenga e Tunga gô, no município do Cazenga, em Luanda, ganharam sábado, 9, seis mil e 34 ligações domiciliare, enquadradas nas 700 mil ligações a serem executadas na cidade capital

Uma nota da EPAL entregue segunda-feira, 11, refere que sete mil e duzentas (7.200) ligações domiciliare de água potável foram realizadas no município de Viana, zoria dos Mulenvos de cima, sector três e quatro.

O projecto consta da implementação de redes de distribuição e ligações domiciliare e novas redes de canalização que o executivo desenvolve na cidade de Luanda.

O administrador da EPAL para a área de produção, Rui Kito, fez saber que o projecto, com duração de dois anos, iniciou em 2012, por isso continuará a realizar actos semelhantes a este em vários pontos de Luanda.

"A maior preocupação da empresa é servir o consumidor, garantir que ele possa ter uma ligação à porta de casa. Sendo, assim, as pessoas devem pagar o consumo para que o serviço seja de qualidade e fique, por muito tempo", indica o documento.

Para se garantir água potável, segundo a nota, é necessário realizar-se investimentos a nível do sistema de captação, tratamento e redistribuição até chegar às habitações. Para tal, contam com as receitas vindas das cobranças.

Sublinhou que, para manter as instalações preservadas, é preciso colaboração, evitando as ligações clandestinas e furtos de água em diferentes pontos por garimpeiros de água.

De acordo com a nota, EPAL realiza mais de 13 mil ligações domiciliare em Luanda

orçamento global do projecto esta acima dos 200 milhões de dólares, contemplando as 700 mil ligações previstas para a província de Luanda.

No Cazenga, estão previstas 216 mil ligações domiciliare. Já foram executadas 74 mil e 775 ligações e, neste momento, estão em funcionamento a jorrar água 48 mil e 373.

8.11 Executivo toma medidas contra estiagem na região

Jornal de Angola

17 De Novembro de 2013

O ministro da Administração do Território garantiu, no Namibe, que o Executivo, está a acompanhar os efeitos da seca e vai aumentar o apoio às comunidades.

Bornito de Sousa falou à imprensa no regresso da povoação de Kavelocamue, município do Virei, uma das mais afectadas pela estiagem, E prometeu levar as preocupações à apreciação do Chefe do Executivo, mas garantiu, para já, mais motobombas, mangueiras e camiões cisternas para abastecimento e distribuição de água às populações.

Bornito de Sousa é membro da comissão interministerial criada pelo Presidente da República para avaliar o impacto da seca nas regiões assoladas e tomar medidas para acudir às comunidades.

O soba de Kavelocamue, Bakunhako Mutxinga, informou que a população está a consumir água não tratada, o que tem causado doenças, sobretudo às crianças.

Consequências da: seca

A administradora do Virei considerou crítica a situação da seca, no município. Criadores de gado movimentam-se de um lado para outro à procura de pasto. Juliana Fonseca afirmou que muito gado morreu em consequência da seca e que a transumância está a afectar o nível de escolaridade das crianças, que deambulam com os pais à procura de pastos e água.

"Em cada um dos quatro caldeamentos construí dos no ano passado, disse a administradora, foram inscritas entre 200 e 300 crianças no presente ano lectivo, mas estão a chegar ao fim apenas 30 a 40 alunos", disse a administradora, que aponta como

solução a abertura de novos furos e reabilitação de outros para apoiar as aldeias do município.

A administradora revelou que está em curso o mapa das localidades a serem contempladas com novos sistemas de abastecimento de água. O projecto engloba tanques de água elevados, bebedouros para o gado e lavandarias. Nas localidades onde a população animal se justifica, além dessas componentes, vão ser incluídos uma manga de vacinação e um tanque banheiro. A administradora municipal do Virei, Juliana Fonseca, relatou os esforços que as autoridades locais estão a desenvolver para combater a fome e a pobreza.

Localizada a 27 quilómetros da sede municipal, a aldeia de Kavelocamue está a dar passos no desenvolvimento da agricultura familiar. Com o apoio do Governo Provincial, foram preparados 36 hectares, onde estão a ser produzidos tomate e milho, numa experiência piloto que visa a criação de lavras familiares. Nos municípios da Bibala e Camuciuo, Bornito de Sousa constatou que a situação é igual à do Virei, apesar de haver registo de chuva fraca.

O ministro da Administração do Território sugeriu o cultivo da mandioca nestas regiões, a exemplo do município do Cubal, em Benguela, e nalgumas zonas da província do Cunene, por ser uma planta que consegue desenvolver-se sem grandes quantidades de água. O trabalho do ministro da Administração do Território na província do Namibe terminou ontem com visitas às comunas da Lucira e do Bentiaba. Segundo dados da Comissão de Protecção Civil, a ausência considerável de chuvas desde 20 11 está a afectar, na província do Namibe, 160.016 pessoas e 998. 197 cabeças de gado bovino, caprino, suíno e ovino.

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, orientou as autoridades provinciais a criarem unidades especiais de nutrição em todos os hospitais, com a missão de educarem a população sobre a melhoria da qualidade alimentar e da água.

A avaliação realizada sobre o impacto da seca revelam que todos os municípios foram afectados pela insuficiência de chuvas, que provocou bolsas de insegurança alimentar, como resultado das fracas colheitas e uma gritante falta de água para o consumo da população e dos animais.

O relatório refere também que foram distribuídos diversos bens de primeira necessidade para socorrer a população vulnerável. As áreas afectadas são abastecidas com camiões cisterna. A população recebeu tractores, motobombas, reservatórios de água, várias toneladas de milho, feijão, arroz e sal,

caixas de óleo vegetal e de conservas de sardinha, e milhares de cobertores.

O governador do Namibe, Rui Falcão, sublinhou o espírito de sacrifício da população, sem o qual, disse, "haveria na província um grande número de mortes. "Temos de mudar a filosofia, deixar de ser assistencialistas para resolvermos, de forma estruturante, este problema, com maiores investimentos que, na nossa óptica, não podem ser feitos no quadro do OGE tal como é concebido, mas através de um programa especial de produção de água", disse.

8.12 Rua da Brigada precisa de intervenção urgente

Jornal de Angola

18 De Novembro 2013

Os enormes buracos, as águas aradas, o cheiro nauseabundo, "â lama e muito lixo fora dos contentores continuam a criar transtornos aos moradores da Rua da Brigada e aos automobilistas que usam aquela via diariamente.

Embora a Rua da Brigada tenha beneficiado de obras de reabilitação do Governo Provincial de Luanda, a última das quais nos primeiros meses deste ano, o antigo sistema de esgotos e as chuvas continuam a causar insónias aos moradores.

Ontem, por volta das 9h00, o Jornal de Angola passou pela Rua pela Brigada e conversou com alguns moradores que lamentaram a situação em que a via se encontra.

"Ninguém faz nada para melhorar as condições do trânsito automóvel e a circulação segura dos peões, que têm de dar uma volta enorme para efetuar uma travessia segura sem o risco de levarem com água suja e a cheirar mal, atirada pelos carros" desabafou a moradora Maria Afonso.

Moradora na Rua da Brigada há mais de 25 anos, Maria Afonso explicou que o mau estado da via piora a cada dia que passa e quando chove é pior, porque há moradores que se O aproveitam da situação para deitar à rua os dejectos das suas casas. As pessoas, principalmente crianças, 11 são obrigadas a pisar nas águas contendo fezes e urina, O que tem causado muitas doenças", lamentou.

A Estrada da Brigada, quem sai da Rua Ngola Kiluanje, está sem esgotos para as águas escoarem. Quando chove as águas ficam paradas, agravando a profundidade dos buracos. Os passeios e uma boa parte do tapete de asfalto deixaram de existir porque

foram destruídos pela água. Ali só os buracos dão o ar da sua graça.

"Já tive muitos prejuízos na minha viatura por usar esta rua extremamente degradada. Hoje, evito passar por aqui e utilizo outras vias alternativas", explica o automobilista Edmar Neto, que já teve os amortecedores do carro partidos e o cárter do óleo perfurado.

"O motor gripou e tive de comprar outro", acrescentou Edmar Neto, agastado com a situação.

Mais para o meio da Estrada da Brigada, nas imediações do estabelecimento comercial Jaime Braga, os esgotos existem, mas por falta de manutenção, acabaram por entupir. Resultado: as águas só escoam à pressão. De vez em quando, os moradores juntam-se para limpar a rua e desentupir os esgotos, porque se esperarem pelas operadoras de lixo a situação só piora.

Quanto à acumulação de lixo fora dos contentores na rua, a jovem Telma dos Santos disse ser da responsabilidade das operadoras de recolha de lixo, que chegam a ficar três dias sem o recolher.

"Os contentores ficam cheios e acabamos por colocar o lixo no chão porque não temos alternativa." Os moradores clamam pela intervenção urgente da administração do distrito urbano do Rangel para pôr cobro à situação.

8.13 População de Cainde consome Água impropria

Jornal de Angola
20 De Novembro 2013

A população da comuna de Calnde, município do Virei, província do Namibe, precisa de mais furos de água para minimizar os efeitos da estiagem que este a dizimar o gado e a obrigar ao uso de água imprópria para o consumo humano em algumas povoações.

O soba Kuachi Tchindongo disse, ao Jornal de Angola, que o futuro das pessoas é incerto, face à actual situação: "o gado está a morrer, as pessoas estão a passar mal, as sondas de água são poucas, as tchimpanças estão secas. Não chove nesta localidade, então pedimos urgentemente a intervenção do governo da província para que as pessoas possam consumir água de qualidade e dar de beber o gado".

A construção de novas escolas, postos médicos, habitações e outras infra-estruturas sociais na comuna do Caine, única do município do Virei, contrasta com a crise que a população está a enfrentar devido à

seca, obrigando os criadores de gado a caminhar longas distâncias à procura de pasto e água.

"Temos escolas, postos médicos, mas falta mais casas para os quadros que aqui trabalham. É necessário também reparar as vias de acesso, para permitir a rápida circulação de pessoas e bens, entre as localidades vizinhas e a sede do município", afirmou o soba.

O roubo de gado é outra das grandes preocupações levantada pelo soba Kuachi Tchindongo, que defende uma lei que penalize os ladrões, já que são presos, mas depois são postos em liberdade e voltam a praticar as mesmas ações.

"Os criadores sofrem muito com a estiagem e vêem-se obrigados a caminhar longas distâncias à procura de água e pastos, infelizmente muitas vezes o gado não resiste, acabando por morrer. Para piorar a situação, aparecem os ladrões que ainda escolhem o gado melhor", lamentou.

Origem das doenças

O responsável da saúde da comuna de Caine, Daniel Ngololo, considerou imprópria a água consumida pela população em algumas localidades, o que origina o aumento de diarreias agudas, infecções urinárias e malária.

"A questão da água nesta localidade é preocupante, já que está na origem das principais doenças, com realce para as povoações do LuvaLEle, Vichaviva e Uchinda. Na sede da comuna a situação é melhor, na medida em que o governo da província do Namibe, dentro do Programa Água para Todos, instalou um sistema de distribuição de água com qualidade para o consumo humano", informou.

A comuna de Caine, acrescentou, conta com sete postos médicos, incluindo os das povoações do Tchacuto, Saiona, Hanja, Luvale, Vichaviva, mas a falta de técnicos de saúde preocupa as autoridades que pedem mais enfermeiros para fazer face às necessidades.

A situação pode ser resolvida brevemente, já que as autoridades competentes estão a par da situação, disse Daniel Ngololo.

A maior preocupação das autoridades está relacionada com a falta de enfermeiros. A comuna tem apenas três técnicos de saúde e nas restantes localidades onde foram construídos centros e postos médicos, apenas existe um, em consequência da estiagem.

Relativamente ao abastecimento de medicamentos, a comuna está bem servida. Os doentes que não podem ser tratados na localidade são transferidos para a sede do município, numa ambulância.

Falta de professores

O sector da Educação não regista casos alarmantes, já que existem escolas suficientes para todas as crianças em idade escolar. O coordenador da educação da comuna de Cainde, Marcelino Paulino, admite a existência de algumas crianças fora do sistema de ensino, apesar da construção de novas escolas.

Mas vão ser inseridas nos próximos tempos. "Cada ano que passa, estão a nascer outras crianças, logo não podemos dizer que não temos crianças fora do sistema normal do ensino, mas a construção de mais escolas, tanto na sede da comuna como em algumas povoações, vai permitir enquadrar todos no próximo ano lectivo", disse.

A comuna de Cainde tem cinco escolas primárias do primeiro ciclo e algumas salas anexas, mas duas outras, por falta de professores, não estão a funcionar, totalizando nesta altura 1.036 alunos no sistema de ensino. Cainde tem falta de professores e os 41 existentes não respondem às exigências actuais. Aguarda-se pela chegada de mais docentes para colmatar o défice, Amerenda escolar está a ser distribuída na sede da comuna, mas o propósito do sector é levá-la também às povoações, no sentido de chamar os filhos dos criadores de gado que, por causa da seca, são levados pelos pais na procura de água e pasto, aumentando assim o número de crianças fora do sistema de ensino.

8.14 Rocha Pinto e Largo das Escolas têm balneários.

Jornal de Angola
20 De Novembro 2013

O distrito urbano da Malanga tem dois novos balneários públicos a funcionar. Um construído de raiz na Avenida 21 de Janeiro, Rocha Pinto, junto ao campo deportivo e outro, reabilitado, no largo das Escolas, em Luanda.

Os balneários públicos construídos em zonas de grande carência, foram inaugurados pelo administrador da Maianga, Manuel Marta, que sensibilizou a população para a preservação dos bens públicos.

A gestão do balneário público localizado na Avenida 21 de Janeiro está a cargo de um núcleo de jovens do

Bairro Rocha Pinto e que frequentam o campo desportivo.

José Manuel é morador do Rocha Pinto. O jovem disse que a zona já estava a precisar de um balneário público, uma vez que existe o campo desportivo é frequentado por dezenas de pessoas todos os dias.

A gestão do balneário no Largo das Escolas é privada e está a cargo de jovens que se dedicavam à lavagem de carros nas ruas.

João Francisco apanha o autocarro todos os dias no Largo das Escolas. O jovem disse que já presenciou passageiros a urinarem mesmo por trás da paragem. Por isso, ficou satisfeito o saber que existe um balneário a funcionar naquela zona da cidade. Para o acesso aos balneários públicos, é cobrada uma taxa de 20 a 50 kwanzas para ajudar na manutenção e conservação dos espaços.

Os balneários públicos, a reabilitação de escolas e a construção de um jango comunitário no Katinton são obras no âmbito do programa de combate à pobreza. Noémia António aplaude a iniciativa e diz que projectos idênticos devem ser extensivos à toda cidade de Luanda e não só para garantir a saúde e preservação do ambiente.

O administrador do distrito urbano da Maianga, Manuel Marta, garantiu que estão a ser erguidos mais três balneários públicos.

De acordo com o administrador, estes balneários tem um novo padrão que inclui um reservatório de água com capacidade de mil litros e câmaras de filmar no exterior. Estes novos balneários enquadra-se num projecto da Comissão Administrativa.

8.15 A improficiência reside na EPAL

Jornal Independente
22 De Novembro de 2013

Sinceramente, escrevo este artigo numa situação bastante afligido com tudo aquilo que vi, ouvi na comunicação social! - A minha pergunta é bastante pertinente, será que não existiu pessoas capacitadas para que coibisse aquela pouca vergonha, acto impiedoso, que espelha pouca sabedoria, por parte dos responsáveis, falta de instrução, conhecimento técnico e legal? Hoje em dia Governar, Dirigir, Administrar, Gerir é mais fácil que no passado, porquê? Existem ferramentas de Economia, Marketing que ajudam a encontrar soluções para diversos problemas numa Organização (empresa) Ex: Tenho quase a certeza que se a Empresa Provincial de Água de Luanda (EPAL) tivesse pedido um

Estudo, Auditoria, Parecer Económico, externo - sobre a problemática da distribuição da água na Cidade de Luanda, o aconselhamento, conclusão, resultado seria absolutamente diferente. Porquê? Facilmente se percebe que o problema da produção, distribuição, e comercialização de água na Cidade de Luanda é uma questão de muita procura e pouca oferta. Portanto não existe equilíbrio no mercado! Nesta situação de desequilíbrio e escassez a Ciência Económica diz que o mercado derrapa com soluções, situações, ou negócios informal, é o que acontece infelizmente neste momento. Portanto aquela solução encontrada pelos responsáveis da EPAL não foi a correta, não foi a acertada, aliás não resolveu absolutamente nada.

Tentou-se combater as consequências e não as CAUSAS do problema como se espera que a EPAL o faça. Esta tudo na mesma, ou melhor piorou a situação, porquê? Aumentou a escassez, a procura, o mercado da água ressentiu, automaticamente o preço de venda da Cisterna de Água disparou! 10 Mil litros são equivalentes a 17 mil Kuanzas! Porquê? Diminuiu ainda mais a oferta, porque os locais de abastecimento legais e ilegais não satisfazem a procura, alguns foram destruídos e fechados! Existem poucos Camiões cisterna com água a venda disponível no mercado! E porque houve uma mão visível no mercado que coibiu a oferta de um bem! (Água). Como uma das suas estreleção mais conivente de todas relíquias construtivas de todos os ambientes mais relevantes de uma ameaça sadia.

Tenho dúvidas em aplaudir a destruição dos tanques por parte da EPAL. Um tanque de reservatório de água é um bem, portanto a sua destruição é inaceitável. Não quero atrever falar da legalidade ou não do acto, até porque não é essa matéria que está em causa. Todavia, a minha tese é a seguinte:

Quando um condutor infringe com um determinado veículo as regras de trânsito, consequentemente causando danos, não me parece que as autoridades destroem o veículo. A transgressão é atribuída ao indivíduo. Pergunto qual é a tipificação de crime ter um tanque de água subterrâneo? A postura da EPAL foi totalmente irracional, em destruir alguns tanques de água de conveniência dos funcionários. (destruíram tanques consoante a indicação ou não dos funcionários).

Aliás sabe-se que existem muitos tanques subterrâneos de água em toda Cidade de Luanda. Não podemos esquecer que mais de 50% da população de Luanda não tem água canalizada nas habitações, portanto a empresa EPAL deve ser de alguma forma mais interventiva. Com todo respeito aos responsáveis da EPAL, eu aconselharia que

diminuíssem as diferenças salariais entre os funcionários de base (canalizadores, maquinistas, ajudantes, etc., etc.) em relação aos quadros superiores da Empresa. Talvez o grande problema da EPAL começa aqui. Salários baixos aos funcionários de base e altíssimos aos quadros superiores. Condição Sociais (Seguros de Saúde, prémios de empenho no trabalho, transporte, e outras benesses) é importante para um melhor funcionamento da empresa, simultaneamente boa comunicação interna. Estas condições de precariedade dos funcionários de base da EPAL causam insatisfação, pouco empenho, candonga. A EPAL sabe quem informou aos infratores a trajetória da conduta de água? Quem fez a ligação conduta/tanque?

8.16 Falta d chuva pode comprometer abastecimento de Água no Lubango

Jornal O Pais

22 De Novembro de 2013

Se as chuvas não caírem com regularidade as duas principais fontes de abastecimento de água à cidade do Lubango arriscam-se a ficar completamente secas e comprometer seriamente os beneficiários do precioso líquido, admitiu na capital da Huila o director provincial de Energia e Águas, Abel João da Costa.

Abel João da Costa descreve mesmo como um nível "desastroso" o actual estado da captação da Tundava que, a par da captação da Nossa Senhora do Monte, vivem tempos difíceis. "A nossa esperança está nas chuvas que a essa altura já devia estar a cair com intensidade, mas até aqui nada" desabafou visivelmente preocupado o responsável do sector.

O director provincial de Energia e Águas, falou do investimento no quadro emergencial efectuado na construção de uma terceira captação mecanizada, tida como alternativa que permite a colecta actual de 150 mil litros por hora. "É uma quantidade importante, mas que não resolve o problema" disse Abel Costa, para quem o outro grande dilema reside na distribuição da água pela cidade e arredores.

A província adquiriu recentemente, também no quadro emergencial, quatro camiões-cisterna com capacidade de vinte mil litros cada, para reforçar a

velha e cansada frota actual. Pelos vícios, a chegada dos meios vieram revelar-se como uma gota no oceano para número de consurruídos existentes.

Segundo Abel João da Costa são seis mil o número de residências que beneficiam da rede de distribuição oficial dos serviços de água e os camiões- cisterna estão longe de serem solução. "Imagine o que é quatro cisternas de água para seis mil casas?" interrogou o responsável, que disse ser o mesmo que uma gota no oceano. Com perto de um milhão de habitantes, com a maioria a residir as zonas periféricas onde a água canalizada não chega, a cidade do Lubango parece estar longe de ver o problema do precioso líquido resolvido, caso não sejam feitos grandes investimentos no sector.

O surgimento de novos bairros com a requalificação da cidade do Lubango fez aumentar o consumo, mas a capacidade de produção manteve-se a mesma. Os furos e as cacimbas, apesar de muitas delas também estarem ressequidas com a irregularidade das chuvas, têm sido até agora a principal alternativa perante a gritante crise de água. Enquanto os grandes investimentos no sector se aguardam, a esperança reside só em que se abram as torneiras dos céus e de lá caiam as chuvas que sejam a solução natural do problema da água para o Lubango e arredores.

8.17 Garimpo de água causa inundações no Quifica

Jornal Angolense
23 De Novembro de 2013

Moradores do bairro Kifica estão seriamente revoltados com os transtornos causados pelo garimpo de água que se regista há várias semanas nesta área afetadas ao município de Belas. Segundo apurou este jornal, os moradores deste novo bairro estão a pagar, a jusante, uma pesada «factura» pelo garimpo que se verifica a montante, ou seja, no bairro Bem-Vindo, um dos locais por onde passa a conduta de água.

Há informações de que a conduta que abastece de água àquela zona foi há algumas semanas perfurada por indivíduos, que se dedicam à venda do precioso líquido aos motoristas dos camiões cisternas. Há denúncias de que eles terão contado nesta sua acção de sabotagem com a conivência de funcionários afectos à Empresa Pública de Aguas de Luanda (EPAL). A ser verdade, não se trata da primeira vez que esta situação se verifica em que candongueiros e funcionários desta empresa terão agido mancomunados.

Consta que os funcionários da EP AL estarão a colher dividendos financeiros com a venda de água às centenas de viaturas cisternas, que diariamente acorrem àquela zona. Alguns" moradores do Kifica

revelaram que, em consequência das negociatas em curso, eles sentem-se prejudicados pelas inundações que se verificam na vala que divide o bairro ao meio, ao ponto de lhes tirar do sério.

«À primeira vista, dá a impressão de que se trata de águas das chuvas mas, na realidade, elas são o resultado do garimpo na conduta, mais concretamente no bairro do Bem-vindo», queixa-se Marcos Pedro, um dos residentes do Kifica.

Diz que a EDEL tem conhecimento da situação, mas que, até à data, nada fez para estancar o garimpo naquela zona. «O garimpo é um negócio bastante rentável' que tem servido para saciar a "sede" de dinheiro de candongueiros, funcionários públicos e agentes policiais», denuncia, com alguma ironia à mistura.

Entre os moradores do Kifica, um bairro paralelo ao «Lar do Patriota», medra a revolta, devido ao facto das águas estarem a causar-lhes estragos nas suas viaturas.

8.18 Novos furos de água e represas combatem a seca

Jornal de Angola
27 De Novembro de 2013

O ministro da Energia e Águas anunciou, no Lubango, que estão em curso estudos técnicos para a construção de represas com enorme capacidade de armazenar água e obras de extensão dos perímetros irrigados de vários pontos do país.

João Baptista Borges, que falava numa conferência de imprensa sobre as estratégias do Executivo para minimizar os efeitos da seca, disse ser fundamental a elaboração dos planos de gestão integrada de algumas bacias para "dar respostas às necessidades de água nos momentos de alterações climáticas no presente e no futuro".

As acções em curso, afirmou, constam do plano estruturante concebido pela Comissão Multisectorial para a Assistência às Populações Afectadas pela Seca.

O primeiro passo foi dado com a reabilitação da barragem do Calueque, província do Cunene, para elevar capacidade de irrigação.

"Quando as obras terminarem, os agricultores da comuna de Naulila, zona do Calueque, têm à disposição mais de dez mil hectares irrigáveis", disse e garantiu que a produção de alimentos vai registar um aumento significativo com a criação de condições para reduzir a dependência das chuvas.

João Baptista Borges revelou que as próximas zonas produtivas a serem contempladas são bacias do Kwanza-Sul, Benguela, Kuando-Kubango, Namibe e Huila, que são as províncias ciclicamente mais afectadas pela seca.

Outro projecto do plano mencionado pelo ministro é o da construção do sistema de adução de água do rio Cunene, que vai de Xangongo até Ondjiva, num percurso de mais de 90 quilómetros. A obra, em fase de conclusão, referiu, é das mais importantes acções de condutas de água do país.

Os habitantes dos municípios de Ombandja, Kwanhama e Namacunde já beneficiam de água a partir do projecto, bem como os de Môngua, Buluganga e Ondjiva. O ministro disse que, "no futuro, o sistema de adução chega à zona de Santa Clara" e que no quadro do plano de contingência foram reabilitados e construídos sistemas de captação, tratamento e abastecimento para a população e animais dos municípios do Cuvelay, Curoca e Kwanhama.

João Baptista Borges lembrou que o Cunene é das províncias mais afectadas pela seca, o que explica a urgência de encontrar água e que está previsto a reabilitação de 60 furos e a construção de igual número de sistema de captação. O ministro também recordou que foram entregues 29 furos às comunidades das zonas mais recônditas da Cahama, Cuanhama, Ombandja e Cuvelai.

Na província da Huila foram construídos 20 furos e bebedouros para animais nas povoações do município dos Gambos. Mais sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável equipados com painéis solares e chimpacas vão ser instalados no Dirico, Calay e Nacova (Kuando-Kubango), Gambos, Quilengues e Matala (Huila) e Chongoroi, Caimbambó e Baía Farta (Benguela).

Desmentidas mortes

O governador provincial do Cunene, António Didalelwa, desmentiu numa conferência de imprensa, no Lubango, informações segundo as quais a seca que assola a região provocou a morte de "um número indeterminado de pessoas". Sobre a aplicação do programa de apoio aos afectados pela seca, o governador assegurou que a situação não provocou a morte de ninguém no Cunene, pois as acções desenvolvidas pelo Executivo conseguiram "acudir prontamente os necessitados".

António Didalelwa referiu que "a comissão criada pelo Presidente da República está a desempenhar o seu papel como dever ser" e que "a população recebe

regularmente bens alimentares, instrumentos agrícolas e outros meios de apoio".

O governador revelou que 657. 624 pessoas recebem apoio alimentar e água potável e que há 729.- 804 toneladas de produtos diversos armazenados.

O Governo Provincial do Cunene, no âmbito do programa "Água para Todos", abriu furos nos municípios da Cahama, Ombadja e Curoca, os mais fustigados pela estiagem. O governador disse estarem a ser abertos mais 282 furos de água incluídos nos programas de emergência local.

A Comissão Multisectorial para a Assistência às Populações Afectadas pela Seca, coordenada pelo ministro Job Graça, trabalhou durante dois dias na Huila e entregou à população de Muvialola (município da Chibia) e Cahila (Gambos), na província da Huila, dois sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável, para mitigar a seca, numa das regiões mais afectadas.

8.19 Ligações domiciliarens chegam aos bairros

Jornal de Angola

28 De Novembro de 2013

Mais de 19 mil habitações em bairros da cidade do Huambo passaram a dispor, nos últimos meses, de água potável, assegurou na terça-feira o vice-governador provincial para os serviços técnicos e Infra-estruturas.

Kalunga Kissanga referiu que estas ligações foram feitas no âmbito do programa "Água para Todos", destinado a expandir a rede de distribuição, e acrescentou que a província está a espera que sejam aprovadas, pelo Ministério da Construção, as propostas para a reabilitação das vias de acesso a dois ou três bairros periféricos. Também a construção de habitações segue a bom ritmo, com uma boa parte delas em fase conclusiva, das mais de 12 mil casas que estão a ser erguidas nos municípios do Huambo, Bailundo e Caála.

"Estamos à espera da decisão quanto aos preços para serem disponibilizadas aos interessados. Neste momento, falta ligar a energia e água, que vão ser abastecidas através da central hidroeléctrica do Ngove", disse o vice-governador,

Recentemente, foram distribuídas 189 casas sociais à juventude, construídas pelo Ministério da Juventude e Desportos nas localidades do Lossambo, e no Bailundo, E Cunha e Caála, no âmbito do Programa Angola Jovem.

O desafio que se impõe agora, salientou Kalunga Kissanga, prende-se com o abastecimento de energia e água, e os acessos, sobretudo no Lossambo, uma vez que nos municípios do Bailundo e Caála a situação está minimamente resolvida. A par disso, existe igualmente o projecto de construção de 500 casas, pelo Ministério da Construção.

Mediateca pronta

A Mediateca do Huambo vai entrar em funcionamento em Dezembro. Neste momento, a unidade moderna está a ser apetrechada com meios sofisticados. Localizada na zona académica da cidade, a sua construção é da responsabilidade do Executivo e visa proporcionar serviços de tecnologias de informação aos estudantes e demais interessados, de forma gratuita. A Mediateca dispõe de áreas de lazer, recreação e serviços de apoio aos utentes, auditório equipado com sistemas para realização de vídeo-conferências e serviços de tradução de idiomas, com capacidade para acolher 200 pessoas.

Kalunga Kissanga referiu que está ainda em curso a execução de vários outros projectos de âmbito central, cuja conclusão está agendada para o próximo ano -. Esse é o caso do futuro centro cultural, na cidade do Huambo, que está em fase de acabamento. As obras do edifício, que tem salas para teatro e cinema, artes plásticas, música e dança, bibliotecas e demais manifestações artísticas, começaram em 2011 e terminam no segundo semestre do próximo ano.

O centro comporta três salas de teatro, com 500, 150 e 100 lugares, outras duas de conferências, para albergar 100 e 50 pessoas, além de um restaurante.

8.20 Obras melhoram saneamento na Machado Saldanha

Jornal de Angola

De 29 de Novembro de 2013

Daqui a seis meses a zona vai ganhar novas vias, novos passeios, água potável, electricidade, rede de drenagem e asfalto, informou o engenheiro João Pinto, responsável pelas obras. "A requalificação esteve quase paralisada devido a alguns atrasos contratuais, mas foi reiniciada." A construção de valas de drenagem para o escoamento das águas das chuvas, a criação de passadiços para os acessos dos moradores, bem como o nivelamento das vias com meios mecânicos estão agora de novo em curso.

Rui Tungumbo reside na Rua Machado Saldanha desde 1970. Já com idade avançada, lembrou os bons tempos vividos naquela rua, outrora revestida de

asfalto. De noite, a iluminação pública estava sempre presente e espera que essa situação regresse para o bem-estar e segurança dos moradores. "Naquele tempo não havia tantos problemas aqui no bairro como hoje."

A chamada "rua da Violeta", no mesmo bairro, ao contrário da Machado Saldanha, está longe de conhecer dias melhores. Há mais de três meses foi "invadida" por extensos lamaçais, resultado de várias ruturas. Os moradores vão colocando entulho de areia e pedras aqui e ali para conseguirem alguma circulação de viaturas e peões.

Já foram dirigidas muitas reclamações à Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) sobre as rupturas que vertem água ininterruptamente deixando a "rua da Violeta" completamente alagada e intransitável, mas até hoje as exposições nunca foram atendidas, desabafaram alguns moradores.

O lixo só raramente é recolhido, provocando grandes amontoados com cheiro nauseabundo e vermes causando mal-estar e risco de doenças nos moradores, em especial nas crianças. Há apenas um contentor de lixo para toda a rua, por isso o lixo é depositado no chão, o que constitui anomalia grave no saneamento básico de qualquer zona urbana. Esperança António, moradora na rua, disse que a empresa encarregada de recolher o lixo se limita a esvaziar o contentor, sem se importar com os resíduos amontoados no chão. Por isso, o amontoado vai crescendo cada vez mais. "A situação do saneamento básico nesta rua é grave aqui na rua e a administração do bairro devia providenciar soluções que visem o bem-estar da população", concluiu Esperança António.

8.21 EPAL

Semanário Angolense

30 De Novembro de 2013

Uma semana depois de a Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) ter sido alertada para o garimpo de água que tem vindo a se registar no bairro Bem-vindo, ao município de Belas, com todas as consequências negativas que isso acarreta para os moradores do Kífica, nada foi feito para se estancar o «mal pela raiz».

A quantidade de água na vala tem vindo a aumentar, pelo que se pôde apurar no terreno, de tal forma que os moradores desse bairro sentem cada vez mais dificuldades para fazerem a travessia da vala, a caminho dos seus afazeres, mesmo aqueles que possuem viaturas, já que as águas barrentas têm estado a causar danos nos seus meios de transportes.

8.22 Milhares de pessoas beneficiam de água

Jornal de Angola

30 De Novembro de 2013

Mais de mil habitantes beneficiaram nos últimos tempos do programa "Água para Todos" na província de Malange, revela um comunicado do governo local.

Os resultados, considerados positivos, foram alcançados no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

O documento do Governo Provincial de Malange acrescenta que o programa decorre a bom ritmo e tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida das populações locais, com a construção de várias infra-estruturas de impacto socioeconómico.

Entre as grandes obras destaca-se a construção de 22 centros e postos médicos, no quadro do Programa dos Cuidados Primários de Saúde, e 34 escolas, que já permitiram a inserção de mais de 12 mil crianças no sistema de ensino.

Ainda no âmbito do Programa de Combate à Pobreza, 113.812 alunos foram abrangidos pela merenda escolar.

A quarta sessão ordinária do governo provincial concluiu que o programa tem reflexos positivos nos sectores da Agricultura, Pecuária, Pescas, bem como na melhoria das vias de acesso.

O encontro recomendou à delegação provincial das Finanças o reforço das acções de fiscalização e o nível de arrecadação de receitas para os cofres do Estado, que se vem revelando insatisfatório, tendo em consideração as potencialidades da região.

O comunicado do governo provincial refere a conclusão de 657 fogos habitacionais na província de Malange.

Face ao elevado número de espaços cedidos para exploração agro-pecuária sem aproveitamento útil, a sessão governamental recomendou a criação de uma subcomissão para a Identificação dos mesmos para o devido tratamento.

Os membros do governo de Malange foram informados sobre o Programa "Angola Investe" e sobre a feira do empreendedor, promovida pelo Instituto Nacional de Apoio às Pequenas, Médias e Micro Empresas (INAPEM).

Outros assuntos debatidos na reunião foram a conclusão dos trabalhos de iluminação pública no casco urbano da cidade de Malange, a arrecadação de receitas pelo notário privado, bem como o lançamento do Projecto de Agricultura familiar Orientado para o Mercado (MOSAP).

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Assaltos à mão armada são frequentes na Sapú

Jornal O País

01 De Novembro de 2013

Na edição nº 257, o jornal O PAÍS publicou uma, matéria sobre um cidadão que foi morto à facada, durante um assalto em que os bandidos também violaram duas filhas da vítima. Os delinquentes estavam todos (os 3) armados, com duas pistolas e uma arma do tipo AKM.

Uma das nossas entrevistadas, na altura, citou que aquela zona é insegura e dias antes do triste acontecimento um jovem tinha sido assaltado e morto no mesmo bairro. A Polícia não tem feito patrulhamento naquela zona e há registos de assaltos que são perpetuados até mesmo nos períodos matinais e vespertino.

O PAÍS voltou àquele bairro para ouvir outros populares e, a princípio, o nosso repórter teve dificuldades em penetrar na zona porque a maior parte dos mototaxistas sente receio de levar um passageiro ao bairro da Sapú, dado o facto de que têm sido constantemente assaltados.

Manuel Dala, de 23 anos, é um dos moto taxistas que já foi assaltado. Ele conta que o jovem fazia-se acompanhar de uma mochila e, enquanto o transportava, notou que estava a ser seguido por dois indivíduos de moto.

"Num local escondido, o passageiro disse que iria ficar, tirou 1000kz e, enquanto fazia o troco, deu-me uma chapada da cara. Tentei devolver, os dois apareceram e um deles puxou a pistola. Não fiz mais nada, entreguei a moto", disse ele.

Lembra que a sua motorizada era nova, custara-lhe 104.000kz, estava com ela havia 2 meses e foi roubada no período da manhã (8 horas). Mas o período, segundo o nosso entrevistado, não importa muito, pois os gatunos naquele bairro "não têm medo de nada, roubam de manhã, à tarde e à noite, sem qualquer impedimento".

Manuel não procurou a Polícia, porque acha que "hoje em dia, se você dá queixa, a polícia não resolve nada.

A moto foi, foi mesmo. Por isso, todo 'gajo' que é motoqueiro, quando lhe recebem a moto, não adianta ir à polícia, não vai fazer nada. É só coragem. Arranja uma 'falida', trabalha, junta dinheiro e compra outra moto", alegou.

Lamentou o facto de a Polícia achar que os próprios mototaxistas são os gatunos. "Se ouvirem que ali roubaram moto, em vez de investigar bem, prendem todos os motoqueiros e se você tentar reclamar, te dão chapada, por cima da tua moto", mostrou -se inconformado com o serviço que a Polícia tem prestado naquela circunscrição.

Por serem constantemente vítimas daqueles que eles chamam de "os donos da moto", aqueles mototaxistas suspeitam de todo o jovem passageiro que tenha mochila. Muitos preferem não arriscar em transportá-lo, mesmo sabendo que por um lado ficará prejudicado' para evitar pôr em risco o seu "ganha-pão". "Ontem (Sexta-feira, 25 de Outubro) um senhor foi assaltado, em plena luz do dia. Levaram-lhe a pasta cheia de dinheiro. Aqui tem havido muitas vítimas de assalto à mão armada, principalmente nesta altura, em que está -se a aproximar as festas", disse a nossa segunda entrevistada, que preferiu falar sob anonimato, uma vez que faz parte da comissão de moradores.

Otermma 113 não chama e há poucos efectivos

Quem também partilha a mesma opinião, de que a polícia deveria desenvolver mais patrulhamento naquele bairro, é o morador Nelson Goveia, que já viu uma vez bandidos armados a tentarem assaltar a sua casa. "Fizeram disparos no quintal, exigiam que abrisse a porta e lhes desse dinheiro, mas não o fiz e acabaram por desistir", conta.

Para aquele morador, a falta de energia no bairro tem facilitado, por um lado, as práticas dos malfeitores, mas também a Polícia tem trabalhado pouco naquela área e o único número que têm em mente da corporação nunca chama quando os cidadãos mais precisam. Dificilmente se vê alguém a andar de noite naquele bairro, até mesmo para ir à cantina. "Eu já fiz 2 semanas sem aparecer aqui, mas esta é a minha casa e não posso continuar a fugir. Nós já fomos à Polícia, mas a resposta que nos deram é que têm poucos efectivos. Eles deviam, pelo menos, pôr uma esquadra móvel, porque o posto da Polícia está muito distante (fica a mais de 7 km)", clamou Nelson Goveia, que tem o seu carro no quintal, completamente desmontado pelos gatunos.

9.2 Porte e uso ilegal de armas aumentam crimes na Huíla

Jornal O País

01 De Novembro de 2013

A subcomissão técnica provincial do de armamento da população civil na Huíla no âmbito da campanha que vigora desde 2008, registou no período compreendido entre 1 de Janeiro a 30 de Setembro, do ano em curso, oitenta e seis crimes com recurso a armas de fogo, segundo fez saber o coordenador adjunto, superintendente-chefe, Fernando Feliciano António.

Os números de acordo com aquele oficial superior da polícia sugerem, que as armas em posse de mãos ilegais, estão a ser motivos de muitos crimes e "justifica a necessidade de continuação da campanha de desarmamento". Disse mais, "a situação é sinónimo da existência ainda de muitas armas em mãos de civis", comentou.

Fernando Feliciano António associou também o aumento da criminalidade com recurso a armas de fogo, a desorganização exibida por algumas empresas ligadas ao exercício da actividade de segurança privada.

A falta de cuidado no recrutamento e selecção do pessoal que vai servir tais empresas se reflecte em actos que propiciam o surgimento de armas de fogo em mãos erradas.

"Há uma grande necessidade de se desarmar as empresas privadas de segurança porque aí eventualmente uma das fontes das armas que os marginais utilizam na comissão de actos delituosos, aproveitando talvez da má preparação dos guardas ou dos vigilantes das empresas de segurança" avançou. O mesmo período foram entregues voluntariamente 181 armas de calibre diverso, 146 carregadores diversos e várias quantidades de munições, explosivos e alguns meios militares. Coercivamente foram recolhidas 22 armas, 20 carregadores e 44 munições diversas.

Desde o arranque da campanha de desarmamento da população civil em Março de 2008, a província da Huíla recolheu 11.890 armas de calibre diverso 9.465 carregadores, 41.787 munições e 863 explosivos.

A actualização dos números do desarmamento foi apresentada pelo superintendente-chefe, Fernando Feliciano António, no âmbito da semana internacional do desarmamento consagrado pelas acções Unidas que se celebrou de 23 a 31 de Outubro de 2013.

9.3 Recolhidas mais de 200 mil armas de fogo em todo país

Jornal O País

01 De Novembro de 2013

Mesmo depois de já ter vencido as quatro fases (organização e sensibilização, entrega voluntária, recolha coerciva e controlo) do programa de acção para o desarmamento, a comissão reconhece a existência, ainda, de uma porção considerável de armas em posse da população civil, uma vez que tem-se registado um número elevado de crimes que são perpetrados com recurso a armas de fogo.

Segundo o subcomissário José Carlos da Piedade, director nacional do gabinete de estudos e regulamentação da Polícia Nacional, que falava na qualidade de secretário executivo da subcomissão técnica da CNDPC, desde o ano de 2008 até Setembro Je.2013 foram recolhidas um total de 199.392 armas de fogo, sendo 75.945 entregues voluntariamente.

Os dados estatísticos daquela comissão apontam ainda que foram recolhidos 60.730 carregadores, mais de 436.000 munições, e 151.746 engenhos explosivos. Por ser crime, a posse ilegal de arma, permitiu que fossem instaurados 871 processos, dos quais 323 foram julgados, tendo sido condenados 281 e absolvidos 42 acusados. Actualmente estão em instrução preparatória 548 processos-crime.

Parte destes processos-crime são fruto da recolha coerciva que a Comissão de Desarmamento realiza em parceria com a Polícia Nacional através das Operações Stop - interpelação e revista de viaturas. Além disso, segundo o subcomissário, também fazem, quando recebem informações credíveis, buscas dirigidas, com mandados de captura, em casa do cidadão suspeito de ter uma arma.

"Entretanto, a Comissão está na fase da coexistência de todas as fases anteriores. Os cidadãos podem fazer a entrega das suas armas voluntariamente, mesmo depois de aquelas fases estarem vencidas, não terão qualquer consequência legal. Esta fase visa precisamente dar continuidade às outras fases", esclareceu.

Polícias fornecem armas aos cidadãos?

A origem das armas que se encontram com a população civil é ainda um assunto que tem suscitado debates. Por um lado, nota-se defesas de que a população se foi armando no período da luta de libertação nacional e pós-independência. Por outro, surgem também alegações de que algumas armas são

provenientes da polícia e dos militares, fruto duma "possível negociação" com o cidadão.

Face à esta última objecção, José Carlos da Piedade, que falava em torno da Semana Mundial do Desarmamento (de 23 à 31 de Outubro), disse não haver indícios de que os polícias e os militares têm dado um destino diferente às suas armas, embora tenha reconhecido que teoricamente isto seja possível.

"Não temos informações credíveis a respeito. Quando casos singulares acontecem, nós investigamos e, se comprovado, activamos os mecanismos legais, já que o descaminho de armas é considerado crime militar", realçou.

Das investigações feitas, em recolhas coercivas, até onde o nosso entrevistado tem conhecimento, ainda não houve caso em que o cidadão tenha comprado (ou lhe tenha sido fornecida) a arma da mão de um polícia ou militar.

Uma vez que esta informação só a Direcção Nacional de Investigação Criminal pode adiantar, já que depois da CNDPC detectar a existência de arma, o processo é dirigido à investigação criminal e tudo o que for apurado é tratado entre a DNIC, Procuradoria e o Tribunal, o subcomissário não pôde responder com exactidão.

"Tem sido feito o controlo do armamento que é recolhido e entregue", alegou, pois, "parte deste (armamento em bom estado de conservação) é depositada em armeiros da Polícia Nacional ou Forças Armadas Angolanas e obedece a determinados procedimentos, de modo a que não haja uma situação de retro alimentação do circuito informal de armas".

Por outro lado, o nosso interlocutor reconhece que as Forças Armadas

Angolanas (FAA), Polícia Nacional e as empresas de segurança privada devem exercer maior controlo dos seus armeiros, para que estas "armas orgânicas" não tomem um caminho diferente daquele que para que estão destinadas.

As armas que lideram a lista de recolha da comissão de desarmamento são as do tipo AKM, pistolas Macarof e Star. Aquela comissão, que é interministerial, trabalha em parceria também com a ONG "Halo Trust" que procedeu na passada Quinta-feira, 31, a destruição de mais de 1200 armas consideradas obsoletas.

Entrega voluntária sem consequência legal

Devemos todos cooperar e responder de forma positiva com 'a Comissão Nacional do Desarmamento, segundo José Carlos da Piedade. "Devem entregar as armas de forma voluntária nas administrações municipais, igrejas, líderes comunitários, unidades da Polícia e militares. Esta entrega não está sujeita, de modo algum, a consequências legais", acrescentou.

Caso um indivíduo tenha sido detido por fazer a entrega voluntária da arma, este cidadão dispõe de mecanismos legais para apresentar queixas contra os agentes que assim procederam, pois não são estas as orientações da polícia.

Para o subcomissário, se tivermos todos imbuídos de que devemos antes desarmar a mente e só depois entregar as armas, estaremos todos mais seguros. "O que acontece é que, por vezes, o cidadão pensa que está mais seguro tendo uma arma de fogo, mas este instrumento acaba traduzindo-se num perigo para si mesmo e para terceiros". "O processo de desarmamento passa necessariamente pela entrega voluntária das armas. Por isso, nós (a comissão) preferimos investir muito mais na sensibilização da população, com palestras, workshops em todas as províncias, além da existência de activistas que trabalham directamente com a comunidade", finalizou.

9.4 Habitantes aterrorizados com a delinquência

Semanário Angolense

02 De Novembro de 2013

A constante falta de energia eléctrica no período nocturno no distrito do Sambizanga, propriamente na zona da Refinaria de Luanda, facilita a proliferação de delinquentes, que há muito se dedicam a tirar a paz e o sossego dos habitantes. Violações e agressões físicas são apontadas como as práticas mais recorrentes dos meliantes que ali actuam.

A aflição dos moradores em relação aos referidos delitos traduz-se nas várias queixas apresentadas por eles nas unidades policiais locais. Contactada pelo *Semanário Angolense*, uma fonte no bairro, que preferiu falar sob anonimato, lamentou o facto, considerando pouco actuante a polícia, principalmente em horários mais críticos ou seja, das 23 horas em diante.

Parece uma concertação entre meliantes, pois no bairro, há uns tempos, não se ouvia sequer falar em delinquência, segundo os habitantes, que circulavam a qualquer hora do dia. Mas a EDEL dividiu as fases da

energia eléctrica num único bairro, causando muitas dificuldades em termos de distribuição, com a penalização de uma das partes.

«É frequente a falha de energia», queixou-se Flávio da Costa, residente há mais de dez anos. «Todos os dias passamos quase sem energia, depois restabelece por apenas uma hora ou trinta minutos. Geralmente a partir das 17 e 30 cortam a energia, às vezes nem ligam ou somente às zero ou duas horas da manhã, altura em que a maior parte das pessoas já está a dormir», acrescentou.

O SA soube no local que, além de violações e outro tipo de agressões, no bairro têm ocorrido também assaltos a residências, em que os objectos mais visados são as botijas de gás, televisores do tipo plasma e outros bens. Anícia Dala, outra residente da Petrangol, estudante da Alda Lara, informou que larga da escola às 18 horas e chega a casa às 21, devido à carência de transporte e aos engarrafamentos.

Meliantes actuam a bel-prazer

Contou que já deparou por diversas vezes com delinquentes parados à entrada de sua casa, simulando receberem ou efectuar chamadas telefónicas, outras vezes fingem que estão à espera de alguém. Outros ainda chamam-na, inventando conversa de amizade.

«Esses e outros truques conhecemos, quase a maior parte deles opta por isso, mas o grande objectivo é fazer compasso de espera para posteriormente executarem as suas acções», expressou a jovem.

«Já houve momentos em que, mesmo sendo tarde, preferia dar a volta à casa, com receio de voltar a viver aquele momento horrível e traumatizante, mas, em contra-partida, estava lá outro perigo de chegar mais tarde e correr o risco de eventualmente enfrentar outros meliantes», já que eles estão em abundância no bairro», frisou.

Antes, tão logo chegasse à paragem, a pequena Anícia ligava para a mãe para que a fosse buscar, mas hoje, não é possível, por a progenitora ultimamente chegar mais tarde a casa. Os actos de violações e furtos registam-se também no bairro de São Pedro da Barra, junto ao Instituto Politécnico do Sambizanga, onde na madrugada de sábado, 19, foram ouvidos gritos e choros, de desespero e amargura, aparentemente de uma jovem, pedindo por socorro.

O longo período de gritos e angústia da jovem, segundo Marta, deixaram-na sem sono, pois chocada com o ocorrido, espreitou através de uma abertura da porta no intuito descobrir quem era a menina, mas

devido à penumbra que o bairro apresenta, em função das constantes faltas de energia naquele período, não conseguiu verificar o rosto dos bandidos, aguardando apenas desesperada mente que deixassem a jovem em vida.

Requer-se patrulhamento constante

«Até agora, não sei o que aconteceu à jovem, já que passado algum tempo, não se ouvia mais os gritos, muito menos a presença dos malfeitores. No dia seguinte, foi encontrada apenas, no chão, a roupa interior, de cor vermelha, saia xadrez branca e preta e uma blusa de cor laranja», afirmou Marta.

Sendo o bairro periférico, com entradas estreitas (becos), o patrulhamento aí devia ser redobrado a qualquer hora do dia, mas principalmente nos momentos em que os alunos hunos abandonam as escolas e se encaminham para casa e à madrugada, quando estudantes universitários chegam muitas vezes às zero horas às residências, por causa dos obstáculos que surjam durante a caminhada.

Um dia antes do sucedido, de sol ardente, um meliante interpelou um jovem que saía da escola a caminho de casa, ameaçando-o de morte, caso não lhe entregasse a motorizada. De acordo com [u, vendedora de alimentos congelados, na madrugada de terça-feira, 29, foi-lhe assaltado um gerador, enquanto trabalhava, por um jovem «altamente perigoso» e conhecido por todos em função das constantes práticas criminosas.

«Por constantes falta de energia, sou obrigada a passar a noite com o gerador ligado, não consigo dormir sem energia», informou Ju. Os seus gritos levaram vizinhos a ligarem para a unidade policial mais próxima, mas os agentes, como sempre, não conseguiram chegar a tempo.

Pelo que moradores do São Pedro da Barra explicaram que, o jovem delincente vive fugindo de uma província para outra sempre que se envolve em acções delituosas dentro e fora do bairro.

«Na tentativa de o deterem, na mesma noite, alguns vizinhos foram ameaçados de morte pelo criminoso, que possuía uma arma de fogo», contou a vítima. O Descontentamento da vizinhança não sobrevém apenas quando o marginal assalta residências, mas quando, sem qualquer motivo, faz desmandos em plena luz do dia, motivo por que a maior parte de moradores presumem que ele seja o autor da violação da jovem.

As populações do São Pedro da Barra e da Petrangol pedem urgentemente a presença e o esforço

redobrado de patrulhamento das unidades mais próximas.

9.5 Tudo acontece por baixo da ponte do Zamba II

Jornal de Angola

04 De Novembro de 2013

A partir das seis horas da manhã o movimento debaixo da ponte do Zamba II, na Samba, é frenético. O dia começa com a confusão dos taxistas que fazem a rota Morro da Luz, Praia, multiperfil, Mutamba, Aeroporto Congolenses. Os cobradores "pescam" os passageiros, que a esta hora se dão ao luxo de escolher a viatura que se apresenta em melhores condições. Algumas têm música e ar condicionado.

A confusão começa por volta das sete da manhã. Os passageiros correm atrás dos candongueiros e são vigarizados, porque numa viatura com capacidade para 12 viajam 15 ou 16. São centenas de pessoas que diariamente passam por baixo da ponte do Zamba II. Para muitos é a rota principal para o local de trabalho ou a escola. Das seis da manhã às 10h00 e das 16h00 às 20h00 são os períodos mais movimentados.

Os primeiros a chegar aos espaços debaixo da ponte são os engraxadores, que procuram os clientes que saem de casa sem fazer a "higiene" dos sapatos. As mulheres que não tiveram tempo de arranjar as unhas em casa, enquanto espetas em pédicure e manicure, que até são capazes de dormir debaixo da ponte para serem os primeiros a tratar da beleza das clientes.

Os agentes da Polícia Nacional impõem alguma organização naquele mercado permanente sempre cheio de gente que vai mas também vem. Existe um mercado de rua no Bairro da Kinanga cercado de lixo e águas paradas. Apesar disso é o mais concorrido da zona. As moscas pousam nos alimentos, mas os clientes não querem saber disso: "o que não mata engorda".

O mercado "ilegal" também é vizinho da esquadra móvel montada ao lado da ponte, para quem sai do Instituto Médio de Saúde; e vai em direcção ao Morro da Luz. Ali não há fiscais. É a praça "do barato" e o cliente é atendido com rapidez e eficiência. Naquela área é notória a presença de crianças com batas brancas ou uniformes de colégios e mochilas às costas. Atravessam a rua, disputando espaço aos condutores.

Os candongueiros têm dias. Uma vez respeitam os peões e outras só não passam por cima deles porque quem anda a pé quase sempre é ágil e está sempre em estado de prontidão.

As crianças das escolas também i.a sabem y' ar os carros, dando nos e meninas com mochilas e batas ficam a brincar debaixo da ponte do Zamba II, dentro do horário escolar, o que mostra que muitos nem à escola chegam.

Semáforos perigosos

Na ponte do Zamba II os engarrafamentos nunca mais acabam. Filas paradas, nos dois sentidos, horas e horas. Os taxistas e outros apressados saem da faixa de rodagem e depois ninguém anda. E o fim do mundo.

O relógio avança a hora de entrada no serviço aproxima-se perigosamente. A ponte do Zamba II não deixa andar ninguém. "Aqui cada um tem que conduzir para si e vencer os taxistas e os turismos que fazem candonga", diz uma jovem, Maria Dinis.

Quem anda a pé tem mais sorte: Não tem engarrafamentos. Mas pode ser atropelado a qualquer momento, mesmo em cima dos passeios, porque são canais rápidos para os motoqueiros e até taxistas.

O peão deve estar sempre alerta na hora de andar nos passeios e atravessar as vias. Tem de estar preparado para partilhar os seus espaços com condutores de carros e motos. Muitos arriscam a vida disputando a prioridade com os carros. Outros acreditam demasiado nos semáforos e são surpreendidos pelos apressados que ignoram o vermelho. Então as motorizadas nem se fala. Muitos motoristas aceleram quando percebem que alguém está a atravessar a via.

As passeadeiras existem para travessia de peões. Mas ninguém acredita nisso. Por isso, as pessoas andam no meio da rua e os condutores fazem tudo para acertar nos que usam as passagens mais seguras. O perigo é maior quando o semáforo está vermelho. Pelo menos na ponte do Zamba II não há semáforos. Sempre é uma vantagem para quem gosta de viver a vida.

Na Estrada da Samba há os atletas de desportos radicais. São peões que atravessam o separador central ou pulam a rede de protecção. Quase sempre conseguem viver emoções muito fortes.

Assaltos frequentes

Os amigos do alheio estão sempre à espreita e nunca se distraem. As mulheres evitam o local quando estão sozinhas e até os homens acham que a zona é

perigosa. Na zona da ponte quem usa ouro deixa de usar. Os assaltantes são rapidíssimos e normalmente fazem o trabalho sem dor. As pessoas, principalmente as mulheres estão sempre em estado de alerta. Mesmo com duas esquadras móveis ladeando a ponte, agarram as bolsas com as duas mãos, para evitarem os assaltos. Basta a mínima distração dos agentes da Polícia Nacional ou das vítimas e os assaltantes conseguem "facturar".

A frente do carro do Jornal de Angola e ao lado da esquadra móvel, uma jovem ficou sem o telemóvel que levava no bolso de trás das calças. Ao subir para o táxi foi "ajudada 'por um assaltante e ficou sem telemóvel. Todos viram mas ninguém reagiu .. "Aqui é mesmo assim! Todos os dias as pessoas ficam sem ouro, sem telemóveis e até sem as pastas. Não chores o importante é que estás viva", dizia um passageiro à jovem roubada.

Debaixo da ponte muita coisa acontece. A equipa do Jornal de Angola ficou por lá quase cinco horas o Zungueiros e roboteiros aguardam os clientes. Enquanto esperam, alguns lêem o nosso jornal. Todos os que por ali param são obrigados a ficar em pé ou então sentam-se no chão por cima de um papelão. Quem vive da zunga diz que ali se factura bem. Os que vão apanhar transportes, querem sair de lá o mais rapidamente possível. Mas por baixo da ponte do Zamba II há sem- pré grande animação.

9.6 Aumentam denúncias de violência doméstica Corpo

Jornal de Angola
05 De Novembro de 2013

O Ministério da Família e Promoção da Mulher registou este ano mais denúncias de casos de violência doméstica do que o ano passado, disse ontem, em Luanda, a ministra Filomena Delgado.

Ao dissertar sobre o tema "Violência Doméstica", no seminário sobre Direitos da Mulher, promovido pela Rede de Mulheres Parlamentares da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), esclareceu que foram registadas 7.769 denúncias, entre o primeiro e o terceiro trimestre deste ano, contra 5.771 em igual período do ano passado.

Os casos de violência económica dominam a lista de denúncias, que envolvem, na sua maioria, as mulheres e incluem a falta de prestação de alimentos e querelas patrimoniais, aos quais se seguem os casos de violência psicológica, com 1.671 denúncias.

Base de dados

Filomena Delgado anunciou que está a ser criado um sistema integrado de dados, contendo informações provenientes do Ministério da Família e Promoção da Mulher, da Justiça, Interior, Saúde, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e algumas ONG. A ideia, explicou, é uniformizar os dados e permitir que todas as instituições trabalhem com uma mesma base. "Este documento vai depois ter validade em termos de utilização de dados, a partir do Instituto Nacional de Estatística (INE). Pensamos que vai ser inaugurado agora, por altura dos 16 dias de activismo, e permitir a todos ter a mesma linguagem de como vai o país na prevenção da violência", sublinhou. A ministra afirmou que a instituição e os seus parceiros devem continuar a lutar para criar programas que garantam o acesso das mulheres a melhores rendimentos.

O trabalho deve ajudar as mulheres a terem uma formação, para poderem resolver os problemas básicos que as afligem. "Muitas mulheres são chefes de família, na condição de separadas ou viúvas, e muitas têm formação bastante baixa. E preciso continuar a trabalhar na inversão da situação económica das mulheres", declarou.

Tráfico de mulheres

A presidente da Rede de Mulheres Parlamentares de Timor-Leste, Josefa Pereira Soares, afirmou que o tráfico de mulheres é um problema global, mas, "no contexto dos países da Assembleia Parlamentar, urge tomar medidas apropriadas para eliminar esta prática". Ao proferir o discurso de abertura do seminário, disse que a violência doméstica é um problema sem fronteiras e um terço das mulheres, em todo mundo, tem sido agredida física ou sexualmente por um antigo ou actual parceiro.

"De acordo com um relatório publicado este ano pela Organização Mundial da Saúde (OMS), um terço das mulheres no mundo tem sido física ou sexualmente agredida por um ex ou actual parceiro", sublinhou, para depois encorajar as delegadas ao seminário a abordarem com profundidade estes problemas.

Quanto à participação política das mulheres, disse ser importante destacar o papel essencial do género feminino no parlamento e noutros órgãos de tomada de decisão.

"Sem mulheres nos parlamentos, muitas questões como a violência baseada no género, direito à terra, entre outras, provavelmente não seriam discutidas", frisou.

Do seu ponto de vista, muitos países da CPLP têm feito grandes progressos na área da educação, mas, apesar disso, muitas mulheres sofrem discriminação no trabalho e nas suas próprias famílias. "Por isso, muitas mulheres trabalham ainda no sector informal e muitas são discriminadas quando tentam aceder a empregos", referiu.

9.7 Violência doméstica

Jornal de Angola

06 De Novembro de 2013

Os casos de violência doméstica aumentaram este ano em relação a 2012, situação que está a preocupar as autoridades competentes encarregadas da prevenção desses casos e também da punição dos autores de actos violentos no seio das famílias.

As autoridades competentes devem estudar as causas desse aumento, para que se encontrem as terapias necessárias aos problemas relacionados com a violência doméstica.

O Estado e a sociedade têm, por força da Constituição, a obrigação de proteger a família, assegurando que ela esteja bem estruturada a fim de termos uma comunidade em que haja uma boa convivência entre os seus membros.

Conhecendo-se as causas dos problemas que existem no seio das famílias, mais facilmente as entidades competentes do Estado e organizações da sociedade civil estão em condições de tomar as medidas necessárias para os superarem.

A estabilidade da família é para o Estado uma prioridade. Estamos a construir uma sociedade com prosperidade e faz todo o sentido que as nossas autoridades se preocupem em criar políticas que garantam a existência de famílias em harmonia e paz.

Uma das principais funções do Estado é garantir a paz e a segurança das pessoas, tendo os órgãos de soberania tomado já medidas para acabar com a violência nos lares, quer por via de legislação específica, quer por via da tomada de acções punitivas que possam dissuadir potenciais criminosos da prática de condutas que ponham em perigo a vida de cidadãos, mesmo sendo seus familiares.

O aumento de casos de violência doméstica é um caso que está já a merecer a atenção das nossas autoridades que estão a estudar mecanismos que para tomar mais célere a actuação dos órgãos que estão encarregados de lidar com casos de autores de crimes no seio da família.

Apesar de termos uma lei contra a violência doméstica, os casos de agressões físicas e de outra índole não têm diminuído, o que significa que não basta termos boa legislação para resolvermos esse problema. Há que se encontrar outros remédios para se combaterem as causas do problema.

Que as entidades que estudarem o problema apontem as verdadeiras causas da violência doméstica em muitos lares, para se criarem políticas públicas abrangentes, para que haja soluções para questões comuns a todas as regiões do país.

Pretendemos que em todo o país haja harmonia, pelo é importante que, não só o Estado, mas toda a sociedade esteja a trabalhar para que em Angola os nossos lares não sejam focos de violência mas de amor ao próximo.

E preciso cultivar o amor ao próximo, em quaisquer circunstâncias. Um departamento ministerial teve a feliz ideia de realizar um seminário, com sugestivo lema "Cuidar com dignidade e amor é um acto de cidadania".

No seio das nossas famílias temos de tratar bem os nossos entes queridos. A violência não resolve os problemas. A violência pode gerar mais violência. É importante que haja nos lares a cultura do diálogo permanente para a solução dos problemas.

Não queremos que os tribunais estejam cheios de processos que tenham a ver com conflitos intra-familiares. Que as organizações da sociedade civil contribuam para que esses conflitos sejam resolvidos fora do tribunais, ajudando-se as famílias a superar os seus problemas por via do diálogo.

E também importante que os órgãos de comunicação social sejam activos na divulgação de normas de educação cívica, a fim de que venha a haver menos casos de violência na sociedade.

Era bom que se prestasse maior atenção ao ensino da disciplina de educação cívica, na perspectiva de termos cidadãos com comportamentos que contribuam para termos uma sociedade sem violência, dentro ou fora dos lares.

Sabemos que há um aumento de casos de violência doméstica em relação ao ano passado. Importa entretanto que esses casos sejam resolvidos, ou por via do diálogo, com a mediação de organizações vocacionadas para a resolução de problemas familiares, ou por via dos tribunais, consoante a natureza das condutas que violam direitos de outrem. Os casos não podem ficar por resolver. Temos uma lei de violência doméstica que até prevê penalidades para os que cometem crimes nos lares.

Os autores de crimes no seio da família não devem fazer o que bem entenderem. O legislador ordinário, ao produzir a lei contra a violência doméstica, fê-lo na convicção de que este instrumento jurídico iria contribuir grande mente para solucionar um grave problema que afecta a nossa sociedade.

9.8 Marginais mais operativos que a Polícia

Jornal Folha 8

09 De Novembro de 2013

A criminalidade na capital deixou de ser monopólio das antigas zonas tradicionais, pois ela já é uma presença assídua nos novos pólos habitacionais. É o que se está a passar com a zona do Zango, considerada, por muitos, como um desterro, que vai assistindo nos últimos tempos, a um crescendo da criminalidade. Acredita-se que a junção, no mesmo perímetro habitacional de jovens antes catalogados com o crime, nos bairros do Cazenga, Sambizanga, Kilamba Kiaxi, esteja na base do aumento vertiginoso da criminalidade no Zango III, provocando o pânico aos cidadãos, ante o olhar, aparentemente, omissos dos efectivos locais da Polícia Nacional, cuja organização para o combate ao crime não parece estruturado. Isto por os marginais actuar com a mais pura impunidade na 1ª paragem de táxi do Zango III, sendo os alvos preferenciais, os moto-taxistas e residências do quarteirão 8, nas ruas 6, 7 e 8.

"Um grupo de marginais assaltou, na madrugada do dia 31.10.13, a residência nº 125, na rua 6, do quarteirão, subtraindo uma aparelhagem de som, avaliada em 40 mil Kwanzas", denunciou o lesado, acrescentando já ter participado o roubo a Polícia, que alegando insuficiência de meios, nem foi ao local fazer peritagem.

F8 apurou que muitos dos jovens ligados a práticas ilícitas, encontram-se fora do sistema do ensino e por via disso consomem álcool e droga, estimulantes para as acções criminosas que efectuam. Foi o que aconteceu, quando um grupo destes bandidos saía de uma bebedeira, que no 24.10.13, um jovem viu a sua motorizada ser roubada, na estrada que liga a paragem do Zango III à Unidade Delta da Polícia de Intervenção Rápida (PIR).

9.9 Falsos "escamadores" semeiam medo e terror

Novo Jornal

15 De Novembro de 2013

O DIA NA PRAIA da Mabunda começa logo pelas 5h00 da manhã, quando pequenas embarcações começam a atracar à beira-mar. É precisamente nessa hora do dia, ainda na ausência do raiar do sol, em que um aglomerado de gentes, entre' pescadores, peixeiras, zungueiras e simples compradores, se junta à volta dessas embarcações e à beira-mar para o negócio do peixe.

A manhã do dia 7 de Novembro teria sido um dia como qualquer um outro, não fosse Eduardo, pescador da Mabunda, descrito pelas peixeiras como uma "pessoa serena e de paz" ter encontrado a morte já a caminho do hospital, após ter sido esfaqueado pelas costas, por volta das 9h00, por um falso "escamador" de peixe. Eduardo, cuja idade se desconhece, teria reagido ao roubo do peixe que trazia, fruto de uma jornada de cinco dias em alto-mar.

"ESCAMADORES" EM ALERTA

Após o crime, que uma semana depois ainda é motivo de conversa entre muitos que naquela hora do dia assistiram ao infortúnio sucedido, criou-se entre pescadores, peixeiras e "escamadores", um clima de desconfiança, uma vez que muitos desses "escamadores" não são de facto.

"Eles fazem-se passar por "escamadores" quando não são. Uns vêm aqui para trabalhar, mas ultimamente o crime aumentou e têm estado a criar aqui muitas situações", explica a dona Rita, cuja bancada está precisamente à frente do sítio do crime.

Rita Armando acompanhou de perto a tentativa de roubo do peixe e contou ao Novo Jornal como foi o desfecho da situação: "Eram três jovens e eles tiraram o peixe que o homem havia tirado do barco para a areia, à beira-mar. Pediu que lhe devolvessem o peixe, só que os jovens começaram a intimidá-lo e foi assim que ele pegou num dos remos e acertou na cabeça de um deles. Ao dar as costas para voltar novamente ao barco, um dos jovens veio e esfaqueou-o pelas costas", conta dona Rita.

POLÍCIA NÃO IMPEDE CRIME

A não mais de 100 metros da praia da Mabunda está uma repartição da Polícia Fiscal que, segundo os pescadores e peixeiras, não tem sido capaz de intimidar nem desencorajar os jovens que se fazem

passar por "escamadores" da prática de crimes. Todos os dias, contam, há relatos de assaltos à luz do dia. "Já houve uma altura em que os chineses passavam mal. Os chineses vinham para aqui sempre comprar peixe, mas tiveram de desistir. O último que foi assaltado perdeu todos os documentos. Roubaram-lhe 18 mil kwanzas e nem a carteira conseguiu recuperar", detalha Natércia Adão, que também assistiu à cena do crime.

O Novo Jornal soube de fonte da polícia local que foi feito apenas um relatório de ocorrência, que teria sido entregue ao Comando Geral da Polícia Nacional, a relatar o sucedido. Quanto ao paradeiro do autor do crime, as versões são desencontradas: a fonte da polícia diz que o jovem já se encontra detido numa esquadra de polícia, ao passo que os pescadores e peixeiras afirmam que o jovem se pôs em fuga.

O Novo Jornal contactou a referida repartição da Polícia Fiscal que não soube dar informações precisas sobre o crime, uma vez que, explicou a fonte, não coincidiu com o turno da equipa que ali estava na altura. Entretanto, peixeiras e quitandeiras reclamam de uma alegada apatia da Polícia Fiscal, com quem alegam não contar. "Eles estão aí mas não reagem, quando há uma situação aqui na praia. É sempre assim: só aparecem quando já tudo aconteceu, afirma, intrigado o pescador Noé Gusmão.

As ARMAS DO CRIME

Habitualmente, as donas de casa que se deslocam à praia da Mabunda contam com o pronto serviço de jovens que escamam ali o peixe. Estes rapazes fazem-se acompanhar de sacas de vários tamanhos, com as quais tratam dos peixes de pequeno e grande porte. De acordo com os dados recolhidos no local, é com essas facas que os jovens disfarçados de "escamadores" têm praticado os crimes ou intimidado quem se intromete nos actos de violência que também praticam.

"Nós, trabalhamos aqui e nem todos nos conhecemos. Realmente há jovens que aparecem aqui que são drogados. São esses que depois cometem crimes, como roubos dos produtos das quitandeiras e até as viaturas que vêm aqui. Eles roubam os peixes, quando são tirados das embarcações e metem-se com as pessoas que acodem fazendo ameaças. Aqui as pessoas têm medo porque ninguém quer perder a vida", diz o jovem Geoveth Marfins, que é "escamador".

PEIXEIRAS PEDEM LICENÇA

Para pôr cobro à onda de crimes, algumas peixeiras acham que a solução passa por licenciar os jovens

que se dedicam ao trabalho de "escamador". "Eles tinham que ter uma senha, um passe ou qualquer coisa que nos ajudasse a identificá-los. Porque se não for assim é melhor que acabem com os "escamadores", porque o crime está de mais. As vendedeiras têm de ir mais cedo para casa. E ainda nem nos mudaram para a praça que foi construída ali à frente. Porque quando nos transferirem para lá, e como ali tem becos, vai ser pior", adverte a senhora Arminda.

9.10 Material bélico foi descoberto

Jornal de Angola

15 De Novembro de 2013

O Comando da Polícia Nacional na província do Bié descobriu um esconderijo com diverso material bélico na aldeia de Cambumba, município de Cunhinga, 30 quilómetros a norte do Cuito, anunciou ontem o porta-voz da corporação.

O superintendente chefe António Hóssi, que falava à Angop, disse que a Polícia encontrou e desactivou no esconderijo dez projecteis de morteiro 60 milímetros e 40 cargas explosivas de 60 milímetros.

Os efectivos da Polícia Nacional efectuaram, ainda, quatro micro-operações nos municípios do Cuito, Andulo, Cunhinga, Catabola e Camacupa, que resultaram na recolha coerciva de cinco projecteis do tipo ZU-23.

A operação, enquadrada no Programa de Desarmamento da População Civil, também permitiu recolher três armas de fogo do tipo AKM, três carregadores, duas munições do mod-43, um projectil de morteiro 60 milímetros, uma granada de mão, uma mina anti-pessoal e outra anti-tanque, todos em estado técnico obsoleto. Foram ainda entregues de forma voluntária pela população uma arma de fogo do tipo AKM em bom estado, um carregador e duas munições. O processo de desarmamento decorre em todo o país.

9.11 Lei sobre violência doméstica difundida nas zonas afastadas

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2013

A directora provincial do Huambo para a Família e Promoção da Mulher, Frutuosa Cassinda, prometeu ontem divulgar a lei contra a violência doméstica nas zonas mais recônditas da província com programas mais radiofónicos.

Falando num seminário no Huambo dirigido a juizes, procuradores, advogados, agentes da Polícia e estudantes de Direito, a directora provincial informou que os principais problemas que chegam ao seu conhecimento são queixas sobre ofensas corporais e morais, recusa de alimentos e desalojamento.

Frutuosa Cassinda referiu que alguns homens começam também a procurar os serviços da Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher e a solicitar a sua intervenção, pois muitas mães deixam de alimentar os filhos por pensarem que esta é apenas tarefa do pai. "Há mulheres que pensam que a prestação de alimentos é apenas da responsabilidade do pai. A mãe também é responsável pelo filho, por isso as despesas devem ser partilhadas", disse.

Durante o seminário, os participantes abordaram diferentes casos que ocorrem nos lares e descreveram as causas e efeitos, caracterizaram o agressor e a vítima e como se deve lidar com esta matéria quando confrontados com o caso específico em qualquer localidade. O vice-governador do Huambo para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Kalunga Kissanga, disse que a Lei sobre a Violência Doméstica, aprovada em Junho de 2011, "visa a criação de uma sociedade mais justa e harmoniosa, com mecanismos e ferramentas para a redução" a conflitualidade.

A lei "é um instrumento jurídico que permite responsabilizar criminalmente qualquer cidadão que seja autor ou promotor de actos que atentam contra a integridade física e ou moral de qualquer membro da família", frisou. Kalunga Kissanga salientou que violência doméstica é "uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos, pois ocorre no núcleo atómico de qualquer sociedade, que é a família, estrutura organizacional de onde se adquirem os mais básicos princípios e valores cívicos e morais que norteiam uma sã convivência".

O vice-governador referiu que a aprovação da lei foi um grande passo, mas "é importante que ela seja do conhecimento e domínio dos agentes responsáveis pela sua aplicação e pela população em geral", daí estarem em curso acções que visam a sua ampla divulgação.

A representante da Rede Mulher Angola, Femanda Ricardo, interveio também e considerou que a violência doméstica "está a crescer no país", pelo que há necessidade de criar mecanismos para a combater. Femanda Ricardo referiu que a falta de domínio da lei pelos profissionais que atendem às vítimas não ajuda na redução dos casos.

9.12 Prioridade no combate a proliferação de armas de fogo

Jornal Semanário

23 De Novembro 2013

Muitos casos delituosos que estão a tirar o sossego à população a nível do distrito do Kilamba Kiaxi, como homicídio voluntário, violações, ofensas corporais, roubos a residências e em vias públicas, são praticados, na sua maioria, com recurso a armas de fogo.

Embora não alarmante, o novo comandante de divisão do distrito do Kilamba Kiaxi, Superintendente-chefe Alberto Paulo, considera preocupante a situação da criminalidade no seu território, tendo em conta os casos delituosos que têm ocorrido.

Por este facto, Alberto Paulo considera prioritário o combate à proliferação de armas de fogo. Há um mês de trabalho na divisão do Kilamba Kiaxi, o Superintendente chefe Alberto Paulo aponta, como prioridade, o combate às armas de fogo, como forma de controlar o índice da criminalidade em todo território do seu distrito. "ós temos, como prioridade, o combate à criminalidade. Sabemos que, no distrito do Kilamba-Kiaxi, os crimes são praticados com auxílio de armas de fogo. Então, queremos acabar com a posse ilegal destas armas junto das comunidades", adiantou.

Ao longo da actividade desenvolvida pela divisão do Kilamba-Kiaxi, de 01 a 20 de Outubro, foram apreendidas mais de 30 armas de fogo, com realce para as do tipo AKM e pistolas.

Estes artefactos foram retirados de cidadãos normais que se faziam acompanhar, na via pública, com mochilas e viaturas. Trabalho de apreensão de armas de fogo acontece na via pública

O Superintendente-chefe Alberto Paulo fez saber que o trabalho de apreensão das armas de fogo está a ser levado a cabo a nível da via pública, em cidadãos que levantam suspeitas. "Entre as armas apreendidas, muitas foram encontradas em cidadãos na via pública, depois de serem submetidos a revistas. As outras foram encontradas em viaturas, seguindo os mesmos passos de revista", explicou.

Segundo o comandante de divisão, todos os cidadãos normais e não só que residam no distrito do Kilamba Kiaxi e que possuam uma arma de fogo, devem dar participação a uma esquadra próxima e apresentarem a documentação comprovativa que está autorizado a usar o artefacto.

Em contrapartida, ser- lesões retiradas as armas, sob o pretexto de estarem ilegais.

"Esta medida vale também para os efetivos da polícia ou das forças armadas, que vivem no território do Kilamba Kiaxi. Estes têm de dar : conhecer à divisão da policia do Kilamba Kiaxi, qw tem autorização para usa arma de fogo".

Alberto Paulo falei ainda ao Factual que ; medida serve para identificar quais as pessoas,; níveis do território, qm fazem o uso de arma de fogo sob autorização. o que toca proveniência das armas de fogo, em posse da comunidade, o comandante da divisão do Kilamba Kiaxi fez saber que, em algum dos casos, tem a ver com a situação político-militar que o país viveu, visto que muitas armas foram distribuídas à população e, até o momento, mesmo com o programa de desarmamento, muitos se escusam a entregar. Por outro lado, o comandante apontou que tais materiais vão parar às mãos de meliantes por intermédio de alguns efectivos, tanto da Policia acional, das Forças Armadas como dos serviços de segurança privada. o que toca aos utilizadores das armas de fogo, a fonte indicou que muitos dos artefactos são encontrados em jovens om idades entre os 18 e os 24 anos.

"Esta situação preocupa-nos muito, visto que estas crianças não têm nenhum sentimento. Elas pensam que quando disparar para alguém morrer, esta pessoa amanhã vai ressuscitar", sublinhou o Comandante.

Quanto à aproximação com a população, o comandante de divisão Alberto Paulo falou que, muito embora o curto período que está a dirigir a divisão do Kilamba Kiaxi, tem verificado uma certa participação quanto à denúncia de actos criminais.

Distribuição de números de telefones facilita detenção de meliantes "Isso só foi possível com a distribuição dos números de telefones, tanto do comando de divisão como das esquadras a nível das comunas", referiu.

Questionado sobre as comunas que maiores cuidados, o comandante de divisão do distrito do Kilamba Kiaxi Afirmou que, "neste momento, em todas as áreas do território há meliantes, visto que ainda temos sentido um certo receio da população quanto à segurança". Portanto, nós vamos empre empreender os esforços no senti-lo de devolver o sentimentos de segurança à população", garantiu Alberto)aulo.

9.13 Nas elites existe violência contra mulher

Semanário Factual

De 23 a 30 de Novembro de 2013

segundo a fonte, "a violência contra a mulher não pode ser vista apenas nas camadas de menos posse. Existem casos em que, nas chama- das elites, as mulheres vivem um verdadeiro calvário, porque os seus amores nem sequer permitem que elas trabalhem, já que, supostamente, têm tudo e devem apenas servi-los", lamentou a activista social.

Com tristeza, a responsável da RMA afirmou acreditar ser uma revelação que pode ferir determinadas sensibilidades, mas que é uma realidade vivida por muitas mulheres, que, "na defesa do status, até porque o marido ou o familiar próximo são os senhores fulanos, têm que aceitar silenciosas, maus tratos".

"A arrogância é tal dos que se julgam no pedestal, que todos os que rodeiam esta mulher, vítima da situação, também levam à tabela", denunciou Fernanda Ricardo. Entretanto, numa abordagem mais sucinta, considerou que a violência contra a mulher é mais evidente nos centros urbanos, porquanto o modus vivendi é mais agressivo, sobretudo para a mulher.

"Não vamos escamotear os factos. A situação da violência contra a mulher é ainda grave na sociedade angolana. Há melhorias consideráveis, mas o índice ainda é alto. Felizmente, as mulheres e os homens vão ganhando mais consciência sobre este mal", considerou a fonte.

Surra é sinónimo de amor Fernanda Ricardo é de opinião que o Executivo tem prestado uma atenção especial à harmonia na família, sendo prova disso a lei contra a violência doméstica, instrumento jurídico que não surge apenas em defesa da mulher mas, sobretudo, de uma convivência salutar nas famílias.

Com satisfação, afirmou que, a nível das instituições, inclusive na Assembleia acional, a abordagem da violência contra a mulher tem deixado de parte as cores partidárias.

"Todas são unidas, porque a violência não tem rosto. Isso é um motivo de satisfação e de esperança. Inclusive, os homens estão mais acessíveis. Entretanto, há mulheres que ainda vivem à mercê de velhos dogmas, segundo os quais o amor tem mais vigor depois de uma surra", criticou.

Segundo a fonte, a tristeza é ver ainda mulheres a pensar assim. Acham mesmo que os maus-tratos são um castigo merecido.

"Pensam ser um direito adquirido pelos esposos. Se calhar o dote sirva para justificar. A agravar, veja o que a ambição pede nos alambamentos. São os homens a ditar as regras. Elas, as mulheres, não são tidas nem achadas", criticou.

A fonte advogou a necessidade de mais campanhas de sensibilização a nível das comunidades, para que todos conheçam a lei contra a violência doméstica, trabalho que é da responsabilidade de todos, porquanto o Executivo tem feito grandes avanços nesta direcção.

"A Rede Mulher - Angola tem estado a trabalhar nesse sentido, sobretudo a nível do interior. Temos estado a contar com o apoio dos governos provinciais. Os resultados são satisfatórios, já que a mulher cala menos aos maus-tratos", garantiu.

Quanto à possibilidade de se acabar, de uma vez para todas, com a violência contra a mulher, na sociedade angolana, Fernanda Ricardo julga que tal aconteça se todos estiverem engajados.

A activista social para- fraseou, neste aspecto. Directora Executiva da ONU /mulheres Michelle Bachelet, afirmando: Muitas vezes me perguntam se é possível pôr fim à violência contra as mulheres, dada à abrangência e à persistência destes crimes. 1). minha resposta é sim. É possível, mas somente se fizermos isso juntos. Somos todas e todos responsáveis e já é hora das promessas feitas às mulheres serem cumpridas.

Assim, a responsável da Rede Mulher- Angola apelou a todos, sem excepção, que assumam a responsabilidade de pôr fim à violência contra as mulheres e meninas.

"Convidamos a cada um dos homens e mulheres, Chefes de Estado e Governos, a unirem-se à iniciativa mundial, que dará visibilidade aos compromissos nacionais assumidos com o objectivo de eliminar a violência contra as mulheres e meninas", citou, mais uma vez, a Directora da ONU/Mulheres.

Futuro promissor

Fernanda Ricardo acredita ter-se já avançado muito na sociedade angolana, se comparado aos anos anteriores.

"Conseguimos quebrar silêncio. Actualmente, possuímos uma legislação contra a violência

doméstica. Contamos com um acordo internacional, que é a Plataforma de Acção de Pequim, que nos permite avançar como comunidade internacional em direcção a um destino comum", afirmou,

A fonte salientou haver mais conhecimento sobre as causas que geram a Violência e cada vez mais mulheres, homens e jovens, continuam a se mobilizar contra ela. De acordo com a fonte, presentemente são muitas as organizações que trabalham incansavelmente para ajudar as vítimas de violência e a seus filhos e filhas, e em muitos países, os gestores públicos, com destaque para o Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, têm tomado acções decisivas neste sentido.

Sustenta que é necessário haver mais esforços para proteger as mulheres e evitar que esta violação aos direitos humanos persista, com leis cada vez melhores e planos de acções mais abrangentes que incluam centros de acolhimento, serviços de atenção telefónica e assistência médica e jurídica às mulheres vítimas de violência e a seus familiares.

Considerou que programas educativos sobre ensino dos direitos humanos, igualdade e respeito mútuo e que sirvam de inspiração aos jovens, que, por sua vez, assumam a liderança e combatam a violência contra mulheres e meninas, são imprescindíveis.

Fernanda Ricardo lembrou que, em alguns países, sete (1) de cada dez (10) mulheres são agredidas, violadas, mutiladas ou vítimas de abusos ao longo das suas vidas. Urna crise de tais proporções merece atenção prioritária de líderes mundiais. A paz e o progresso não são possíveis enquanto as mulheres viverem com medo de sofrer violência.

Com satisfação, salientou que, apesar deste quadro negro, cada vez existe mais consciência sobre o que é a violência contra as mulheres, "Porque isso significa uma ameaça à democracia, um obstáculo à paz duradoura, um fardo para as uma violação atroz aos direitos humanos. À medida que mais e mais pessoas considerem a violência contra as mulheres inaceitável e passível de ser evitada, e à medida que mais e mais agressores recebam a punição devida, o fim da violência contra as mulheres torna-se mais real", venceu.

A data foi designada, em 1999, pela Organiza ONU e o Conselho da Europa, e serve para debater e dar visibilidade às vítimas da violência, quer através de espancamento, violência conjugal, crimes de honra ou casamentos forçados. Em média, uma mulher em cada três sofre de violência na sua vida, desde espancamentos a relações sexuais impostas ou outras formas de maus ratos.

9.14 Prioridade no combate à proliferação de armas de fogo

Semanário Factual

De 26 de Outubro a 02 de Novembro de 2013

Muitos casos delituosos que estão a tirar o sossego à população a nível do distrito do Kilamba Kiaxi, como homicídio voluntário, violações, ofensas corporais, roubos a residências e em vias públicas, são praticados, na sua maioria, com recurso a armas de fogo.

Embora não alarmante, o novo comandante de divisão do distrito do Kilamba Kiaxi, Superintendente-chefe Alberto Paulo, considera preocupante a situação da criminalidade no seu território, tendo em conta os casos delituosos que têm ocorrido.

Por este facto, Alberto Paulo considera prioritário o combate à proliferação de armas de fogo.

Há um mês de trabalho na divisão do Kilamba Kiaxi, o Superintendente - chefe Alberto Paulo aponta, como prioridade, o combate às armas de fogo, como forma de controlar o índice da criminalidade em todo território do seu distrito.

"Nós temos, como prioridade, o combate à criminalidade. Sabemos que, no distrito do Kilamba Kiaxi, os crimes são praticados com auxílio de armas de fogo. Então, queremos acabar com a posse ilegal destas armas junto das comunidades", adiantou.

Ao longo da actividade desenvolvida pela divisão do Kilamba Kiaxi, de 01 a 20 de Outubro, foram apreendidas mais de 30 armas de fogo, com realce para as do tipo AKM e pistolas.

Estes artefactos foram retirados de cidadãos normais que se faziam acompanhar, na via pública, com mochilas e viaturas.

Trabalho de apreensão de armas de fogo acontece na via pública

O Superintendente-chefe Alberto Paulo fez saber que o trabalho de apreensão das armas de fogo está a ser levado a cabo a nível da via pública, em cidadãos que levantam suspeitas.

"Entre as armas apreendidas, muitas foram encontradas em cidadãos na via pública, depois de serem submetidos a revistas. As outras foram encontradas em viaturas, seguindo os mesmos passos de revista", explicou.

Segundo o comandante de divisão, todos os cidadãos normais e não só que residam no distrito do Kilamba Kiaxi e que possuam uma arma de fogo, devem dar participação a uma esquadra próxima e apresentarem a documentação comprovativa que está autorizado a usar o artefacto.

Em contrapartida, ser-lhes-ão retiradas as armas, sob o pretexto de estarem ilegais.

"Esta medida vale também para os efectivos da polícia ou das forças armadas, que vivem no território do Kilamba Kiaxi. Estes têm de dar a conhecer à divisão da polícia do Kilamba Kiaxi, que tem autorização para usar arma de fogo".

Alberto Paulo falou ainda ao Factual que a medida serve para identificar quais as pessoas, a nível do território, que fazem o uso de arma de fogo sob autorização.

O que toca à proveniência das armas de fogo, em posse da comunidade, o comandante da divisão do Kilamba Kiaxi fez saber que, em alguns dos casos, tem a ver com a situação político-militar que o país viveu, visto que muitas armas foram distribuídas à população e, até o momento, mesmo com o programa de desarmamento, muitos se escusam a entregar.

Por outro lado, o comandante apontou que tais materiais vão parar às mãos de meliantes por intermédio de alguns efectivos, tanto da Polícia Nacional, das Forças Armadas como dos serviços de segurança privada.

No que toca aos utilizadores das armas de fogo, a fonte indicou que muitos dos artefactos são encontrados em jovens com idades entre os 18 e os 24 anos.

"Esta situação preocupa-nos muito, visto que estas crianças não têm nenhum sentimento. Elas pensam que quando disparar para alguém morrer, esta pessoa amanhã vai ressuscitar", sublinhou o Comandante.

Quanto à aproximação com a população, o comandante de divisão Alberto Paulo falou que, muito embora o curto período que está a dirigir a divisão do Kilamba Kiaxi, tem verificado uma certa participação quanto à denúncia de actos criminais.

Distribuição de números de telefones facilita detenção de meliantes

"Isso só foi possível com a distribuição dos números de telefones, tanto do comando de divisão como das esquadras a nível das comunas", referiu.

Questionado sobre as comunas que inspiram maiores cuidados, o comandante de divisão do distrito do Kilamba Kiaxi afirmou que, "neste momento, em todas as áreas do território há meliantes, visto que ainda temos sentido um certo receio da população quanto à segurança".

Portanto, nós vamos sempre empreender os nossos esforços no sentido de devolver o sentimento de segurança à população", garantiu Alberto Paulo.

Quanto aos tipos de crimes cometidos, o comandante da 32a esquadra informou que "na nossa zona de jurisdição destacam-se o roubo a residência e na via pública, bem como alguns casos isolados de homicídio voluntário e ofensas corporais com armas brancas.

O comandante deu a conhecer que cada posto policial, sob tutela da 32a esquadra, tem os meios para o patrulhamento auto, facto que tem ajudado muito no combate à criminalidade a nível da comuna.

"Quando nós sabemos que um determinado ponto é vulnerável, nós colocamos o patrulhamento auto e apeado. Para além disto, fazemos também o policiamento porta a porta, no sentido de distribuirmos cartilhas com os números, tanto dos comandantes como das patrulhas", acrescentou.

Para o superintendente Manuel Kayanga, "neste momento, o que tem nos preocupado é a situação da iluminação pública, bem como a falta de condições das vias, facto que faz com que demoramos muito em acudir um determinado chamado".

Manuel Kayanga, aproveitou a ocasião para apelar à população na denúncia dos infractores. "Estamos aqui para responder a todos os chamados da população", cimentou.

9.15 Polícia recolhe armamento

Jornal de Angola
30 De Novembro de 2013

A Polícia Nacional (PN) no Bié realizou nos últimos sete dias, nos municípios do Cuito Cunhinga e Camacupa, seis micro-operações, que resultaram na recolha coerciva de nove projecteis de diversos calibres que estavam em posse ilegal de civis, informou na quarta-feira o porta-voz da corporação, superintendente-chefe António Hossi.

Na semana anterior, os efectivos da PN realizaram quatro micro-operações nos municípios do Cuito, Andulo, Cunhinga, Catabola e Camacupa, que resultaram na recolha coerciva de cinco projecteis.

A operação, de acordo com António Hossi, enquadra-se no programa de desarmamento da população civil, que permitiu também a recolha de três armas de fogo do tipo AKM, três carregadores, de munições, um projectil de morteiro 60 mm, uma granada de mão, um mina anti-pessoal e uma outra an1 tanque, todos em estado obsoleto.

No mesmo período, também firam entregues de forma voluntário uma arma de fogo do tipo A1a com o nº 0594 e em bom estado, um carregador e duas munições, no município do Chinguar.

A Polícia Nacional no Bié descobriu, de acordo com o porta-voz (corporação, um esconderijo com diverso material bélico, na aldeia de Cambumba, município de Cinhinga, e desactivou no local de projecteis de morteiro 60 mm e camas explosivas de 60 mm.

9.16 Criminalidade no Cazenga inspira maior atenção

Semanário Factual
De 09 a 16 de Novembro de 2013

No território da 15ª esquadra, destacam-se a nível da criminalidade as zonas do Curtume, do Kanivete e do Angolano Vala. Quanto ao território da 13a esquadra, salientam-se as zonas da Lagoa do São Pedro, do Mercado Tira Pistola, do Cayaya, da Rua do Funchal e da área do Caprédió, como de maiores conflitos.

"Tenho ainda a relatar que temos tido também algumas acções de marginais nas zonas da 6ª Avenida e do BCA, onde, a par de outras zonas, têm merecido a nossa atenção. Nestes locais, procuramos sempre manter o contacto com os cidadãos, no sentido de colher algumas informações que nos conduzam aos meliantes", afirmou o Comandante.

Na ronda efectuada pelo Factual em vários bairros do Cazenga, foi possível notar a reclamação dos munícipes quanto à criminalidade, bem como a ínfima actividade de patrulhamento.

Para o superintendente Clemente Pontes, o patrulhamento tem sido feito, mas com maior incidência nas zonas mais inseguras.

"Nós não podemos estar simultaneamente em todo território, privilegiámos as zonas com maior incidência de insegurança", frisou.

No que toca a meios técnicos, o comandante da terceira divisão do Cazenga afirmou estar bem servido.

"Quanto a meios técnicos, nós temos disponíveis. O grande défice tem a ver com o número reduzido de efectivos", referiu.

No que concerne às dificuldades que o efectivo tem passado no cumprimento do seu dever de zelar pela segurança dos munícipes, o comandante Clemente Pontes falou que são inúmeras, tendo destacado a situação da iluminação pública e o mau estado das vias.

"Temos um território praticamente acidentado e quando chove a situação piora, devido aos charcos de água, buracos e muita lama. Estes factores impedem que o nosso serviço seja feito com maior brevidade. Para piorar a situação, temos o problema da iluminação pública: existem zonas que estão totalmente às escuras e dificultam muito o nosso trabalho", sublinhou o comandante.

De recordar que a falta de abastecimento de energia eléctrica no município do Cazenga está muito ligada à incidência dos crimes.

"Os delinquentes aproveitam a escuridão para efectuarem as suas acções, mas sempre que há qualquer informação, nós sempre procuramos estar presentes nestas zonas para prevenir o crime", afirmou o comandante.

Sobre o policiamento de proximidade, o comando da terceira divisão do Cazenga tem se reunido, periodicamente, com os munícipes, no sentido de se inteirar da situação em que vivem os cidadãos naquela municipalidade. A actividade também é desenvolvida pelas esquadras distribuídas pelos bairros.

Comando da 11e divisão promete quadra festiva segura.

Tendo em conta a aproximação da época festiva, o comando da terceira divisão do município do Cazenga, afirmou estarem prontos os mecanismos para uma quadra festiva segura.

Segundo o superintendente Clemente Pontes, uma serie de actividades será levada a cabo, no sentido de prevenir e reduzir a criminalidade a nível do município.

"Neste período, o comando vai ainda contar com o reforço de algumas forças do comando geral, bem como do comando provincial de Luanda. Portanto, as condições estão criadas para garantir uma quadra festiva sem muitos assaltos", garantiu Clemente Pontes.

Nova estratégia para apreensão de armas

A proliferação de armas de fogo a nível do município do Cazenga é uma das grandes preocupações do comando da terceira divisão. Por este motivo, novas estratégias foram adoptadas no sentido de contrapor as actividades dos meliantes.

Sem explicar quais as estratégias, o comandante superintendente Clemente Pontes assinalou que várias armas de fogo são apreendidas na via pública.

"Nós, neste momento, estamos a fazer operações "caça motos", porque as armas de fogo são transportadas por motos. Por este facto, estamos a fazer um combate cerrado a todo o tipo de motos que são utilizadas pelos meliantes", apontou Clemente Pontes.

O comandante afirmou ainda que, face a esta operação, está-se a desmantelar vários grupos que têm praticado as suas acções com a utilização de armas de fogo.

O Comandante apelou ainda aos cidadãos, tanto civis como militares, que se encontram em posse de armas de fogo atribuídas e devidamente documentadas, a se deslocarem a uma esquadra próxima ou ao comando de divisão, no sentido dar a conhecer o porte de arma.

Para o comandante, este acto visa controlar o número de indivíduos que fazem o porte legal de arma de fogo a nível do município.

9.17 Mais de um milhão de armas em posse

Semanário Factual

De 09 a 16 de Novembro de 2013

Segundo dados não oficiais a que o Factual teve acesso, mais de um milhão de armas de fogo são controladas por cerca de 102 empresas de segurança a nível do país.

A sociedade chama a atenção para o perigo que representam os guardas das empresas privadas de segurança, que, às vezes, actuam como autênticos marginais.

"O Estado deve evitar que se criem milícias ou exércitos paralelos que põem em causa a própria segurança da Nação e o descontrolo do armamento", afirmou um político da oposição.

"Constitui uma inquietação para os cidadãos, em geral, porque os agentes das empresas de segurança

levam a cabo acções que substituem as competências da Polícia Nacional," acrescentou o político.

Para alguns analistas, o perigo está no facto destas empresas pertencerem, na sua maioria, a generais das Forças Armadas Angolanas (FAA), o que tem limitado a capacidade da Polícia em agir contra as mesmas.

O Ministério do Interior anunciou a fiscalização do uso de armas através de controlo das empresas privadas de segurança, cujos agentes são acusados de disponibilizar esses engenhos aos criminosos

O ministro do Interior, Ângelo de Veiga Tavares, havia dado 30 dias para a Polícia Nacional actualizar o registo e o controlo de todas as armas de fogo usadas pelas empresas privadas de segurança, bem como o número exacto dos seus efectivos.

Veiga Tavares afirmou ser intenção do seu pelouro exercer a fiscalização das empresas privadas de segurança, sobretudo as que prestam serviços a instituições estatais, exigindo delas o cumprimento da lei.

Todas as empresas privadas de segurança envolvidas em acções criminosas verão cessadas as suas licenças

O governante advertiu que todas as empresas privadas de segurança que estiveram envolvidas em acções criminosas poderão ver cessadas as respectivas licenças.

A Assembleia Nacional deverá aprovar, nos próximos tempos, uma lei sobre as empresas privadas de segurança e a questão que se põe é se os seus efectivos continuarão a usar armas de guerra, como acontece, actualmente.

A existência das empresas de segurança privada e sistemas de auto-protecção em Angola foi determinada para aumentar a capacidade de segurança e de vigilância na área industrial, comercial e de transporte de valores, bem como a comercialização, instalação e assistência de equipamentos técnicos em residências e estabelecimentos comerciais.

A oposição parlamentar angolana exige legislação adequada sobre as empresas privadas de segurança, para se evitar o surgimento de exércitos paralelos em Angola.

A lei proposta pelo Executivo foi aprovada, na generalidade, sem a anuência da oposição que espera poder introduzir inovações nas discussões da proposta, na especialidade.

FAA entram em acção na recolha de armas

A Polícia Nacional (PN) e as Forças Armadas de Angola (FAA) vão iniciar um programa de recolha de armamento de guerra na posse de civis e de empresas de segurança.

Apesar de não haver dados oficiais sobre este material de guerra, com destaque para as AK -47 (Kalashnikov) e também pistolas de 9 mm, igualmente de fabrico russo, ascendem a vários milhares as armas dispersas por civis e empresas de segurança.

A operação de recolha ainda não tem prazos mas surge na sequência de um claro -alerta do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na sua mensagem de fim de ano, em que exortou a polícia ser o garante da tranquilidade.

Outro dado de realce neste contexto foi a chamada de atenção feita pelo Comando-Geral da Polícia Nacional sobre o facto de grande parte das situações complicadas no período festivo de Natal e Fim de Ano ter sido causada por guardas de empresas de segurança.

Encerradas 63 empresas privadas de segurança por exercício ilegal

A Polícia Nacional procedeu ao encerramento de 63 empresas privadas de segurança, por exercício ilegal da actividade, refere uma nota de imprensa do Ministério do Interior distribuída quarta-feira, 06, em Luanda.

Segundo o documento, 11 destas empresas referidas foram encerradas recentemente, enquanto as outras 52 cessaram as suas actividades no exercício de 2011 e 2012.

Recentemente, adianta, a corporação procedeu à apreensão de 177 armas de fogo, de 163 carregadores, 920 munições, 70 rádios de comunicações, 435 cassetes, sete detectores de metal e seis pares de algemas, além das 670 armas de fogo apreendidas em 2011 e 2012.

Neste sentido, o Ministério de tutela considera imperioso que a actividade de fiscalização e controlo prossiga para que a lei seja respeitada e cumprida e apela à compreensão e colaboração de todos, denunciando todos os actos praticados em contravenção ao que está legalmente estatuído,

De acordo com a nota, em virtude de se ter constatado várias insuficiências e irregularidades na actividade de algumas empresas privadas de segurança, "com destaque para a participação de

agentes seus no cometimento de crimes diversos, débil controlo do pessoal e armamento sob sua tutela e a não assumpção da sua condição de subsidiariedade à PN", o MININT realizou um encontro com responsáveis destas empresas em Agosto de 2013.

Com efeito, foi estabelecido um período de trinta dias, a contar daquela data, para que a corpo ração procedesse ao levantamento da real situação das mesmas e orientado o reforço do controlo e fiscalização da actividade de todas as empresas do ramo e sistemas de autoprotecção, bem como a actualização das armas de fogo e do pessoal dessas empresas.

O Ministério do Interior verificou ainda a existência de um "débil trabalho de acompanhamento e fiscalização, o que permitiu que algumas empresas privadas de segurança, não obstante possuírem infra-estruturas e meios adequados, funcionassem de forma irregular, enquanto outras funcionavam, com ou sem autorização, mesmo não reunindo as condições mínimas exigidas por lei".

Deste modo, a Polícia Nacional foi orientada no sentido da legalização daquelas que reúnem condições legais e materiais para o efeito e cancelar a licença das que não reúnam tais condições.

9.18 Municípes esperam por retorço da segurança

Semanário Factual

De 09 a 16 de Novembro 2013

O facto, leva a que municípes apelem ao reforço das actividades policiais, com o objectivo de devolver o sentimento de segurança às populações.

Para constatar a preocupação dos municípes, o Factual realizou um périplo a três esquadras pertencentes à terceira divisão do município do Cazenga, onde constatou as dificuldades do efectivo no desempenho das suas funções, bem como as reclamações dos cidadãos quanto à criminalidade nas áreas visitadas.

No bairro Hoji-ya-Henda, território pertencente à 13a esquadra, o Factual visitou as áreas da Congeral, da Rua do Funchal e a Lagoa de São Pedro, onde constatou a preocupação dos cidadãos devido à falta de patrulhamento periódico.

Joaquim Eduardo, morador da área da Congeral, falou que a situação da criminalidade é preocupante.

"Pedimos que seja feito um patrulhamento mais intenso aqui na área da Congeral e nas imediações da divisão entre o Cazenga e o Sambizanga", apelou Joaquim Eduardo.

Os moradores sublinharam que o período nocturno é muito perigoso, face à inexistência de iluminação pública.

Na área de jurisdição da 13a esquadra a situação é calma Segundo o comandante da 13a esquadra, inspector-chefe Ernesto dos Anjos, a situação na sua área de jurisdição é calma, mas existem alguns pontos conflituosos, como a zona do Cayaya (Congeral), a Rua do Funchal e a zona da Lagoa de São Pedro.

Já na 15ª esquadra, a situação não foge à regra.

Moradores do Bairro do Angolano, falaram ao Factual que a situação merece uma rápida e enérgica intervenção da polícia, tendo em conta os constantes actos de crimes que têm acontecido.

Para o comandante da 15ª esquadra, sub-intendente Bonifácio Chepulo, a situação da criminalidade está controlada.

"Actualmente, temos como áreas mais endémicas a zonas do Tapete Vermelho, do Curtume e do Angolano vala, onde todas as nossas atenções estão viradas", especificou Bonifácio Chepulo.

O bairro do Angolano é ainda caracterizado pela existência de vários grupos de meliantes que têm tirado o sono aos cidadãos. O sub-intendente

Bonifácio Chepulo, informou ao Factual que diligências estão a ser feitas com o objectivo de deter os grupos.

O Factual também esteve no Bairro do Kalawenda, território pertencente a 16a esquadra, onde a situação é semelhante a outras áreas.

Inspector-chefe diz que combate ao crime é prioridade total do efectivo Segundo o comandante, inspector-chefe João António, o combate à criminalidade tem sido prioridade total do efectivo.

Sebastiana Fortunato, moradora do bairro Kalawenda, na rua do Kinyungueiro, fez saber ao Factual que "a situação da criminalidade tem reduzido bastante desde que a polícia redobrou o patrulhamento na área. Espero que a polícia continue com seu trabalho", incentivou.

Na visita efectuada nos três bairros do município do Cazenga, foi possível ainda verificar o grau de dificuldade que as forças da ordem atravessam.

Segundo os comandantes das três esquadras, 13^a, 15^a e 16^a, a maior dificuldade que o efectivo encara, no cumprimento das suas funções, tem a ver com o mau estado das vias e a falta de iluminação pública.

Por outro lado, as três esquadras têm levado a cabo campanhas de patrulhamento porta a porta, sendo distribuídas cartilhas com os números de telefones.

Por outro lado, ainda são feitas, periodicamente, reuniões com as comissões de bairros e com os cidadãos.

9.19 Unidades militares "asfixiada" pelos musseques de Luanda

Semanário Factual

De 09 a 16 de 2013

O cerco asfixiante sobre muitas unidades militares e policiais, sedeadas na província de Luanda, está a preocupar seriamente a chefia das Forças Armadas Angolanas e as autoridades governamentais.

Os casos mais flagrantes são as unidades militares sedeadas no bairro da Kalembe (Quartel General do Exército, Guarnição de Luanda, Polícia Militar, Polícia de Intervenção Rápida, entre outras), no Rocha Pinto· Centro de Logística das FAN e da Unidade Anti-Terror) e no bairro das Tendas (Benfica), onde se encontra um quartel da Unidade da Guarda Presidencial.

Outra zona onde abundam igualmente várias unidades militares é na Estrada de Catete. Aí se encontra a principal Base Logística das Forças Armadas Angolanas, assim como depósitos de armas e de outros meios bélicos. Por trás destes quartéis vivem dezenas de milhares de pessoas, cujas habitações estão coladas às paredes das instituições militares.

Por esse facto, o Executivo angolano deverá, "urgentemente", encontrar uma solução para movimentar essas unidades militares para fora da cidade de Luanda

"Os gabinetes e outros departamentos podem ficar dentro de Luanda, mas às unidades militares, não é aconselhável estarem cercadas pelos bairros", aconselhou uma fonte militar.

Tendo em conta o crescimento desordenado dos bairros da capital, muitas unidades orgânicas das FAA ficaram asfixiadas pelos aglomerados populacionais, o que representa um perigo para as comunidades civis e

uma ameaça para a segurança e integridade do efectivo e meios militares.

Transferência das unidades fora de Luanda foi analisada nos anos 2007 e 2008

Entretanto, a necessidade da transferência das unidades militares para fora de Luanda foi analisada com alguma profundidade nos anos 2007 e 2008, quando o Estado-Maior General das FAA era chefiado pelo general Furtado.

Na sequência desse estudo, no dia 23 de Outubro de 2009, foi inaugurada, no município de Viana, em Luanda, uma nova unidade de quartéis UBM System, pertencente ao Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), vocacionada à construção de quartéis e outras infra-estruturas. Militares.

A unidade OCUP11 uma área de 5,5 hectares e comporta várias 'zonas de serviços e funciona com super-máquinas do tipo "Ultimate Building Machine-Mie", de origem norte-americana, que, em poucas horas, consegue construir uma nave do tipo de um hangar em material de chapa de aço, que serve de alojamento para tropas, suportando altas e baixas temperaturas e tempestades.

Após a inauguração do empreendimento, pelo então chefe do Estado-Maior, General das F AA), Francisco Furtado, cujo funcionamento é assegurado por 12 funcionários, oficiais gerais das FAA, representantes da administração de Viana e convidados, assistiram a uma demonstração prática do funcionamento da UBM System, bem como visitaram a unidade.

A tecnologia em uso na unidade de quartéis UBM System é muito avançada e rápida na construção de infra-estruturas militares, explicou, na ocasião, o comandante do estabelecimento militar, coronel Gualdino Oliveira "Lusolo".

Empreendimento será assegurado por três coronéis

A operacionalidade do empreendimento será assegurada por três coronéis, dois majores e 35 sargentos' angolanos, formados nos Estados Unidos da América.

A UBM System, criada em 2007, no quadro da materialização dos projectos virados à melhoria e construção de quartéis, é uma unidade de tecnologia moderna virada para a edificação de obras verticais, tais como quartéis, hangares para resguardos de meios e equipamentos aéreos, navais e outros que, pela sua amplitude, exijam o uso da técnica da empresa.

No quadro do processo de reedificação em curso nas FAA, a UBM System será uma unidade adstrita ao regimento de Engenharia de Construções Militares, com a missão de desenvolver a sua actividade em toda a extensão do território nacional.

9.20 Vandalismo leva à destruição de bens públicos

Semanário Factual

De 09 a 16 de Novembro de 2013

Os bens públicos construídos e implantados ao longo da rua Ngola Kiluanje (Refinaria), como paragens públicas, árvores, separadores rodoviários e sinalização de trânsito, estão a ser destruídos por cidadãos desconhecidos, pelo facto destes se sentirem insatisfeitos com suas famílias, com as escolas e locais de trabalho.

O acto de vandalismo perpetrado por jovens, com idades entre 18 e 24 anos, está a causar a destruição de bens públicos, por falta de fiscalização.

Segundo a constatação do Factual, as árvores plantadas ao longo da via, nas imediações da empresa petrolífera, Refinaria de Angola, são arrancadas e cortadas de forma indiscriminada durante as noites, enquanto outras árvores são roubadas para destinos desconhecidos.

Moradores nos bairros da Sical e da Refinaria contaram ao Factual que estes actos têm sido praticados durante as noites por jovens que assistem a eventos culturais nas casas nocturnas localizadas na rua Ngola Kilwanje, e sempre o fazem quando estão embriagados

Moradores acrescentaram que os jovens insatisfeitos usam as árvores plantadas ao longo da via como objectos de defesa durante uma luta e, nestes casos, muitos acabam por levar tais árvores para casa, sem que as autoridades os possam impedir.

Os passeios, separadores rodoviários e paragens de táxis encontram-se parcialmente danificados, situação que preocupa a administração dos municípios do Cazenga e do Sambizanga, pois altera o panorama das áreas, e os custos chegam a pesar nos bolsos das administrações municipais.

Administrações pedem maior responsabilidade à Juventude.

O Factual constatou que, de igual modo, os passeios estão a ser destruídos por automobilistas e por proprietários de recauchutagem, pois fazem desse local um miro para bate-chapa

Já os separadores rodoviários sofrem embates de automóveis, através de despistes e colisões com outras viaturas, enquanto as paragens montadas para transportes públicos foram vandalizadas para a construção de Roullotes.

Taxistas ouvidos pelos Factual consideram a ausência de sensibilização à população como uma das maiores razões para o acto de vandalismo, e sugerem a instalação de passagens aéreas e de separadores rodoviários fixos, ao invés dos móveis.

Eduardo Figueiredo, ambientalista, fez saber que a destruição das árvores e de passeios retira as prioridades para a existência do bem-estar da população, pois as árvores plantadas garantem a sustentabilidade ambiental, considerada como uma das metas para o desenvolvimento do Milénio.

O ambientalista sublinhou a importância da juventude ajudar a reverter a perda de recursos ambientais até 2015, pelo facto destes recursos influenciarem muito o bem-estar de toda a sociedade, assim como na integração dos princípios da sustentabilidade nas políticas nacionais, o acesso à água potável, o esgotamento sanitário e a melhoria dos assentamentos precários.

O ambientalista Eduardo Figueiredo concluiu que o vandalismo tem sido motivado por consumo exagerado de álcool, por desemprego juvenil, falta de instrução e educação, e ausência de esquadras móveis em locais de maior concentração populacional.

10. AMBIENTE

10.1 São Pedro tenha piedade de Luanda

Semanário Angolense
02 De Novembro de 2013

Apesar de estragos e constrangimentos que tem estado a causar na capital do país, que nem por isso recebe grandes torrentes de precipitações, esta cidade tem sido poupada por São Pedro, se compararmos com as chuvas que habitualmente se abatem sobre as outras províncias o Cunene, em particular - e países como, Moçambique, Brasil, etc.

Nem queremos imaginar o que seria dos musseques de Luanda, como os Sambizangas, Cazengas, Rangeis, Kilambas Kiaxis, Ngola Kiluanjis, Hoji-ya-Hendas, Rochas Pintos, Bairros Malanjinhos e muitos outros, todos já de si profundamente degradados, se fossem fustigados por uma descarga daquelas. Certamente que seria uma desgraça, com consequências catastróficas.

Mas a zona urbanizada também sofreria, como aconteceu na década de 60, quando uma chuva torrencial arrastou viaturas, electrodomésticos no antigo Quintas & Irmão, para além de outros estragos que causou na cidade, segundo se conta. Deus deve estar a poupar-nos e a compensar-nos pelo prolongado sofrimento que os angolanos tiveram de suportar durante a guerra fratricida. Mas que não abusemos da sorte, da piedade que Ngana Nzambi tem de nós.

Luanda há muitos anos não está preparada para receber cargas de água, mas, entra ano sai ano, os cidadãos reclamam e, infelizmente, a situação não é alterada. Nesta primeira chuva de terça-feira, 29, que até foi quase miudinha, a imagem habitual repetiu-se: ruas inundadas, trânsito infernal, estradas esburacadas, sistema de esgotos entupido, entre outras anomalias.

A isso acresce as obras que se arrastam por longos períodos de tempo, agravando ainda mais a caótica situação que Luanda, outrora das cidades mais lindas de África, vive. É verdade que para tal, o êxodo rural decorrente da guerra contribuiu grandemente, mas poderia ter-se feito mais e melhor em prol desta província, só que os sucessivos governadores que por aqui já passaram pouco ou nada fizeram, tendo a rara excepção sido Aníbal Rocha.

Cidadão morre por negligência da Epal

Não obstante a leveza da chuva, um cidadão faleceu afogado nesse dia, após ter caído numa vala, aberta pela Empresa Provincial de Águas de Luanda, no município de Cacuaco, que depois não a tapou, prática recorrente dessa firma e também da Edel. Claro que a Epal deve ser responsabilizada pela perda dessa vida. Tem de se acabar com a impunidade com que muitas instituições agem, visando tornar normal a sociedade angolana.

No distrito urbano da Ingombota, exactamente no bairro da Boavista, foram enormes os estragos provocados por essas enxurradas, para além de outros menores noutras zonas da cidade. Esperamos que, ao contrário de anos anteriores, as crianças de algumas escolas do Cazenga não se vejam impossibilitadas de estudar, devido a inundações dos estabelecimentos escolares.

Na estrada Ngola Kiluanji, junto à linha férrea, crateras estão a alargar-se, representando um perigo, tanto para as viaturas como os comboios, o mesmo acontecendo na rua Hoji-yá-Henda, próximo ao Hospital Américo Boavida, cujo asfalto até é novo. Estes dois casos, principalmente o primeiro, requerem intervenções urgentes. O S. Paulo, nas imediações do antigo Cine com o mesmo nome, está de igual modo esburacado.

Levanta-se o problema da fiscalização das obras públicas, a maior parte das quais, por carecerem da qualidade desejada, são de duração efémera. Assim é que muitas empreitadas, que deviam ter, pelo menos, 10 anos de existência, «vivem» entre um e dois anos, se tanto.

Como temos escrito em várias ocasiões, uma forma de melhorar a imagem da cidade e reduzir esses constrangimentos é acelerar-se a requalificação dos populosos município do Cazenga e os distritos urbanos do Sambizanga e o Rangel, que caminha a conta-gotas. Por que não se imprime a mesma velocidade com que se ergueu a Cidade do Kilamba e os estádios de futebol que acolheram o CAN-2010?

Governo devia ter pressa

Não concordamos, por exemplo, que, também, se desse prioridade à requalificação da Marginal de Luanda, em detrimento dos aglomerados populacionais acima referidos, que, uma vez urbanizados, irão beneficiar milhões de angolanos. O que estará a emperrar esses projectos de requalificação, que já se vão tornando «idosos»?

O melhoramento da cidade irá igualmente orgulhar os habitantes e as autoridades, que, julgamos, neste

momento não se devem sentir nada confortáveis pelo cenário que a capital de Angola, um país que vem registando bons índices de desenvolvimento, apresenta no tempo das chuvas. O Executivo devia ter pressa de melhorar as condições de vida dos cidadãos, aplicando uma espécie de «Plano Marshal»

Estaríamos a dizer uma mentira grosseira se afirmássemos que o Governo nada fez, mas, e se tivesse pressa, em dez anos de paz, muito mais poderia ter sido feito. Mas enquanto as condições precárias de Luanda perdurarem, vamos continuar a pedir a São Pedro que tenha piedade de nós e não mande aquelas chuvas torrenciais que causam mortes e 'tudo levam.

10.2 Chuvas desalojam famílias

Jornal de Angola
08 De Novembro de 2013

As chuvas que se abateram nos últimos dias na província do Kwanza-Norte fizeram com que mais de 70 famílias fossem desalojadas nos bairros São Filipe e Sassa, da cidade de Ndalatando.

O porta-voz do comando provincial dos Serviços de Bombeiros e Protecção Civil, André da Costa Damião, disse que cinco casas ficaram sem tecto e outras, em número por determinar, foram completamente danificadas.

As chuvas provocaram ainda inundações de residências nos bairros do Tala-Hadi, Sambizanga, Primeiro de Agosto, Kilamba Kiaxi e Catomé de Cima e deixaram cerca de 700 pessoas sem os seus haveres.

A direcção do Ministério da Reinserção Social ofereceu bens alimentares, chapas de zinco, utensílios de cozinha, colchões e tendas. Durante a semana finda os Serviços de Bombeiros registaram três incêndios de pequenas proporções, no troço rodoviário do Zenza, na Aldeia Nova, no Bairro Azul, no município do Cazengo, e nas imediações do Triângulo, no município do Golungo-Alto.

Os incêndios causaram danos materiais e a destruição de duas viaturas, uma motorizada e ferimentos a três pessoas.

As causas dos incêndios foram um curto-circuito acidental e outras não determinadas.

O comando provincial dos Bombeiros e Protecção Civil na província registou quatro invasões de abelhas no município do Cazengo, dois acidentes de viação,

com duas vítimas mortais, no Morro do Mbinda e na rua Direita de Ndalatando, com quatro feridos.

10.3 Chuva destrói moradias

Jornal de Angola
12 De Novembro de 2013

Pelo menos 30 casas da aldeia de Essanjo, município de Casongue, foram destruídas pela chuva que se abateu sexta-feira sobre a província do Kwanza-Sul.

Acompanhada de ventos e granizo, a chuva, que durou cerca de duas horas, deixou ao relento muitas famílias, tendo ainda causado ferimentos graves a um dos sinistrados. As autoridades do município de Cassongue já começaram a fazer o levantamento dos prejuízos causados pela chuva. Neste momento, os técnicos da administração do município estão a fazer esforços para encontrar ajuda para os sinistrados, pois a administração só dificilmente pode acudir às vítimas do mau tempo.

Além das casas, a chuva destruiu as culturas da localidade, comprometendo, assim, as colheitas previstas.

10.4 Executivo toma medidas contra estiagem na região

Jornal de Angola
17 De Novembro de 2013

o ministro da Administração do Território garantiu, no Namibe, que o Executivo, está a acompanhar os efeitos da seca e vai aumentar o apoio às comunidades.

Bornito de Sousa falou à imprensa no regresso da povoação de Kavelocamue, município do Virei, uma das mais afectadas pela estiagem, E prometeu levar as preocupações à apreciação do Chefe do Executivo, mas garantiu, para já, mais motobombas, mangueiras e camiões cisternas para abastecimento e distribuição de água às populações.

Bornito de Sousa é membro da comissão interministerial criada pelo Presidente da República para avaliar o impacto da seca nas regiões assoladas e tomar medidas para acudir às comunidades.

O soba de Kavelocamue, Bakunhako Mutxinga, informou que a população está a consumir água não tratada, o que tem causado doenças, sobretudo às crianças.

Consequências da seca

A administradora do Virei considerou crítica a situação da seca, no município. Criadores de gado movimentam-se de um lado para outro à procura de pasto. Juliana Fonseca afirmou que muito gado morreu em consequência da seca e que a transumância está a afectar o nível de escolaridade das crianças, que deambulam com os pais à procura de pastos e água.

"Em cada um dos quatro caldeamentos construídos no ano passado, disse a administradora, foram inscritas entre 200 e 300 crianças no presente ano lectivo, mas estão a chegar ao fim apenas 30 a 40 alunos", disse a administradora, que aponta como solução a abertura de novos furos e reabilitação de outros para apoiar as aldeias do município.

A administradora revelou que está em curso o mapa das localidades a serem contempladas com novos sistemas de abastecimento de água. O projecto engloba tanques de água elevados, bebedouros para o gado e lavandarias. Nas localidades onde a população animal se justifica, além dessas componentes, vão ser incluídos uma manga de vacinação e um tanque banheiro. A administradora municipal do Virei, Juliana Fonseca, relatou os esforços que as autoridades locais estão a desenvolver para combater a fome e a pobreza.

Localizada a 27 quilómetros da sede municipal, a aldeia de Kavelocamue está a dar passos no desenvolvimento da agricultura familiar. Com o apoio do Governo Provincial, foram preparados 36 hectares, onde estão a ser produzidos tomate e milho, numa experiência piloto que visa a criação de lavras familiares. Nos municípios da Bibala e Camuciuo, Bornito de Sousa constatou que a situação é igual à do Virei, apesar de haver registo de chuva fraca.

O ministro da Administração do Território sugeriu o cultivo da mandioca nestas regiões, a exemplo do município do Cubal, em Benguela, e nalgumas zonas da província do Cunene, por ser uma planta que consegue desenvolver-se sem grandes quantidades de água. O trabalho do ministro da Administração do Território na província do Namibe terminou ontem com visitas às comunas da Lucira e do Bentiaba. Segundo dados da Comissão de Protecção Civil, a ausência considerável de chuvas desde 2011 está a afectar, na província do Namibe, 160.016 pessoas e 998.197 cabeças de gado bovino, caprino, suíno e ovino.

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, orientou as autoridades provinciais a criarem unidades especiais de nutrição em todos os

hospitais, com a missão de educarem a população sobre a melhoria da qualidade alimentar e da água.

A avaliação realizada sobre o impacto da seca revelam que todos os municípios foram afectados pela insuficiência de chuvas, que provocou bolsas de insegurança alimentar, como resultado das fracas colheitas e uma gritante falta de água para o consumo da população e dos animais.

O relatório refere também que foram distribuídos diversos bens de primeira necessidade para socorrer a população vulnerável. As áreas afectadas são abastecidas com camiões cisterna. A população recebeu tractores, motobombas, reservatórios de água, várias toneladas de milho, feijão, arroz e sal, caixas de óleo vegetal e de conservas de sardinha, e milhares de cobertores.

O governador do Namibe, Rui Falcão, sublinhou o espírito de sacrifício da população, sem o qual, disse, "haveria na província um grande número de mortes. Temos de mudar a filosofia, deixar de ser assistencialistas para resolvermos, de forma estruturante, este problema, com maiores investimentos que, na nossa óptica, não podem ser feitos no quadro do OGE tal como é concebido, mas através de um programa especial de produção de água", disse.

10.5 Extensas áreas florestais são devastadas

Jornal de Angola

19 De Novembro de 2013

O chefe do Departamento Florestal do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Mateus André, revelou, em Luanda, que 160 mil hectares de floresta são devastados anualmente em Angola, um fenómeno decorrente das queimadas, da agricultura itinerante, da caça furtiva, do abate de áreas para a produção de carvão e do garimpo de madeira,

A revelação foi feita à agência de notícias Angop pelo alto funcionário do Ministério da Agricultura, que disse não ser preocupante a situação, pelo facto de a taxa de desflorestação no país, em comparação com a de outros países, estar ainda a um nível aceitável.

"Mas não vamos cruzar os braços em função desta realidade", salientou o engenheiro florestal, acrescentando que estão a ser desenvolvidas acções destinadas a controlar a taxa de desflorestação existente com a reposição de árvores.

O especialista, que falava à Angop a propósito do primeiro Inventário Florestal Nacional, informou que as queimadas "anárquicas" são a maior causa de devastação das áreas florestais em Angola.

: As queimadas, acrescentou, 'ocorrem, com maior frequência nas savanas, enquanto na floresta tropical, como o Maiombe, em Cabinda, tem havido urna "exploração direccionada", o que tem permitido o controlo da devastação.

O inventário florestal é desenvolvido também com recurso à captação de imagens por satélite, uma tecnologia que é utilizada na sequência da parceria da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Os dados recolhidos por satélite, de acordo com o engenheiro, demonstram que, além da prática itinerante da agricultura e caça furtiva, há garimpo em áreas florestais, no caso a extracção de madeira, feito por cidadãos nacionais e estrangeiros, sobretudo na zona norte, como Cabinda.

Devastação controlada

Mateus André disse acreditar que, com a elaboração do primeiro Inventário Florestal Nacional, a taxa de devastação vai ser melhor controlada, além de ser dado ênfase ao repovoamento. "Existe um grande programa de repovoamento a nível do país, já aprovado pelo Executivo e que prevê a plantação de árvores' em 50 milhões de hectares em cinco anos", explicou Mateus André.

O programa vai também privilegiar a fiscalização; educação e sensibilização das comunidades, para uma gestão sustentável das florestas.

Para a gestão florestal, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural tem formado fiscais florestais, cujo número está ainda muito aquém das necessidades, razão pela qual tem havido o apoio da Polícia de Guarda Fronteira e das Forças Armadas Angolanas (FAA), na realização de operações contra os garimpeiros de madeira.

10.6 Chuva cria transtornos a habitantes do Huambo

Jornal Angolense
23 De Novembro de 2013

A grande quantidade de água provocada pelas intensas chuvas que se abatem sobre a província está a criar transtornos aos habitantes da cidade do Huambo, com a deterioração da rede de esgotos, reabertura das fossas sépticas e valas de drenagem.

O administrador adjunto do município do Huambo, João Figueiredo, disse na quarta-feira que as autoridades locais estão a fazer os possíveis para minimizar os estragos provocados pelas chuvas, com intervenções pontuais nas zonas mais críticas. As obras já começaram e, nesta altura, estão a ser reabilitadas as zonas danificadas nos largos do Katoto e Wasandjuka, enquanto se identificam outras situações nas diversas zonas da cidade.

A Rua 5 de Outubro, avenida principal da cidade, é uma das mais afetadas, nas imediações do prédio da FAPA. A administração, em parceria com algumas empresas privadas, pretende, nos próximos dias, reabilitar as ruas secundárias e de acesso aos principais mercados e locais de maior concentração populacional. João Figueiredo reafirmou que existem meios humanos e técnicos para a intervenção nos locais identificados e noutros ainda por identificar. Em algumas zonas já foi feito o levantamento necessário para a prossecução das obras.

Além do desabamento de diversas casas, roturas das valas de drenagem, inundações nas redes de esgotos e a dispersão de resíduos sólidos e areia nos esgotos e nas fossas sépticas dos edifícios, as chuvas estão também a causar estragos nas ruas da cidade do Huambo e arredores.

Municípios abordados pelo Jornal de Angola afirmaram que nesta época aumenta também a insegurança de muitas pessoas que vivem nas zonas consideradas de risco. Catarina Nhamele, moradora do bairro de Aviação, sublinhou que em algumas avenidas da cidade o tapete asfáltico está a ser arrastado pelas águas das chuvas e as fossas sépticas dos edifícios e residências estão a desabar e a provocar incómodo aos moradores, devido ao mau cheiro.

10.7 Sistema de alerta rápido reduz desastres

Jornal de Angola
26 De Novembro de 2013

Em declarações prestadas durante uma conferência de imprensa, Lubango, na qualidade de coordenador da Comissão Multissetorial para a Assistência às Populações Afetadas pela Seca, o ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça, garantiu que as medidas constam no Plano Nacional de Desenvolvimento para 2013/2017, e já estão em curso.

O ministro reuniu, no Lubango, os governadores provinciais da Huíla, Namibe, Cunene, Kuando-

Kubango, Benguela e Kwanza- Sul, e administradores municipais, para traçar "estratégias para que, no futuro, o Plano de Contingência seja executado com mais eficácia e efetividade".

A delegação multisectorial foi integrada pelos ministros da Administração do Território, Bornito de Sousa, da Saúde, José Van-Dúnem. Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, da Comunicação Social, José Luís de Matos, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Afonso Pedro Canga, e da Energia e Aguas, João Baptista Borges. Job Graça afirmou que 650 mil pessoas afetadas pela seca são assistidas, desde Maio, com bens alimentares e não alimentares de primeira necessidade e medicamentos, no âmbito de um plano de contingência liderado pelo Presidente da República. Orçado em 38 mil milhões de kwanzas, o plano inclui a assistência com água potável para consumo humano e animal, através de cisternas e reabilitação ou construção de furos artesianos.

Até 31 de Outubro, do orçamento global foram gastos 10,9 mil milhões de kwanzas, correspondendo a 30 por cento do total, o que permitiu distribuir 7.643 toneladas de alimentos, meios de transporte, equipamentos para provisão de água, instrumentos agrícolas e medicamentos. A execução do plano está a ser feita de forma faseada, em função das características das operações logísticas de transporte, armazenamento e distribuição de bens.

O ministro considerou positivo o apoio prestado até ao momento à população afectada pela seca nas províncias do Kwanza-Sul, Benguela, Huíla, Namibe, Cunene e Cuando-Cubango, e elogiou a solidariedade da sociedade civil nacional e internacional por se aliar aos esforços do Executivo para acudir o problema que afecta os cidadãos.

O ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça, entregou à população de Muvialola (município da Chibia) e Cahila (Gambos), na província da Huíla, dois sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável, para mitigar a seca, numa das regiões mais afectadas. Job Graça esteve durante dois dias na Huíla à frente de uma delegação da Comissão Multisectorial para Assistência às Populações Afectadas pela Estiagem e avaliou a situação no terreno onde pessoas e gado foram afectados pela seca.

Os sistemas, erguidos no quadro do plano de contingência para assistência às pessoas afectadas, custaram dez milhões de kwanzas cada e têm capacidade para 600 mil litros por hora. Os mesmos possuem placas de energia solar, tanques para as senhoras cuidarem da higiene corporal e do vestuário.

A mais de 200 metros das duas áreas de captação, estão bebedouros para gado bovino e caprino. Job Graça afirmou que a visita ao município dos Gambos teve como objetivo, fundamentalmente, encontrar um conjunto de soluções para mitigar os efeitos da estiagem e melhorar a coordenação provincial para que a aplicação do plano de contingência seja o mais eficaz possível. "A entrega às comunidades de dois sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável demonstra que as soluções começam a mencionar", disse o ministro. esclareceu que o plano de contingência tem uma componente estrutural com a finalidade de mitigar, de modo substancial e sustentável, os efeitos da estiagem. A delegação ministerial entregou também suplementos nutritivos no posto de saúde da comuna do Rio D' Areia e da Chibemba. Obras nas chimpacas A delegação multisectorial percorreu os 150 quilómetros do Lubango aos Gambos sob chuva intensa, razão para a população ter ironizado que "os visitantes trouxeram a chuva". No local, Job Graça recebeu explicações sobre as obras do desassoreamento de uma das maiores chimpacas situada entre Cahama (Cunene) e Gambos (Huíla), local onde se concentram mais (le dez mil cabeças de gado bovino provenientes das províncias do Namibe, Huíla e Cunene nas épocas de estiagens prolongadas. O diretor provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Lutero Campos, informou que a Meca-agro realiza a limpeza e restauração do reservatório a céu aberto e a empresa Procal está a abrir um furo de captação para cobrir a carência de água quando há falta de chuva. Lutero Campos disse que os 20 sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável instalados no âmbito do plano de contingência permitiram o fornecimento de água apropriada para o consumo a oito mil pessoas e a 84 mil cabeças de gado bovino que sofrem efeitos da estiagem. Abel da Costa diretor de Energia e Aguas da Huíla, afirmou que os novos sistemas de abastecimento de água vão minimizar o sofrimento da população que antes tinha de percorrer longas distâncias. Um grupo foi constituído por membros da comunidade para assegurar a preservação do equipamento, controlo do abastecimento, comunicar às entidades em caso de avaria e cuidar da componente higiénica dos locais. Energia e Aguas da Huíla, afirmou que os novos sistemas de abastecimento de água vão minimizar o sofrimento da população que antes tinha de percorrer longas distâncias. Um grupo foi constituído por membros da comunidade para assegurar a preservação do equipamento, controlo do abastecimento, comunicar às entidades em caso de avaria e cuidar da componente higiénica dos locais.

10.8 Mitigação da seca no Sul depende de eficiência e eficácia na implementação de plano de contingência

Jornal O País

29 De Novembro de 2013

O executivo angolano promete canalizar ajudas às vítimas da seca e das inundações no Sul de Angola, até Junho de 2014, no âmbito do plano de contingência aprovado em Maio do corrente ano, assegurou, no Lubango, o coordenador da Comissão Ministerial de Assistência às Populações Vítimas dos Fenómenos Naturais, Job Graça.

O também ministro do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, que falava no término de uma reunião de balanço antecedida de uma jornada de campo que levou a Delegação Ministerial à região fronteiriça do Cunene com a amíbia e ao município dos Gambos na Huíla, uma das zonas mais afectadas pela seca, anunciou que, para acudir o quadro de emergência criado pela seca nas províncias do Cunene, Huíla, Namibe, Cuando-Cubango, Namibe e Kwanza-Sul o Executivo aprovou um orçamento avaliado em 38 mil milhões de Kwanzas. Deste valor, segundo o governante, foram gastos até 31 de Outubro, 10 biliões 915 milhões e 460 mil Kwanzas correspondentes a 29 por cento do valor global.

O dinheiro serviu para apoiar as vítimas da seca com 7 mil 643 toneladas de bens alimentares e não-alimentares de primeira necessidade, meios de transporte, equipamentos para aprovisionamento de água, inputs agrícolas, medicamentos humanos e veterinários.

Apesar de reconhecer a existência de um longo trabalho pela frente, sobretudo, no que se refere ao melhoramento da eficiência e eficácia na assistência, Job Graça considerou positivo o apoio às vítimas até aqui prestados e agradeceu, de igual modo, à mobilização da sociedade civil que se juntou aos esforços do Executivo em acudir as populações carenciadas. O plano de contingência abrange 650 mil pessoas.

A Delegação Ministerial integrou, igualmente, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa; da Saúde, José Van-Dúnen; da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua; da Agricultura, Afonso Pedro Kanga; da Energia e Águas, João Baptista Borges e da Comunicação Social, José Luís de Matos, incluindo os governadores provinciais de Benguela, Isaac dos Anjos, do Cuando-

Cubango, Higinio Carneiro, do Cunene, António Didalelwa e os vice-governadores do Namibe e Kwanza-Sul.

10.9 Exploradores ilegais dos dois Congos roubam madeira da província

Semanário Factual

De 02 a 09 de Novembro de 2013

Na província de Cabinda, são vários os casos de exploração e transporte ilegal da madeira que têm fortes ligações com indivíduos do Congo-Brazzaville e da RD Congo.

As comunidades estão quase, todos os dias, a denunciar o transporte de madeira ilegal, tanto no período diurno como no nocturno por exploradores ilegais.

"Temos que reverter a situação e apostar na exploração por rendimento sustentável do país", afirmou uma fonte do Governo provincial de Cabinda, alarmado com a situação.

Segundo a fonte, a exploração ilegal dos recursos florestais está cada vez mais com o cerco apertado, com o comprometimento das autoridades dos dois Congos na potenciação da gestão, fiscalização e comercialização a partir de uma maior colaboração transfronteiriça.

"Como se sabe, a exploração ilegal de recursos florestais e de fauna, bem como outros, é um problema que aflige os dois países, pois, vezes sem conta, indivíduos ilegais têm vindo a delapidar recursos como madeira, servindo-se da área transfronteiriça para desenvolverem o comércio ilegal", acrescentou.

Quimbanda Pierre é um dos cidadãos da RD Congo envolvido na exploração ilegal de madeira na densa floresta de Maiombe.

Ele e mais quatro amigos são reincidentes, porque já foram detidos três vezes por essa prática.

"Estou consciente de que sou culpado", reconheceu Pierre, quando foi detido pelas FAA na região de Belize.

Um sargento das FAA, António Macaia Zangui, contou ao *Factual* que, em 2012, foram detidos muitos estrangeiros a explorarem ilegalmente madeira nas matas do Maiombe.

"Do grupo que havíamos apreendido destacam-se três malaios, nomeadamente, Ting Seng Chuan, de 43 anos; Yong Kyng Syew, de 47 anos, e Betory Drat Banyery, de 34 anos, além de 11 cidadãos do Congo-Brazzaville que, segundo as F AA, "exploravam madeira ilegalmente" ao longo do rio Engonça", recordou.

Catorze indivíduos estavam ao serviço da empresa "Nova Trabek"

Adiantou ainda que os 14 indivíduos estavam ao serviço da empresa "Nova Trabek", propriedade de um cidadão congolês conhecido por Domenico Giostra.

Com eles foram ainda recuperados equipamentos de exploração florestal, incluindo máquinas pesadas do tipo Skider Bulldozer, tractores Caterpillar e um aparelho de comunicações que lhes permitia contactar a sua direcção sediada algures em território do Congo-Brazzaville.

A situação é preocupante no Maiombe, referiu João Zambo, um fiscal no município de Bucu-Zau, tendo adiantado que medidas vão ser tomadas para travar a exploração ilegal de madeira na floresta do Maiombe, por cidadãos congolezes.

"A nossa riqueza é roubada por estrangeiros e espero que entidades competentes tomem medidas urgentes", acrescentou o fiscal que diz ter "enormes dificuldades para controlar as densas matas".

Controlo da floresta do Maiombe carece de mais fiscais

Fiscais contactados pelo Factual fizeram saber que é constante o derrube de árvores, mas medidas não são tomadas.

"A floresta é grande, os ladrões, em certas ocasiões, ficam armados e nós somos poucos", indicou um jovem que tem a fiscalização como o seu primeiro emprego.

Um explorador de madeira, José Sungo, também se manifestou preocupado com o número reduzido de fiscais para fazer face às constantes violações do território.

"Eles derrubam madeira de alta qualidade, tendo em vista o seu rendimento no mercado internacional", explicou José Sungo, acrescentando que "se o número de fiscais não for reforçado, as explorações ilegais vão continuar".

As autoridades de Cabinda ligadas à fiscalização defendem que "para manter um controlo mais eficaz

na fiscalização da floresta da região é necessário um número aproximado de pelo menos mil e 800 fiscais florestais".

Consideraram que os mil e 800 fiscais correspondem à necessidade da cobertura integral dos sete mil e 270 quilómetros quadrados da superfície da província, consoante as regras internacionais de um fiscal, para dois a quatro quilómetros quadrados.

Para tal, apontam que "esse contingente de mil e 800 fiscais serviria não só para o Instituto de Desenvolvimento Florestal, mas também para outros sectores, como da defesa e protecção do ambiente, de parques e reservas naturais, de modo a se fazer face a fenómenos como o garimpo ou a exploração ilegal de madeira, de mineiros e de inertes, incluindo a caça furtivas".

Embora haja dificuldades com a fiscalização, as autoridades acreditam em melhorias, com os finalistas dos cursos de formação de fiscais para os parques e reservas naturais, que contam com a participação de ex-militares.

Avançam ainda que o sector se depara com a carência de meios, como viaturas todo-o-terreno, para a locomoção dos fiscais, e infra-estruturas, tendo sustentado que algumas das infra-estruturas herdadas da era colonial foram dadas a destinos impróprios, além a de que há necessidade de se construir outras novas em áreas onde nunca existiram.

Sublinham que, com esse propósito, se pretende garantir a cobertura integral da província, tendo em atenção a apetência dos infractores vindos de dentro e fora do país.

O sector precisa de muitas viaturas todo-o-terreno, de motorizadas, de sistemas de telecomunicações e os já referenciados mil e 800 fiscais, a par da revisão da sua escala salarial.

Desrespeito a exploração de madeira

Centenas de madeireiros no enclave de Cabinda não têm respeitado as regras no que diz respeito à exploração de madeira.

Por isso, as autoridades competentes têm manifestado aos madeireiros locais a respeito pelas regras de gestão e exploração de florestas, com vista a se evitar o corte ilegal de árvores.

Exigem que os exploradores de madeira devem evitar a devastação, no sentido de se preservar o ambiente.

As potencialidades florestais de Cabinda

As potencialidades florestais da província de Cabinda abrangem uma área de 250 mil hectares, dos quais 175 mil hectares correspondem à densa floresta do Maiombe.

A sua densidade média varia entre os 40 e 50 mil metros cúbicos, com uma reserva de, pelo menos, 20 milhões de madeira em pé.

Quem viaja no sentido Sul-Norte da província de Cabinda vislumbra, logo à primeira vista, que a maior parte da região é ocupada por florestas de clima equatorial pluvioso e húmido (floresta densa húmida), com diversas manchas que partem das regiões do Tando-Zinze, de Cacongo e de Necuto, até à zona Norte do município de Belize.

Significa dizer que Cabinda é uma zona de Nagola com grandes potencialidades florestais por excelência. Nas regiões do Norte e do Leste, encontram-se densas florestas tropicais, sendo a floresta do Maiombe uma das mais vastas do Mundo e uma das mais ricas do continente africano.

Maiombe, que comporta vários andares dominados por árvores dispersas e de elevada estatura, resguarda um espantoso número de espécies de excelentes madeiras, entre as quais se destacam o Numbi, Takula, Banzala, Wamba, Vuku, Limba, Kungulo, Pau-Rosa, Tolas Brancas e Chinfuta, Lifuma, Kali, Kâmbala, Ndola, Livuite e Pau-Preto, além de guardar ciosamente milhares de espécies de animais.

Actualmente, a exploração da madeira em Cabinda não chega a 20 mil metros cúbicos por ano, um valor bastante insignificante, atendendo às potencialidades florestais da província, significando que a floresta de Cabinda não foi devastada e está em condições de dar ao mercado local e não só a quantidade de madeira necessária.

Neste momento, a actividade de exploração florestal na província concentra-se nos municípios de Bucuzau e de Belize.

10.10 Primeiras consequências já se fazem sentir

Semanário Factual

De 02 a 09 de Novembro de 2013

C asas inundadas, vias intransitáveis, longas filas no trânsito, água e lama, foram estas as consequências da chuva que se abateu sobre Luanda, na noite de terça-feira, 29 de Outubro.

Numa ronda efectuada pelo Factual, foi possível constatar, a nível de alguns bairros do município do

Cazenga e do distrito do Rangel, várias ruas inundadas, bem como algumas obras paralisadas em consequência da chuva.

Segundo municípios, os transtornos poderão agudizar-se, visto que o período chuvoso apenas está no princípio, e as condições dos bairros não inspiram confiança.

Em vários pontos dos bairros foi possível avistar ruas e avenidas que não oferecem nenhuma condições de tráfego, onde a água parada, o lamaçal e os buracos fazem o deplorável panorama que contribui para o aumento dos níveis de diversas enfermidades.

No município do Cazenga várias casas ficaram inundadas depois das quedas fluviométricas que se abateram sobre a capital na noite de terça-feira, 29. Este facto demonstra as debilidades quanto à rede de esgotos, porque as existentes não funcionam na sua plenitude.

Actualmente, é visível a preocupação de muitos cidadãos, tendo em conta o cenário que já se faz sentir em consequência da última chuva, em que o panorama se resume em ruas e avenidas alagadas, residências, escolas e centros médicos inundados, bem como constantes cortes no fornecimento de energia eléctrica.

Devido a estes constrangimentos, alguns cidadãos que vivem em zonas de enchentes estão já a deixar as suas casas. Mas a grande preocupação reside na não conclusão, ainda, das obras de revitalização das vias primárias, secundárias e terciárias.

Por esta situação, muitos municípios a nível da periferia de Luanda resolveram pôr entulho em algumas ruas, onde os trabalhos não concluídos oferecem certos riscos às pessoas, caso, nos últimos dias, a capital do país possa registar alguma chuva.

Taxistas aborrecidos por falta de condições das vias A chuva que se abateu na terça-feira 29, causou ainda o aborrecimento dos taxistas devido às condições desagradáveis em que se encontram as vias.

Adão Paulo, taxista há cinco anos, falou ao Factual que "nós pagamos taxa de circulação e é aborrecido, quando saímos para trabalhar, não termos condições. As estradas estão totalmente esburacadas e inundadas de água, como querem que baixemos os preços da corrida", questionou o taxista.

Para os utilizadores das vias, é necessário que as autoridades procurem maneiras de minimizar os problemas que poderão advir.

De recordar que mais de trezentos milhões de dólares foram injectados para o reatamento do Programa de Reabilitação das Vias Secundárias e Terciárias. Este valor servirá para a requalificação de cerca de 300 quilómetros de vias da província da Luanda.

10.11 Vandalismo leva à destruição de bens públicos

Semanário Factual

De 09 a 16 de Novembro de 2013

Os bens públicos construídos e implantados ao longo da rua Ngola Kiluanje (Refinaria), como paragens públicas, árvores, separadores rodoviários e sinalização de trânsito, estão a ser destruídos por cidadãos desconhecidos, pelo facto destes se sentirem insatisfeitos com suas famílias, com as escolas e locais de trabalho.

O acto de vandalismo perpetrado por jovens, com idades entre 18 e 24 anos, está a causar a destruição de bens públicos, por falta de fiscalização.

Segundo a constatação do Factual, as árvores plantadas ao longo da via, nas imediações da empresa petrolífera, Refinaria de Angola, são arrancadas e cortadas de forma indiscriminada durante as noites, enquanto outras árvores são roubadas para destinos desconhecidos.

Moradores nos bairros da Sical e da Refinaria contaram ao Factual que estes actos têm sido praticados durante as noites por jovens que assistem a eventos culturais nas casas nocturnas localizadas na rua Ngola Kilwanje, e sempre o fazem quando estão embriagados

Moradores acrescentaram que os jovens insatisfeitos usam as árvores plantadas ao longo da via como objectos de defesa durante uma luta e, nestes casos, muitos acabam por levar tais árvores para casa, sem que as autoridades os possam impedir.

Os passeios, separadores rodoviários e paragens de táxis encontram-se parcialmente danificados, situação que preocupa a administração dos municípios do Cazenga e do Sambizanga, pois altera o panorama das áreas, e os custos chegam a pesar nos bolsos das administrações municipais.

Administrações pedem maior responsabilidade à Juventude.

O Factual constatou que, de igual modo, os passeios estão a ser destruídos por automobilistas e por proprietários de recauchutagem, pois fazem desse local um miro para bate-chapa

Já os separadores rodoviários sofrem embates de automóveis, através de despistes e colisões com outras viaturas, enquanto as paragens montadas para transportes públicos foram vandalizadas para a construção de Roullotes.

Taxistas ouvidos pelos Factual consideram a ausência de sensibilização à população como uma das maiores razões para o acto de vandalismo, e sugerem a instalação de passagens aéreas e de separadores rodoviários fixos, ao invés dos móveis.

Eduardo Figueiredo, ambientalista, fez saber que a destruição das árvores e de passeios retira as prioridades para a existência do bem-estar da população, pois as árvores plantadas garantem a sustentabilidade ambiental, considerada como uma das metas para o desenvolvimento do Milénio.

O ambientalista sublinhou a importância da juventude ajudar a reverter a perda de recursos ambientais até 2015, pelo facto destes recursos influenciarem muito o bem-estar de toda a sociedade, assim como na integração dos princípios da sustentabilidade nas políticas nacionais, o acesso à água potável, o esgotamento sanitário e a melhoria dos assentamentos precários.

O ambientalista Eduardo Figueiredo concluiu que o vandalismo tem sido motivado por consumo exagerado de álcool, por desemprego juvenil, falta de instrução e educação, e ausência de esquadras móveis em locais de maior concentração populacional.

II. II IMIGRAÇÃO

II.1 Estrangeiros ilegais no Soyo enviados para os seus países

Jornal de Angola
07 De Novembro de 2013

Um grupo de 223 cidadãos estrangeiros foi repatriado no fim-de-semana pelo Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província do Zaire, por entrada e permanência ilegal em território nacional, informou ontem, no Soyo, o segundo comandante provincial da Polícia Nacional para a Ordem Pública.

O subcomissário Manuel Gregório de Sousa sublinhou que os imigrantes ilegais foram detidos na sequência de uma operação policial denominada "Anaconda", realizada entre os dias 28 de Outubro e 2 de Novembro, no município do Soyo. Quase todos os cidadãos repatriados são da República Democrática do Congo (RDC), num total de 222, sendo apenas um do Congo Brazzaville.

Gregório de Sousa informou que vão prosseguir as operações de rotina em toda a extensão da província do Zaire, para desencorajar o fenómeno da imigração ilegal em território nacional.

o oficial considerou o município do Soyo o mais propenso à imigração ilegal, devido à sua localização geográfica com a região do Baixo Congo (RDC). "O município do Soyo possui vários canais fluviais (no Rio Zaire) e ilhas, o que, de certo modo, facilita a entrada ilegal de estrangeiros na região", sustentou.

Como consequência deste fenómeno, o segundo comandante apontou a proliferação de seitas religiosas na região, o aumento da delinquência e a prostituição em alguns bairros periféricos da cidade petrolífera.

O subcomissário defendeu que combate à imigração ilegal deve envolver todas as forças vivas do país, por ser um fenómeno com consequências nefastas para a vida política, económica e social. Advertiu, ainda, os cidadãos nacionais que dão guarida aos imigrantes ilegais para 'não o fazerem, sob pena de serem responsabilizados criminalmente.

II.2 Refugiados ganham cidadania

Jornal O Independente
09 De Novembro de 2013

O registo dos ex-refugiados angolanos assentados no campo de Mayukayuka, distrito de Kaoma, província Ocidental da Zâmbia. De acordo com o Cônsul Geral de Angola, no Mongu, sede da província Ocidental, Domingos Massala Ricardo, 11 técnicos do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, nomeadamente, do Registo Civil e da Identificação, vão durante aproximadamente um mês atribuir a cidadania angolana, através da documentação a mais de sete mil cidadãos que ainda se encontram no referido campo.

O processo de atribuição de documentação vai abranger indivíduos de ambos sexos, independentemente da sua idade, porém vai levar em conta o cadastramento feito anteriormente.

Nesta primeira fase, apenas serão passadas cédulas pessoais e certidões de nascimento, enquanto os processos para emissão de bilhetes de identidade serão enviados a Luanda para posterior tratamento. O processo será abrangente a todos angolanos residentes na Zâmbia, na condição de ex-refugiados.

O programa de atribuição de documentos teve início no Mayukayaka e vai estender-se ao campo de Maheba, província Noroeste, onde se encontram 7 mil e 441 ex-refugiados, e Lusaka, capital da Zâmbia. De acordo com dados do ACNUR, 23 mil e 500 ex-refugiados angolanos ainda permanecem na Zâmbia.

É já em Dezembro que termina o limite para a aplicação da cláusula de cessação do estatuto de refugiado aos angolanos que se encontram nesse país nessa condição. Os dois países estão a negociar a tomada de medidas conjuntas para facilitar o repatriamento dos refugiados angolanos.

A África do Sul tinha fixado para finais de Agosto último o prazo para anunciar a declaração de cessação do estatuto de refugiado para os Angolanos actualmente instalados no seu território.

As negociações para definir a data exacta para a prática deste ato são "delicadas e decorrem num clima de abertura e de solidariedade", indicou o diplomata angolano citado pelo matutino Jornal de Angola na sua edição de terça-feira.

"Precisamos de consensos sobre o cronograma de acções prévias e o plano operativo referente ao repatriamento dos refugiados e a estatística exacta e descritiva dos refugiados angolanos", disse, adiantando que Angola está a examinar a questão de

maneira exaustiva para encontrar "soluções pragmáticas e sustentáveis para ultrapassar os constrangimentos do processo".

A este propósito, indicou que o Governo angolano pretende elaborar estatísticas exactas dos refugiados angolanos na África do Sul, para permitir "identificar os candidatos ao repatriamento voluntário, à emigração e ao asilo.

Em Julho último, os dois países realizaram, em Pretória, uma reunião sobre a aplicação da Cláusula de Cessação do Estatuto de Refugiado, durante a qual foi analisada a documentação dos Angolanos afectados por esta medida e aqueles em situação irregular, entre outros. Antes desse encontro, e em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Angola promoveu uma campanha de regresso voluntário e organizado dos seus nacionais que vivem em países vizinhos.

11.3 Endiama EP legaliza garimpo de diamantes na Nharea

Jornal O País

15 De Novembro de 2013

Segundo Carlos Sumbula, os cidadãos que tencionam explorar diamantes de maneira artesanal devem adquirir senhas emitidas pelo Ministério de Geologia e Minas, através da Endiama, embora reconhecendo que os beneficiários das mesmas têm criado alguns constrangimentos no que tange ao enquadramento de cidadãos estrangeiros ilegalmente no país, com o objectivo de trabalharem para os proprietários desenhos.

A direcção da Endiama trabalhou na província Bié com o objectivo de se informar e avaliar a prática da exploração e comercialização ilegal de diamantes, em várias circunscrições da província.

"A prática de garimpo ilegal tem influenciado bastante no aumento da imigração ilegal de estrangeiros de vários países, que procuram, a todo custo, o enriquecimento fácil, através da exploração e comercialização de diamantes angolanos", disse Carlos Sumbula.

Na província do Bié, segundo apurou O PAÍS, os municípios da Nharea, do Chitembo e do Andulo são as localidades com maior incidência da actividade ilegal de garimpo de diamantes.

O presidente do Conselho de Administração da Endiama explicou detalhadamente aos garimpeiros os procedimentos para trabalharem no mercado

artesanal de diamantes do território nacional. O dirigente da diamantífera angolana adiantou que a sua firma atribuirá áreas a um grupo de cinco pessoas, seleccionados pelo Governo da província afim de explorem diamantes de forma legal e autorizada.

As cooperativas ora formadas e seleccionadas pelo Governo provincial receberão as senhas outorgadas pela Endiama através do Ministério da Geologia e Minas. Esta Informação que foi bem recebida pelos garimpeiros, compradores e patrocinadores que operam na zona diamantífera da comuna da Lúbia ao município da Nharea.

Segundo Carlos Sumbula, às pessoas que trabalharão naquela zona, não lhes será permitido estabelecer parcerias com estrangeiros ilegais.

O presidente do Conselho de Administração da Endiama, Carlos Sumbula, garantiu que nunca houve dispersão de diamantes na província do Bié, visto que a maior parte é comprada pelo sistema instalado pelo Executivo Angolano.

A voz dos garimpeiros

Os garimpeiros e compradores mostraram-se satisfeitos com a realização da visita do presidente de Conselho da Administração da Endiama.

Joaquim Pedro, que trabalha na zona do garimpo do "Chilubo" há mais de quatro anos, é detentor de uma superfície de terra com probabilidade de haver diamantes industriais disse que "a iniciativa do governo em legalizar a actividade diamantífera na província do Bié é uma mais-valia para as populações desta zona que depende totalmente do diamante", explicou o comerciante. Por outro lado, o comprador Same Toledo, de nacionalidade belga, manifestou a sua gratidão à iniciativa do presidente do Conselho de Administração do Endiama e do Governo da província do Bié, por desejar colaborar com cidadãos estrangeiros, mas que estejam em situação migratória regularizada. O belga que exibiu aos jornalistas o seu visto de trabalho, aconselhou aqueles que ainda não o têm a regularizarem o mais rápido possível a sua situação.

Marcelina Catchuingo, natural da província do Huambo, vive maritalmente com um cidadão de nacionalidade guineense. Ambos trabalham e residem na localidade de Seteca, no Chibulo (zona mineira), pretendem casar-se, já que têm três filhos e são sócios de uma área de uma parcela de terra onde exploram ilegalmente.

11.4 Imigração clandestina e o direito a dignidade

Jornal Agora

15 De Novembro de 2013

A realização dos direitos fundamentais, de entre os quais à uma vida com dignidade, é um objectivo natural de qualquer ser humano mesmo que não tenha a noção de que é titular destes direitos. A preservação da sua vida e integridade física, a segurança, a busca de meios básicos de sobrevivência, leva a que, natural e legitimamente, seres humanos, arriscando a sua própria vida, buscam novas paragens. Do êxodo rural à emigração clandestina, com todos os riscos inerentes é que vimos assistindo ao longo dos anos.

Enquanto humano e jurista jamais poderíamos ficar indiferentes para com o fenómeno da imigração clandestina e os altos riscos inerentes à estas acções aventureiras. Do transporte humano em cisternas de combustível ou embrulhados em sacos de carvão e outras mercadorias, prática de alguns dos nossos irmãos oriundos ou transitando pela pátria de Lumumba, dos cidadãos das terras de Emiliano Zapata, furando, arrojadamente, aos superprotegidas fronteiras com a toda-poderosa pátria dos Kennedy e Luther King; dos homens das balsas atraídos pelo marketing consumista do mundo capitalista, representado pelo brilho das luzes de Miami ou "libertando-se" do aperto material e político dos irmãos Castro Ruz, hoje em fase inicial de paulatina descompressão. Rogamos nós, que não venham a cair no aperto de um capitalismo selvagem e o egoísmo desmedido à ele inerente, que, ao certo, esmagará as conquistas sociais da revolução de Cienfuegos. Hoje, num quadro mais doloroso assistimos as desgraças nas costas de Malta e Lampedusa.

h claro que não estão faltando legislações, tratados, declarações bem elaborados, no que se refere a matéria migratória. Da protecção da dignidade das vítimas às fortes sanções aos promotores, auxiliares, aqueles que, sem algum pejo, procuram o máximo de lucro com base na desgraça de outrem. Leis de protecção da tradicional soberania dos estados. De entre todas disposições jurídicas, há que realçar o direito de abandonar o país em que se encontra e o de, em caso de perseguição procurar e beneficiar de asilo, n2 2 do artigo 132 e n° 1 do artigo 142 da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 10 de Dezembro de 1948. Hoje, paralelamente a perseguição política e mesmo religiosa, aos constrangimentos das liberdades, da segurança física, assistimos a degradação económico-social, a insegurança material dos povos, o que leva extrema

pobreza. Daí, a busca frenética por novos horizontes, como uma razão natural, legítima.

Para o caso de Lampedusa assistimos a funerais com dignidade, para aqueles que não a tinham enquanto seres vivos a atribuições, a título póstumo, de nacionalidade de um país desenvolvido. Humanismo, moralismo, ou cinismo e hipocrisia política? E a penalização dos que prestam auxílio a imigração clandestina, mesmo em situação de eminente perigo de morte o que veio a acontecer? Onde está o humanismo das legislações do género, produzidas pelos guardiães dos direitos humanos? Será a legítima protecção do espaço do "bem-estar", face as investidas da indigência terceiro-mundista? E a história? Não foram os antepassados destes indigentes clandestinos que também contribuíram para o actual "bem-estar" do espaço que rigorosamente deve ser protegido, deram a sua mão-de-obra e a quem foram e são pilhados os seus recursos? Enfim... o cidadão italiano de Lampedusa de forma clara ditou a sua justíssima sentença: "Há que mudar as coisas nos países de proveniência desta gente!".

Estes milhares de seres humanos apenas são vítimas das práticas negativas das nossas elites político-militares e algumas religiosas com os seus radicalismos, intolerâncias, gestões perdulárias dos recursos naturais, desrespeito pela dignidade humana. Tudo isto contando, em muitos casos, com a cumplicidade, face aos seus interesses, dos protectores do espaço de "bem-estar" e quando os seus agentes, nas terras ricas em recursos para o seu desenvolvimento e felicidade já não servem, são por estes descartados, tornando-os inimigos.

Há que mudar! Há que se estabelecer uma nova ordem mundial. Curioso, um velho sonho da humanidade. Se necessário for, "suspender" o exercício de alguns direitos de soberania. Enquanto defensores dos direitos humanos, tais acções não nos repugnaria, com realce para os casos dos denominados "estados falhados" (os povos compreenderão a razão. Claro que algumas "elites" poderão estrebuchar, já que têm um especial conceito de soberania, em função dos seus interesses). Isto poderá ser feito, em nome da dignidade dos milhões de seres humanos, com o fim de se criar as condições básicas para uma vida melhor. Claro que esta intervenção deverá realizar-se não em função dos interesses geo-estratégicos-financeiros de alguns grupos, sob a capa da defesa dos direitos humanos, da liberdade e da democracia, mas sim em prol de uma nova e justa ordem mundial, da dignidade humana e da paz e justiça social em todos os cantos deste mundo.

Que os novos cidadãos italianos que obtiveram a nacionalidade em Lampedusa, descansem em paz, já que, pelo andar das coisas, mais cidadãos europeus pós-morte teremos. Como afirmou um dirigente comunitário, o não tempo não os impedirá! Há que agir já, respeitando e protegendo a dignidade de todos acolhedores desenvolvidos e "indigentes" clandestinos.

11.5 Licenças exclusivas para angolanos transpassadas a estrangeiros

Semanário Angolense

16 De Novembro de 2013

Cidadãos que se tenham beneficiado de licenças mineiras de exploração artesanal de diamantes, conhecidas por senhas, têm vindo a negociá-las e remanejá-las a favor de estrangeiros. O facto foi dado a conhecer, na semana passada, no Luena, capital provincial do Moxico, por Luis Kitamba, membro do Conselho de Administração da Endiama, por ocasião da distribuição desses títulos aos beneficiários daquela província.

Conforme o alerta pronunciado pelo responsável, «nas províncias que em a empresa nacional de diamantes está a operar nessa matéria pessoas há que detêm essa senha e fazem o transpasse para estrangeiros».

«Isso é ilícito, é penalizável», invocou Luis Kitamba que em seguida apelou: «nós não queremos que a província do Moxico também trilhe por esse caminho». O recado transmitido indica que os beneficiários das senhas devem ter em mente que o título é intransmissível. «As senhas são um direito do angolano para poder desfrutar dos recursos que o nosso país tem», recordou.

Segundo as directrizes constantes no Novo Código Mineiro e que constam no verso da licença, ao titular da senha mineira de exploração artesanal de diamantes é proibido transmiti-lo a terceiros assim como é vetado empregar cidadãos estrangeiros sob a pena de o Ministério da Geologia e Minas ordenar a suspensão da senha.

As senhas para a exploração artesanal de diamantes começaram a ser distribuídas em 2011, no município do Cuango, Lunda Norte, em cumprimento de um decreto presidencial de 2009, que veio dar formalidade a actividade que antes era ilegalmente praticada e com a invasão de garimpeiros estrangeiros a reboque.

A nova modalidade de licença levou o Executivo a atribuir pequenas concessões aos populares residentes nas áreas mineiras. A única maneira de se poder colocar um tampão naquela zona para impedir que pessoas de outras nacionalidades pratiquem o garimpo é fazer com que as áreas férteis em diamante sejam ocupadas por cidadãos nacionais, assegurou o PCA da Endiama, aquando da entrega das primeiras senhas.

Para o administrador municipal de Moxico, Bento Luembe Paulinho, no acto de entregas das licenças aos «mexicanos», na semana passada, aos beneficiários resta empreender esforços no cumprimento da legislação em vigor no país incluindo no que diz respeito a protecção do meio ambiente; já que a medida, particularmente permite desenvolver a economia local. Em geral, recordor, essa acção está enquadrada no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 que será o veículo principal a luz da estratégia Angola 2025 que visa orientar intensificar o desenvolvimento do país.

A vez do Moxico

Depois da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Malanje essa foi a vez de Moxico beneficiar das senhas mineiras de exploração artesanal de diamantes: 21 licenças foram simbolicamente distribuídas, na cidade do Luena, em representação de um total de 126 beneficia rios das localidades de Kangumbe município de Moxico, Lumbala Nguimbo município de Bundas, e Luchazes.

Além do detentor do título, cada senha credencia mais cinco pessoas, fazendo um total de seis elementos. A área de exploração corresponde a um hectare (o tamanho de um campo de futebol) e a validade é de um ano.

No caso do Moxico, conforme a palavra do representante legal da Endiama no acto de entrega das licenças, o passo seguinte será fazer deslocar para aquela província, no curto espaço de tempo que não será de mais de duas semanas, uma equipe técnica que vai no terreno a ser explorado para loteá-lo conforme a sua distribuição.

11.6 Roubo de água potável protagonizada por cidadãos Chineses

Semanário O Independente

16 De Novembro de 2013

Numa altura em que o presidente do Conselho de Administração da Empresa Provincial de águas de Luanda (EPAL) manifestou o seu desagrado pelo

facto de muitos "garimpeiros de água" na capital angolana não sofrerem nenhuma penalização, por esta prática ser abrangente aos cidadãos chineses que vivendo ao lado de uma conduta mesmo sem o consentimento da EPAL, "eles fazem das suas".

Por exemplo, no bairro do Futungo de Belas pelas nove horas da manhã do dia 11 de Novembro último, a nossa reportagem constatou in-loco, a perfuração de uma das condutas da EPAL para beneficiar um restaurante chinês na, denominado "Chá do Leste, localizado a 200 metros da Unidade de Guarda Presidencial (UGP).

"Trata-se de uma conduta de 1000 milímetros, cuja caixa contém um dispositivo hidráulico que foi vandalizado por cidadãos chineses devidamente identificados, e como consequência, assiste-se à inundações na principal travessa do bairro, como consequência da perfuração da tubagem feita à revelia da EPAL.

Os moradores dos arredores do restaurante estão totalmente agastados com tal situação, aguardando há bastante tempo que a EPAL faça as ligações domiciliare.

"Nós desconhecemos as razões que levaram a esta acção mas, já temos verificado algumas pessoas que têm feito isto mesmo aqui no bairro", disse Pedro Francisco Albano, um dos moradores.

"Não dá para viver assim porque os técnicos da EPAL mesmo sabendo do ilícito, não tomam medidas, demonstrando deste modo a sua imparcialidade e ou conivência de funcionários da empresa.

Penso que a Administração da Samba deveria tomar conta desta situação, porque esta ja não é a primeira vez que tal acontece", desabafou o estudante universitário Jorge de Abreu.

As perfurações das condutas, segundo um dos técnicos da EPAL, tornam a água "quase imprópria para o consumo, porque as mesmas fazem com que o valor determinado de cloro existente na conduta evapore, por ser um produto muito volátil, constituindo um perigo para a saúde das pessoas".

11.7 Estrangeiros detidos na província do Zaire

Jornal de Angola
19 De Novembro de 2013

A Polícia de Guarda Fronteira no Zaire impediu, nos últimos sete dias, que 42 cidadãos da República

Democrática do Congo (RDC) entrassem de forma ilegal em território nacional.

Em comunicado de imprensa divulgado ontem, em Mbanza Congo, o comando provincial do Zaire da Polícia Nacional informa que durante o mesmo período foram frustradas quatro tentativas de transposição ilegal da fronteira.

Os imigrantes ilegais, acrescenta comunicado, já estão sob custódia do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província, após o registo operativo. As violações da fronteira ocorreram nos municípios do Soyo e Nóqui.

No Cunene, efectivos da Polícia de Guarda Fronteira interpelaram, no decurso dos últimos quinze dias, 19 cidadãos por tentativa de violação do perímetro fronteiriço entre Angola e a Namíbia.

O porta-voz do comando provincial da Polícia no Cunene, intendente Piedade Pombal, informou que a interpelação dos violadores resultou de 15 infracções de fronteira. Após o registo, operativo, os cidadãos foram postos em liberdade. No período em causa, as forças da ordem detiveram quatro estrangeiros (três da Somália e um dos Camarões), na barreira montada no troço Xangongol Hurnbe, por situação migratória ilegal. A Polícia apreendeu diversas mercadorias, com destaque para 60 telemóveis, 90 baterias e 64 carregadores de telemóveis.

11.8 Detidos cidadãos angolanos por ajuda à imigração ilegal

Jornal Política
22 De Novembro de 2013

Dois indivíduos angolanos foram detidos no Chitato (Lunda-Norte), acusados de facilitar a entrada e permanência ilegal de estrangeiros na província, revelou o comandante municipal adjunto da Polícia Nacional do Chitato.

O superintendente Domingos Pedro disse que os angolanos foram detidos quando transportavam oito indivíduos da República Democrática do Congo numa viatura Land Cruiser, no âmbito de operações de rotina, que tiveram como objetivo reduzir os índices de criminalidade no município.

A viatura foi interpelada numa das artérias do Dundo e seguia viagem para o município do Lucapa, onde tencionavam exercer a atividade de extração ilícita de diamantes. No interior foram encontrados materiais de garimpo artesanal e 200 quilos de farinha de milho.

Domingos Pedro disse, também, que os estrangeiros que entram de forma clandestina na Lunda-Norte contam com o auxílio de comités de recepção organizados por angolanos, que conhecem melhor as zonas diamantíferas.

"A cumplicidade dos angolanos em acções tendentes a facilitar a imigração ilegal representa um grande perigo para a segurança e soberania nacional", disse o comandante municipal adjunto, pedindo à sociedade e às autoridades tradicionais para denunciarem todos os casos de natureza criminosa ao longo da fronteira com a República Democrática do Congo.

O problema da imigração clandestina na Lunda-Norte está relacionado com a exploração ilegal de diamantes, sobretudo nas áreas de grandes reservas do Estado. Chinguvo, Txamba e Calumbia são consideradas as zonas de maior fluxo migratório, no Chitato.

11.9 Diálogo para combater a imigração ilegal

Jornal de Angola

24 De Novembro de 2013

O Governo Provincial da Lunda-Norte, anunciou o seu governador, optou pelo diálogo permanente com as autoridades da República Democrática do Congo (RDC) como forma de desencorajar a imigração ilegal que regista "proporções alarmantes".

Ernesto Muangala disse que "os mecanismos utilizados até ao momento têm falhado" e que "é necessário encontrar medidas mais eficazes". "Embora continuem as operações de repatriamento feitas pela Polícia Nacional, persistem violações da fronteira", declarou e insistiu no "diálogo permanente" como solução para o problema.

As autoridades das províncias de Cassai Ocidental e Bandundu, República Democrática do Congo, aceitaram a proposta do Governo Provincial da Lunda-Norte destinada a impedir a utilização do território congolês por estrangeiros de diferentes nacionalidades para chegarem ilegalmente a Angola.

O comandante provincial da Polícia Nacional e delegado do Ministério do Interior na Lunda-Norte, Gil Famoso, apresentou no início do mês um relatório, no qual estão mencionadas 19 rotas utilizadas por imigrantes ilegais para entrarem na Lunda-Norte.

Os clandestinos provenientes de Bamako (Mali), Bengui (República Centro Africana), Costa do

Marfim e Burquina Fasso usam o Congo Brazzaville e a República Democrática do Congo para entrarem em Angola através da Lunda-Norte. O relatório salienta que os oeste-africanos privilegiam a fronteira do Cuango e Caungula por ser "o eixo mais curto de Brazzaville, Kinshasa, Kituti e Kahemba", que fazem parte da Bacia do Cuango.

Nos últimos cinco anos, revelam dados da Polícia Nacional, entraram ilegalmente em Angola pela Lunda-Norte 167.720 estrangeiros de várias nacionalidades, a maioria da República Democrática do Congo, que foram repatriados para os países de origem.

Entre os indivíduos interpelados, 97 por cento são da República Democrática do Congo. O maior registo de entrada de imigrantes ilegais repatriados na província da Lunda-Norte, 60.446, ocorreu em 2008.

Novos postos

A preocupação do governador Ernesto Muangala surge numa altura em que foram autorizadas a abertura oficial das fronteiras do Chissanda e do Itanda, municípios do Tchitato e Cambulo, para incentivar trocas comerciais e a circulação legal de pessoas de ambos os lados da fronteira. As autoridades angolanas aguardam pela conclusão das obras de construção de estruturas aduaneiras e rodoviárias na parte congoleza para abrir postos fronteiriços dos marcos 28 e 31, bem como o de Tchonguela, pontos importantes para escoamento de produtos de Benguela e do Moxico pelo Caminho-de-Ferro de Benguela.

Na semana passada, dois indivíduos angolanos foram detidos no Chitato (Lunda-Norte), acusados de facilitar a entrada e permanência ilegal de estrangeiros na província, revelou o comandante municipal adjunto da Polícia Nacional do Chitato. O superintendente Domingos Pedro disse que os angolanos foram detidos quando transportavam oito indivíduos da República Democrática do Congo numa viatura Land Cruiser, no âmbito de operações de rotina, que tiveram como objectivo reduzir os índices de criminalidade no município.

A viatura foi interpelada numa das artérias da cidade do Dundo e seguia viagem para o município do Lucapa, onde tencionavam exercer a actividade de extracção ilícita de diamantes. No interior foram encontrados materiais de garimpo artesanal e 200 quilos de farinha de milho.

Domingos Pedro disse que os estrangeiros que entram de forma clandestina na Lunda-Norte contam com o auxílio de comités de recepção organizados

por angolanos, que conhecem melhor as zonas diamantíferas.

"A cumplicidade dos angolanos em acções tendentes a facilitar a imigração ilegal representa um grande perigo para a segurança e soberania nacional", disse o comandante municipal adjunto, pedindo à sociedade e às autoridades tradicionais para denunciarem todos os casos de natureza criminosa ao longo da fronteira com a República Democrática do Congo.

O problema da imigração clandestina na Lunda-Norte está relacionado com a exploração ilegal de diamantes, sobretudo nas áreas de grandes reservas do Estado. Chinguvo, Txamba e Calumbia são consideradas as zonas de maior fluxo migratório, no Chitato.

11.10 Estrangeiros sem documentos foram expulsos

Jornal de Angola
30 De Novembro de 2013

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) no Moxico repatriou em Setembro e Outubro 35 pessoas que viviam ilegalmente em Angola, revelou ao Jornal de Angola o seu director provincial.

Alberto Avelino disse que o progresso económico e social registado nos últimos tempos e as facilidades que os estrangeiros têm de exercer actividades económicas em Angola levam-nos a quererem fixar-se ilegalmente no país.

O director provincial mencionou "a pronta intervenção dos efectivos do SME e a colaboração da população" como essenciais no combate à imigração ilegal e como causas que impedem o normal funcionamento dos SME a falta de transporte, bem como de assistência médica e medicamentosa aos efectivos que trabalham nos postos fronteiriços.

O Serviço de Migração e Estrangeiro, em parceria com a Procuradoria-Geral da República, vai no próximo ano dar formação aos efectivos em matérias ligadas à instrução processual, fiscalização, controlo e identificação e análise documental.

Recentemente, na província da Lunda-Norte o governador provincial defendeu o diálogo permanente com as autoridades da RDC para desencorajar a imigração ilegal que regista "proporções alarmantes". Ernesto Muangala disse que "os mecanismos utilizados têm falhado" e que "é necessário encontrar medidas mais eficazes". Embora continuem as operações de repatriamento feitas pela

Polícia, persistem violações da fronteira", declarou e insistiu no "diálogo permanente".

